**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NA VÁRZEA DA AMAZÔNIA

Manuel de Jesus Masulo da Cruz

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo
2007

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que soube com paciência e rigor orientar essa tese.

À Prof^a. Dr^a. Valéria de Marcos e Ao Prof. Dr. Marcelo Justo, pelas contribuições oferecidas durante a realização do exame de qualificação.

Aos camponeses-ribeirinhos do baixo rio Solimões, que gentilmente me atenderam, apresentando-me informações preciosas para a elaboração da tese. Sem o seu apoio, com certeza, esse trabalho seria mais árduo.

À Prof.^a. Dr^a. Terezinha de Jesus P. Fraxe, por colocar à disposição sua biblioteca e pelas contribuições dadas ao trabalho, principalmente durante a elaboração do projeto de pesquisa.

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Witskoski, pelas sugestões na realização desse estudo e pelos inúmeros “puxões de orelhas”, que me serviram de estímulo para a conclusão desta tese.

Ao Prof. Marcos Castro, pela amizade, paciência e apoio técnico na jornada de elaboração dos desenhos e mapas.

À Jackie e a Manuela, pela compreensão das longas ausências.

À Prof.^a. Dr^a. Amélia Regina e ao Prof.^o. Ricardo Nogueira, pela amizade e apoio na realização da tese.

À FAPEAM (Fundação de amparo à pesquisa no estado do Amazonas), pela bolsa de estudo.

RESUMO

Esta tese analisa as transformações territoriais ocorridas na produção camponesa nas áreas de várzea, nas últimas décadas, decorrentes da expansão capitalista na Amazônia. A área da pesquisa compreende um trecho do baixo rio Solimões, no município de Manacapuru, no estado do Amazonas, onde foram selecionadas três localidades: Costa do Pesqueiro, Costa do Arapapá e Lago São Lourenço.

Para compreender os camponeses-ribeirinhos na várzea amazônica, parte-se do pressuposto de que é necessário observá-los no interior do desenvolvimento capitalista no campo, fundamentado no processo de monopolização do território, na qual o capital contraditoriamente monopoliza o território sem, contudo, territorializar-se. Isto significa que o capitalismo se expande de forma contraditória, ou seja, não expropria os camponeses, porém, os transforma e efetua a metamorfose da renda da terra em capital.

Este estudo procura entender como a expansão do capitalismo gerou profundas transformações nas relações dos camponeses-ribeirinhos com as diferentes territorialidades que configuram seu modo de vida. Essas territorialidades foram definidas em agropastoris, aquáticas e florestais. A primeira se refere ao uso da terra na várzea amazônica, na qual são discutidas as diferentes formas de ocupação familiar da terra, tanto as existentes quanto as acrescidas. Outra preocupação é discutir as formas de uso comum da terra. A segunda trata do uso da água no que se refere às atividades haliêuticas e está dividida no uso do ambiente lago, utilizado de forma comum e no uso do ambiente rio, no caso o rio Solimões, onde as águas são de aceso livre e de uso comum. A terceira está pautada no uso da floresta, em que são analisadas as diferentes formas de territorialidades florestais.

Palavras chave: camponeses, campesinato, território, territorialidade, várzea amazônica.

Abstract

This thesis analyses the territorial changes in the campestral production in the holm area, in the past decades, resulting from the capitalist expansion in Amazonia. The research area includes a stretch of the low-river Solimões, in Manacapuru town in Amazonas state, where selected: Costa do Pesqueiro, Costa do Arapapá and São Lourenço Lake.

To understand the “camponeses-ribeirinhos” in amazonian holm, we begin with the presupposition that is necessary to observe them inside the capitalist development in the countryside, grounded in the process of territory monopolization in which the money contradictorily monopolizes the territory without territorialize it. It means that the capitalism increases in a contradictory way; it does not expropriate the peasants, but changes them and stimulates the transformation of the land gains into money.

This study tries to understand how the expansion of the capitalism created deep changes in the relations of the “camponeses-ribeirinhos” with different territorialities that configures their way of life. These territorialities were defined in “agropastoris”, aquatic forestal. The first one refers to the use of the land in the amazonian holms, where different forms of familiar occupation are treated. Concerning as the existing ones as the new ones. Another preoccupation is to discuss the forms of common use of the land. The second one is associated to the use of the water related to the halieutic activities and it is divided into the use of the lake environment used as common way and the use of the river environment, as in the Solimões case, where the waters are of free access and of common use. The third one is associated with the use of the forest, in which the different forms of the forestall territorialities are analysed.

Key Words: peasants, peasantry, territory, territoriality, Amazonian holms.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
PARTE 1 - TRANSFORMAÇÕES NA AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	17
CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO DOS CAMPONESES-RIBEIRINHOS NA VÁRZEA	
AMAZÔNICA	18
CAPÍTULO 2 - A MUNDIALIZAÇÃO DA ECONOMIA	25
2.1. A Zona Franca de Manaus	26
2.2. A Zona Franca e o crescimento populacional da cidade de Manaus	29
2.3. O fluxo dos barcos na cidade de Manaus	31
CAPÍTULO 3 - MANACAPURU E AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES	
INTERNACIONAIS, NACIONAIS E REGIONAIS	33
3.1. A formação das comunidades em Manacapuru	33
3.2. As comunidades como unidades de articulação territorial	35
3.3. As propriedades/posses e suas estruturas internas de ordenamento territorial...	51
3.4. O fluxo dos barcos no município de Manacapuru	61
PARTE 2 - A VÁRZEA AMAZÔNICA E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO	
CAMPONESA	.66
CAPÍTULO 4 - AS TERRITORIALIDADES AGROPASTORIS: O USO DA TERRA	
NA VÁRZEA DA AMAZÔNIA	67
4.1. A preparação da terra para o cultivo	72
4.2. Terras de cultivos: a roça	74
4.3. Terras de cultivos: a cultura da juta...	78
4.3.1. O processo de incorporação da produção camponesa à agricultura da juta na várzea amazônica	82
4.3.2. A Segunda Guerra Mundial e o fim do domínio da Companhia Industrial Industrial amazonense S/A	84
4.3.3. Oscilações e crise no sistema de produção de juta na várzea amazônica.	87
4.3.4. O processo de trabalho da juta/malva na várzea amazônica	91
4.3.5. A meia da juta/malva	96
4.4. Terras de cultivos: os sítios	98
4.5. Apropriação familiar e utilização das terras acrescidas na frente da propriedade	113
4.5.1. A formação das novas terras de cultivos	114
4.6. Apropriação familiar e utilização das terras acrescidas no fundo da propriedade	119

4.6.1. A formação das novas terras de cultivos e de pastagens	120
4.7. Uso comum, apropriação e uso familiar das terras surgidas no rio: as ilhas	131
4.8. Terras de uso comum	134
4.8.1. Pasto natural: pastagem comum	137

CAPÍTULO 5 - AS TERRITORIALIDADES AQUÁTICAS: O USO DA ÁGUA NA

VÁRZEA DA AMAZÔNIA 146

5.1. Os pesqueiros reais	147
5.2. As canoas de pesca - as poveras	151
5.3. Os barcos motorizados...	154
5.4. O aparecimento da malhadeira	158
5.5. Os lagos de várzea: água de uso comum	162
5.6. A pesca dos camponeses-ribeirinhos X a pesca dos pescadores profissionais.	172
5.7. O rio Solimões: águas de acesso livre e de uso comum	174
5.7.1. As territorialidades de pesca no rio Solimões	178
5.7.2. Casas Flutuantes: elos da articulação local e regional	197
5.7.3. A pesca da piracatinga e da piramutaba no baixo rio Solimões	204
5.7.4. A pesca dos cariciformes migradores...	207
5.7.5. A pesca com espinhel no baixo rio Solimões	209
5.8. Os lagos de terra firme: a apropriação familiar das águas	210
5.8.1. A pesca de lanço de apropriação e uso familiar.	210
5.8.2. A preparação da terra para a pesca: o lanço	213
5.8.3. A pesca de lanço: parcelização e controle dos direitos de pescar em porções das águas	222

CAPÍTULO 6 - AS TERRITORIALIDADES FLORESTAIS: O USO DA FLORESTA

NA VÁRZEA DA AMAZÔNIA 231

6.1. Apropriação familiar e utilização da floresta	231
6.2. Florestas de uso comum e de apropriação familiar..	232
6.2.1. As territorialidades extrativas	235

CONSIDERAÇÕES FINAIS 244

BIBLIOGRAFIA 251

LISTA DE FIGURA

Fig. 01. Área da pesquisa	02
Fig. 02. Organograma da prelazia de Coari	36
Fig. 03. Organização nuclear das comunidades rurais - Município de Manacapuru	37
Fig. 04. Croqui esquemático de uma comunidade católica na várzea de Manacapuru	40
Fig. 05. A sede comunitária	41
Fig. 06. Aspecto da comunidade católica de São Raimundo.	41
Fig. 07. Convite para os festejos sócio-religioso da comunidade de São Raimundo	42
Fig. 08. Programação da festa de São Raimundo	42
Fig. 09. Time do Grêmio Esporte Clube	47
Fig. 10. Mutirão organizado pelos camponeses-ribeirinhos para a limpeza do Igarapé Preto	50
Fig. 11. Camponeses-ribeirinhos reunidos após o mutirão para almoço...	50
Fig. 12. Frequência das enchentes/cheias grandes e excepcionais por década 1903-2000	57
Fig. 13. Distribuição das médias dos máximos das enchentes/cheias e vazantes/secas por década - 1903-2000	58
Fig. 14. Evolução no ordenamento territorial de uma propriedade na Costa do Pesqueiro I	60
Fig. 15. Fluxo dos barcos de linha no município de Manacapuru-AM	65
Fig. 16. Formas de uso da terra, da água e da floresta na várzea de Manacapuru-AM	70
Fig. 17. Casa de farinha sendo levantada após a última enchente/cheia	77
Fig. 18. À esquerda o Dr. Tsukasa Uyetsuka	81
Fig. 19. Camponês-ribeirinho verificado seu jovem malval...	92
Fig. 20. Malval já maduro, pronto para a colheita (corte)	93
Fig. 21. Fluxograma da comercialização da juta/malva na várzea de Manacapuru-AM	95
Fig. 22. No primeiro plano plantio de juta na margem de um pequeno lago.	97
Fig. 23. Malva estendida no varal em processo de secagem	97
Fig. 24. Evolução dos sítios na Costa do Pesqueiro I - Baixo rio Solimões	104
Fig. 25. Camponês-ribeirinho derrubando um pé de seringueira com uso da motosserra	105
Fig. 26. Pés de seringueiras e cacaueiros recém derrubados em uma	

propriedade da Costa do Pesqueiro I	106
Fig. 27. Camponesas-ribeirinhas cortando cupuaçu. ...	108
Fig. 28. Fluxograma na comercialização do cupuaçu na várzea de Manacapuru-AM	109
Fig. 29. Erosão fluvial e dinâmica dos sítios na várzea de Manacapuru-AM	111
Fig. 30. Fluxograma na comercialização do mamão, maracujá e pepino	113
Fig. 31. Apropriação das novas terras na Costa do Pesqueiro - Manacapuru-AM	116
Fig. 32. Depósitos de sedimentos recentes na frente da propriedade	118
Fig. 33. detalhe do plantio consorciado de milho com feijão de praia nas novas terras (praia)	118
Fig. 34. Depósitos de rompimento de diquei	122
Fig. 35. Furo aberto artificialmente rompendo o dique marginal...	123
Fig. 36. Furo aberto artificialmente com uso do trator.	125
Fig. 37. Erosão fluvial e deposição nas áreas baixas no fundo da restinga frontal	127
Fig. 38. Casa de moradia sendo empurrada pelos camponeses-ribeirinhos para o interior da restinga, em função do intenso processo de erosão fluvial.	130
Fig. 39. Casa de moradia sendo recuada para o interior da restinga	131
Fig. 40. Ilha surgida há 18 anos na frente da Costa do Pesqueiro	132
Fig. 41 Casa de moradia temporária na ilha surgida recentemente	133
Fig. 42. Aspecto do pasto plantado de uso individual/familiar	136
Fig. 43. Pastagem natural de uso comum na Costa do pesqueiro - Manacapuru-AM.	139
Fig. 44. Aspecto do pasto natural de uso comum durante a seca	140
Fig. 45. Aspecto do pasto natural de uso comum durante a cheia	142
Fig. 46. calendário da criação do gado bovino na várzea de Manacapuru-AM	145
Fig. 47. Pesca com rede de arrasto no período das poveras	153
Fig. 48. Barco de pesca movido a motor a diesel	155
Fig. 49. Malhadeira	159
Fig. 50. Camponês-ribeirinho botando malhadeiras nas margens do Lago Preto	162
Fig. 51. Cartaz do IX Encontro Regional dos Ribeirinhos...	171
Fig. 52. Evolução da pesca do peixe liso no baixo rio Solimões	181
Fig. 53. Camponeses-ribeirinhos em canoa motorizada preparando-se para a largada da rede	182
Fig. 54. Momento em que o camponês-ribeirinho lança a bóia e começa largada da rede	182
Fig. 55. Calendário da pesca no baixo rio Solimões	183
Fig. 56. Territorialidades pesqueira na várzea de Manacapuru-AM	186

Fig. 57. Limpeza no leito do baixo rio Solimões	188
Fig. 58. Camponês-ribeirinho exibindo, como resultado da sua pescaria, dois exemplares da espécie dourada	196
Fig. 59. Fluxograma da comercialização do peixe liso na várzea de Manacapuru-AM.	199
Fig. 60. Fluxograma da comercialização do peixe liso na várzea de Manacapuru-AM	201
Fig. 61. Casas flutuantes na várzea de Manacapuru-AM	202
Fig. 62. Casa flutuante instalada no porto da cidade de Manacapuru	203
Fig. 63. Casa flutuante instalada na Costa do Pesqueiro I	203
Fig. 64. Curral armado para a captura da piracatinga	206
Fig. 65. Pesca com rede malhadeira no baixo rio Solimões	209
Fig. 66. Formas de utilização da terra, da água e da floresta no Lago São Lourenço - Manacapuru-AM	214
Fig. 67. Camponês-ribeirinho preparando o lanço na sua propriedade...	215
Fig. 68. Lanço já preparado para a atividade pesqueira em frente a casa de um camponês-ribeirinho	215
Fig. 69. Preparação da terra na vazante/seca para a pesca na enchente/cheia	218
Fig. 70. Armação do lanço.	219
Fig. 71. Momento em que o comboiador conduz o cardume para o interior do lanço	221
Fig. 72. Momento em que a canoa de rede direciona-se para a margem	221
Fig. 73. Pesca de lanço no Lago São Lourenço	223
Fig. 74. Camponeses-ribeirinhos preparando a armação do lanço	228
Fig. 75. Lanço armado em plena cheia...	228
Fig. 76. Aspecto da floresta de igapó durante a enchente	234
Fig. 77. Aspecto da floresta de igapó durante a vazante	234
Fig. 78. Lenha armazenada em uma casa de farinha	237

LISTA DE QUADROS

Quadro I. Cotas máximas e mínimas do rio Negro – 103 anos (1903-2005)	56
Quadro II. Linhas dos barcos no município de Manacapuru-AM	63

Lista de Siglas

AM – Amazonas

BCA – Banco de Crédito da Amazônia

BASA – Banco da Amazônia

CDRU – Concessão de Direito Real de Uso

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICM – Imposto de Circulação de Mercadoria

FAO – Food Agricultural Organization

I.I – Imposto de Importação

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ITERAM – Instituto de Terras do Amazonas

NAEA – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia

PA – Pará

PIN – Programa de Integração Nacional

POLAMAZONIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil

SPEVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

ZPEs – Zonas de Processamentos de Exportações

Introdução

O tema proposto, “A territorialização camponesa na várzea da Amazônia”, trata da compreensão das transformações territoriais ocorridas na produção camponesa no ambiente de várzea, nas últimas décadas, decorrentes do desenvolvimento capitalista na Amazônia. O trabalho está delimitado a uma parte do baixo rio Solimões, no município de Manacapuru-AM. Nesta área, foram selecionadas três localidades: Costa do Pesqueiro, Costa do Arapapá e Lago São Lourenço. (Fig. nº. 01).

A tese em questão, parte do pressuposto de que para se compreender os camponeses no mundo contemporâneo é fundamental entendê-lo no interior do processo de desenvolvimento capitalista no campo. Assim, se insere na lógica da concepção teórica do desenvolvimento contraditório e combinado do território, desenvolvido no interior da Geografia Agrária brasileira.

Pretende-se com esta pesquisa refletir sobre como essa expansão do capitalismo gerou transformações nas relações dos camponeses-ribeirinhos com as diferentes territorialidades¹ que compõem seu modo de vida: territorialidades agropastoris, pautadas prioritariamente pelo uso da terra; territorialidades aquáticas interiores, com prioridade para o uso da água (atividade pesqueira) e territorialidades florestais, pautados particularmente no uso da floresta. Far-se-á, portanto, uma análise das diferentes formas de uso da terra, da água e da floresta, criadas e recriadas pelo campesinato na Amazônia.

O tema da pesquisa proposto tem como referencial teórico principal os conceitos de campesinato, território e territorialidade. Antes, porém, é imprescindível mencionar, em linhas gerais, as políticas territoriais implementadas pelo estado brasileiro para a Amazônia, principalmente pós-64, pois foi a partir de tais medidas que ocorreram modificações profundas em parte do quadro natural e do modo de vida dos habitantes da região.

¹ Para Raffestein (1993: 160) “... a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade–espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

Fig. nº. 01 – Área da pesquisa

Por políticas territoriais, Costa (1988) tem o seguinte entendimento:

Tradicionalmente, as políticas territoriais têm sido entendidas no âmbito restrito dos planos regionais de desenvolvimento, isto é, enquanto atividade planejadora do estado voltada ao enfoque regional específico, resultando comumente em projetos especiais que interessam a uma ou outra região do país. No nosso enfoque, entretanto, as políticas territoriais extrapolam essa noção, abrangendo toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas. Daí nos interessar, além das políticas regionais, também as urbanas, ambientais, de colonização, de fronteiras internas e externas, de integração nacional, além de programas especiais tais como os de descentralização industrial e outros tipo².

Segundo Costa, as transformações da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) em SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e do BCA (Banco de Crédito da Amazônia) em BASA (Banco da Amazônia S/A) foram consideradas os marcos decisivos do processo recente de ocupação na Amazônia. Essas medidas facilitaram os investimentos das empresas privadas na região, pois garantiam isenção de até 100% do imposto de renda, bem como de outros benefícios fiscais³.

Outras medidas foram adotadas e tiveram repercussões significativas na Amazônia: criação da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), em 1967; lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1967; colonização oficial do INCRA na faixa de até 10 km de largura nas rodovias federais; criação dos pólos regionais, na década de 70 (II PND): POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO E POLONOROESTE.

Assim, toda política de desenvolvimento adotada para a Amazônia, principalmente nas últimas décadas, teve a participação efetiva do estado brasileiro, como uma instituição que desencadeou todo esse processo de “integrar” a região ao território nacional. As inúmeras políticas implementadas ocasionaram transformações territoriais significativas na região, principalmente no que se refere à questão agrária, em que os conflitos pela terra é sua expressão

² COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. p.13-14.

mais marcante. A forma como essas medidas foram e vêm sendo efetivadas tem aguçado os diferentes interesses dos atores envolvidos: ribeirinhos, posseiros, colonos, índios, grileiros, estado, latifundiários etc. Esses conflitos têm gerado expropriações, explorações, mortes, etnocídios, genocídios, enfim, todo tipo de violência.

Hébette (1989) comenta a respeito desse processo de ocupação na região e, ao mesmo tempo, menciona as formas de resistências dos moradores locais:

A Amazônia teve a infelicidade de ser entregue para uma nova ocupação e novas formas de exploração no mais triste e mais caótico período da história política do Brasil independente. Essa fatalidade valeu no Pará momentos trágicos da ocupação latifundiária, da devastação e pilhagem de seus recursos naturais, de conflitos. Seu povo, porém, amadureceu no sofrimento e na luta; nasceram e se desenvolveram movimentos populares, organizações de trabalhadores, grupos de pressão pela defesa dos direitos humanos e pela preservação do meio ambiente. As lideranças rurais não esperaram, para se mobilizarem, as pressões de fora, necessárias para tirar as autoridades de sua indiferença e instabilidade. A racionalidade está emanando dos trabalhadores: denunciam a megalomania do Estado, a perversidade dos projetos, os danos à ecologia, redistribuem a terra, à margem da lei; plantam e produzem, mobilizando seus parques recursos tecnológicos; improvisam escolas e curam doenças à distância de hospitais; criam suas próprias instituições⁴.

É importante considerar que esse processo se deu diretamente, com mais ênfase, no estado do Mato Grosso, na região do bico do papagaio, no centro sul do estado de Rondônia, entre outros. Na calha do rio Solimões-Amazonas, no ambiente de várzea, no estado do Amazonas, onde os camponeses-ribeirinhos vêm produzindo suas vidas, estas políticas públicas não foram sentidas diretamente. Ou seja, nessas áreas de ocupação antiga, os conflitos pela terra e todas suas conseqüências, inclusive mortes no campo têm ocorrido em menores proporções. Por outro lado, essas áreas de várzea não ficaram imunes aos efeitos das políticas públicas para a região. Assim, o capital apoiado por essas políticas (incentivos fiscais) foi se estabelecendo nessas áreas, sem contudo expropriar diretamente os camponeses-ribeirinhos, porém os transforma e efetua a

³ Idem, p.68.

⁴ HÉBETTE, Jean. "O grande Carajás: um novo momento da História moderna da Amazônia paraense". In: CASTRO, E.M.R. & HÉBETTE, J. (Orgs.). **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Cadernos do NAEA 10, UFPA. Belém, 1989. p. 36.

expropriação e metamorfose da renda da terra em capital: “Estamos, pois, diante do processo de sujeição do campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção” ⁵.

A tarefa de estabelecer conceitos é sempre difícil e nem sempre alcança os objetivos propostos. Os conceitos normalmente buscam estabelecer regras gerais a respeito de determinados assuntos. Porém, os parâmetros estabelecidos nem sempre condizem com a realidade, devendo ser utilizado como instrumento de análise. Se eles têm uma validade de generalização não podem simplesmente ser aplicados para explicar a realidade, que é infinitivamente mais rica. “Sua utilidade e utilização estão sujeitos às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamentos teóricos mais gerias e a seu esclarecimento da realidade” ⁶.

Diferentes autores têm tentado buscar elementos para caracterização do campesinato, que serão utilizados como apoio na compreensão da produção camponesa na várzea amazônica, em especial na várzea do município de Manacapuru-AM. O objetivo é trabalhar com um conceito que possa ser utilizado para melhor compreender a realidade dos camponeses-ribeirinhos na Amazônia. Para isso, é necessário considerar que “la captación de um fenómeno sólo puede lograrse dentro del contexto histórico en que tiene lugar. Los esquemas teóricos generales permiten ilustrar ciertas realidades, pero no dar cuenta del movimiento efectivo de ella” ⁷. No mesmo sentido, vai a afirmação de Shanin (1980): “O uso da generalização como conceito não implica obviamente a homogeneidade dos camponeses (...). Qualquer generalização, baseada na comparação, assumirá a heterogeneidade dos dados, assim como as margens ou limites da ambivalência conceitual” ⁸.

Disso resulta a validade do conceito de camponês, considerando sempre seu caráter geral e específico, pois para Shanin:

⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1987. p. 13.

⁶ SHANIN, Theodor. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações”. **Estudos CEBRAP**, n°. 26, Editora Vozes, 1980. p. 70.

⁷ CERECEDA, Luz e BARRIA, Lillian. **Comportamento econômico y racionalidad del campesino**. Santiago de Chile: ICECOOP, 1984. p.07.

⁸ SHANIN, Theodor, op. cit., 1980, p. 49.

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas, os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses⁹.

Desse modo, nesse trabalho, buscar-se-á compreender o campesinato na várzea amazônica diante desse quadro geral e específico que trouxe modificações, às vezes profundas, nas suas vidas, marcadas quase sempre por mudanças significativas em sua relação com a natureza.

Shanin (s/d), ao estudar o campesinato, tem a compreensão de que o objetivo “consiste em oferecer um ponto de partida para um tratamento sistemático do geral, o diverso, o relativamente estável e o modificável na economia camponesa, e a forma em que a mesma é afetada pelas políticas estatais”¹⁰.

Portanto, os camponeses não podem ser considerados autônomos, auto-suficientes. Eles estão inseridos no conjunto da sociedade, nesse caso, a sociedade capitalista. Por isso, para Shanin:

A auto-suficiência da aldeia é rompida no geral em duas formas: sempre existem algumas relações entre distintas aldeias nos quais volta a aparecer uma interação social mais ampla, por exemplo, os lugares de mercado, as redes de parentesco; existem as redes mais ou menos centralizadas de dominação que penetram o campo, unindo a hegemonia política e cultural com a exploração por parte dos fazendeiros, o estado e a cidade¹¹.

Assim, nesta pesquisa, o conceito de camponês deve ser compreendido como afirma Shanin:

A exploração camponesa forma uma pequena unidade de produção-consumo que encontra seu principal sustento na agricultura e apoiada, principalmente no trabalho familiar. As necessidades de consumo familiar e as dívidas contraídas

⁹ Idem, p. 75.

¹⁰ SHANIN, Theodor. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Editora Anagrama, s/d. p. 15

¹¹ Idem, p.16.

com os detentores do poder político-econômico definem em grau maior o caráter da produção ¹².

Os autores que pesquisaram a região amazônica com base no conceito de camponês designaram diversos termos para este morador da várzea amazônica. Assim, Fraxe (2000)¹³ utilizou o termo “homens anfíbios”; para identificá-lo, procurando representar o modo de vida desses moradores que habitam dois ambientes: a terra e a água. Já Oliveira Jr (1991)¹⁴, em sua pesquisa na região das ilhas, município de Gurupá-PA, próximo à foz do rio Amazonas, identificou dois tipos, que ele denominou de “ribeirinhos”, para os moradores da várzea, e “roceiros” para os moradores da terra firme. Por outro lado, Cruz (1999)¹⁵ no trabalho desenvolvido no Careiro da Várzea, estado do Amazonas, designa para esses habitantes “caboclos-ribeirinhos”. Witkoski (2006)¹⁶ no seu estudo na calha do rio Solimões-Amazonas denomina para os moradores da várzea de “camponeses amazônicos”. Castro (1997) reconhece como “ribeirinhos”, mostrando a estreita relação desse morador das margens dos rios, lagos, paranás e igarapés com a natureza na região:

Encontramos nos denominados *ribeirinhos*, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagem de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada¹⁷.

¹² Idem, p. 17.

¹³ FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios: uma etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2000.

¹⁴ OLIVEIRA Jr, Paulo Henrique B. **Ribeirinhos e roceiros: gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá-PA**. Dissertação de mestrado, USP, 1991.

¹⁵ CRUZ, M. J. M. **Cacoclos-ribeirinhos da Amazônia: um estudo da organização da produção camponesa no município do Careiro da Várzea-AM**. Dissertação de mestrado, USP, 1999.

¹⁶ WITKOSKI, Antônio Carlos, op. cit

¹⁷ CASTRO, Edna. “Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais”. In: CASTRO, E. & PINTON, F. **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997. p. 226 e 227.

Na presente tese, optou-se pela designação de “ribeirinho”, que será sempre empregada, juntamente com o termo camponês: “camponês-ribeirinho”. Ribeirinhos, aqui entendidos, literalmente, como quem mora às margens do rio, ou em alguns casos, sobre o rio, em casas flutuantes ou palafitas. Assim, temos ribeirinhos no campo e na cidade, os quais moram às margens do rio, dos igarapés. O que nos interessa, nessa pesquisa, são os camponeses-ribeirinhos, pois ser ribeirinho, para esses camponeses, é muito mais que uma posição geográfica – morar às margens do rio. O rio (a água) é um complemento da vida, ou a própria vida, como descreve Tocantins:

Não há no mundo uma região onde melhor se ajuste a imagem dos caminhos andantes do que a Amazônia. As suas baías, os seus golfos, rios, paranás, lagos e igarapés, consagram a frase de Pascal, sob o aspecto da Geografia dinâmica e o das manifestações de vida do homem, cujo destino está entregue aos caminhos que andam¹⁸.

Portanto, rio e camponês-ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas, o camponês-ribeirinho oferece sua proteção, por meio de suas representações (seus mitos), como a mãe-d’água, a cobra grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta relação dialética da humanização da natureza e naturalização do homem.

O conceito de território, por sua vez, deve ser compreendido, conforme destaca Oliveira (2002):

Como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações superestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) em que o estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência¹⁹.

Assim, torna-se fundamental no estudo do território a compreensão da totalidade do processo sem, contudo, perder de vista as múltiplas relações com o local, que serão exploradas na pesquisa. Entretanto, esse aspecto singular, só

¹⁸ TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1972. p.303.

pode ser compreendido à medida que for inserido numa escala mais ampla de análise, a partir de uma realidade concreta.

Na realidade, não existe um território acabado, estável. Nesse sentido, ele deve ser entendido como assinala Oliveira:

O processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve, logo, a construção é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução²⁰.

Portanto, dar-se-á ênfase a uma perspectiva relacional do território, na qual serão consideradas como fundamentais as relações histórico-sociais. Para Raffestin (1993) “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”²¹. Ou seja, para esse autor, o território deve ser compreendido numa visão multiescalar. Para ele, “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”²². Dessa forma, afirma que o território “é um espaço onde se projeta um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”²³.

O território, portanto, para Raffestin “é uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder”²⁴.

A territorialidade que para Raffestin (1993), é vista mais como uma noção do que como um conceito, “adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade,

¹⁹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. “A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro”. In: Carlos, Ana Fani A. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 74.

²⁰ Idem, p. 74 e 75.

²¹ RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. p. 143.

²² Idem, p.143.

²³ Idem, p. 144.

²⁴ Idem, p.144.

pelas sociedades em geral”²⁵. Raffestin considera a territorialidade como uma relação triangular “no sentido de que a relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros”²⁶. Raffestin concebe a territorialidade e seus elementos que a constituem como sendo dinâmicos, isto é, “são suscetíveis de variações no tempo”²⁷. Em outras palavras, apresenta uma historicidade.

Para Sack (1986), a territorialidade humana envolve “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado”²⁸. Para ele, a territorialidade deve ser “entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada”²⁹.

A base teórica dessa pesquisa será a dialética marxista, fundamentada nos trabalhos de Marx e de um conjunto de autores, tanto clássicos como contemporâneos, que tiveram a preocupação de compreender o desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo: Teodor Shanin, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, dentre outros.

A dialética marxista, como corrente filosófica da Geografia, aparece nos trabalhos de vários geógrafos brasileiros que se dedicaram a estudar a Geografia Agrária, dentre os quais podemos destacar: Manuel Correia de Andrade, que realizou um estudo, tornado já clássico, sobre o nordeste brasileiro³⁰; Orlando Valverde, no seu famoso livro sobre a Agricultura Brasileira³¹; Pasquale Petrone, que estudou a região considerada mais pobre do estado de São Paulo – a baixada do Ribeira; Manuel Seabra, que realizou um estudo a respeito do cinturão-verde paulistano e das cooperativas mistas de São Paulo.

Diversos autores marxistas também foram influenciados por outras correntes filosóficas do pensamento, como o positivismo, o historicismo e, até mesmo, o racionalismo, que possibilitaram o surgimento de diferentes concepções teóricas.

²⁵ Idem, p.158.

²⁶ Idem, p.160.

²⁷ Idem, p. 161.

²⁸ SACK apud HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 86.

²⁹ Idem, p.86.

³⁰ ANDRADE, Manuel C. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

³¹ VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

Nesse sentido, para situar a discussão da Geografia Agrária na atualidade, é necessário retomar essas diferentes proposições teóricas formuladas por autores marxistas que têm se dedicado a estudar a agricultura brasileira.

Assim, uma dessas correntes, formulada por um grupo de autores, defendem a posição de que no campo brasileiro houve a existência de relações feudais ou semifeudais de produção. Segundo esses autores, para o país sair do atraso econômico e conseguir alcançar as nações desenvolvidas, seria necessário urgentemente a penetração do capitalismo no campo brasileiro, o qual teria como incumbência destruir a economia natural, separando, conseqüentemente, o pequeno produtor familiar dos laços feudais, tornando-se, portanto, pequeno produtor individual independente. Ao se tornar produtor, este ficaria mais vulnerável à economia de mercado, abandonando, em seguida, a indústria doméstica. Tornando-se, assim, apenas um agricultor e, à medida que se insere no mercado, tenderia a ficar endividado e a se separar cada vez mais dos meios de produção, tornando-se, portanto, proletário.

Além desses pontos, esses autores apoiavam a reforma agrária com o objetivo de destruir o feudalismo e implantar definitivamente o capitalismo no campo.

Já, a segunda corrente teórica, tem por base autores clássicos, como Lênin³² e Kautsky³³, e parte do pressuposto de que as relações de produção capitalista já é fato presente no campo brasileiro. Para esses autores, à medida em que os camponeses se inserem ao mercado capitalista, a tendência é aumentar a diferenciação interna no interior desse tipo de organização social, ocasionando, conseqüentemente, sua posterior destruição. Assim, o resultado final dessa inserção da produção camponesa ao mercado capitalista seria o desaparecimento do campesinato e a constituição de duas classes: burguesia e proletariado rural.

Essa corrente ainda defende a tese de que no campo brasileiro está ocorrendo a modernização do latifúndio, na qual, por meio da adoção de novas tecnologias e insumos modernos, esses latifundiários evoluíam para empresas rurais capitalistas, criando-se, portanto, os novos capitalistas no campo.

³² LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

³³ KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

Assim, para esse grupo de autores, qualquer possibilidade de permanência camponesa na sociedade capitalista, e isso nunca deixou de ser visível no campo brasileiro, é logo interpretado como resíduo que fatalmente desaparecerá em um futuro próximo. Portanto, para esses autores, não há lugar para os camponeses na sociedade capitalista, pois os mesmos acreditam na existência de apenas duas classes sociais no seu interior: burguesia e proletariado. Daí, também, entenderem que o camponês é um sujeito social de fora da sociedade capitalista.

A terceira corrente teórica de interpretação da agricultura brasileira mostra que a persistência e o aumento dos camponeses no Brasil devem ser entendidos no interior do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, o qual deve ser compreendido como contraditório e combinado. Isto significa dizer que o capitalismo, à medida que reproduz relações especificamente capitalistas no campo, por meio, por exemplo, do assalariamento, produz, ao mesmo tempo, relações não capitalistas de produção, como o trabalho familiar, necessário a sua própria existência³⁴. Oliveira (1990) faz a seguinte interpretação dessa questão: “Numa perspectiva histórica, o camponês surge como redefinição dentro do modo capitalista de produção, representado tanto na sua subordinação ao capital, quanto na sua exclusão ao processo de apropriação da mais-valia global”³⁵.

A tese está dividida em uma introdução, seguidas de seis capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo procura discutir a formação dos camponeses-ribeirinhos na várzea amazônica, para tanto, é necessário realizar uma breve retrospectiva histórica da constituição dessa nova classe agrária, que deve ser entendido no contexto do processo de desenvolvimento do capitalismo em escala nacional e internacional.

Os camponeses-ribeirinhos estão estabelecidos há muito tempo na várzea amazônica, sendo sua origem e formação o resultado de um prolongado processo de intercâmbio cultural, iniciado no século XVII, com a ocupação luso-espanhola, que ocasionou alterações no modo de vida das inúmeras sociedades indígenas que habitavam a região. Esse processo de trocas culturais entre os europeus e os índios das águas foi intensificado, no século XVIII, durante o período pombalino

³⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, op. cit., 2002.

³⁵ OLIVEIRA, Bernadete A. C. Castro. “Camponês”. In: **Revista Orientação**. Nº. 08, IG-USP, São Paulo, 1990. p. 102.

(1750-1777), no qual um conjunto de medidas com o objetivo de atender os interesses mercantilistas foi implantado na região. Essas medidas tiveram papel decisivo, pois modificaram definitivamente as características indígenas na Amazônia, passando, a partir de então, a se constituir, cada vez mais, como Amazônia colonial sob o domínio português.

No final do século XVIII e início do século XIX, já estava constituída uma população resultante das relações entre europeus, principalmente os portugueses e os índios das águas. Portanto, a origem dos camponeses-ribeirinhos que atualmente habitam as áreas de várzea na Amazônia foi anterior à crise da produção da borracha que se deu a partir de 1910/1912.

Por outro lado, a procura pela borracha no segundo quartel do século XIX, visando a atender uma demanda internacional em expansão, exigiu a necessidade de se recorrer a força de trabalho de fora da região. Como esse período coincidiu com uma grande seca no nordeste brasileiro, facilitou o arregimento de força de trabalho nordestina para a exploração do látex na árdua vida dos seringais. Neste período, ocorreu uma expressiva migração de nordestinos para a Amazônia, (cerca de 500.000), que também, entraram em contatos com os camponeses-ribeirinhos já estabelecidos, intensificando, ainda mais os processos culturais na várzea da região.

Witkoski (2006) faz um comentário com relação à constituição do ser caboclo (ribeirinho) na Amazônia:

Ser caboclo, nos parece, é ser também uma multiplicidades de seres, é um devir que sempre incorpora novas significações. É, certamente, antes de tudo, miscigenação de brancos com índios! Mas não é só isso. Não poderia ser só isso. É uma reunião de coisas próximas e/ou opostas, como mostramos, porque é um composto biológico, social e cultural de representantes de duas civilizações antagônicas. Mas não é só isso. É, também, de modo mais recente, o resultado da mistura de parte da população do nordeste brasileiro (os sertanejos) com populações amazônicas – o que dá novos matizes a esse ser e a seu modo de ser³⁶.

É importante considerar que todo esse processo de ocupação na Amazônia se deu obedecendo às condições naturais da região caracterizadas pelas inúmeras vias fluviais. Os ribeirinhos, que atualmente habitam as margens dos

rios, paranás, furos, lagos e igarapés, no estado do Amazonas, constituem a maior população rural daquela unidade da federação.

O segundo capítulo discute o processo de mundialização da economia, o qual tem como preocupação compreender a formação e consolidação dos grandes monopólios capitalistas internacionais – as multinacionais. Três processos inter-relacionados são apontados para a expansão geográfica dessas empresas nos países centrais e no terceiro mundo: a) movimentos internacionais de capitais; b) produção capitalista internacionalizada; c) ações internacionais de governo. Esse três processos possibilitaram a formação de um mercado mundial e de um mercado internacional de capitais, constituindo, dessa forma, o processo de mundialização da economia capitalista, que pressupõe de acordo com Oliveira (1998) uma mundialização da atividade industrial e sua instalação e difusão por todo mundo, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

Diante desse contexto é que se pode compreender como se produzem as zonas francas no mundo contemporâneo, destaque especial é dado à criação da Zona Franca de Manaus, enquanto economia de enclave, e sua repercussão na formação de um mercado interno e na dinâmica da produção do estado do Amazonas e de toda região.

Ainda nesse capítulo, é propósito analisar os fluxos dos barcos de passageiros e cargas que fazem linha para a cidade de Manaus. São dois segmentos de transporte fluvial que atuam nessas linhas, tendo como itinerário Manaus: a) transporte microrregional – operado por barcos de pequeno e médio porte, que atuam nas inúmeras comunidades/localidades nas proximidades de Manaus; b) o transporte macrorregional – compõe essa frota, grandes barcos, que atuam nos municípios distantes de Manaus e outros fora do estado do Amazonas.

No terceiro capítulo, o enfoque central da discussão é o município de Manacapuru e as mudanças nas relações regionais, nacionais e internacionais. Para tanto, é necessário entender a formação das comunidades no contexto amazônico e o papel que as mesmas desempenham como unidades de articulação territorial na várzea amazônica. Em seguida, é preciso compreender as mudanças nas estruturas internas de organização territorial que ocorrem nas propriedades/posses ocupadas pelos camponeses-ribeirinhos. Entretanto, antes é

³⁶ WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terra, floresta e água: os camponeses amazônicos e as formas de uso de**

vista, em linhas gerais, a situação agrária das terras inundáveis na várzea amazônica, consideradas como bens da união, não havendo, portanto, possibilidades de ser tituladas. Esse capítulo ainda contempla a análise sobre o fluxo dos barcos de linha que atuam no município de Manacapuru. Essa frota é constituída de barcos de pequeno e médio porte e atuam nas inúmeras comunidades rurais espalhadas pelo município, bem como nas comunidades de outros municípios.

A segunda parte da tese, a territorialização camponesa na várzea da Amazônia é composta por três capítulos que estão inter-relacionados e nos ajudam a compreender de forma conjunta as relações que os camponeses-ribeirinhos mantêm com as diferentes territorialidades que compõem seu modo de vida, a partir de sua inserção mais intensa, nas últimas décadas, a economia de mercado. Para tanto, serão consideradas a territorialidade agropastoril, a territorialidade aquática e a territorialidade florestal. A primeira, que corresponde ao quarto capítulo, se refere ao uso da terra na várzea amazônica, com destaque para a várzea de Manacapuru, na qual serão discutidas as diferentes formas de apropriação e uso individual/familiar das terras de cultivos: a roça, a cultura da juta, o sítio. Uma outra preocupação desse capítulo é discutir o uso comum das terras de pastagens, em que aparece o pasto natural. Em seguida, são analisados a apropriação e o uso individual/familiar das terras acrescidas na frente e no fundo da propriedade, como resultado dos depósitos de sedimentos deixados pelo rio Solimões, durante as enchentes/cheias anuais, bem como o uso comum e a apropriação individual/familiar das terras que surgem no rio: as ilhas.

A segunda, que corresponde ao quinto capítulo, tem como objetivo compreender as diferentes formas de uso da água na Amazônia no que se refere às atividades haliêuticas realizadas pelos camponeses-ribeirinhos e está dividida no uso do ambiente lago e no ambiente rio, no caso do rio Solimões. No primeiro, a forma de uso é comum, entretanto, com a expansão da pesca comercial, a partir da década de 1960, houve um aumento sem precedente da atividade pesqueira nesse ambiente, o que tem ocasionado conflitos pelo uso desse espaço aquático na várzea amazônica. No segundo, que se refere ao rio Solimões, a forma de uso ocorre de duas maneiras: acesso livre e uso comum. Nesse estudo, é discutida a

passagem de uma forma de acesso livre, em que os camponeses-ribeirinhos podiam usar seus instrumentos de pesca em qualquer hora e lugar, para o uso restrito, em que as turmas de pescadores estabeleceram territorialidades de pesca e ordem de uso nessa porção de água apropriada por meio do sistema de vez. Além disso, é propósito discutir, nesse capítulo, um exemplo de lago de terra firme, em que ocorre a apropriação e uso individual/familiar por meio da parcelização das águas. Trata-se da pesca de lanço, que é uma porção de água apropriada e usada para pesca pelos camponeses-ribeirinhos que, ao prepararem a terra para a atividade pesqueira, reivindicam para si o direito de uso de uma territorialidade exclusiva de pesca como prolongamento dos direitos de uso dos espaços terrestres.

As territorialidades florestais são o foco de análise do sexto e último capítulo da tese e tem como preocupação entender as diferentes formas de uso da floresta pelos camponeses-ribeirinhos: floresta de uso comum e floresta de apropriação e uso individual/familiar.

PARTE I – TRANSFORMAÇÕES NA AMAZÔNIA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

CAPÍTULO 1 - A FORMAÇÃO DOS CAMPONESES-RIBEIRINHOS NA VÁRZEA AMAZÔNICA

Quando os primeiros viajantes europeus penetraram na Amazônia, encontraram estabelecidos, ao longo da calha do rio Solimões/Amazonas e afluentes, inúmeras sociedades indígenas. Essa constatação é apresentada através dos cronistas que acompanharam as primeiras expedições e tiveram como tarefa relatar todo o percurso na região. Assim, Gaspar de Carvajal, cronista da expedição de Orellana (1541-42), relata a existência de muitas aldeias de tamanho variados, intensamente povoadas. Segundo ele, algumas dessas aldeias eram tão extensas que chegavam a se estender por cinco léguas, sem haver separação de uma casa da outra. Para esse período de contato entre os europeus e os índios das águas, Denevan (1976)³⁷ estimou a densidade populacional na várzea amazônica em 14,6 hab./Km².

Gaspar de Carvajal narra, ainda, a existência, nessas aldeias, de uma enorme quantidade de alimentos, dando a impressão, à primeira vista, de tratar-se de uma economia voltada para produzir excedente. Entretanto, essa fartura de alimentos tinha como objetivo apenas o autoconsumo. Havia, portanto, a disponibilidade de muitas tartarugas, peixe-boi, diversas espécies de peixes, além de uma variedade de aves, macacos, milho, mandioca, inhame e frutas diversas.

Chistobal de Acuña, cronista oficial da expedição de Pedro Teixeira (1637-39), também, relatou a existência de mais de 150 aldeias, todas densamente povoadas e com línguas diferentes. Descreve, detalhadamente, a fartura e a conservação dos alimentos existentes, nessas aldeias, ao longo do rio Solimões/Amazonas. Relata as diferentes técnicas de cultivos, relacionando-os com as oscilações do nível do rio: como essas áreas de várzea são anualmente inundadas pelo processo de enchente/cheia, costumavam realizar a colheita de seus plantios antes da inundação desse ambiente.

Com relação à cultura material, os cronistas desse período mencionam nos seus relatos a presença de uma diversidade de instrumentos de trabalho. Segundo Gaspar de Carvajal (1941):

³⁷ PORRO, Antonio. **O povos das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Rio de Janeiro: Vozes; Edusp, 1995. p. 23.

...havia grande quantidade de artigos de porcelana, de feitos diversos, jarras e cântanos muitos grandes, com capacidade para mais de vinte arrobas, e outros objetos pequenos tais como pratos, vasos de louça e candelabros de porcelana, a melhor que já se viu no mundo, pois de Málaga não é igual, porque esta é vitrificada e enfeitadas com todas as cores tão vivas que deslumbram (...). Os desenhos e as pinturas que fazem sobre ela são tão bem trabalhados que nós admiramos como possam somente com habilidade natural fazer e decorar todas essas coisas³⁸.

Essas diferentes sociedades indígenas ao longo do rio Solimões/Amazonas e afluentes permanecerão sem sofrer alterações significativas no seu modo de vida durante quase todo o século XVI, pois nesse período a Amazônia praticamente não foi explorada pelos europeus. Na realidade, Espanha e Portugal, ainda unificados, somente vão ter interesse na posse e conquista do território amazônico, à medida em que outros povos europeus começaram a manter contato com os índios na costa norte e na região estuariana do rio Amazonas. Os holandeses, inclusive, chegaram a instalar fortes e entrepostos comerciais no atual estado do Pará no início do século XVII. Como esse período coincide com a valorização e exploração de novos recursos naturais no mercado europeu, a União Ibérica começou a expulsar os outros povos interessados na exploração das drogas do sertão na região.

Em 1616, com a fundação do forte do Presépio pelos portugueses, na baía do Guajará, tem início o processo de colonização na Amazônia. Ao mesmo tempo, Portugal e Espanha, recorrem aos missionários, unindo a ação missionária e ocupação militar para implementar tal processo.

... a presença religiosa na Amazônia faz parte do (projeto e do) trajeto de loteamento, ainda conjunto, de Portugal e Espanha (...). Como ação interventiva da conquista e colonização ibérica são também os organizadores das aldeias, primeiros aglomerados populacionais criados sobre os agrupamentos originários. Cada lote definido na competição mercantil era um espaço conquistado para a colonização espiritual (...). A imperiosidade da catequese e a conversão dos gentios em aliados contra os holandeses, ingleses. É enfeitar a conquista numa guerra santa entre católicos e hereges; projetar na violência da colonização uma necessidade divina. O objetivo é formar súbitos cristãos³⁹.

³⁸ CARVAJAL, Gaspar. **Descobrimento do rio Amazonas**. São Paulo: Editora Nacional – Coleção Brasiliana, 1941. p. 201.

³⁹ SILVA, Marilene Corrêa. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Edua, 1996. p. 21.

Com a restauração do reino de Portugal, em 1640, e da expulsão definitiva dos outros povos europeus, fato que ocorreu em 1647/48, houve uma intensificação no processo de colonização na Amazônia. Dessa forma, a ação missionária, bem como a ocupação militar na região teve total apoio da coroa portuguesa. Assim, as missões religiosas de várias ordens e congregações foram instaladas ao longo dos rios amazônicos. Para tanto, foi necessário o deslocamento dos índios das suas aldeias para formar novos agrupamentos, com características urbanas. Nesse novo espaço físico e social, os índios, originários de diferentes sociedades indígenas, aprenderam diversos ofícios, de acordo com interesses dos missionários. Além disso, estes ensinavam a língua geral (o neengathu), a cantar e a ler nessa língua.

O tratado de Madrid, assinado pela Espanha e Portugal, em 1750, é o marco decisivo de consolidação dos interesses portugueses na Amazônia. A intenção desse acordo era resolver os conflitos gerados durante o processo de conquista entre portugueses e espanhóis. Assim, ficou estabelecido que Portugal teria direito ao território já conhecido e conquistado correspondendo, praticamente, ao que é atualmente a Amazônia brasileira⁴⁰.

Diante disso, a coroa portuguesa muda de estratégia política de ocupação na Amazônia. Nesse momento o Senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, tornou-se o secretário dos negócios estrangeiros e da guerra, logo no início do reinado de D. João I, em 1750. Tem-se, assim, o começo do período pombalino na Amazônia que durou até 1777. Com o propósito de consolidar o domínio português neste vasto território amazônico, Pombal implementou um conjunto de medidas que vai alterar de forma significativa o quadro social, econômico e político na Amazônia.

A primeira medida tomada por Pombal, considerada como fundamental para dinamizar o domínio de Portugal na região amazônica, foi a criação do estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, tendo como centro decisório a cidade de Belém, em substituição ao estado do Maranhão e Grão-Pará que tinha como sede São Luís. Essa medida é estratégica, pois a capital do novo estado está localizada na entrada do rio Amazonas, servindo de ponto de apoio para as

inúmeras expedições explanatórias que, cada vez mais, procuravam a região por meio dos vários caminhos fluviais existentes.

Em seguida, outras medidas foram tomadas para concretizar o domínio português na Amazônia: 2) criação da Capitânia de São José do Rio Negro, em 1755, cuja capital foi estabelecida em Mariuá no Rio Negro, devido à abrangência do estado do Grão-Pará e Maranhão; 3) incentivar o processo de trocas culturais entre colonos e índios. Para tanto, a coroa portuguesa oferecia uma série de vantagens, como doações de terras, armas, instrumentos agrícolas etc, para os colonos que se casassem com uma mulher indígena. Essa medida tinha como objetivo incentivar a imigração de colonos portugueses para ocupar definitivamente a imensidão amazônica; 4) instituição da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará, em 1755, cuja função principal era financiar a produção de arroz e algodão para atender uma demanda internacional; 5) extinção, em 1755, do regime das missões, tirando dos missionários o poder temporal das aldeias. Em seu lugar, foi criado o diretório dos Índios, em 1757.

Do conjunto de medidas elaboradas e/ou implementadas durante o período pombalino (1750-1777), foi à criação do Diretório dos Índios a que teve maior impacto no modo de vida das diferentes sociedades indígenas existentes na Amazônia. Dessa maneira, os 95 parágrafos que compõem o documento de sua criação alterou definitivamente a face indígena na região. Witkoski (2006) interpreta essa questão da seguinte forma:

No âmago da concepção filosófica dos 95 artigos que formam a constituição do diretório dos índios, está, obviamente, a visão eurocêntrica de mundo que possui, na sua essência, a perspectiva de tornar o ameríndio amazônico um se “ocidentalizado”, “civilizado”. Em que contexto surge o diretório? Aparece no momento de aprofundamento das novas configurações geográficas, econômicas, sociais e culturais na região, visando criar e recriar as condições das desigualdades e subalternidade dos povos indígenas⁴¹.

Dentre as medidas implantadas com a instituição do diretório dos índios pela coroa portuguesa estão: a) estabelecimento da obrigatoriedade da língua

⁴⁰ A expansão desse território somente foi alterada com a anexação do Acre, em 1903, por meio do tratado de Petrópolis, assinado entre o Brasil e a Bolívia.

⁴¹ WITKOSKI, Antonio Carlos, op. cit., p. 72.

portuguesa, em substituição ao neengathu, língua geral, variante do tupi, anteriormente imposta pelos missionários; b) alteração na forma de morar dos indígenas, na qual as habitações coletivas são substituídas pelas habitações individuais, evitando assim, segundo os conquistadores, o agrupamento, a promiscuidade sexual e a libertinagem; c) incentivo para a ascensão e diferenciação social entre os índios e entre estes e os colonos; d) alteração nas formas de se vestir dos indígenas, sendo, portanto, desenvolvido como virtude o hábito de andarem com roupas; e) o trabalho deve ser visto como uma prática terrena e espiritual – princípio que estimula o trabalho agrícola, visando o desenvolvimento de uma agricultura voltada para o abastecimento inter/intra-regional e para exportação; f) desenvolver o espírito de ambição, tendo como propósito combater a ociosidade e a pobreza; g) introduzir o comércio com a finalidade de servir de instrumento de comunicação, civilidade e motivação para riqueza; h) a mão-de-obra indígena não deveria ser paga com dinheiro, pois se alegava que os índios não tinham capacidade de gerir seus próprios negócios; i) todas as transgressões sociais, assim como fugas, serão punidas com rigor; j) recomenda-se que as aldeias sejam transformadas em vilas/povoados e adotadas nomes portugueses, em substituição à toponímia neengathu.

É importante considerar que a instituição do diretório vai coincidir com a alteração das formas de atuação da coroa portuguesa na Amazônia. Assim, a ação missionária, até então dominante no processo de conquista e posse, cede lugar para uma intervenção política mais direta do estado português, na qual o colono com seu poder, cada vez mais opressor, tornar-se-á a figura central da colonização portuguesa na região. Segundo Diegues Júnior (1980), neste período, também vieram muitas famílias de portugueses para a Amazônia e para o sul do Brasil:

No século XVIII, verificou-se uma forma de imigração dirigida com o que se chamou os “casais”, isto é, famílias vindas dos Açores ou da Madeira que se localizaram principalmente na Amazônia e no extremo sul. A estes casais não se pode negar a importância, e grande importância no povoamento do Brasil, não só do ponto de vista étnico como também no social e político. Sua localização no extremo norte e no extremo sul teve por objetivo assegurar o domínio português

através do “uti possidetis” na definição das fronteiras territoriais em 1750, e, posteriormente, em 1777⁴².

Com o objetivo de viabilizar os interesses mercantilistas na Amazônia, os conquistadores portugueses, seja por meio do regime das missões, seja pelo diretório, vão praticar contra os índios das águas um verdadeiro processo de etnocídio. Assim, ao final do século XVIII e início do século XIX, as diferentes sociedades indígenas que habitavam o ambiente de várzea na Amazônia, já se encontravam seu modo de vida totalmente modificados. Dessa forma, a Amazônia que originalmente permanecera indígena vai sendo gradativamente transformada em Amazônia sob o domínio português, a Amazônia portuguesa ou Amazônia colonial.

Witoski (2006) nos lembra que:

... ao fim do século XVIII, os índios das águas já constituíam, praticamente um amontoado humano indiferenciado – os destreibilizados, os mestiços, os caboclos etc., no começo do século XIX, encontravam-se vagandos expostos ao aliciamento do novo instrumento de poder da coroa portuguesa – o corpo de trabalhadores (1798) – instituição que substituirá o diretório, na captação e administração da força de trabalho na Amazônia⁴³

Quando a procura pela borracha se intensificou a partir de meados do século XIX já estava constituído na Amazônia um campesinato que é fruto do processo de intercâmbio cultural dessas duas civilizações: de um lado os europeus, principalmente os portugueses e de outro as inúmeras sociedades indígenas preexistentes. Assim, à medida que os negócios com a borracha se expandiam, esse campesinato ia, cada vez mais, se integrando a essa nova atividade econômica, sem, contudo, deixar de praticar a pesca, a caça, a agricultura, a criação e outras atividades ligadas ao meio ambiente onde viviam.

Assim, em certos setores da Amazônia brasileira, a extração da borracha continuou a ser uma alternativa atraente à rígida rotina de subsistência e oferecendo ao seringueiro o acesso a bens que ele mesmo não podia

⁴² DIÉGUES Jr., Manuel. **Etnias e culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. p. 86.

⁴³ WITKOSKI, Antônio Carlos, op.cit., p. 80.

produzir e não o expondo a formas de repressão declaradamente ameaçadoras”⁴⁴.

As autoridades e a elite regional estavam preocupados com a expansão da produção da borracha na região, em muitas ocasiões manifestaram opiniões contrárias a demanda crescente desse produto e o conseqüente abandono de outras atividades, principalmente a agricultura. A mensagem do presidente do Pará à Assembléia Legislativa daquela província, condena a participação dos camponeses-ribeirinhos a atividade produtiva do látex, em detrimento da produção agrícola:

O emprego quase exclusivo dos braços na extração e fabrico da borracha, a ponto de ser preciso atualmente receber de outras províncias gêneros de primeira necessidades, e dantes produzíamos até para fornecer-hes. Isto constitui certamente um mal; tant mais porque os lucros avultadissimos dessa industria que absorve e aniquila todas as outras, longe de tenderem à criação da pequena propriedade, com sua permanência e as suas vantagens, e à divisão da riqueza, só dão em último resultado acumularem esta em poucas mãos, e pela maior parte estrangeiras, acarretando a miséria à grande massa daqueles que atrás dela abandonaram seus lares, os seus pequenos estabelecimentos e, talvez, as suas famílias, para se entregarem a uma vida de incertezas e privações, e na qual os ganhos da véspera evaporam-se no dia seguinte”⁴⁵

Como se vê, a preocupação das autoridades locais, seja no Pará e no Amazonas, era pelo abandono da atividade agrícola pelos camponeses-ribeirinhos com a expansão da exploração do látex na região. Entretanto, não houve uma queda significativa na produção dos principais produtos agrícolas até 1872. Isso mostra que os camponeses-ribeirinhos não abandonaram a agricultura, mantendo, portanto, em várias localidades da Amazônia uma combinação de atividades: pesca, caça, extrativismo, agricultura, pequena criação e outras. Dessa forma, não exerceram somente a função de seringueiros, como se imagina para esse período, mas uma produção diversificada, que possibilitou aos camponeses-ribeirinhos manter uma certa flexibilidade com o sistema do barracão. Esse aspecto permite compreender um pouco da trajetória desse campesinato na região, pois com a

⁴⁴ WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 42.

⁴⁵ Idem, p.55.

crise da produção da borracha desencadeada a partir de 1910-1912, muitos camponeses-ribeirinhos abandonaram a extração do látex, porém não perderam a condição de camponês.

CAPÍTULO 2 - A MUNDIALIZAÇÃO DA ECONOMIA

A economia mundial, pós-Segunda Guerra, caracterizou-se principalmente pela consolidação dos grandes monopólios capitalistas internacionais denominados de multinacionais.

As multinacionais são portanto a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que por sua vez permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais⁴⁶.

Segundo Oliveira (1988), três processos inter-relacionados marcaram o domínio e expansão das empresas multinacionais no mundo contemporâneo: movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacionalizada e ações internacionais de governo. Esses três processos possibilitaram a formação de um mercado mundial e de um mercado internacional de capitais que, por sua vez, gerou o processo de mundialização da economia capitalista. Esse novo momento da economia mundial engendrou a formação de uma nova divisão internacional do trabalho. Esta rompe com a antiga divisão do mundo, que tinha de um lado os países produtores de bens manufaturados e de outro os países produtores de matérias-primas.

A mundialização da economia pressupõe uma descentralização da atividade e sua instalação e difusão por todo mundo. Pressupõe também um outro nível de especialização dos produtos oriundos dos diferentes países do mundo para o mercado internacional (...). Portanto, o capitalismo não está centrado somente países ricos; o centro do capitalismo está em todos os lugares no mundo onde as empresas multinacionais estão. Essa é, pois, a nova ordem internacional criada pelo capitalismo monopolista⁴⁷.

⁴⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. “A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX”. In: ROSS, Jurandyr L. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998. p. 242 e 244.

⁴⁷ Idem, p. 248.

A expansão geográfica das empresas multinacionais se dá mais intensamente a partir da Segunda Guerra Mundial, ocorrendo tanto nos países desenvolvidos como nos países do terceiro mundo.

Diante desse breve contexto é que se pode compreender a criação das Zonas Francas ou Zonas de Processamentos de Exportações (ZPEs) em vários países industrializados e em vias de industrialização. As indústrias dos países centrais, visando atender um mercado interno em expansão, a custo mais baixo do que o praticado no conjunto da economia nacional deslocou-se para suas periferias, cujo objetivo foi se instalar naqueles lugares que oferecessem as condições adequadas para tal. Ou seja, que dispusessem de mão-de-obra barata, aliada aos incentivos fiscais. Em seguida, essas empresas multinacionais se deslocaram para os países do chamado terceiro mundo, principalmente os tigres asiáticos, motivadas também pela disponibilidade de mão-de-obra barata e vantagens fiscais, entretanto, voltadas para atender um mercado externo crescente, inclusive para as nações industrializadas⁴⁸.

Desse modo, surgiram em vários países as denominadas economias de enclave ou zonas francas, como a Zona Franca de Manaus, cuja finalidade precípua é produzir para um mercado em escala nacional/internacional.

2.1. A Zona Franca de Manaus

A Zona Franca de Manaus foi criada oficialmente pela lei nº. 3.173 de 06 de junho de 1957, tendo como idealizador o então deputado federal pelo Amazonas Francisco Pereira da Silva, entretanto, somente começou o seu funcionamento dez anos depois com a sanção pelo governo federal do decreto-lei nº. 288 de 28 de fevereiro de 1967 que ampliou a legislação anterior e reformulou o modelo, estabelecendo como uma zona de livre comércio internacional. Ao mesmo tempo foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA – com o objetivo de dirigir esse modelo de desenvolvimento. A SUFRAMA é uma “entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, gozando de autonomia administrativa e financeira, com sede na capital do estado do

⁴⁸ HAESBAERT, Rogério. **Blocos internacionais de poder**. São Paulo: contexto, 1990. p. 78-80.

Amazonas e com atuação numa área de dez quilômetros quadrados, abrangendo Manaus e arredores”⁴⁹.

A criação da SUFRAMA, na realidade, fez parte de uma política desenvolvimentista mais ampla para Amazônia denominada de “operação Amazônia”.

Em 1968, o governo federal por meio da sanção do decreto-lei nº. 356/68, datado de 15 de agosto, estendeu os benefícios da Zona franca de Manaus para toda a Amazônia ocidental, incluindo, portanto, o Amazonas, Roraima, Acre e Roraima.

Para alavancar esse modelo de desenvolvimento foi estabelecido incentivos fiscais pelo prazo de trinta anos, pois o objetivo era implantar um centro comercial, industrial e agropecuário. Para tanto, o governo federal ofereceu benefícios fiscais diferenciados do restante do país por meio da isenção de impostos como: IPI – imposto sobre produtos industrializados; I.I – imposto de importação. Este último tem atualmente uma redução de até 88% sobre o insumo destinado à industrialização. Além desses tributos federais, a Zona Franca de Manaus recebeu/recebe reforço de políticas tributárias estadual e municipal: isenção do ICM, isenção do IPTU, isenção da taxa de limpeza pública e outros. Para Oliveira (1988), com essas medidas:

Estavam, pois criadas as condições para a implantação na Amazônia de um enclave de importação. Uma espécie de área internacional de produção dentro do próprio país, a estratégia da indústria mundializada no pós-segunda guerra. O mesmo exemplo se tem em Hong-Kong, Taiwan, Seul, Singapura, etc⁵⁰.

O pólo comercial foi o primeiro a se fortalecer com a reformulação da Zona Franca de Manaus em 1967. Com a exceção de 5 itens (armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e perfumes) todos os demais produtos poderiam ser importados sem restrições. Como o governo federal, neste período, proibia a importação, houve um crescimento sem precedentes no fluxo de turistas para a capital amazonense. Isso impulsionou o setor terciário, que

⁴⁹ PANDOLFO, Clara. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994. p. 56.

⁵⁰ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas-SP: Papirus, 1988. p. 39.

registrou, segundo dados da Junta Comercial do Amazonas, mais de 1.300 empresas comerciais no ano de 1967, gerando, por conseguinte, inúmeras oportunidades de empregos.

Com a abertura do mercado brasileiro as importações, em 1991, o setor comercial de produtos importados sofreu fortes retrações, pois houve uma diminuição significativa dos turistas, ocasionando o fechamento de muitas empresas.

O pólo industrial, considerado atualmente o pilar de sustentação da Zona Franca de Manaus, principalmente depois da abertura do mercado brasileiro para os produtos importados, teve sua pedra fundamental lançada em 1968, entretanto, as primeiras indústrias só começaram efetivamente a ser implantadas em 1969. Porém, esse setor somente vai se expandir a partir de 1972, com a inauguração do distrito industrial, onde muitas indústrias, antes dispersas pela cidade de Manaus, passaram a se concentrar nesse pólo.

Em 1977, dez anos depois de existência da SUFRAMA, já havia sido implantados 135 projetos industriais, gerando um total de 26 mil trabalhadores. Em 1987, os projetos aprovados alcançaram o número de 318, propiciando a geração de 55 mil empregos diretos⁵¹. Já no ano de 2005 foram aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA 275 projetos, dos quais 98 para implantação de novas indústrias e 177 para ampliação/atualização/diversificação das indústrias já existentes. O número de empregos diretos alcançou 91 mil no ano de 2004. Em 2005, pela primeira vez na sua história, o distrito industrial de Manaus ultrapassou a cifra dos 100 mil empregos diretos.

Dos três centros propostos no projeto original, o pólo agropecuário é o que teve menor desempenho. A SUFRAMA definiu uma área, na zona rural de Manaus, para instalar o distrito agropecuário. Essa área que hoje abrange parte dos municípios de Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo, ambos criado na década de 80 do século XX, possui 600 mil hectares. O objetivo inicial era criar uma área de produção moderna e diversificada com apoio tecnológico e infraestrutura adequada nas proximidades de Manaus. Para tanto, recebeu da autarquia todo apoio necessário para concretizar tal objetivo. O resultado nas duas primeiras décadas de existência da SUFRAMA foi extremamente modesto,

provocando inúmeras críticas da opinião pública em geral. Intelectuais, políticos questionavam por que a SUFRAMA não incentivou os produtores já estabelecidos, principalmente os da área de várzea.

2.2. A Zona Franca e o crescimento populacional da cidade de Manaus

A Zona Franca de Manaus, principalmente com a expansão dos pólos comercial e industrial, como já visto anteriormente, vai exercer um forte poder de atração, ocasionando conseqüentemente uma intensa migração para a capital amazonense, alterando de forma significativa o quadro populacional no estado do Amazonas e nos demais estados que compõem a região norte. Em 1960, antes da reformulação do projeto original, o estado do Amazonas, por exemplo, tinha o total de 714.774 habitantes, enquanto a cidade de Manaus 173.703. Já em 1970, apenas três anos de criação da SUFRAMA, a capital amazonense atingiu o número de 311.622 habitantes, representando 32,6% da população total do estado (955.235).

Em 1980, completados treze anos de criação da Zona Franca, Manaus teve um crescimento populacional extraordinário atingindo 633.392 habitantes, quase dobrou o seu contingente populacional. Portanto, Manaus detinha, em 1980, 44% da população do estado do Amazonas que era de 1.430.314 habitantes.

É importante considerar que, apesar da Zona Franca exercer um forte poder de atração para a população do interior do estado, outros fatores contribuíram para a mobilidade populacional em direção a Manaus na década de 70 do século XX. Como essa década foi de grandes e excepcionais enchentes/cheias anuais, fato nunca antes visto na várzea da Amazônia, os transbordamentos dos diques marginais (restingas) foram freqüentes, comprometendo a organização da produção agropastoril nesse ambiente. Aliado a isso, essa década também foi de crise na produção agrícola. A juta e a malva entram em declínio assim como a produção da borracha e do cacau, como será visto no capítulo 4. Esses fatores de ordem natural e econômica impulsionaram a migração de muitos camponeses-ribeirinhos para a atrativa capital do estado do

⁵¹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas-SP:

Amazonas, devido ao dinamismo da Zona Franca de Manaus nessa década e nas décadas seguintes.

Por outro lado, outras sedes municipais, nesse período, também, receberam um afluxo populacional significativo de migrantes da zona rural. Isso vem demonstrar que apesar da Zona Franca exercer um forte poder de atração, outros fatores, como os mencionados, contribuíram para a mobilidade da população ribeirinha no interior do estado do Amazonas. A cidade de Manacapuru, no baixo rio Solimões, por exemplo, teve um crescimento populacional extraordinário nas últimas décadas.

Em 1991, com vinte e quatro anos da SUFRAMA, a população de Manaus já atingia a cifra de 1.010.544, representando 48,1 % da população total do estado, que, nesse período, registrou 2.102.901 pessoas.

Em 2001, passados trinta e quatro anos, a população da cidade de Manaus passa a 1.403.796, atingindo 49,4% da população do estado do Amazonas (2.840.899).

Como se vê, a presença da Zona Franca provocou, na últimas décadas, uma intensa migração para Manaus, principalmente do interior do estado. As outras sedes municipais também tiveram um crescimento populacional significativo nesse período. Entretanto, nenhuma delas ultrapassou os 100.000 habitantes, enquanto a cidade de Manaus atingiu quase a metade da população do estado no último censo (2001), ocasionando um quadro geral de macrocefalia urbana.

No que se refere à organização urbana de Manaus, o incremento populacional advindo com a Zona Franca ressaltou a inexistência de uma infra-estrutura de serviços urbanos compatível com as necessidades dos habitantes, incluindo os imigrantes que se fixaram na cidade, e dos turistas, responsáveis por uma parte significativa dos lucros obtidos pelo comércio e na prestação de serviços. Ainda que o volume de construção civil tenha aumentado significativamente nos últimos anos, a cidade apresenta-se circundada por bairros habitados pelas camadas mais baixas da população, sem condições de dispor de casa própria ou mesmo de serviços urbanos básicos⁵².

Papirus, 1987. p. 112.

⁵² NETO, Miranda. **O dilema da Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979. P. 168.

2.3. O fluxo dos barcos de linha nas proximidades de Manaus

A cidade de Manaus apresenta duas modalidades de transporte fluvial de passageiros e cargas: o transporte microregional e o transporte macrorregional ou intermunicipal. O primeiro, também, conhecido como de pequena e média distância abrange as diferentes localidades do município de Manaus e outras localidades dos municípios próximos: Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru, Careiro-Castanho e Manaquiri. Caracterizam este segmento de transporte a potência do motor e a não existência do serviço a bordo, como as refeições, por exemplo, pois o tempo de duração das viagens estão entre três e dez horas.

Este tipo de transporte fluvial é conhecido regionalmente por “motor de linha” ou “recreio”. Sua base, ou seja, a origem da linha é, com raras exceções, a localidade onde reside o proprietário e/ou encarregado da embarcação. Em geral, este possui outras atividades, que muitas das vezes, possibilitou a formação de uma poupança e a posterior compra do barco e do motor. Além disso, tem um importante papel na prestação de serviços para os camponeses-ribeirinhos que moram nas localidades servidas regularmente pelos barcos de linha. Nogueira (1999), ao estudar este segmento de transporte fluvial, faz o seguinte comentário:

Atuando completamente fora da lógica da acumulação capitalista, os donos de barcos, residindo e quase sempre possuindo uma outra atividade na origem da linha (o destino é sempre Manaus), como criação, roça/hortaliça, ou pequeno comércio, restam uma grande assistência social aos seus passageiros potenciais, na medida em que muitas das vezes se encarregam de pequenos mais importante serviços, como levar correspondências, dinheiro, remédios, e até pequenas mercadorias aos parentes e amigos que residem no itinerário percorrido, como alimentos, gelo, gasolina etc⁵³.

Esta frota que se concentra no porto da Manaus-Moderna, em Manaus, possui mais de cem embarcações devidamente regularizadas junto à capitânia dos Portos, as quais têm a incumbência de atender às diferentes localidades no entorno da capital amazonense por meio de linhas regulares.

O poder público nunca atuou na regulamentação dessa frota, seja na concessão de linhas e tarifas ou na infra-estrutura através da construção de um

⁵³ NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas: um estado ribeirinho**. Manaus: Edua, 1999. p. 112 e 113.

porto que facilite o embarque/desembarque. Na realidade, não existe nenhum porto para o atracamento dessas embarcações na cidade de Manaus, o qual é realizado na praia durante a vazante/seca ou no muro da Manaus-Moderna durante a enchente/cheia. Apesar disso, esse segmento de pequena e média distância exerce um importante papel no abastecimento de hortifrutigranjeiro para a cidade de Manaus, além de cumprir com a mobilidade dos camponeses-ribeirinhos das diferentes comunidades rurais e a capital do estado do Amazonas.

O segundo tipo, denominado de grande distância, ultrapassa a partir da cidade de Manaus, a fronteira do estado do Amazonas, atingindo, portanto, outros municípios dos estados do Pará e de Rondônia. Este segmento de transporte fluvial de passageiros e cargas tem como características principais: barcos superiores a 35 metros, com passadiço⁵⁴; dispõem de serviço de bordo, na qual todas as refeições são servidas, pois as viagens são acima de 10 horas. Muitas dessas viagens, tendo como itinerários Tefé, Manicoré, Santarém, por exemplo, são semanais, enquanto as linhas para Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Lábrea, Belém, Porto Velho são quinzenais.

Para Nogueira (1999), a linha para o baixo Amazonas, que corresponde o trecho entre Manaus e Belém, é a que traz mais retorno financeiro para os armadores, pois é nesse eixo que estão localizadas inúmeras Cidades, apresentando a maior densidade populacional da região.

São vários os barcos que atuam na linha do baixo Amazonas. A dinamização desta linha dada pela pressão migratória, cujas empresas em sua maioria são originadas de Santarém, pode ser explicada, também, por uma questão operacional. Com a viagem redonda e cumprida em média em 04 dias, torna possível aos barcos garantirem uma regularidade semanal, o que não ocorre para outras linhas como Belém, tabatinga e porto velho⁵⁵.

É importante ressaltar que a dinamização dessa e outras linhas, tendo como ponto central Manaus, se deu devido à intensificação da migração para a capital amazonense, procedente tanto do interior do estado do Amazonas como de outros estados que compõem a região norte, motivada, em certo sentido, pela presença da Zona Franca naquela cidade.

⁵⁴ Espécie de andar superior do barco.

⁵⁵ NOGUEIRA, Ricardo José Batista, op. cit., p. 124.

CAPÍTULO 3 – MANACAPURU E AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, NACIONAIS E REGIONAIS

3.1. A formação das comunidades no município de Manacapuru-AM

A ocupação das áreas de várzea no município de Manacapuru pelos camponeses-ribeirinhos remonta a meados do século XIX. Essa ocupação é fruto do processo de trocas culturais iniciado pela ocupação portuguesa no século XVII e impulsionado durante o período pombalino no século XVIII. Com a extinção do diretório por meio da Carta Regia em 1798 houve um crescimento das populações mestiças, com certa autonomia, mistura principalmente do branco com o índio que se estabeleceram ao longo dos principais rios e afluentes da região. A ocupação dessas áreas pelos camponeses-ribeirinhos foi facilitada pela disponibilidade de terras livres e de alta fertilidade. Os camponeses-ribeirinhos ao se estabelecerem nessas áreas de várzea começaram imediatamente a cultivar o solo por meio da organização do roçado, a praticar a caça, a coleta, enfim, começaram a produzir nessas terras, extraíndo uma renda das mesmas. Concomitante a tudo isso começaram também a manter estreitas relações de parentesco e vizinhança. É importante considerar que além das terras livres e férteis, os camponeses-ribeirinhos dispunham de uma extraordinária piscosidade dos ricos mananciais, representados pelos inúmeros rios, lagos, furos, paranás, poços e igarapés. Esses espaços aquáticos têm sido fundamental para a permanência dos camponeses-ribeirinhos nesse ambiente, pois são eles que fornecem por meio da pesca a maior quantidade de proteína animal consumida pelos mesmos.

No final do século XIX e início do século XX, durante o período do “boom da borracha”, os camponeses-ribeirinhos iniciaram o plantio de seringueiras consorciadas com cacauzeiros ao longo das áreas de várzea. A intenção do plantio dessas duas culturas, comparadas com as culturas da roça, foi extrair uma renda da terra maior, mesmo que para isso fosse necessário aguardar alguns anos, pois são culturas perenes. A técnica de organizar esse plantio foi sendo difundida na várzea dos rios de água branca, como o Solimões, por meio do contato, cada vez mais estreito, entre os camponeses-ribeirinhos, na verdade, trata-se de uma intensificação das relações de parentesco e vizinhança.

Com a crise da produção da borracha desencadeada a partir de 1910-1912 essa ocupação foi intensificada, pois houve uma liberação sem precedentes de força de trabalho dessa atividade monoextrativista, principalmente oriunda dos altos rios⁵⁶. Assim, o destino de grande parte dos seringueiros foi buscar terras livres e férteis para cultivá-las, as quais encontraram, ainda disponíveis, em grande quantidade nos rios de água branca. Ao se estabelecerem nessas terras, os exclusivos ex-seringueiros começaram também a cultivar seringueiras consorciadas com cacaueiros. As relações mantidas com os camponeses-ribeirinhos foram decisivas para assimilarem essa nova técnica de cultivo, pois aqueles estavam acostumados a “cortar” (extrair) látex das seringueiras nativas, principalmente da terra firme. Desse modo, esses ex-seringueiros, ao adquirirem um pedaço dessas terras férteis de várzea e ao se estabelecerem enquanto proprietários/posseiros passam a auferir uma renda da terra proporcionada pelo trabalho efetuado na mesma.

Os contatos mantidos entre os ex-seringueiros recém-chegados, com os camponeses-ribeirinhos, já estabelecidos, não se restringiram evidentemente apenas aos ensinamentos das técnicas de plantio das seringueiras consorciadas com cacaueiros, mas fundamentalmente em todos os aspectos da vida comunitária: religiosidade, festividade, matrimônio, enfim, constituindo uma teia de relações sociais que se territorializa no espaço, e, portanto, materializa uma unidade territorial.

Na várzea da Amazônia, essa unidade territorial foi denominada no primeiro momento de “vila”. A partir do final da década de 60 do século XX, com o trabalho pastoral da igreja católica, passou a ser denominada de “comunidade”. Isso é tão verdadeiro que os camponeses-ribeirinhos na atualidade deixaram de fazer referência à vila e passaram a adotar tão somente o termo comunidade para se referir a esse espaço físico e social. Pantoja (2005) no seu estudo na várzea do médio Amazonas também faz referência à origem das comunidades: “Na várzea do médio Amazonas, hoje, os assentamentos ou localidades do interior são

⁵⁶ PINTO, Ernesto Renan de M. Freitas. **Os trabalhadores da juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Amazonas**. Dissertação de mestrado, UFRS, Porto Alegre, 1982. p. 16.

conhecidos como comunidades. Na região, as comunidades surgiram enquanto tais a partir da década de 1960 numa iniciativa pastoral da igreja católica”⁵⁷.

3.2. As comunidades como unidades de articulação territorial

As comunidades na zona rural amazônica, incluindo as áreas de várzea e terra firme, são as CEBs, ou seja, Comunidades Eclesiais de Base, que têm suas bases fundamentadas no valor do evangelho, no cristianismo e na espiritualidade, no desenvolvimento social e humano, ou seja, na promoção humana de um modo geral e no desenvolvimento sustentado, tendo como preocupação principal o meio onde essas comunidades estão inseridas. Portanto, para ser CEBs, tem que constar esses três pilares mencionados acima.

As CEBs foram instituídas, na região, pela igreja católica por meio das dioceses e prelazias. Na várzea de Manacapuru, coube a prelazia de Coari (Fig. nº. 02), que compreende os municípios de Codajás, Anori, Beruri, Anamã e Manacapuru, instituir essa forma de organização social, no início da década de 1980. Nesse período, é instituída a organização nuclear nessa prelazia, na qual cada município, isso vale para outras dioceses e prelazias do estado do Amazonas, instituiu núcleos, tendo como finalidade aproximar as comunidades rurais. Em cada um desses núcleos é instituído também um centro que serve de base de referência desse conjunto de comunidades. No município de Manacapuru, por exemplo, o centro do núcleo do Arapapá está localizado na comunidade de São Francisco, a do núcleo do Marrecão está localizado na Costa do Pesqueiro, a do rio Manacapuru tem três divisões: uma no alto, outra no médio e outra no baixo e assim por diante. (Fig. nº. 03).

⁵⁷ PANTOJA, Mariana C. “A várzea do médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida”. In: LIMA, D. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**. Manaus: Ibama; Pro Várzea, 2005. p. 168.

Fig. nº. 02 – Organograma da prelazia de Coari-AM

Fonte: Trabalho de campo, 2007

Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz, 2007

As CEBs têm que estar fundamentadas no novo mandamento: amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo. O primeiro está relacionado à fé estabelecida como propósito, ou seja, as CEBs têm que celebrar uma fé, caso isso não aconteça, elas deixam de ser CEBs e são afastadas do organismo superior. O segundo mandamento é o amor ao próximo, ou seja, é papel das CEBs prestar serviços que atendam ao próximo, seja na preservação, na solidariedade, na partilha, no respeito mútuo. Na realidade, tudo tem que ser realizado visando o bem comum, a promoção humana, o outro, o semelhante, pois se alguma coisa vir de encontro ao meu irmão, a comunidade deixa de ser CEBs.

Fig. nº. 03 – Organização nuclear das comunidades rurais – Município de Manacapuru-AM

Fonte: Trabalho de campo, 2007
Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz, 2007

A maioria das comunidades rurais na várzea de Manacapuru foi instituída enquanto tal no final da década 1970 e início da década de 1980. Na Costa do Arapapá, as duas comunidades que compõem atualmente essa localidade, por exemplo, foram criadas em 1982: comunidades de São Francisco e São Raimundo. As CEBs têm a seguinte organização interna: um coordenador e vice, 1º. e 2º. secretário, 1º. e 2º. tesoureiro, conselho fiscal: 1º. conselheiro – presidente, 2º. e 3º. Conselheiro. É importante considerar que até 1998 o cargo atual de “coordenador” era denominado de “presidente”. Essa mudança na nomenclatura partiu do interior das dioceses e prelazias no estado do Amazonas,

por entender que a palavra presidente transmite uma idéia de autoridade/superioridade, incompatível, portanto, com a proposta das CEBs. Enquanto a palavra coordenador é considerada mais adequada para o cargo, pois coordenador é aquele que serve, que coordena os trabalhos.

Para cuidar exclusivamente da igreja católica, as CEBs designam um coordenador, que assume a responsabilidade de organizar todas as atividades desenvolvidas pela igreja: missa, batizado, procissão e outras.

Além das CEBs, foram criadas na zona rural amazônica as associações de moradores/produtores, que tratam da parte social, inclusive, são estas e não as CEBS que têm CNPJ. Diferente das CEBs, a associação de Moradores/produtores possuem na sua organização interna a figura do presidente.

A comunidade não tem CNPJ, o que precisa ter é a associação, a comunidade, portanto, não tem CNPJ. A comunidade precisa ter registro no regional que é o organismo da igreja que a representa. E separada uma coisa da outra porque quando se trata de política só a associação fala pela comunidade pra não confundir as coisas, porque já houve casos de comunidades que pegou dinheiro, os caras extraviam, o coordenador ficou só pra ele ou passou só pros parente, então pra não ter esse tipo de coisa é delegado a associação, só a associação tem CNPJ. (Senhor Lúcio Costa, 38 anos, camponês-ribeirinho).

A comunidade na várzea do rio Solimões é entendida aqui como um núcleo agrário, local onde são mantidas relações de vizinhança e parentesco, baseadas no princípio da solidariedade e da ajuda mútua. Portanto, apresenta uma base territorial limitada que não corresponde à idéia de comunidade rural denominada por Wagley (1957)⁵⁸, a qual abrange um município, constituído por sua sede e núcleos rurais. A vila ou seu correspondente atual, a comunidade, está mais próxima da definição de bairros rurais realizados por Antonio Candido (2001)⁵⁹ e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1967)⁶⁰.

Cada localidade definida para essa pesquisa comporta no seu interior mais de uma comunidade: Costa do Pesqueiro – 8 comunidades; Costa do Arapapá – 2 comunidades; Lago São Lourenço - 10 comunidades.

⁵⁸ WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

⁵⁹ CANDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas cidades, 1977.

⁶⁰ QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira. “Bairros Rurais Paulistas”. **Revista do Museu Paulista**. Volume XVII, São Paulo, 1967.

A comunidade na várzea amazônica é constituída por uma área de uso comum, na qual estão estabelecidos uma igreja, uma escola, um campo de futebol e uma “sede comunitária”, onde são realizados os bailes e reuniões dos membros da comunidade. (Fig. nº. 04, 05 e 06). Em alguns casos essas áreas são cedidas por um morador. Representa a centralidade da comunidade no que se refere às decisões que são tomadas, não importando a sua localização no interior da mesma. A comunidade é constituída, também, em algumas situações, pelo agrupamento de casas e predominantemente pelo habitat disperso, caracterizado por inúmeras casas isoladas entre si. Pinto (1982) faz a seguinte observação dessas comunidades, para ele ainda identificadas como vila:

Em algumas delas, as casas estão próximas uma das outras, alinhadas em uma rua [caminho] de frente para o rio, paraná ou lago. Em outras, as casas estão espalhadas e, ao primeiro contato, não serão identificadas como uma vila [comunidade]. São apos o conhecimento das redes de parentesco e vizinhança, é que se percebe que aquele espaço, aparentemente descontínuo, é a base de relações sociais solidamente estruturadas⁶¹.

As comunidades católicas da várzea de Manacapuru geralmente recebem a denominação de um santo que, em geral, se torna seu padroeiro. Na maioria dessas comunidades são organizados festejos, nas quais são realizados um arraial e outras atividades na semana que antecede a data de comemoração do santo padroeiro.

⁶¹ PINTO, Ernesto Renan de Freitas, op. cit., p. 32.

Fig. nº. 04 - Croqui esquemático de uma comunidade católica na várzea de Mananacapuru-AM

Na Costa do Arapapá, por exemplo, são realizados dois festejos, já considerados tradicionais, para comemorar a data do santo padroeiro: São Francisco (Arapapá I) e São Raimundo (Arapapá II). O festejo do primeiro é realizado no mês de outubro, durante o período da vazante/seca. Esse festejo é realizado, segundo os moradores, há mais de sessenta anos. O segundo, do qual tivemos a oportunidade de participar, é mais recente e surgiu com o desmembramento da comunidade de São Francisco e a posterior criação da comunidade de São Raimundo, cujo festejo é comemorado no mês de novembro, no período das águas baixas.

Fig. nº. 05 - A sede comunitária, local onde é realizado o baile. Comunidade de São Raimundo – Costa do Arapapá II, em 05 de novembro de 2004, estando as águas a 19,65 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Fig. nº. 06 - Aspecto da comunidade católica de São Raimundo. Observe-se a igreja recém construída ao fundo. À direita, no primeiro plano, o palco erguido para a animação dos festejos. À esquerda, a sede comunitária. Costa do Arapapá II, em 05 de novembro de 2004, estando as águas a 19,65 m sobre o nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Para a realização dos festejos em homenagem ao santo padroeiro, há o envolvimento de toda comunidade, que tem início com vários meses de antecedência. Todos colaboram e se esforçam para o sucesso do evento, o qual torna-se, na realidade, uma questão de orgulho da comunidade. Os mais abastados, principalmente os criadores, costumam doar uma cabeça de gado bovino para ser leiloado no decorrer da festa. Na semana dos festejos, são realizadas diversas atividades: novenas, leilões, bingos, procissões, torneios de futebol e outros, entretanto, a última noite, dia de realização do baile, é aguardada com muita expectativa não somente pelos membros da comunidade organizadora da festa, mas principalmente por outras comunidades convidadas para participar desse importante acontecimento sócio-religioso, estreitando, assim, os laços de solidariedade entre as diferentes comunidades do município. (Fig. nº. 07, 08).

São ainda convidados para participar desses festejos, parentes e conhecidos residentes nas cidades de Manaus e Manacapuru. O porto, em frente ao núcleo central da comunidade, fica completamente apinhado dos mais diversos tipos de embarcações: canoas com motor rabeta, barco com motor de centro, voadeira e outros.

Fig. nº. 07 - Covite para os festejos sócio-religioso da comunidade de São Raimundo – Costa do Arapapá II.

Fig. nº. 08 - Programação da festa de São Raimundo – Costa do Arapapá II.

É importante considerar que as festas para homenagear a data do santo padroeiro da comunidade, como foi visto acima, é completamente diferente das festas realizadas para celebrar a devoção de uma família camponesa ribeirinha por um determinado santo. Essas festas são realizadas nas casas dos devotos, com raríssima exceção em outros lugares. A maioria desses festejos na várzea amazônica tem duração de nove dias, quando são servidos, durante oito noites, pela família organizadora da festa: café, chocolate, suco, refrigerante, acompanhado por algo regional como: pé-de-moleque, beiju, tapioca. No último dia, é servido um banquete seguido de um baile. Para tanto, um boi e/ou um porco e aves são abatidos e oferecidos para os convidados. Uma banda de música é contratada para animar o baile, realizado dentro de casa e no maior respeito.

Essas festas, que já foram muito freqüentes até a década de 1970, estão desaparecendo na várzea amazônica. Na Costa do Arapapá as festas em homenagem a São Francisco, por exemplo, não são mais realizadas, exceção apenas para a festa organizada para homenagear o santo padroeiro da comunidade, como será visto adiante; a festa de São José deixou de ser realizada também. Apesar disso, atualmente nessa Costa ainda são realizadas as festas de São Lázaro, Santa Rita de Cássia e São Sebastião, este último em vez de nove noites, são realizadas apenas três noites. Por outro lado, na Costa do pescueiro I, todas as festas em casa para celebrar a devoção por um santo deixaram de ser realizadas: Santa Luzia, SantaAna, Nossa Senhora do Carmo, Festa do Divino; ficou somente a festa para homenagear a festa da padroeira da comunidade: Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro.

A festa que a mamãe promovia de Santa Luzia ela festejou até no início da década de 60, ela foi ficando idosa e ela não quis mais fazer e mesmo o pessoal era perverso, queriam brigar demais em festa, ela deixou de fazer a festa. As outras festas foram parando de ser feitas na década de 60. Quem ainda fez pro derradeiro foi a de SantaAna, no início da década de 80. Agora a única festa que é realizada é a da padroeira da comunidade: Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro. A mamãe tinha aquela devoção de fazer a festa de Santa Luzia. (Senhor Milton Ferreira, 74 anos, camponês-ribeirinho).

Candido (1977), no seu estudo realizado no interior paulista, no final da década de 1940, faz um comentário das festas realizadas nas casa dos camponeses:

Uma das principais obrigações do festeiro é oferecer alimento, a qualidade e a quantidade deste é um dos critérios para avaliar a sua eficiência e define o seu prestígio. (...). As festas privadas são promovidas por particulares em suas casas, e a participação depende de convites (...). Muito freqüentes noutros tempos, são hoje bastante limitadas, ocorrendo, todavia, ao menos uma por mês; as mais das vezes, casamento e reza para cumprimento de promessa, seguidos de baile⁶².

Dois fatores são apontados pelos camponeses-ribeirinhos para explicar o desaparecimento da maioria dessas festas. O primeiro está relacionado ao surgimento das comunidades, em que se passou a festejar o santo padroeiro de cada uma delas, sufocando, de certa forma, as outras festas existentes. Ou melhor, alguns santos que se tornaram santos padroeiros das comunidades, já eram festejados pelos devotos. Muitos destes possuíam uma pequena igreja, nas suas casas, para expressar essa devoção. Com o surgimento das comunidades isso foi desaparecendo, principalmente depois do concílio de Puebla, em 1968, no qual se definiu que a igreja é do povo, ela não poderia falar latim, ela deveria falar a língua do local, em todos os lugares do mundo a igreja começou a ganhar características próprias, ou seja, ganhar um rosto regional. Nesse sentido, percebeu-se que não poderia ter uma igreja exclusivamente de uma pessoa/família, uma vez que a igreja é do povo. A partir desse período, portanto, muitas igrejas individuais, na várzea amazônica, foram sendo transferidas para o coletivo, para a comunidade.

Em alguns casos, como o constatado na Costa do Arapapá, essa transferência não foi pacífica, porque a senhora que tinha a devoção por São Raimundo não aceitava essa mudança, era uma pessoa idosa e ela não se conformava em perder a sua igreja, queria continuar expressando sua devoção daquela forma com a qual se identificava. O depoimento, a seguir, mostra um pouco desse conflito:

⁶² CANDIDO, Antonio, op. cit., p. 144-145.

O caso do Arapapá é o seguinte: a mulher chegou do Arajatuba, senhora Severina Gomes, chegou do Arajatuba tinha uma devoção com São Raimundo e instituiu uma capelinha lá, quando o padre chegou, ela chegou no início dos anos 70, no início dos anos 80, o padre deu o ultimato que a igreja deveria ser entregue ao povo, ela disse que a igreja era dela. Então o padre disse: mas agora não pode mais porque todo mundo participa aqui, eles têm direito, eles professam a mesma fé que a senhora e ela relutou, relutou, mas acabou aceitando, mas ficou uma pouco chateada porque tomaram a igreja dela, hoje ela vive lá no Armando Mendes, em Manaus, mas já compreendeu, ela participa da comunidade do Armando Mendes, mas já compreendeu, e ela entendeu a coisa até se desculpa e acha que foi bom que desenvolveu a comunidade. (Senhor Lúcio Souza, 38 anos, camponês-ribeirinho).

O segundo fator apontado é a perda da tradição de realizar esses festejos para celebrar a devoção por um santo, em casa. Muitos camponeses-rebeirinhos que organizavam com entusiasmo essas festas, aguardadas com expectativa o ano inteiro, foram ficando mais velhos e/ou outros faleceram e seus descendentes deixaram ou reduziram o tempo de festejos. Além disso, os moradores apontam as dificuldades que alguns desses devotos tiveram para continuar organizando essas festas, como mostra o depoimento abaixo:

Isso foi se quebrando mesmo porque a cultura de festa hoje é só pra capitalizar dinheiro, então esse tipo de gente passou a ter dificuldade porque o custo operacional dessas festas ficou caríssimo, sobretudo contratar banda de música hoje em dia, o músico hoje em dia são mais profissionais, o valor não é mais o que era antes e o banquete também porque a cultura das pessoas mudou, o povo não tem mais tanta educação, o respeito como na época, tem gente, por exemplo, que chega e entra na fila cinco vezes, então não faz muito sentido fazer uma festa daquela porque as pessoas que vem não entendem qual é o propósito de quem está fazendo, a cultura realmente se quebrou, teria que, se fosse resgatar isso, reeducar o povo com aquilo e o que significava a festa, porque a maioria não compreende mais. Muitos devotos, os mais velhos, foram morrendo e a fé dos mais novos hoje ela é diferente, não vou dizer mais fraca, ela é diferente. Assim, esses mais novos não seguiram aquela tradição, aquela devoção dos mais velhos, dos seus pais e avós e deixaram de realizar essas festas. (Senhor Lúcio Souza, 38 anos, camponês-ribeirinho).

Essa questão da diminuição das festas e a mudança de comportamento dos camponeses perante as mesmas são mencionadas por Candido (1977):

Antes da alta do custo de vida, isto é, da Segunda Guerra Mundial, as coisas se passavam de modo diferente; as festas eram mais numerosas e, nelas abundantes e variadas a distribuição de comidas. A última grande festa realizada por parceiros, no agrupamento estudado, e que ficou na memória dos moradores, foi há cerca de vinte anos (1938 ou 39), quando um deles, ao casar a filha, comprou meio boi, matou alguns porcos e cabritos, mais de vinte galinhas gordas, etc. isto agora é impossível e quase inacreditável. Além do mais, como dizia certo morador, mesmo que pudesse ninguém mataria hoje um boi, porque a fama se espalhava e a caboclada toda viria sem convite, tal o desejo de comer carne⁶³.

A escola é outro local importante para solidificar o convívio entre os moradores da comunidade e de outras comunidades próximas, principalmente naquelas em que oferecem todo o ensino fundamental e médio. Os jovens e crianças são conduzidos para esse estabelecimento de ensino por meio de barco, o qual é fretado pela prefeitura do município para realizar o transporte dos alunos. Para não prejudicar os alunos na frequência às aulas, o calendário escolar é organizado de acordo com o calendário agrícola, evitando, portanto, coincidir os dias letivos de aula com o período da colheita.

O campo de futebol representa, principalmente para as comunidades católicas na várzea de Manacapuru, uma importante área de convivência e lazer, pois é aí que são realizados durante os festejos do santo padroeiro ou em outras datas os famosos “torneios”, congregando um expressivo número de pessoas. As equipes de futebol que participam desses torneios são oriundas de diferentes comunidades rurais. Para tanto, são organizados pelos camponeses-ribeirinhos excursões por meio do barco para chegar até o local da realização do torneio. Durante essas viagens, das quais participam homens, mulheres, idosos, adolescentes, crianças, a animação é geral: conversam, cantam, dançam, bebem cervejas, cachaças, enfim, se divertem. Quando esses barcos chegam na comunidade patrocinadora do torneio são recepcionados com fogos de artifícios, reforçando os laços de amizade e solidariedade entre as comunidades rurais na várzea de Manacapuru.

Esses torneios costumam ser bastante disputado contando com agitadas torcidas, o time consagrado campeão recebe uma premiação que, em geral, é

⁶³ CANDIDO, Antonio, op. cit., p. 145.

uma cabeça de gado, “um boi”, como eles denominam ou “grades” (caixas) de cervejas. Além disso, a equipe vencedora recebe um troféu como símbolo do esforço e organização do time de futebol.

Vale ressaltar que o time de futebol na várzea amazônica representa para os camponeses-ribeirinhos uma referência importante, pois muitos foram fundados antes do surgimento das comunidades, portanto, são times considerados por todos como tradicionais. Na realidade, há uma grande simpatia por eles, semelhante aos grandes times urbanos, por isso, há todo esse entusiasmo quando os times de futebol vão representar as comunidades nos torneios e/ou campeonatos. Aliás, muitos torcedores foram ex-jogadores, mantendo, por sua vez, a lealdade ao time. Na área de estudo, os principais times são o Grêmio, o Beira-Rio, o Vasco na Costa do Pesqueiro; o Vasco, o Cachoeirinha na Costa do Arapapá. (Fig. nº. 09).

Fig. nº. 09 – Time do Grêmio Esporte Clube – representante da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro, preparando-se para mais um jogo pelo campeonato das comunidades rurais do município de Manacapuru. Observe-se ao fundo o apoio da torcida local. Costa do Pesqueiro I, Baixo rio Solimões, em 17 de fevereiro de 2007, estando as águas a 23,56 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

É muito comum, também, na várzea de Manacapuru, os camponeses-ribeirinhos organizarem nos finais de semana, fora do núcleo central da comunidade, torneios de pênalti. Estes são organizados nas propriedades/posses e consiste na disputa individual de pênalti. Como a área é menor do que um campo de futebol, os moradores erguem somente uma trave. O vencedor da competição recebe uma premiação que, em geral, é um porco. Nessa disputa de Pênalti participam somente os membros da comunidade, reforçando os laços de parentesco e vizinhança. Alguns moradores levam instrumentos musicais para animar esse evento

Nas últimas décadas do século XX, houve a expansão de inúmeras igrejas evangélicas na várzea da Amazônia, que passaram a se constituir enquanto comunidades independentes, muitas das quais localizadas no interior das comunidades católicas. A teia de relações sociais mantidas entre os camponeses-ribeirinhos, tendo como ponto de ancoragem a religiosidade, constitui a base da unidade territorial dessas comunidades evangélicas. Por isso, ainda que haja, em muitos casos, uma descontinuidade espacial, ou seja, está localizada dentro de uma comunidade católica, a unidade territorial é mantida.

As comunidades evangélicas na várzea da Amazônia são constituídas, como no caso anterior, por uma área de uso comum, na qual estão assentadas a igreja e a escola; às vezes, aparece um campo de futebol. Por causa dos seus preceitos religiosos, a sede comunitária, local da realização do baile, deixa de existir. Ao contrário das comunidades católicas, recebem denominações bíblicas: Monte Sião, Nova Jerusalém, Monte Pascoal, Monte das Oliveiras, Nova Esperança e outros, portanto, não tem santo padroeiro tampouco são realizados festejos para homenageá-los.

A prática de ajuda mútua por meio da realização do “ajuri”, hoje denominado de mutirão, é muito comum no interior das comunidades católicas e evangélicas na várzea de Manacapuru. Essa prática consiste na ajuda que um grupo de moradores da comunidade fornece a uma família em dificuldade de realizar determinadas tarefas, quando somente a força de trabalho é efetuada apenas por seus membros, como também por motivos de doenças ou por fatores naturais, como uma enchente/cheia. O mutirão é uma reunião para o trabalho de vários camponeses-ribeirinhos, logo após, o convite de uma família necessitada, a

qual tem a obrigação de fornecer as refeições: almoço e “merenda” (lanche). Após o término do ajuri, é comum a família que recebeu a ajuda realizar uma festa, como forma de agradecimentos a todos que participaram do mutirão, reforçando assim, os laços de solidariedade das famílias no interior da comunidade.

A Família que recebeu ajuda tem obrigação moral de retribuir o serviço executado, auxiliando com as demais outras necessidades. A prática de ajuda mútua supre as necessidades de trabalho familiar, como também a ausência de poder monetário que não é suficiente para pagar trabalhadores assalariados permanentemente: “A ajuda mútua é a solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não consegue realizar pois, em geral, seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente”⁶⁴.

Essa ajuda mútua, ainda hoje ocorre em menor intensidade, entre as famílias e está presente principalmente na produção: a) derrubada da floresta para “botar” uma roça; b) no período da colheita; c) durante uma enchente inesperada, dentre outras. Nas últimas décadas essa pratica tem sido utilizada com menor frequência entre as famílias camponesas na várzea de Manacapuru. Contudo, tem-se notado o crescimento na contratação de diaristas para suprir a falta de força de trabalho no interior das famílias.

É cada vez mais utilizada em tarefas que trazem benefícios para a comunidade como um todo essa prática de ajuda mútua, principalmente naquelas executadas na área central, onde estão assentados a igreja, a escola, o campo de futebol e a sede comunitária. No dia 24 de outubro de 2004, na Costa do Arapapá I, durante o período das águas baixas, foi organizado um mutirão cuja finalidade era realizar a limpeza do igarapé Preto, retirando vários entulhos: raízes, troncos, tocos, canoas velhas etc. A intenção dessa tarefa é facilitar o deslocamento das embarcações durante o período de subida das águas. (Fig. nº. 10). No dia 05 de novembro de 2004, na Costa do Arapapá II, os camponeses-ribeirinhos organizaram um mutirão para efetivar a limpeza da estrada. As mulheres ficaram com a responsabilidade de preparar o almoço, servido com a chegada do grupo de trabalhadores. (Fig. nº. 11).

Na Costa do Pesqueiro I, a nova diretoria da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro organizou um mutirão para limpeza do campo de futebol.

Fig. nº. 10 - Mutirão organizado pelos camponeses-ribeirinhos para a limpeza do Igarapé Preto durante a vazante/seca. Costa do Arapapá I, em 24 de outubro de 2004, estando as águas a 19,82 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Fig. nº. 11 - Camponeses-ribeirinhos reunidos após o mutirão para o almoço, servidos pelas mulheres. O objetivo desse mutirão foi realizar a limpeza da estrada. Costa do Arapapá II, em 05 de novembro de 2004, estando as águas a 19,65 m acima do nível do mar (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

⁶⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo:

3.3. As propriedades/posses e suas estruturas internas de organização territorial

Antes de tratar especificamente das estruturas internas de organização territorial das propriedades/posses, é necessário esclarecer a situação fundiária atual das áreas de várzea na Amazônia. Essas terras, dado suas características físicas, principalmente por ser inundada na sua maior parte e/ou na sua totalidade durante as enchentes/cheias anuais, são interpretadas de acordo com a legislação brasileira como bens da união. Portanto, essas terras não podem ser tituladas, tampouco existir propriedades privadas.

Apesar disso, essas áreas de várzea já vêm sendo ocupadas há várias gerações e os moradores (indígenas e camponeses-ribeirinhos) têm desenvolvido mecanismos de exploração dos recursos naturais e o acesso à terra, garantindo, por sua vez, a produção de suas vidas nesse ambiente. Há muitas décadas, na várzea amazônica, existe o processo de compra e venda dessas terras, entretanto, essa negociação constitui um mercado particular, pois na formação de seus preços entram cálculos completamente distintos dos que são utilizados pelo mercado capitalista de terras na região. Dessa forma, se o terreno estiver localizado próximo a um lago, ele será mais valorizado do que outro mais distante, mesmo que apresente igual fertilidade. Cumpre acentuar, que esta última também entra no cálculo dos preços dessas terras.

A valorização de um terreno, na várzea amazônica, vai muito mais além do que apenas a benfeitoria nele existente, ou seja, não é apenas “pelas condições intrínsecas de produção, mas pelo conjunto das condições da comunidade/localidade”⁶⁵. Se, por exemplo, um terreno estiver localizado às margens de um rio principal, como o Solimões, certamente ele será mais valorizado do que aqueles localizados às margens de um igarapé, furo ou lago. E mais, sempre a avaliação é feita pela frente do terreno, assim, logo vem a pergunta: quantos metros de frente possui o terreno? Se estiver uma metragem pequena, certamente ele terá um valor inferior àquele de uma metragem maior, uma vez que existe uma gradação de propriedade privada para propriedade comum à medida que se avança para o interior da restinga.

Editora Ática – Série Princípios, 1987. p. 56.

A restinga, onde estão localizados a casa e o quintal (onde se desenvolve a maior parte das atividades agrícolas) normalmente é considerada propriedade privada, com limites laterais bem definidos. À medida que se avança para os fundos da propriedade, os limites laterais são menos claros e a terra passa a ser de uso comum. Assim, as florestas, campos e lagos dos fundos da comunidade, são freqüentemente considerados de uso comum⁶⁶.

É importante considerar que as terras firmes, ao contrário das terras de várzea, entram na lógica do mercado capitalista de terras, pois as mesmas são passíveis de regularização, podendo, portanto, se obter o título definitivo. Com isso, os proprietários dessas terras podem requisitar empréstimos bancários e conseguir incentivos fiscais do governo, tornando essas terras mais valorizadas do que as terras de várzea.

É através da propriedade dessas terras que médios e grandes comerciantes e empresas na região, tem acesso aos incentivos fiscais e a financiamentos do estado (...). Opera-se, dessa forma, uma dinâmica de valorização dessas terras tituláveis, cujo sentido principal não é a exploração produtiva imediata. A terra se configura claramente, não como um instrumento de produção, mas como instrumento de valorização do capital dinheiro e da especulação fundiária. Vale dizer, como reserva de valor⁶⁷.

Apesar de as terras de várzea não poderem ser tituladas, como foi visto, o Governo do Estado do Amazonas a partir do final da década de 1970, por meio do fortalecimento de uma política estadual de terras, implementou uma ampla política de documentação dessas terras inundáveis. Para tanto, criou o ITERAM – Instituto de Terras do Amazonas, através Lei Estadual nº. 1335, de junho de 1979, tendo como objetivo administrar e regularizar as terras do estado. Esse órgão não podendo expedir título definitivo, instituiu uma forma legal por meio da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou Co-Use, com base legal na Lei Federal nº. 271, de 28 de fevereiro de 1967, para regularizar essas terras inundáveis e exercer um

⁶⁵ PINTO, Ernesto Renan M. de Freitas, op. cit., p.77.

⁶⁶ McGRATH, David G. & GAMA, Antônia S. A situação fundiária da várzea do rio Amazonas e experimentos de regularização fundiária nos estados do Pará e do Amazonas. In: BENATTI, José Heder (Org.) **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Edições Ibama/ProVárzea, 2005. p. 42.

⁶⁷ PINTO, Ernesto Renan M. de Freitas, op. cit., p. 80-81.

controle sobre as mesmas, bem como o trabalho nelas realizados. Segundo Pinto (1982), o Co-Uso foi a forma:

...encontrada pelo Governo Estadual para regularizar as terras das várzeas inundáveis ocupadas densamente pela atividade dos pequenos produtores, não considera o fato de que essas terras possuem um valor de uso que está incorporado à economia das famílias de agricultores que tem nela o instrumento fundamental de sua produção, e que constituem um mercado de terras entre os agricultores das zonas de produção⁶⁸.

As unidades camponesas na várzea de Manacapuru vêm tendo, ao longo dos anos, alterações significativas na sua estrutura interna de ordenação territorial. A formação dessas unidades camponesas remonta a meados do século XIX quando os camponeses-ribeirinhos, então estabelecidos nessas áreas férteis, iniciaram a organização dos seus roçados. As culturas predominantes nessas roças eram a mandioca, o milho, a macacheira e o jirimum, todas consideradas de ciclo curto. A partir do final do século XIX e princípio do século XX, período áureo da borracha na região, os camponeses-ribeirinhos deram início ao cultivo de duas culturas perenes voltadas basicamente para o mercado: as seringueiras consorciadas com cacaueiro, constituindo os antigos sítios das áreas de várzea da Amazônia. Em torno dessas duas culturas aparecem também bananeiras e açaizeiros. Em ambas as situações, foram necessárias as derrubadas de parte da floresta de restinga por meio do uso do machado.

A escolha do local para a realização dos cultivos está diretamente relacionado ao conhecimento da natureza pelos camponeses-ribeirinhos, bem como ao tamanho da propriedade/posse. Assim, para a instalação dos sítios, os camponeses-ribeirinhos definiram a parte mais alta do terreno, o topo do dique (restinga), onde estão também assentadas a casa de moradia e outras dependências utilitárias como o paiol e a casa de farinha. Em seguida, mais para o interior do dique, próximo aos sítios, estão instaladas as culturas de ciclo curto que compõem a roça. A escolha desses locais se deu pelo fato dos mesmos estarem livres das enchentes/cheias médias. Como profundos conhecedores dos ritmos da natureza, que são transmitidos através das gerações, os camponeses-ribeirinhos têm uma clara compreensão do regime dos rios na Amazônia. Assim, eles têm

conhecimento que somente as grandes e excepcionais enchentes/cheias transbordam as restingas mais altas das áreas de várzea do baixo Solimões. (Quadro I). Como essas enchentes/cheias são consideradas as exceções, eles podem desenvolver esses cultivos no topo da restinga, principalmente as culturas que compõem os sítios, pois as mesmas, na sua maioria, por serem perenes são sensíveis ao excesso de água no solo.

Mesmo para os anos em que as enchentes/cheias transbordem essas restingas altas, os camponeses-ribeirinhos por meio das observações e conhecimento herdado do passado, sabem que o nível das águas sobe lentamente durante aproximadamente oito meses, permitindo que realizem as colheitas, principalmente no caso das culturas de ciclo curto, antes das inundações dessas áreas.

Na Costa do Pesqueiro, essa parte mais alta está localizada a montante e corresponde a unidade geomorfológica denominada de depósitos de inundação. Caracteriza-se por apresentar áreas planas e homogêneas, com lagos de forma e tamanhos diversos e canais irregulares muitos pequenos, freqüentemente colmatados. Sua origem está ligada aos processos de colmatação que ocorrem durante as enchentes/cheias, com predomínio da sedimentação fina em ambientes tranquilos, fora da influência direta do canal. Esta unidade geomorfológica forma verdadeiros terraços, porém, em outros, aparecem áreas deprimidas com presença de grandes lagos, acreditando-se que estejam afundados pelos fenômenos neotectônicos. Portanto, o dique marginal (restinga) é considerado alto e somente é alagado, quando o nível das águas, durante o período das enchentes/cheias, são superiores a 28, 50 m acima do nível do mar, possibilitando assim o aparecimento dos sítios com destaque para os componentes arbóreos.

Esses sítios cultivados ao redor da casa de moradia, no topo do dique marginal, vêm passando por inúmeras transformações ao longo do tempo, como será visto com mais detalhes no capítulo 4, alterando a ordenação territorial das unidades camponesas na várzea da Amazônia, em particular a várzea de Manacapuru. A origem desses sítios é das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando os camponeses-ribeirinhos, então

⁶⁸ Idem, p. 102.

estabelecidos nas áreas de várzea, deram início ao plantio consorciado de seringueira em cima, fazendo a cobertura e de cacaueteiro em baixo na sombra daquelas. A escolha do plantio dessas duas culturas perenes juntamente com açazeiros e bananeiras se deu pela possibilidade de extrair uma renda maior, pois a borracha e a semente de cacau alcançavam no mercado internacional, nesse período, um bom preço.

A partir da crise da produção da borracha em 1910/1912 no mercado internacional, muitos camponeses-ribeirinhos começaram a diversificar e enriquecer esses sítios com o plantio de outras culturas perenes, com destaque para as fruteiras, como o abacateiro, a pupunheira, a laranjeira, a bananeira. A intenção desses plantios foi atender a demanda de frutas no mercado regional, principalmente na cidade de Manaus, para onde esses produtos eram direcionados em grande quantidade por meio de canoas e batelões movidos a remo ou reboque.

As grandes e excepcionais enchentes/cheias provocaram inúmeros desgastes às culturas que compõem o sítio, principalmente aquelas não resistentes ao excesso de água, ocasionando, com o passar dos anos, a sua redução ou o seu completo desaparecimento dessas áreas de restinga alta na várzea de Manacapuru.

As culturas mais resistentes à água, como a seringueira e o cacaueteiro, por exemplo, permaneceram na maior parte das propriedades/posses na várzea de Manacapuru. Como ainda tinha mercado para esses produtos, os camponeses-ribeirinhos continuaram explorando essas duas culturas.

A partir da década de 70 do século XX, essas duas culturas entraram em completo declínio no mercado nacional e internacional. Como essa década foi de grandes e excepcionais enchentes/cheias, caso nunca antes visto na várzea de Manacapuru (Fig. nº. 12 e 13), os camponeses-ribeirinhos nada puderam fazer para substituir essas duas culturas e introduzir culturas mais rentáveis. Como essa faixa de várzea é estreita e não dispendo de áreas de pastagens naturais próximo, os camponeses-ribeirinhos não derrubaram esses antigos sítios para transformar em pasto como ocorreu em outras localidades da várzea amazônica.

Quadro I – Cotas máximas e mínimas do rio Negro – 103 anos (1903-2005)

	Cota Máxima	Cota Mínima	Máxima/minina		Cota Máxima	Cota Mínima	Máxima/minina		Cota Máxima	Cota Mínima	Máxima/minina
Ano	Cheia	Vazante	Variação	Ano	Cheia	Vazante	Variação	Ano	Cheia	Vazante	Variação
1903	27,52	16,52	11	1940	26,77	19,58	7,19	1980	26	17,68	8,32
1904	28,78	17,69	11,09	1941	27,09	16,2	10,89	1981	26,85	17,24	9,61
1905	26,07	17,52	8,55	1942	27,63	17,34	10,29	1982	28,97	18,28	10,69
1906	26,01	14,21	11,8	1943	28,18	16,84	11,34	1983	26,52	17,08	9,44
1907	27,19	16,44	10,75	1944	28,79	18,11	10,68	1984	28,03	19,58	8,45
1908	28,92	18,09	10,83	1945	27,03	16,71	10,32	1985	26,87	19,74	7,13
1909	29,17	15,04	14,13	1946	27,98	17,62	10,36	1986	28,14	21,4	6,74
				1947	26,75	19,49	7,26	1987	27,91	17,99	9,92
				1948	27,51	15,69	11,82	1988	27,78	17,82	9,96
				1949	28,32	20,08	8,24	1989	29,42	19,55	9,87
Média por década			11,16	Média por década			9,84	Média por década			9,01
1910	27,81	18,39	9,42	1950	28,25	17,14	11,11	1990	28,23	16,32	11,91
1911	27,57	16,08	11,49	1951	28,47	18,05	10,42	1991	28,06	16,07	11,99
1912	24,87	19,42	5,45	1952	27,58	17,14	10,44	1992	24,42	17,56	6,86
1913	28,5	21,24	7,26	1953	29,69	17,07	12,62	1993	28,76	19,47	9,29
1914	28,44	17,5	10,94	1954	28,49	17,63	10,86	1994	29,05	19,06	9,99
1915	27,73	16,62	11,11	1955	28,53	16,03	12,5	1995	27,16	15,06	12,1
1916	26,63	14,42	12,21	1956	27,65	20,87	6,78	1996	28,54	19,14	9,4
1917	26,77	17,48	9,29	1957	27,33	16,51	10,82	1997	28,96	14,37	14,59
1918	28,74	18,51	10,23	1958	27,58	14,74	12,84	1998	27,58	15,03	12,55
1919	26,36	16,76	9,6	1959	27,71	18,67	9,04	1999	29,3	16,95	12,35
Média por década			9,70	Média por década			10,74	Média por década			11,10
1920	28,57	19,8	8,77	1960	27,55	18,33	9,22	2000	28,62	18,57	10,05
1921	28,97	17,32	11,65	1961	27,13	15,96	11,17	2001	28,21	16,81	11,4
1922	29,35	20,9	8,45	1962	28,33	17,15	11,18	2002	28,91	17,19	11,72
1923	28,19	16,75	11,44	1963	27,31	13,64	13,67	2003	28,26	19,01	9,25
1924	26,09	17,13	8,96	1964	25,91	18,41	7,5	2004	27,13	19,23	7,9
1925	28,43	17,67	10,76	1965	26,58	16	10,58	2005	28,1	14,75	13,35
1926	21,77	14,54	7,23	1966	26,41	16,79	9,62				
1927	27,56	18,78	8,78	1967	27,91	16,18	11,73				
1928	28,48	18,19	10,29	1968	27,13	21,03	6,1				
1929	28,14	16,98	11,16	1969	27,4	16,86	10,54				
Média por década			9,75	Média por década			10,13	Média por década			10,61
1930	27,69	18,36	9,33	1970	28,31	18,19	10,12	Legenda Máxima de Cheia Mínima de Vazante Máxima Variação por década Mínima Variação por década Ano de Ocorrência Média por década			
1931	26,66	17,48	9,18	1971	29,12	21,14	7,98				
1932	27,76	17,87	9,89	1972	28,7	20,02	8,68				
1933	28,12	16,42	11,7	1973	28,57	21,16	7,41				
1934	27,64	21,16	6,48	1974	28,46	21,84	6,62				
1935	27,67	16,15	11,52	1975	29,11	19,32	9,79				
1936	26,64	14,97	11,67	1976	29,61	18,05	11,56				
1937	26,91	16,12	10,79	1977	28,45	20,66	7,79				
1938	27,92	17,92	10	1978	28,11	20,12	7,99				
1939	28,09	20,55	7,54	1979	28,23	17,44	10,79				
Média por década			9,81	Média por década			8,87				

Fonte: Administração do Porto em Manaus – Setor de Engenharia Portuária, 2006.
Org. Gabriel Benitez, 2006.

A década de 1970, diferentes das outras, em todos os anos, como mostra a figura nº. 12, as enchentes/cheias atingiram a cota de 28 m acima do nível do mar. Além disso, as vazantes/secas dessa década, também foram atípicas, pois a água não baixou para o nível médio esperado, como consta na figura nº. 13. Isso trouxe vários problemas para os camponeses-ribeirinhos como terem oportunidade de observar no decorrer desse estudo.

Somente a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX é que os camponeses-ribeirinhos da várzea da Costa do Pesqueiro retomaram o processo de diversificação e enriquecimento dos antigos sítios (seringueiras e cacauzeiros principalmente) com culturas mais rentáveis como o maracujá, o mamão, o cupuaçu e outras. Para tanto, foi necessário, principalmente para as duas primeiras, a derrubada de parte dos componentes desses antigos sítios, pois essas duas espécies têm melhor desenvolvimento em lugares com abundância de luz solar. “A questão de se acabar com muitos seringais e cacauais é que o maracujá e o mamão precisam de lugares amplos e abertos para produzirem” (Zolene Bezerra, 53 anos, camponesa-ribeirinha). (Fig. nº. 14).

Fig. nº. 12 – Frequência das enchentes/cheias grandes e excepcionais por década – 1903-2000

Fonte: Administração do porto de Manaus/2001
Org.: Antônia Pinto/2002

Com a introdução da juta no início da década de 40 do século XX, na várzea de Manacapuru, para atender um mercado nacional/internacional crescente por fibras, os camponeses-ribeirinhos escolheram o fundo da propriedade/posse, próximo ao lago, para organizarem o roçado dessa nova cultura. A escolha desse local, até então não utilizado para a agricultura, se deu em virtude dessa cultura ser colhida (cortada) com a chegada da água, durante o período de enchente/cheia, como será visto com mais detalhes no capítulo 5.

No início da década de 70, quando a produção de juta já estava em declínio, devido à substituição dos produtos naturais dessa fibra por produtos sintéticos, os camponeses-ribeirinhos deram início na várzea de Manacapuru ao plantio de uma outra fibra, a malva. Vários fatores contribuíram para a substituição da juta pela malva: qualidade da fibra; menor tempo dentro d'água; maior peso comparado com a juta etc. O local de plantio da cultura da malva foi o mesmo da juta, pois essa fibra apresenta todas as etapas da fibra anterior: corte com a chegada da água, afogamento, lavagem e outros. (Fig. nº. 11).

Fig. nº. 13 – Distribuição das médias dos máximos das enchentes/cheias e vazantes/secas por década – 1903-2000

Fonte: Administração do porto de Manaus/2001
Org.: Antônia Pinto/2002

Já com relação à jusante da Costa do Pesqueiro, predomina a unidade geomorfológica denominada depósitos de bancos e meandros atuais caracterizados por restingas mais baixas e corresponde à faixa de sedimentos arenosos que o rio deposita através de migração lateral, ao sul e ao norte do canal durante a fase atual. Esses depósitos ocorrem tanto no rio principal (Solimões) como nos inúmeros braços (paranás) que se formam ao longo do seu curso. Os bancos podem ter até mais de 10 km de comprimento e largura que varia entre 100 e 200 m. Essa unidade geomorfológica é 1 m, em média, mais baixo do que a unidade anterior. Essa diferença de altitude, à primeira vista, parece não ter significado algum, como não teria em outras localidades não influenciadas pelo regime do rio, entretanto, na várzea de Manacapuru ela é significativa, pois o nível das águas durante as enchentes/cheias anuais que ultrapassem os 27, 80 m acima do nível do mar, portanto, cheias médias, muitos freqüentes, já inundam as restingas mais altas, onde estão instaladas as casas de moradia, as casas de farinha, os locais dos cultivos, além dos locais das pastagens que, no caso das pastagens comum estão localizados em áreas baixas, próximas aos lagos.

Assim, por causa das alagações constantes, os camponeses-ribeirinhos ficaram impossibilitados de cultivar culturas perenes, mesmo as mais resistentes à água como, por exemplo, a seringueira e o cacaueiro. Os moradores dessas localidades até que manifestaram desejo em cultivar tais culturas, porém, em decorrência dos trasbordamentos anuais dos diques marginais, essa atitude tornou-se impossível.

Dessa forma, os camponeses-ribeirinhos, a montante da Costa do Pesqueiro, não puderam dispor em suas propriedades/posses dos componentes dos sítios, ficando automaticamente impossibilitados de auferir uma renda da terra. Por ser domínio das áreas baixas e tendo pouco tempo entre o plantio e o período da colheita, os camponeses-ribeirinhos têm montado estratégias de manejo das terras agriculturáveis. Assim, as culturas de ciclo mais curto como a juta e o milho são cultivadas na declividade do dique, onde as águas chegam primeiro, enquanto que aquelas culturas de ciclo um pouco mais longo, como a malva, a macaxeira e a mandioca são plantadas na parte mais alta, uma vez que as águas chegam mais tarde, dando oportunidade para a execução da colheita.

Fig. nº. 14 - Evolução no ordenamento territorial de uma propriedade na Costa do Pesqueiro I – Manacapuru-AM

Fonte: trabalho de campo/2005

Desenho: Marcos Castro/2006

Org. Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006

3.4. O fluxo dos Barcos de linha no município de Manacapuru-AM

Por causa da sua localização geográfica, a cidade de Manacapuru tornou-se, nas últimas décadas, um importante entreposto comercial e ponto de conexão entre as rotas fluviais dos rios Solimões, Manacapuru, Purus e dos inúmeros cursos de navegação, tais como lagos, paranás, furos e igarapés⁶⁹.

Esse fato ocasionou o desenvolvimento de um intenso transporte fluvial de passageiros e cargas, denominado regionalmente de “motor de linha” ou simplesmente “recreio”, considerado, para as dimensões da Amazônia, como de pequena e média distância, ou seja, entre uma hora e meia e oito horas de viagem. Assim, a cidade de Manacapuru recebe barcos de linha procedentes tanto de outros municípios como Caapiranga, Anamã, Beruri e Manaquiri, como das mais diversas localidades do município, nas quais residem os camponeses-ribeirinhos. (Quadro II e Fig. nº. 15).

Desse modo, inúmeras comunidades ribeirinhas das diferentes localidades do município de Manacapuru são servidas diariamente por essa modalidade de transporte fluvial, que além de transportar passageiros e cargas, tem a função de levar correspondências, como se fossem correios, além de recados e encomendas como remédios e outros.

Nogueira (1999) enfatiza que esse tipo de transporte fluvial de pequena e média distância surgiu:

....basicamente da necessidade de locomoção dos habitantes dos lagos, paranás e igarapés, e de sua pequena produção agrícola e extrativa, ou ainda para o abastecimento de um pequeno comércio flutuante (uma mercearia sobre toras de madeiras), os proprietários de barco, que hoje cumprem uma linha regular, passaram a aliar o transporte próprio com a prestação de serviços de locomoção de seus vizinhos de igarapés ou lagos, em troca de um pagamento que cobrisse ao menos o custo do combustível”⁷⁰.

É importante ressaltar que antes da intensificação dos barcos de linha os camponeses-ribeirinhos transportavam sua produção agrícola e extrativa por meio da utilização das canoas e batelões. Estes últimos eram embarcações grandes,

⁶⁹ PINTO, Ernesto Renan Freitas, op. cit., p. 28.

semelhantes aos barcos atuais, porém, sem a presença de motores e geralmente com cobertura de palha. Em ambas as situações os camponeses-ribeirinhos empregavam, para esse tipo de transporte, o uso do remo. Em viagens mais longas, tendo por destino Manaus, por exemplo, utilizavam, quando possível, o reboque executado por lanchas com motores de centro.

A partir da década 60 do século XX, com o surgimento dos barcos de linha ou motores de linha, o uso do remo e do reboque na várzea de Manacapuru foi paulatinamente sendo abandonado como meio de transporte. Os camponeses-ribeirinhos, assim como a sua produção passou a ser transportado por esse novo segmento de transporte fluvial. Com a consolidação desse tipo de transporte nas décadas seguintes, muitos camponeses-ribeirinhos na várzea de Manacapuru começaram progressivamente a abandonar sua produção e passaram a entregar a mesma para os donos ou encarregados dessas embarcações que começaram a executar regularmente linhas para as diferentes localidades do município⁷¹. Estes assumiram uma nova função a de negociar, na cidade, os produtos enviados pelos camponeses-ribeirinhos, no qual não é estabelecido nenhum preço prévio entre esses atores sociais. Muitas das vezes, os produtores somente tomam conhecimento do preço pago pelo seu produto, quando os barcos de recreio retornam da viagem⁷².

A maioria dos proprietários ou encarregados dos barcos de linha são oriundos das próprias comunidades rurais, em geral, possuem outras atividades como agricultura, criação de gado bovino e/ou uma casa de comércio, seja em terra ou flutuante. Os estabelecimentos comerciais localizados nas diferentes comunidades rurais do município, que antes eram abastecidos pelas viagens das canoas e batelões com o uso do remo e/ou do reboque, passaram a sê-los pelos barcos de linha, os quais mantêm atualmente uma linha regular.

⁷⁰ NOGUEIRA, Ricardo José Batista, op. cit., p. 112.

⁷¹ CRUZ, M. J. M., op. cit., p. 67.

⁷² Idem, p. 68.

Quadro 02 – Linhas dos barcos no município de Manacapuru-AM

Localidade	Nome do Barco	Horas	Nº. de viagens na semana
Rio Solimões			
Costa do Marrecão	Jesus me deu e Comandante Sales	01:30	Diário
Costa do Paroá		02:00	
Costa do Canuboca		03:00	
Paraná do Jacaré		03:30	
Vila do Jacaré		03:30	
Costa do Paratari	Comandante Alcimar	04:00	Diário
Ilha do Paratari		04:30	
Costa do Ajaratuba		05:30	
Ajaratubinha	Silas Moisés	05:00	Diário
Paraná do Paratarizinho	Nizinho e Isaías	05:00	Diário
Paraná Mundurucus	Almirante Luz	05:00	Diário
Costa do Supiá	Isaías	03:00	Diário
Ilha do Supiá		03:00	
Paraná do Barroso	Rei Davi	03:00	Diário
Ressaca do Pesqueiro	Sena Filho	04:00	Diário
Tuié	Siduzinho I	06:00	Duas vezes
Repartimento do Tuié		07:00	
Vila Pupunha	Siduzinholl	07:00	Duas vezes
Vila Caviana	Nª. Sª. do Carmo	08:00	Quatro vezes
Localidade	Nome do Barco	Horas	Nº. de viagens na semana
Rio Manacapuru			
Vila Sacambu	Gérson Caio	03:00	Duas vezes
Vila Campina	Comandante Audilene	05:00	Duas vezes
Vila Araras	-	-	Duas vezes
Ena	Comandante Gomes	05:30	Duas vezes
Vila Membeca		06:00	
Paraná do Piriquito	Rei Davi I	04:00	Duas vezes
Jaitéu de baixo	Odanias Filho	01:30	Diário
Jaitéu do meio		01:50	
Jaitéu de cima		02:30	

Localidade	Nome do Barco	Horas	Nº. de viagens na semana
Outros Municípios			
Anamã (rio Solimões)	Expresso Regional I Maria Luiza	04:00 08:00	Diário
Manaquiri (rio Solimões)	Santa Maria	04:00	Diário
Beruri (rio Purus)	Expresso Regional II	06:00	Diário
Caapiranga (rio Manacapuru)	Maria Vitória	03:00	Diário

Fonte: Trabalho de campo/2006.
Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006.

Apesar da difusão dos barcos de linha, inúmeras localidades do município, nas quais estão incluídas diversas comunidades rurais, não são servidas por esse tipo de transporte. Nesses casos, o transporte é realizado por barcos e/ou canoas motorizadas, principalmente com motor “rabeta” da própria comunidade⁷³. Essas comunidades, comparadas com aquelas que são servidas regularmente por barcos de linha, enfrentam muitas dificuldades tanto no que diz respeito ao abastecimento dos estabelecimentos comerciais como no escoamento da produção para o mercado de Manacapuru e/ou Manaus. São localidades que apresentam um certo grau de isolamento. Das localidades definidas para essa pesquisa, somente o lago São Lourenço, que apesar de estar localizado próximo à sede do município, não é servido por barcos de recreio.

A frota que atua no município de Manacapuru é composta por barcos que medem em torno de 25 a 30 m, com capacidade, estipulada pela capitânia dos portos, para 50 passageiros. Essa frota “nunca sofreu nenhuma regulamentação do poder público no que concerne à concessão de linhas, tarifas, ou mesmo a construção de um porto público para embarque/desembarque”⁷⁴. No entanto, tem funcionado com certa regularidade, desempenhando um importante papel nas relações de interdependência entre as comunidades rurais e a cidade de Manacapuru⁷⁵.

⁷³ PINTO, Ernesto Renan Freitas, op. cit., p. 33.

⁷⁴ NOGUEIRA, Ricardo José Batista., op. cit., p. 111.

⁷⁵ PINTO, Ernesto Renan Freitas, op. cit., p. 25.

Fig. nº. 15 - Fluxos dos barcos de linha no município de Manacapuru - AM

PARTE II - A TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NA VÁRZEA AMAZÔNICA

CAPÍTULO 4 - AS TERRITORIALIDADES AGROPASTORIS: USO DA TERRA NA AMAZÔNIA

É propósito mostrar de maneira geral as diversas formas de utilização da terra, da água e da floresta pelos camponeses-ribeirinhos, no ambiente de várzea na Amazônia⁷⁶.

Na várzea do município de Manacapuru-AM os camponeses-ribeirinhos fazem uso de três territorialidades: as agropastoris, as aquáticas e as florestais. A primeira está dividida nas terras existentes e nas terras que surgem. Nas terras existentes estão instaladas as terras de cultivos, como o roçado e o sítio, ambos localizados próximos à casa de moradia, esta, assentada na parte mais alta, no topo da restinga. Ainda nessas terras para uso agrícola, é freqüente os camponeses-ribeirinhos deixarem uma área sem uso, as conhecidas terras de descanso (pousio), por um período de um a três anos, em média. Mas para o interior da restinga, em vários trechos, os camponeses-ribeirinhos utilizam as terras para a criação do gado bovino, através das derrubadas da floresta, para a instalação do pasto plantado, no qual este é apropriado de forma individual/familiar.

Ainda mais para o interior da restinga, próximo à margem do lago, aparece o pasto natural de uso comum. (Fig. nº. 16). Durante a vazante/seca, geralmente no mês de agosto, o rebanho bovino é levado pelos camponeses-ribeirinhos para essas áreas de pastagem comum. Lá, permanece até a subida do nível das águas, nos meses de janeiro – fevereiro, quando são transferidos para as áreas de pasto plantado de uso individual/familiar, próximo da casa de moradia.

Além das terras existentes, os camponeses-ribeirinhos utilizam as terras que surgem na frente e atrás da restinga, onde está localizada a casa de moradia. Essas novas terras, resultado do processo de deposição do rio Solimões, durante as enchentes/cheias anuais, são apropriadas pelos camponeses-ribeirinhos e usadas de forma individual/familiar por meio do plantio das culturas de ciclo curto e/ou para a instalação do pasto. Entre a terra antiga e a nova, em alguns trechos,

⁷⁶ Nas próximas seções cada uma dessas formas de utilização da terra, da água e da floresta será estudada com mais detalhes.

aparece uma área baixa, permanentemente inundada e usadas para a atividade pesqueira.

Portanto, conforme a figura nº. 16, as terras existentes e as terras criadas são apropriadas pelos camponeses-ribeirinhos e utilizadas de forma individual/familiar para fins agrícolas, haliêuticos e pastoris. Entretanto, durante o período de águas altas, ou seja, durante as enchentes/cheias, as terras antes usadas para fins agrícolas e pastoris, tornam-se áreas para as atividades haliêuticas, nas quais seu uso torna-se comum.

A segunda mostra a utilização da água para as atividades haliêuticas pelos camponeses-ribeirinhos e está dividida no uso do ambiente rio, no caso do rio Solimões e no uso do ambiente lago. No que se refere ao ambiente rio, aqui incluído os seus canais laterais, os paranás, a forma de uso se dá de duas maneiras: acesso livre e uso comum. (Fig. nº. 16). Nessa pesquisa, será investigada a passagem do uso desse ambiente, em que sua utilização era completamente livre, para o uso restrito, em que as turmas de pescadores criaram e delimitaram verdadeiras territorialidades de pesca, estabelecendo ordem de uso nessa porção de água apropriada por meio da introdução do sistema de vez nessas pescarias.

Já no que diz respeito à utilização do ambiente lago, incluídas as áreas de igapó, os camponeses-ribeirinhos o utilizam de forma comum. (Fig. nº. 16). Os camponeses-ribeirinhos tinham um controle dos lagos que tradicionalmente lhes pertenciam. No entanto, a partir da década de 1960, com o desenvolvimento da pesca comercial, da expansão da frota pesqueira (barcos de pesca motorizados), do uso de novos instrumentos com maior poder de captura, houve um aumento significativo das atividades haliêuticas nesse ambiente. Além disso, muitos camponeses-ribeirinhos, por causa de uma crise das atividades agrícolas, lançaram-se também na pesca comercial. Acostumados ao longo dos anos a praticar a pesca voltada para o autoconsumo, os camponeses vêem agora seu ambiente aquático ser “invadido” pela pesca comercial que, no afã de aumentar sua produção, tem praticado ações que podem ser consideradas como pesca predatória. Para fazer frente a essa forma indiscriminada de pesca, os camponeses-ribeirinhos vêm se organizando nas comunidades, com o apoio da

CPT, para buscar proteger a depredação dos recursos pesqueiros ainda disponíveis nos lagos de várzea no estado do Amazonas.

Por último, trata-se do uso da floresta de várzea para as atividades do extrativismo, da caça, da coleta. Essas territorialidades florestais encontram-se divididas em floresta de restinga, floresta de igapó. Nesta, estão incluídos os chavascais e aningais.

É importante ressaltar que durante as enchentes/cheias, quando as águas invadem, inclusive as áreas de igapó, chavascais/aningais e áreas de pastagem natural, estas passam a ser usadas para as atividades haliêuticas pelos camponeses-ribeirinhos de forma comum.

Diegues (1994) afirma que até recentemente essas áreas de uso comum (propriedade comum) apresentavam uma menor visibilidade do ponto de vista social e político comparado com a propriedade pública, representada, por exemplo, pelas áreas protegidas. A explicação para esse autor é que essas áreas têm sua importância somente em regiões relativamente isoladas, sendo caracterizadas de comunidades consideradas tradicionais, como a “caiçara”, dos jangadeiros, dos ribeirinhos. Nesse sentido, Diegues (1994) complementa:

Essas formas de apropriação comum de espaços e recursos naturais renováveis se caracterizam pela utilização comunal (comum, comunitária) de determinados espaços e recursos através do extrativismo vegetal (cipós, fibras, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça e pesca), e da pequena agricultura itinerante. Além dos espaços usados em comum, podem existir os que são apropriados pela família ou pelo indivíduo, como o espaço doméstico (casa, horta, etc) que, geralmente, existem em comunidades com forte dependência do uso dos recursos naturais que garantem sua subsistência, demograficamente pouco densas e com vinculação mais ou menos limitadas com o mercado⁷⁷.

⁷⁷ DIEGUES, Antnio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994. p. 58.

Fig. nº. 16 - Formas de uso da terra, da água e da floresta na várzea de Manacapuru-AM

Fonte: trabalho de campo, 2005
 Desenho: Marcos Castro, 2006
 Org. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, 2006

A apropriação e uso individual/familiar das terras na área de estudo correspondem, na verdade, aos limites da propriedade de cada morador, que nas áreas de várzea apresentam de forma bastante peculiar. Os espaços são mutáveis, ou seja, neste ambiente ocorre o processo de erosão (terras caídas), representado nas denominadas perdas de terras; o processo de deposição (terras acrescidas), representado pelos “ganhos de terras” e o processo simultâneo de erosão e deposição de sedimentos, representados nas perdas e ganhos de terras. Além disso, nessas áreas, ocorre às oscilações anuais do nível do rio, caracterizado pelo processo de enchentes/cheias e vazantes/secas.

Portanto, todos esses processos trazem modificações significativas nos limites das propriedades e engendram diferentes formas de utilização das terras nesse ambiente. (Fig. nº. 16).

Assim, os camponeses-ribeirinhos que habitam a várzea no município de Manacapuru utilizam as terras existentes de forma individual/familiar para organizar seus cultivos, para instalar áreas de pasto plantado, bem como, ao perceberem sinal de desgaste, colocam em pousio parte dessas terras, com o objetivo de recuperá-la para posterior utilização. Além dessas terras já existentes, os camponeses-ribeirinhos também fazem uso de forma individual/familiar das terras que surgem como resultado dos intensos depósitos de sedimentos trazidos pelas enchentes/cheias anuais. Esses depósitos se dão tanto na frente da propriedade por meio do processo de acreção lateral, como atrás da mesma, em áreas baixas, decorrente do processo de acreção vertical. Outras novas terras utilizadas pelos camponeses-ribeirinhos são as ilhas que surgem como resultado de processo deposicionais, dentro do canal fluvial.

Diante disso, o propósito deste capítulo é compreender as diferentes formas de uso das terras existentes e as terras acrescidas. Assim, dar-se-á ênfase em primeiro lugar à apropriação e o uso individual/familiar das terras de cultivos já existentes: as roças, os sítios. Em seguida, será investigado o uso comum das terras de pastagem: o pasto natural; por último, serão analisadas a apropriação e utilização individual/familiar das terras que surgem à frente e no fundo da propriedade, assim como o uso comum e a apropriação/uso individual/familiar das terras que surgem no rio: as ilhas.

4.1. A preparação da terra para o cultivo

Os diferentes cultivos realizados na várzea amazônica pelos camponeses-ribeirinhos estão todos diretamente relacionados com o processo de subida e descida do nível da água. Na várzea do município de Manacapuru, no baixo rio Solimões, por exemplo, o regime desse trecho do rio é considerado propício para a organização dos inúmeros cultivos, pois a elevação da sua cota se dá de forma lenta, levando aproximadamente oito meses para atingir o nível mais alto, normalmente entre novembro e junho, enquanto a descida ocorre de forma mais acelerada para atingir seu nível mais baixo, em geral, são quatro meses, julho a outubro⁷⁸.

Para os camponeses-ribeirinhos que vivem nesse ambiente o processo de oscilações no nível do rio Solimões é fundamental, uma vez que as águas ao transbordar a restinga (dique marginal) depositam uma grande quantidade de sedimentos, principalmente silte e argila, tornando, por sua vez, o solo ideal para a realização dos cultivos. Além disso, esse longo período de subida do nível do rio propicia aos moradores de suas margens um enorme aproveitamento da várzea, pois os mesmos podem dispor de mais tempo para realizar a colheita, antes que as águas inundem suas terras de cultivos. Por outro lado, o acelerado recuo das águas faz aparecer rapidamente às terras que serão utilizadas para o plantio⁷⁹.

Como profundos conhecedores desse calendário hidrológico, ou seja, dessas alterações do nível do rio ao longo do ano, os camponeses-ribeirinhos na várzea amazônica têm perfeita noção da organização dos seus cultivos, os quais são instalados de acordo com as condições topográficas desse ambiente. Assim, as culturas que compõem o “sítio” ocupam a parte mais alta da restinga, a partir das proximidades da margem do canal, onde também está instalada a casa de moradia. Essa área, em geral, não é alcançada pelas águas durante as enchentes/cheias anuais médias, ou seja, aquelas que atingem a cota inferior a 28 m acima do nível do mar. Em seguida, mais para o interior da restinga, numa área um pouco mais baixa do que a anterior, os camponeses-ribeirinhos costumam organizar o roçado, no qual são cultivados principalmente a mandioca, a

⁷⁸ MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1987. p. 57.

⁷⁹ Idem, p. 58.

macaxeira, o milho e o jirimum. No fundo da restinga, já próximo ao igapó e/ou chavascal e aningal, os camponeses-ribeirinhos instalam o roçado de juta/malva. É importante considerar que essa área, antes da introdução dessas culturas na várzea amazônica, não era utilizada para a agricultura, sendo domínio da floresta de restinga e de igapó.

A preparação de parcelas de terras para o cultivo pelos camponeses-ribeirinhos, na várzea de Manacapuru, tem seu início na descida das águas, geralmente na segunda quinzena de julho e agosto, quando as primeiras terras começam a parecer. Esse preparo ocorre de duas formas: para os terrenos em que a existência de mata seja primária ou secundária, o trabalho é maior, pois a preparação exigirá por parte dos camponeses-ribeirinhos cumprir as seguintes etapas: broca, derrubada, rebaixamento, queima e encoivramento. É importante ressaltar que essa floresta está localizada no topo e nas encostas das restingas.

A primeira operação para o preparo da terra para o cultivo em áreas cobertas por florestas é a broca, que consiste na roçagem das plantas rasteiras, cipós, arbustos, por meio da utilização do terçado. Em seguida, quando a vegetação “brocada” estiver totalmente seca, em geral, no mês de setembro, é realizada a “derrubada” da mata, sobretudo dos componentes arbóreos. Dentre as etapas de preparação do terreno para o plantio, esta é considerada a mais difícil, pois para proceder a derrubada utiliza-se o machado. Na várzea de Manacapuru é raro o uso de moto-serra.

Logo após a derrubada, os camponeses-ribeirinhos realizam o “rebaixamento”, cujo procedimento consiste no corte dos galhos e das ramagens (“desgalhamento”). A realização dessa operação tem como objetivo facilitar a ação do fogo durante a queimada. Quando a vegetação derrubada estiver totalmente seca, entre 15 a 20 dias no máximo, a “queimada” é realizada, geralmente na segunda quinzena de outubro. Depois os camponeses-ribeirinhos costumam realizar a “coivara”, cuja tarefa consiste em juntar o material (troncos, galhos), que não foi queimado ou que foi parcialmente queimado e novamente atear-lhe fogo.

Vale ressaltar que essas tarefas de preparação do terreno para o plantio, em geral, são executadas por adultos do sexo masculino, maiores de 14 anos, uma vez que são consideradas atividades “pesadas”, “trabalho duro”, realizado em grande parte com o emprego do terçado e do machado. Por isso, exige maior

força física e, além disso, esses homens adultos estão expostos aos inúmeros insetos existentes, como formigas, abelhas e diversas espécies de cobras. Isso não quer dizer que o trabalho feminino, nessas tarefas, sejam indispensáveis, havendo necessidade no interior da unidade familiar camponesa recorre-se a ele.

4.2. Terras de cultivos: a roça

O hábito de “botar roçado” é muito antigo na várzea da Amazônia, na qual os camponeses-ribeirinhos herdaram dos seus antepassados indígenas. Quando os camponeses-ribeirinhos começaram a se estabelecer na várzea de Manacapuru, no rio Solimões, o local preferido para a preparação e instalação da roça foi o topo da restinga frontal em áreas por trás da casa de moradia. Quando houve os plantios das duas principais culturas, ainda no século XIX, as quais ocuparam uma parte significativa da restinga frontal, os camponeses-ribeirinhos instalaram seu roçado mais para o interior da restinga. A escolha dessa área é uma percepção muito antiga dos moradores da várzea de Manacapuru, pois somente é transbordada pela enchente/cheia, quando estas atingem a cota superior a 28,30 m para a Costa do Arapapá e 28,70 m para a Costa do Pesqueiro. Portanto, somente numa grande enchente/cheia que essas áreas de roçado são invadidas pelas águas, permitindo aos camponeses-ribeirinhos efetuar a colheita dos produtos do roçado antes da inundação do mesmo. Para os moradores da várzea de Manacapuru “botar uma roça” significa, em primeiro lugar, preparar a terra para o plantio, logo após a descida das águas, em geral no mês de agosto, a qual consiste nas derrubadas dos componentes vegetais por ventura existentes. Em seguida, tem-se início o plantio. As culturas que compõem o roçado, segundo os camponeses-ribeirinhos, é a mandioca, o milho, o jirimum, a melancia, a juta, a malva, entre outras. Com exceção das fibras⁸⁰ (juta e malva), as culturas da mandioca e do milho têm sido consideradas as mais importantes para a manutenção da família camponesa⁸¹. Com a primeira se produz a farinha

⁸⁰ As culturas da juta e da malva serão analisadas com mais detalhes no item seguinte, pois são culturas introduzidas que compõem o roçado e voltadas exclusivamente para a comercialização, as quais obedecem a uma lógica totalmente distintas das demais.

⁸¹ Essas culturas, diferentemente das fibras, são consideradas como culturas tradicionais de subsistência, voltadas para o consumo da família, mas que os excedentes são comercializados.

de mandioca que, juntamente com o peixe, constitui a base da alimentação dos camponeses-ribeirinhos. A preparação da farinha ocorre em uma instalação denominada de “casa de farinha”, localizada, em geral, ao lado da casa de moradia e o mais próximo possível do rio para facilitar a lavagem da mandioca. A maioria das famílias na várzea de Manacapuru dispõe de uma instalação desse tipo, sendo, portanto, um equipamento de uso individual/familiar. Assim, as famílias que não possuem ou não “levantaram”⁸² casas de farinha, normalmente, arrendam do vizinho mais próximo. (Fig. nº. 17). O pagamento, em geral, é efetuado em produto, no qual são entregues ao dono da casa de farinha o equivalente a cinco litros por alqueire⁸³.

Eu faço só uma farinhada por semana, no máximo, na minha casa de farinha. Dois dias que a gente torra, faço toda semana uma. Aí, nessa vaga alguém põe, quando eu tiro a mandioca daqui à outra pessoa pode botar. A gente usa assim uma porcentagem, sempre a gente cobra cinco litros por alqueire. Você faz 01 (um) alqueire e dar cinco litros, em geral é assim. (Senhor Altacir Souza, 77 anos, camponês-ribeirinho).

Na várzea de Manacapuru, a produção de farinha de mandioca é destinada basicamente para subsistência. Sua preparação tem início no mês de março e dependendo da enchente/cheia vai até o mês de junho. Como podemos observar no começo do relato acima, a produção é realizada a cada semana por meio da “farinhada”. A semana do farinhador começa na sexta-feira e termina na quinta-feira, portanto, são sete dias de trabalho. Na sexta-feira, é realizada a retirada da mandioca do roçado, ou seja, o “arranquio da mandioca” como eles denominam, sendo, em seguida, efetuado o procedimento de descascar e raspar, após é colocada de molho na água para que a mesma fique “podre”. Na segunda-feira, quando a mandioca já está mole, ela é retirada e colocada para escorrer, ou seja, para sair à água. No mesmo dia os camponeses-ribeirinhos vão arrancar um pouco mais de mandioca que é a da mistura, esta não vai para água. Na terça-feira, após raspar e sevar, é realizada a mistura das duas, ou seja, são misturadas a mandioca que foi para água e a que não foi para água, a proporção usada na várzea de Manacapuru é a seguinte: para cada medida de massa puba se coloca

⁸² “levantar” na várzea de Manacapuru significa preparar e colocar em funcionamento a casa de farinha após uma enchente/cheia.

⁸³ 01 (um) alqueire da farinha na várzea de Manacapuru corresponde a cinquenta litros.

duas de mandioca crua. Essa mistura é para dar aquele azedinho que caracteriza a farinha d'água. É importante ressaltar que a goma (fécula) é retirada somente da que não foi para a água, porque a que ficou de molho a goma esta completamente azeda, imprópria pro consumo. Ainda na terça-feira, após a mistura, a massa é colocada na prensa, onde fica enxugando. Na quarta-feira, ainda de madrugada, em geral, 4 horas da manhã, começa o processo de torragem, dependendo do tamanho da farinhada, pode se estender até a quinta-feira. No dia da torragem, as mulheres peneiram e os homens executam a tarefa de torrar. Normalmente na várzea de Manacapuru são usados dois fornos, um grande e um pequeno. O pequeno recebe a massa crua já misturada, onde se faz o processo de escalda, cozimento da massa, quando esta já se encontra cozida ela fica mais úmida, então se passa para o forno grande, quando começa o processo de secagem, ou seja, ela passa a ser torrada, ficando sequinha e crocante. Assim, a farinha fica no ponto, quando começa a “estalar no dente”, como eles dizem.

Assim, depois de preparada (torrada), a farinha é armazenada em tambores e/ou sacos e consumida diariamente durante os meses de enchentes/cheias e os meses de vazante/seca, ou seja, entre abril a dezembro, quando a mandioca plantada em agosto já está no ponto para ser arrancada e, assim iniciar um novo fabrico. Raramente esse produto é comercializado junto ao mercado de Manacapuru e/ou Manaus. Em alguns casos, a venda é realizada na própria comunidade, na qual afixa-se uma placa na frente da casa de moradia indicando: “vende-se farinha”.

Fig. nº. 14 – Casa de farinha sendo “levantada” após a última enchente/cheia. Nota-se ainda um forno parcialmente destruído. Ao fundo o rio Solimões. Costa do Pesqueiro I, baixo rio Solimões, em 17 de fevereiro de 2007, estando as águas a 23,56 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

A segunda cultura em importância, cultivada pelos camponeses-ribeirinhos na várzea de Manacapuru, é o milho. Ela aparece geralmente consorciada com outras e é considerada fundamental para os camponeses-ribeirinhos, pois a mesma é utilizada tanto para a alimentação humana como para o consumo da criação animal, em torno da casa de moradia, principalmente os galináceos. É muito rara a comercialização do milho na várzea de Manacapuru; a produção desse cereal é direcionada quase que, exclusivamente, para o abastecimento da unidade familiar camponesa.

É importante considerar que apesar de predominar o policultivo no roçado, a forma de organização dos cultivos se dá geralmente por meio do consórcio de duas ou mais culturas: na várzea de Manacapuru, por exemplo, os camponeses-ribeirinhos costumam plantar com mais frequência as seguintes culturas consorciadas: mandioca-milho, malva-milho, mandioca-jirimum, milho-feijão. Witkoski (2006), no seu trabalho na várzea do complexo Solimões-Amazonas, destaca o significado do uso dessa técnica de plantio:

O que significa o consórcio? O consórcio é, antes de mais nada, uma estratégia de utilizar, de modo integral, a (pouca) terra que os camponeses possuem. Além disso, (e talvez por isso) é uma forma de combinar duas ou mais cultivares, numa mesma área, criando condições ecológicas mais saudáveis para o desenvolvimento dos cultivos envolvidos no consórcio – estimulando, por exemplo, a eliminação natural do ataque de pragas⁸⁴.

Noda et al. (2001) segue a mesma linha de pensamento e mostra a vantagem do uso do consórcio na várzea na Amazônia:

Os cultivos em consórcio são utilizados para melhoria da racionalidade do uso das áreas de terras cujo sentido é uma sucessão de plantas onde ocorre uma combinação espacial e temporal em acordo com o ecossistema, o ciclo produtivo e a arquitetura de cada cultura⁸⁵.

4.3. A cultura da juta

As primeiras tentativas de adaptação e aclimação da cultura da juta em território brasileiro se deram, em 1902, no estado de São Paulo⁸⁶. Essas experiências foram realizadas tendo em vista a crescente demanda por sacaria utilizada para a exportação do café em grãos, bem como pela existência, nesse estado, de um expressivo parque de aniagem inteiramente dependentes das importações da juta da Índia⁸⁷.

O resultado dessas experiências não foram satisfatórias, sendo, em seguida, abandonadas. Com o bloqueio da juta indiana, durante a primeira guerra mundial, houve um estímulo para a produção dessa matéria-prima no país. Dessa forma, foram retomadas as experiências no estado de São Paulo, na década de 1920, de adaptar e aclimatar a juta no Brasil.

⁸⁴ WITKOSKI, Antônio Carlos, op. cit., p. 202.

⁸⁵ NODA, Sandra do N. et al. "Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas". In: DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C.C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001, p. 197.

⁸⁶ GRANATO apud HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. "A civilização da juta na Amazônia". In: **Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília: EMBRAPA – SPI; Belém: EMBRAPA – CPATU, 1998.

⁸⁷ PINTO, Ernesto Renan Freitas, op. cit., P. 46; HOMA, Alfredo Kingo Oyama, op. cit., p. 34.

As experiências de plantio foram realizadas nas margens do rio Paraná, em São Paulo, com um bom resultado aparente primitivo, por germinação das sementes, tendo porém, fracassado a continuação da cultura, talvez por imperícia ou por falta de perseverança dos plantadores⁸⁸.

No final da década de 1920, os japoneses já demonstravam interesses no processo de colonização no estado do Amazonas, visando desenvolver pesquisas que viabilizassem a obtenção de matérias-primas para atender a demanda do seu parque industrial. Para tanto, foram fundadas, em 1930, na cidade de Tokyo a Kokushikan Koto Takushoku (Escola Superior de Colonização) e no município de Parintins, estado do Amazonas, a Amazônia Kenkyuzio (Instituto Amazônia). A primeira tinha como propósito treinar e preparar estudantes, denominados de Katakusseis⁸⁹, para as práticas agrícolas e os desafios a ser enfrentados na Amazônia. O segundo possuía como intenção desenvolver estudos que possibilitassem a descoberta de novas matérias-primas agrícolas para atender a demanda das indústrias japonesas⁹⁰.

Assim, em setembro de 1931, iniciam-se as primeiras experiências com o plantio da juta pelos colonos japoneses em terras amazonense. Duas localidades são definidas para essas experiências, ambas localizadas em Parintins: Vila Amazônia e Ilha Formosa, essa última localizada no Paraná do Ramos. Esses primeiros plantios não obtiveram sucesso, pois as plantas da juta não conseguiram se desenvolver, ou seja, alcançar um tamanho desejável. Apesar disso, amostras foram colhidas e enviadas pelo Instituto Amazônia para serem analisadas no Japão por duas indústrias de cânhamo (Teikoku Seima e Taisho Seima) e por uma indústria de tecelagem (Toyo Boseki). Como resultado dessas análises foi constatada a boa qualidade da fibra da juta amazonense.

Nos anos subseqüentes, novas experiências foram realizadas pelos colonos japoneses com a cultura da juta, porém, todas não foram bem-sucedidas. Em outubro de 1933, chegou à Vila Amazônia, em Parintins, juntamente com outras famílias de agricultores japoneses, o colono Ryota Oyama (Fig. nº. 18), que

⁸⁸ LIMA, Vivaldo. **A juta como riqueza econômica da Amazônia**. Manaus: Imprensa Pública, 1938. p. 06.

⁸⁹ Foram enviadas para Parintins, no estado do Amazonas, até 1938, oito turmas, totalizando 248 estudantes. “Os Katakusseis eram jovens japoneses e puros, imbuídos do espírito de pioneirismo, sem qualquer aspiração financeira, a qual prevaleceu também nos anos futuros, na sua totalidade, preocupados com a educação dos filhos, constituíam o núcleo dos imigrantes de Parintins” (HOMA: 1938, p. 07).

⁹⁰ HOMA, Alfredo Kingo Oyama, op. cit., p. 7 e 8.

ao final daquele ano deu início ao plantio da juta na várzea do Paraná do Ramos. No início de 1934, Ryota Oyama percebeu que duas plantas de juta conseguiram atingir um tamanho que se destacavam das demais (4m). Uma delas não resistiu ao excesso de água durante a enchente/cheia daquele ano, a outra ele conseguiu retirar dez sementes, que foi plantado no início do período chuvoso de 1934, na qual obteve no ano seguinte, 1935, 200 sementes⁹¹. Novos plantios foram realizados visando a obtenção de mais sementes, fundamental para a consolidação dessa variedade de juta, denominada de juta branca. Dessa forma, ocorreram, pois, a adaptação e aclimação da juta na várzea amazônica, que passou a ser denominada de juta Oyama (*Corcherus capsularis*).’

Com o sucesso da adaptação/aclimação da cultura da juta, os japoneses, sob a liderança de Tsukasa Uyetsuka (Fig. nº. 18), um entusiasta da colonização japonesa e do plantio de juta na região, criaram, em 1936, a Companhia Industrial Amazonense S/A (Amazon Sangyo Kabushiki Kakha).

Em 1937, foi enviados para ser comercializados, em Belém, aproximadamente 9000 Kg da juta amazonense, a primeira safra produzida e comercializada exclusivamente por mão-de-obra japonesa. Em 1938, foram produzidos e comercializados 60.000 kg. Esse fato chamou imediatamente a atenção do estado vizinho, o Pará que, por meio do seu interventor José Carneiro da Gama Malcher, promulgou o decreto-lei 3.065, publicado no diário oficial do estado, no dia 16 de agosto de 1938, o qual concede amplas vantagens para o plantio da juta em terras paraenses, pois o governo enxergava nessa cultura a possibilidade de redenção econômica em substituição à exploração da borracha, cada vez mais em declínio. Assim, no seu artigo 1º., parágrafo 2º., propõe: “Os proponentes escolherão os terrenos destinados as plantações, cuja aquisição o governo facilitará a preços eqüitativos e dentro da lei⁹².”

O decreto propõe ainda no parágrafo 7º., nas letras “A” e “B”, prestar favores à Companhia a ser organizada pelos contratantes: concessão de terras do estado até 10.000 hectares; redução dos impostos estaduais e municipais; transporte gratuito dos colonos ou imigrantes do porto de Belém até as plantações⁹³.

⁹¹ HOMA, Alfredo Kingo Oyama, op. cit., p. 11.

⁹² LIMA, Vivaldo, op. cit., p. 10.

⁹³ Idem, p. 11.

Fig. nº. 18 – À esquerda, o Dr. Tsukasa Uyetsuka, entusiasta da colonização japonesa e do plantio de juta na Amazônia. À direita, aparece o Senhor Riota Oyama, responsável pela adaptação da juta indiana na várzea amazônica.

Essa ação do governo do Pará com relação à cultura da juta gerou profundas preocupações e críticas no Amazonas. Pressões foram feitas para que o governo desse estado tomasse a mesma atitude, ou seja, apoiar e dar todas as condições para viabilizar o aumento da produção de juta, pois no Amazonas essa cultura já era uma realidade. Dessa forma, o interventor federal no Amazonas em exercício, Ruy Araújo, promulga o decreto-lei 170, de 24 de novembro de 1938, no qual concede amplos favores à Companhia Industrial Amazonense S/A, com sede em Parintins, para a industrialização, comércio e exploração da juta. O artigo 1º., item “A” faz a seguinte menção: “lotes de terras devolutas, em qualquer zona do estado, à escolha da peticionária, para a cultura da juta, por trabalhadores nacionais ou colonos estrangeiros, que foram por ela contratados”.

No artigo 2º., o governo do estado do Amazonas assume o compromisso de pleitear junto ao governo federal: a) isenção de impostos de importação para maquinaria, aparelhagem, substâncias químicas e mais utilidades necessárias, destinadas à agricultura e à indústria da juta e seus similares; b) transporte gratuito de trabalhadores nacionais e colonos estrangeiros, contratados pela peticionária, embarcados em qualquer ponto do Brasil, com destino a Manaus.

O decreto-lei propõe, no artigo 3º., que a Companhia Industrial Amazonense S/A deve assumir o seguinte compromisso: “classificar e avaliar as qualidades da fibra, de toda a juta produzida no estado, comprando-o obrigatoriamente, ao preço corrente na praça”.

Para que a cultura da juta torne-se uma riqueza econômica na região, Lima (1938), propõe como necessário que se restabeleça “uma corrente migratória de nordestinos para ser empregadas nesse plantio, como outrora foi feito para a extração da borracha”⁹⁴.

4.3.1. O processo de incorporação da produção camponesa à agricultura da juta na várzea amazônica

O objetivo inicial da Companhia Industrial Amazonense S/A, controlada pelo capital japonês, era adquirir perante o governo do Amazonas, por meio de concessão, uma grande quantidade de terras destinadas para o plantio da juta com uso de mão-de-obra assalariada, a qual deveria ser arregimentada na região e no nordeste brasileiro. Este projeto agro-industrial japonês tornou-se completamente insustentável, devido à incorporação gradativa dos camponeses-ribeirinhos, já estabelecidos nesse ambiente de várzea à agricultura da juta.

As duas primeiras safras (1937-38) foram, como já visto, produzidas exclusivamente pelos colonos japoneses e suas famílias. As safras seguintes, cada vez mais, tinham participação dos camponeses brasileiros contratados por aqueles na condição de assalariados temporários.

Esses camponeses-ribeirinhos vão assimilar rapidamente todo o processo de cultivo da juta, passando, em seguida, a produzir juntamente com suas famílias

⁹⁴ Idem, p. 78.

de forma independente essa nova cultura agrícola. A grande quantidade de terras livres e férteis existentes nas áreas de várzea talvez tenha sido o fator decisivo para a incorporação da produção familiar camponesa à agricultura da juta. Assim, a cultura da juta, a partir do final da década de 1930 e início da década de 1940, começou paulatinamente a ser cultivada ao longo do rio Solimões–Amazonas pelos camponeses-ribeirinhos que assimilaram rapidamente o seu cultivo. A Fala de um camponês-ribeirinho da Costa do Pesqueiro, município de Manacapuru, área da pesquisa, atesta o momento de introdução dessa cultura nessa localidade, no início da década de 1940:

Aí a mamãe perguntou: o que é isso aí lá no porto de Manaus. Aí ele disse: é um pedaço de juta. Aí ela disse, o senhor não quer me dar um pedacinho pra mim levar. Aí, o japonês não gosta, ele vem de lá de Parintins pra vender em Manaus. Aí, o cara foi cortou um pedacinho de juta, da fibra né, e a mamãe trouxe. Ela chegou aqui e mostrou, mas ninguém sabia como era. Aí, depois de pouco tempo, começaram a plantar aqui Na Costa do Pesqueiro, mas foram os japoneses que trouxeram pra cá, pro Amazonas. Eles trabalharam muitos anos na boca do Purus, era tudo dominado por eles. Quando foi um dia o João Pereira disse: Virgínio o teu terreno dá pra trabalhar em juta, então, vamos colocar um roçado! E botaram, arrumaram as sementes, eu tava com dez anos quando começaram a trabalhar em juta. Aqui era mata, o papai derrubou, ele era homem feito, nós era curumin. Deu bem. Aí, depois os vizinhos foram prestando atenção e começaram a plantar pra li, pra cá, aí pronto. (Senhor Milton Ferreira, 74 anos, camponês-ribeirinho).

Este relato nos permite perceber que, além de Vila Amazônia, em Parintins, existia, nesse período, um outro centro de experiências e difusão da cultura da juta nos rios de água branca na região. Trata-se, nesse caso do rio Purus, no qual eles, os colonos japoneses, trabalhavam e controlavam a “boca” desse rio na confluência com o rio Solimões. Uma outra questão presente na fala do camponês-ribeirinho que deve ser mencionada é com relação à derrubada da mata para a instalação do roçado da juta. Na realidade, o plantio dessa cultura, na várzea de Manacapuru, se deu na parte mais baixa da restinga, próxima ao lago, e consistiu na derrubada de parte da floresta de restinga e de igapó. Essa área, segundo os moradores, é considerada ideal para o cultivo da juta, pois quando as águas, durante as enchentes/cheias, começam a invadir o roçado, é momento de

iniciar a colheita (corte) dessa planta. Em seguida, é necessário deixá-la afogada por alguns dias, para na etapa seguinte, efetuar a lavagem da fibra. Portanto, “só pode trabalhar com ela [juta], onde alaga, porque tem que lavar, não pode ter nem água demais, nem de menos, também, né” (Senhor Eros Andrade, 47 anos, camponês-ribeirinho).

Por outro lado, os colonos japoneses capitalizados, tornam-se, nesse momento, além de produtores, os financiadores por meio da prática do aviamento.

4.3.2. A Segunda Guerra Mundial e o fim do domínio da Companhia Industrial Amazonense S/A

Com o início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, o mercado mundial de juta foi afetado de forma significativa. Países produtores dessa matéria-prima, como a Índia, por exemplo, o maior produtor e exportador de juta do mundo, têm um forte impacto na sua economia por causa do bloqueio às suas exportações durante o conflito⁹⁵.

Para as indústrias brasileiras de fiação e tecelagem, a maioria localizada em São Paulo, o bloqueio imposto pela guerra às exportações de juta, vai trazer muitas dificuldades, devido à dependência da importação dessa matéria-prima do oriente. A alternativa foi recorrer à juta produzida no país. Isso impulsionou o aumento da produção dessa fibra na várzea amazônica. Nesse período, verificou-se um aumento significativo das áreas plantadas e a expansão de novas áreas para o cultivo da juta.

A entrada do Japão no conflito, principalmente a partir do ataque à base americana de Pearl Harbour, em dezembro de 1941, vai alterar significativamente o mercado regional de juta. Em janeiro de 1942, são rompidas as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, Itália e Japão. Em seguida, uma série de ataques dos submarinos alemães aos navios brasileiros, motivou a promulgação do decreto-lei 4.166 de 10 de março de 1942 que estabelece o confisco de bens dos cidadãos alemães, italianos e japoneses em território brasileiro. Na Amazônia, inúmeros confiscos ocorrem, dentre dos quais os bens da

⁹⁵ PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas, op. cit., p. 53.

Companhia Industrial Amazonense S/A, que foram postos em leilões, sendo arrematados pela firma J.G. Araújo⁹⁶.

Encerrava-se, assim, o monopólio dessa agroindústria japonesa no processo de beneficiamento e comercialização da juta na Amazônia. Em seu lugar assume a Companhia Brasileira de Fibras, subsidiária da Companhia de Juta de Taubaté que vai implantar um controle oligopsônico do mercado, no qual um pequeno número de compradores vai adquirir toda produção dos camponeses-ribeirinhos. Segundo Pinto (1982), “a partir desse momento o mercado se amplia em função da competição entre os intermediários pela compra da matéria-prima”⁹⁷.

Ao término da guerra, em 1945, os fornecimentos de juta para o mercado mundial são restabelecidos pelos países do oriente. A grande oferta dessa matéria-prima, ocasionada pelo bloqueio durante o conflito, afetou os preços da juta na várzea amazônica. Tem-se, assim, a primeira crise no sistema de produção de juta na região. Por outro lado, as indústrias do sudeste vão se aproveitar da disponibilidade de juta no mercado internacional a preço baixo para atender sua demanda de matéria-prima, assim como para a formação de estoques. Com isso, ocorrem uma diminuição da produção na várzea e o agravamento da crise da agricultura da juta. Os mais prejudicados são os camponeses-ribeirinhos que vêem suas dívidas aumentarem nesse período, dificultando sua reprodução enquanto agricultores familiares.

Essa pauperização dos juiticultores amazônicos nas áreas de várzea faz com que o Governo Federal tome uma atitude mais severa, em 1946/1947, proibindo a importação de juta da Índia. Essa medida vai favorecer os industriais de São Paulo e Belém, pois os mesmos são autorizados a efetuar a classificação dessa fibra, rompendo, assim, com a exclusividade na comercialização/exportação da juta pela Companhia Brasileira de Fibras na Amazônia. Nesse sentido, os industriais que são proprietários de fábricas de prensagem em fardos de 200 quilos vão assumir o processo de comercialização/exportação de juta, sendo beneficiado por lei para tal atitude. Assim, nesse período, toda produção do estado do Amazonas é direcionada para as seis fábricas de prensagem instaladas em Manaus, as cinco em Parintins e as duas em Itacoatiara.

⁹⁶ HOMMA, Alfredo Kingo Oyama, op. cit., p.22.

A década de 1950 é marcada por profundas transformações no sistema de produção de juta. Nesse período, é implantado um moderno parque industrial de fiação e tecelagem na região. Em 1954, é instalada, na cidade de Manaus, a primeira unidade fabril de juta no estado do Amazonas. Vários fatores contribuíram para que fosse viabilizada a produção de manufaturados de juta e malva na Amazônia: em primeiro lugar e, talvez, o mais importante seja a política adotada pelo estado (federal e estadual) para facilitar, por meio de isenções de impostos e outras vantagens, o deslocamento das unidades fabris para próximo do centro de produção de fibras.

Outro fator apontado é a grande quantidade de mão-de-obra disponível na várzea amazônica, a custo baixíssimo, para produzir os fardos de juta. Na realidade, as indústrias de fiação e tecelagem, instaladas na região, não investiram capital para a produção da juta/malva a estratégia foi deixar essa função para os camponeses-ribeirinhos executá-la, pois o mais importante para esses capitalistas é adquirir a matéria-prima em condições de ser beneficiada, não importando, portanto, quais são as formas de produzi-lo. Dessa forma, esses capitalistas deixaram de imobilizar uma parte do seu capital que deveria ser utilizado na aquisição de terras e na contratação de força de trabalho para o processo de produção dessas fibras. Por outro lado, esses capitalistas passaram a receber parte do fruto do trabalho dos camponeses-ribeirinhos, representado pelos fardos de juta/malva produzida. Estes são transformados em mercadoria – sacaria principalmente, que ao ser vendida é transformada em dinheiro. Nota-se, portanto, um processo de monopolização do território pelo capital na várzea da Amazônia, na qual, este não expropria os camponeses-ribeirinhos de suas terras, mas apenas o subordina e se apropria da renda da terra dos mesmos. Esse processo é contraditório, pois para a produção do capital é necessário manter relações de produção não capitalista, como é o caso dessa relação de produção existente na várzea amazônica.

Outro aspecto que impulsionou a instalação das indústrias têxteis na região foi a disponibilidade de mão-de-obra, a baixo custo, para trabalhar no setor fabril. Acrescenta-se, ainda que essa mão-de-obra é utilizada somente uma parte do ano, devido à produção da juta/malva ser sazonal. Portanto, com a entrada em

funcionamento de um moderno parque de fiação e tecelagem, a partir da década de 1950, a região passa a exportar manufaturados de juta e malva, principalmente sacaria, em substituição à exportação de matéria-prima efetuada por setores mercantis. Segundo Noda (1985), esse fator requer alteração na oferta de fibras exigida pelo setor fabril, tanto no que diz respeito à qualidade como à quantidade do produto⁹⁸.

A partir da década de 1960, os grandes comerciantes, dominantes na fase de expansão do cultivo da juta na região, como foi visto, começam a ter dificuldades em adquirir empréstimos bancários para o cultivo de grandes áreas.

A partir da década de 60, o capital industrial induz o sistema de crédito a limitar as áreas de cultivo, tomando como modulo a produção familiar. O crédito de custeio da pequena produção vai assim se sobrepondo ao crédito manipulado por intermediários que apoiavam seu controle sobre um determinado número de produtores diretos na utilização de financiamento bancário⁹⁹.

4.3.3. Oscilações e crise no sistema de produção de juta/malva na várzea amazônica

As décadas de 1960, 1970 e 1980 são marcadas por constantes oscilações nas safras de juta e malva na várzea amazônica. Pinto (1982) e Noda (1985) apontam três ordens de fatores inter-relacionados que contribuem para tais oscilações. A primeira se refere às condições naturais e as técnicas em que é efetuado o cultivo de juta e malva. As oscilações nos níveis das águas, caracterizadas pelo processo de enchente/cheia e vazante/seca, talvez seja um dos fatores naturais mais importantes, devido às condições técnicas em que se processa a produção. Como a colheita (corte) da juta/malva se dá com a chegada da água, a ausência desta, ou seja, uma enchente/cheia que não chegue a atingir o nível médio esperado, uma “enchente pequena” como costumam mencionar os camponeses-ribeirinhos, trazem problemas irreparáveis para a produção de fibras. O mesmo processo se dá com uma vazante/seca, no qual a descida das águas

⁹⁸ NODA, Sandra do Nascimento. **As relações de trabalho na produção amazonense de juta e malva**. Dissertação de mestrado, ESALQ/USP, 1985. p. 68 e 69.

⁹⁹ PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas, op. cit., p.58.

não chega ao nível médio, isso impossibilita o plantio nas áreas mais baixas realizadas pelos camponeses-ribeirinhos por meio do lançamento das sementes, assim que as terras começam a aparecer. Trata-se do “plantio da lama” como é reconhecida localmente essa técnica de cultivo.

Outra ordem de fatores se refere à relação entre as indústrias de fiação e tecelagem e a produção agrícola. Nesse período (1960-1980), há um crescimento significativo das unidades de produção fabril, bem como um aumento na capacidade de beneficiamento das fibras na região. No estado do Amazonas, por exemplo, houve um crescimento das indústrias instaladas que passou de sete em 1960 para vinte em 1976¹⁰⁰.

É importante considerar que o setor fabril, comparado com agrícola, se beneficiou de uma série de vantagens oferecidas pelo estado (governo federal e estadual). Esses benefícios se deram desde a criação da SPEVEA, em 1954, aumentando com a criação da SUDAM, em 1966, e da SUFRAMA, em 1968.

Na realidade, as relações desiguais de troca do setor urbano-industrial com o setor de produção simples de mercadoria, contribui para lançar os agricultores num processo de pauperização absoluta e relativa. Absoluta, pela dificuldade crescente de obtenção de seus meios de subsistência; relativa, pela necessidade de ser obrigado a sobreexplorar constantemente a força de trabalho da familiar para poder realizar os ingressos de que necessita para continuar produzindo¹⁰¹.

Finalmente, a terceira ordem de fatores está relacionada à conjuntura internacional. O aumento da produção mundial de fibras, principalmente a juta de origem indiana, tem contribuído de forma significativa para a redução dos preços da juta/malva brasileira, uma vez que as mesmas são reguladas pelo preço praticado no mercado internacional.

Uma outra questão a ser mencionada, nesse período (60-80), é o processo de pauperização dos camponeses-ribeirinhos na várzea amazônica. Esse processo ocorre devido às relações desiguais entre o setor urbano-industrial e de produção de fibras na região. Cada vez mais os camponeses-ribeirinhos enfrentavam dificuldades em adquirir produtos de origem industrial, como açúcar, sal, querosene, gasolina, instrumentos de trabalho diversos e outros, pois o preço

¹⁰⁰ Idem, p. 59.

¹⁰¹ Idem, p. 61.

pago pela juta/malva produzida tendia a ser inferior aos preços das mercadorias de origem externa à unidade familiar camponesa. Além disso, o preço da juta/malva sempre foi regulado por mecanismos externos à região. “Esse desequilíbrio se traduz concretamente em pauperização dos produtores familiares, às vezes a níveis extremos”¹⁰².

A partir da década de 1970, a cultura da juta começou paulatinamente a entrar em declínio. Nesse período, a cultura da malva começou a ser cultivada no estado do Amazonas. Entretanto, o cultivo dessa cultura é mais antigo na zona bragantina, guajarina e salgado, no leste do estado do Pará, onde a partir da década de 1950, foi intensificado o seu plantio, tornando-se a mais importante cultura daquela região da Amazônia:

Cumprе assinalar a grande expansão da área de cultura malva (*Urena lobata*) cujo centro produtor mais importante[da Amazônia] é a chamada Zona Bragantina. Crescendo muito bom – tanto espontaneamente quanto plantada – nos solos empobrecidos pelas lavouras rotineiras e predatórias da terra daquela zona agrícola paraense, esta planta produtora de ótima fibra têxtil (utilizada, como fibra da juta, em sacaria e cordoalha), está sendo cada vez mais cultivada no leste paraense¹⁰³.

É importante ressaltar que a cultura da malva, no leste do estado do Pará, foi cultivada no ambiente de terra firme, em solos de baixa fertilidade, e já bastante utilizada por outras culturas. Apesar disso, essa cultura conseguiu se desenvolver, mostrando, assim, sua alta capacidade de resistência a solos pobres¹⁰⁴. Já, no ambiente de várzea, no qual os solos são mais férteis, a cultura da juta teve ótima adaptação. Isto é comprovado pela rápida expansão dessa planta no decorrer da década de 1970, em substituição à cultura da juta no estado do Amazonas.

No final da década de 1970 (1978), a safra da malva superou, pela primeira vez, no Amazonas, a safra da juta. Depois do ano de 1980, a produção das fibras de malva manteve essa tendência crescente. A partir do final da década de 1980, essas duas fibras entraram em declínio no Amazonas, apesar da safra da malva ainda ser superior a da juta.

¹⁰² Idem, p.63.

¹⁰³ SOARES, Lúcio de Castro. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de geografia, 1963. p. 158.

¹⁰⁴ SOARES, op.cit.

Um outro aspecto que deve ser considerado nesse período foi a crescente substituição dos produtos vegetais, como as fibras de juta e malva, por produtos sintéticos. A difusão das sacarias de plásticos nas décadas de 1960 e 1970 afetou consideravelmente a produção mundial de fibras.

A produção regional, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, também sentiu os efeitos da intensa divulgação das fibras sintéticas. “A indústria de sintéticos apresentava uma grande garantia de estabilidade de oferta, sacos mais leves e resistentes e mais baratos, com possibilidades de economia de escala”.

Com o fim do bloqueio, as importações de fibras, telas e fios de juta, durante o governo Collor, no início da década de 1990, levou a maioria dos camponeses-ribeirinhos a abandonar o cultivo da juta/malva na várzea amazônica. Na várzea do município de Manacapuru, essas duas culturas entraram em declínio e desapareceram completamente desse ambiente.

Assim, com a crise dessas duas culturas, os camponeses-ribeirinhos tiveram que buscar alternativas para continuar produzindo suas vidas na várzea de Manacapuru. Uma dessas alternativas, para a qual a maioria deles se direcionou, foi a atividade pesqueira, tanto a executada nos lagos, para a captura principalmente dos peixes de escamas, como para o rio Solimões, devido à crescente demanda por peixes liso.

Somente no final da década de 1990 e início do século atual, devido à valorização das fibras vegetais no Mercado Comum Europeu, é que as fibras de juta e malva voltaram a ser cultivadas pelos camponeses-ribeirinhos na várzea de Manacapuru. A preferência, agora, é pela cultura da malva, principalmente, nos trechos mais altos, dominados pela unidade geomorfológica depósitos de inundação. A cultura da juta somente é plantada, na atualidade, na várzea de Manacapuru, em algumas propriedades, nos trechos mais baixos, dominados pela unidade geomorfológica depósitos de bancos e meandros atuais.

4.3.4. O processo de trabalho da juta/malva na várzea amazônica

O local considerado mais adequado para o cultivo da juta e posteriormente para o cultivo da malva para a produção de fibras na várzea amazônica, em especial na várzea de Manacapuru, tem sido o fundo da propriedade/posse dos camponeses-ribeirinhos, na parte mais baixa da restinga, nas proximidades dos lagos. Essa área, até então não utilizada para a agricultura, era originalmente ocupada, na maioria dos casos, pela floresta de restinga e de igapó. Dessa forma, para a instalação do roçado de juta, a partir do início da década de 1940, foi necessário proceder a eliminação dessa mata ou parte dela que consiste no seguinte procedimento: broca, derrubada, queimada e encoivamento. Em todo esse processo foi utilizado apenas o trabalho manual com o emprego de instrumentos simples: terçado, machado, foice e enxada.

Nas situações em que a mata primária já tinha sido substituída por capoeiras, o trabalho para a preparação do terreno visando o plantio da juta/malva exigiu menor esforço físico e uma redução do tempo de serviço, comparado com o caso anterior. Quando essas áreas eram ocupadas por gramíneas, particularmente canarana e membeca, a preparação do terreno tornou-se mais fácil. Assim, na várzea amazônica, o processo ocorre de duas maneiras: o primeiro é a semeadura iniciada, imediatamente, na descida das águas, quando as primeiras terras, ainda com lamas, começam a aparecer. Trata-se do “plantio de lama” ou “juta de lama”, muito utilizado pelos camponeses-ribeirinhos na várzea de Manacapuru, pois segundo eles, esse tipo de plantio é fundamental para uma boa colheita (corte) dessa cultura. No segundo, a semeadura é realizada um pouco mais tarde, pois, muitas das vezes, na preparação do terreno é necessário proceder as etapas já citadas: broca, derrubada, queimada e encoivamento. Na região, essa forma de semear é denominada de “plantio de verão” ou “juta de verão”, sendo realizado com o uso da enxada. Ambos procedimentos, também, são realizados para o plantio da cultura da malva. (Fig. nº. 19).

As sementes de juta, após serem adquiridas pelos camponeses-ribeirinhos por meio de compra, não recebem nenhum tratamento antes do plantio¹⁰⁵. Já as

¹⁰⁵ NODA, Sandra do Nascimento, op. cit., p. 78.

sementes da malva, por sua vez, são cozidas antes da sementeira. Segundo os camponeses-ribeirinhos, esse cozimento contribui para que a semente tenha uma boa germinação¹⁰⁶. A sementeira da juta/malva na várzea de Manacapuru é realizada de duas formas: manualmente por meio do plantio a lanço e com uso de máquina construída na própria região, denominada de tico-tico. O último recurso é mais raro, entretanto, apresenta duas vantagens com relação ao plantio a lanço: a utilização de menor quantidade de sementes de juta e de malva; possibilita o espaçamento adequado entre as plantas, facilitando o serviço de “capina”, ou seja, de retirada das ervas daninhas.

Fig. nº. 19 – Camponês-ribeirinho verificando seu jovem malval. Esse plantio foi realizado a lanço, logo após a descida das águas, quando as terras ainda se encontravam com lama. Ao fundo a floresta de igapó. Costa do Pesqueiro, baixo rio Solimões, em 10 de setembro de 2005, estando as águas a 19,44 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

¹⁰⁶ Idem, 78 e 79.

Fig. nº. 20 – Malval já maduro, pronto para a colheita (corte). Costa do Pesqueiro, baixo rio Solimões, em 15 de março de 2006, estando as águas 26,22 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Após a realização da sementeira da juta/malva, os camponeses-ribeirinhos executam “o debaste” ou “desfilhamento”, que consiste na retirada do excesso de pés dessa cultura numa única cova. Conjuntamente, ocorre a “capina” que é realizada de acordo com o tipo do terreno. Para aqueles terrenos ocupados originalmente por mata primária o crescimento das ervas daninhas é menor, sendo, portanto, necessário proceder apenas uma ou no máximo duas capinas. Para os terrenos ocupados por capoeiras, o mato cresce rapidamente, principalmente depois do início do período chuvoso, sendo preciso até três capinas.

Em seguida, após a juta/malva atingir o tamanho considerado ideal pelos camponeses-ribeirinhos, geralmente entre a floração e a frutificação, tem início o período da colheita (corte) dessas fibras. (Fig. nº. 20 e 21). O instrumento de trabalho utilizado para essa operação é o terçado, com o qual o corte é efetuado próximo ao solo, cerca de 0,20 cm a 0,30 cm de distância, para um melhor aproveitamento das hastes. O corte é realizado com a chegada das águas, caso haja uma elevação muito rápida no nível do rio/lago, é necessário, muitas das

vezes, recorrer à força de trabalho extrafamiliar por meio da contratação de diaristas ou do pagamento à base da meia. O uso dessa força de trabalho adicional pode se estender as outras fases do processo produtivo das fibras de juta/malva na várzea amazônica.

A cultura da juta/malva, antes de ser comercializada junto aos intermediários, passa por várias etapas de beneficiamento. Essas etapas, que serão enfocadas a seguir, são consideradas as mais árduas de todo processo produtivo. Assim, após a colheita e o enfeixamento, os camponeses-ribeirinhos executam o processo de maceração que consiste em afogar os feixes na água, quando possível estagnada ou pouco corrente, daí a preferência do plantio dessas fibras em locais em que existem lagos, somente nos casos em que as águas dos lagos de várzea, durante as enchentes/cheias não chegam a atingir o nível esperado para o corte, é que os camponeses-ribeirinhos usam o rio principal, onde a correnteza é muito forte, como o rio Solimões, por exemplo, dificultando esse processo. A maceração é a ação das bactérias anaeróbicas que se desenvolvem mais intensamente, nessas águas calmas, causando o amolecimento das hastes, que, por sua vez, facilita o processo de decortificação ou desfibramento.

A decortificação e a lavagem da juta/malva, que os camponeses-ribeirinhos denominam de “puxar a juta”, são tarefas realizadas inteiramente dentro d’água, os quais ficam expostos a picada de cobras, ferradas de arraias, contrair reumatismo etc. Por isso, são consideradas, entre todas as etapas, as mais difícil, pois exigem muito vigor físico e empenho para se executar essa tarefa. O passo seguinte, após as etapas de decortificação e a lavagem, se dá o processo de secagem, na qual as fibras de juta/malva são levadas pelos camponeses-ribeirinhos para ser estendidas nos varais, estes erguidos, em geral, nas proximidades da casa de moradia, em locais abertos para que a incidência dos raios solares possa secar as fibras. (Fig. nº. 22). Para proceder uma secagem uniforme, considerada fundamental para produzir uma juta/malva de qualidade, é necessário virar a juta/malva de vez em quando, durante o período que permanece no sol.

Por último, quando a juta juta/malva já estiver totalmente seca, é realizado o processo de enfardamento, que consiste em amarrar os feixes de fibra em fardos de sessenta ou setenta quilos, em média, que são estocados, geralmente, nas

casas de moradia dos camponeses-ribeirinhos, aguardando o momento de serem negociados com os comerciantes locais.

Os compradores de juta/malva na várzea amazônica são a cooperativa, o patrão e o marreteiro, todos são atravessadores. (Fig. nº. 23). A cooperativa dos produtores de juta/malva com sede na cidade de Manacapuru atua simplesmente como um atravessador. O preço pago aos camponeses-ribeirinhos pelo quilo da juta/malva na várzea de Manacapuru gira em torno de R\$ 0,60 a 0,80 centavos.

Fig. nº. 21 – Fluxograma da comercialização da juta/malva na várzea de Manacapuru – AM

Fonte: Trabalho de campo, 2007
Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz, 2007

4.3.5. A meia da juta/malva

A meia, como forma de trabalho, é uma prática muito recorrente durante o processo de produção da juta/malva na várzea amazônica. Segundo Pinto (1982) a meia da juta/malva distingue da prática de meeiros de outras regiões brasileiras, uma vez que os camponeses-ribeirinhos nessa atividade somente participam como meeiros a partir do período da colheita¹⁰⁷.

As fases anteriores à colheita, como já visto, mesmo nas situações em que haja outras formas de ajuda mútua como o mutirão ou troca de dia, são de inteira responsabilidade dos camponeses-ribeirinhos, donos dos jutais e/ou malvais. O trabalho à base da meia, portanto é utilizado somente nos momentos em que a força de trabalho da família não é capaz de efetuar a colheita, bem como nas demais etapas da produção de juta/malva na várzea amazônica. Utiliza-se, também, essa forma de trabalho durante uma elevação rápida e inesperada do nível do rio/lago, pois a família camponesa ribeirinha não dispõe de braços suficiente, tampouco dispõe de recursos financeiros para pagar diaristas por um período de tempo prolongado.

Diante disso, para não perder a produção, a alternativa encontrada pela família camponesa ribeirinha é entregar metade ou o plantio inteiro de juta/malva para que outros camponeses-ribeirinhos cortem e se encarreguem das outras fases do processo produtivo¹⁰⁸.

¹⁰⁷ PINTO, Ernesto Renan Freitas, op. cit., p. 122; NODA, Sandra do Nascimento, p. 126.

¹⁰⁸ NODA, Sandra do nascimento, p.126.

Fig. nº. 22 - No primeiro plano, plantio de juta na margem de um pequeno lago. Na outra margem, observe-se a disposição geométrica do plantio. Do lado esquerdo, plantio de juta; do lado direito, a cultura do milho. A cultura da juta somente aparece na várzea de Manacapuru, nos lugares mais baixos. Costa do Pesqueiro III, baixo rio Solimões, em 08 de fevereiro de 2005, estando as águas a 22,06 m acima do nível do mar. (Fotografia de Carlos Alberto Dias).

Fig. nº. 23 - Malva estendida no varal, em processo de secagem, com a presença do sítio ao fundo. Após esse procedimento, são preparados os fardos para serem comercializados. Vale ressaltar, que essa cultura, na atualidade, é predominante na várzea de Manacapuru, em comparação com a juta. Costa do Pesqueiro, baixo rio Solimões, em 25 de abril de 2005, estando as águas a 26,92 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

4.4. Terras de cultivos: os sítios

Os sítios atuais são considerados, para os camponeses-ribeirinhos da várzea de Manacapuru, uma área ao redor da casa de moradia, na qual são cultivados tanto componentes arbóreos, com destaque para as espécies perenes, principalmente, as árvores frutíferas, como componentes semi-arbóreos e não arbóreos¹⁰⁹.

Esses sítios atuais remetem as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, principalmente, durante o período áureo da borracha, quando houve incentivo, por parte dos governos locais, para os camponeses-ribeirinhos cultivar seringueiras consorciadas com cacauzeiros. Segundo Pereira (1994)¹¹⁰, esse período representa um testemunho vivo da primeira tentativa governamental brasileira de domesticação e “uso racional” da exploração do látex da seringueira, na Amazônia.

Na realidade, o objetivo do governo imperial e depois republicano foi incentivar “um início de produção agrícola sedentária” na Amazônia. Para tanto, concedeu amplos incentivos, por meio de leis, para que tal processo pudesse ser desencadeado. Assim, em 1872, uma lei aprovada concedia uma série de prêmios para os camponeses-ribeirinhos que, durante o ano agrícola, produzisse e enviasse para comercialização no mercado de Manaus 100 alqueires de farinha de mandioca, 50 alqueires de arroz ou de feijão e 500 maquias de milho. Ainda em 1872, o governo da província do Amazonas aprova outra lei que estabelece total isenção de imposto pelo prazo de dez anos para as seguintes culturas agrícolas produzidas na região: algodão, tabaco, arroz, café, feijão, milho, farinha de mandioca, açúcar, melado e aguardente. Em 1884, um conjunto de leis foi aprovado pela Assembléia Legislativa daquela província, concedendo vários prêmios e liberação de dinheiro para o cultivo de seringueiras e de outras culturas agrícolas¹¹¹. Certamente que o cacau, nesse período, também compunha essa

¹⁰⁹ A definição de sítio na várzea da Amazônia não corresponde à mesma definição encontrada em outras regiões do Brasil, na qual o sítio é a propriedade parcelar, onde uma família vive e trabalha.

¹¹⁰ PEREIRA, Henrique dos Santos. **Dialogando com a paisagem: uma análise ecológica da agricultura familiar da várzea do rio Solimões / Amazonas**. Manaus: Mimeo, 1994.

¹¹¹ NERY, Barão de Santa-anna. **O país das Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. P. 122-123.

lista que recebeu incentivo, sendo, portanto, determinante para o cultivo consorciado dessas duas culturas: seringa e cacau.

O governo local, como se vê, nada negligencia para incentivar a agricultura sedentária. Se uma observação lhe pode ser feita, não é certamente de ter desconhecido a importância da agricultura num país como este; seria antes de não ter tomado medidas mais radicais ainda para estancar o mal. O que é difícil em tal matéria, não é votar os recursos, mas regulamentar seu emprego nas condições mais proveitosas¹¹².

Além disso, os camponeses-ribeirinhos que organizaram esse cultivo consorciado, na várzea amazônica, logo perceberam que a seringueira não poderia ser plantada isoladamente, pois a mesma precisava de sombra no seu tronco, para facilitar a extração do látex, e o cacau, por sua vez, precisava de uma outra cultura que lhe desse sombra, evitando a propagação de praga na suas folhas, como a vassoura de bruxa. Assim, o consórcio dessas duas culturas foi ideal, ou seja, seringueira na parte superior sombreando o cacaueiro, este na parte inferior sombreando o tronco daquela, como mostra esse depoimento:

Quando eu cheguei aqui no Arapapá, início dos anos 30, já havia muitos sítios, na verdade, tudo era sítio. Toda essa frente tinha muito cacau, tinha um conjunto de cacau, seringa e açaí. Então já havia um consorcio de planta. O açaí era mais natural, deduzo que alguém tenha plantado um ou outro açaí, mas a maioria era distribuído pelo tucano, pelo japó, as aves que comem o açaí. Mas plantio mesmo era seringa e cacau, porque alguém provavelmente vindo do alto, na época, no período áureo da borracha, constatou que aquela terra era boa pra isso, então plantou, mas sabia que a seringa sozinha não dá, ela precisa ter sombra, a seringueira precisa ter sombra pra quer o leite, o látex possa ser extraído, porque se ela receber no caule dela sol o leite seca muito rápido, ele não tem tempo de escoar, descer na tigela, que recepciona o leite após o corte. O que aconteceu ali, o cara fez aquela conjunção, fez o consorcio e a terra era muito boa pro cacau também, no período em que o cacau estava ganhando um a força muito grande, ali houve uma grande produção dos dois. E deu certo, o Arapapá produziu muita borracha. O cacau sozinho é complicado, porque o ideal é que ele tenha uma árvore mais adulta que ele pra sombreá-lo porque se não dá muita vassoura de bruxa, assim as pestes que perseguem eles, que dá na flor dele e então o cacau não vinga direito, ele preteja, dá assim, tipo um mofo. Então havendo uma outra arvore, quer dizer leva as pestes, as pragas da flor do cacau joga pra cima. E a peste que dá na flor da seringueira não afeta em nada,

¹¹² Idem, p. 124.

porque a seringueira, a fruta dela, quer dizer, ela é uma vagem, então não vai afetar na produção que é de leite não tem nada a ver. Então essa conjunção é perfeita cacau mais seringa, seringa mais cacau, uma completa o outro. (Senhor Altacir Souza, 80 anos, camponês-ribeirinho)

O cultivo do consórcio seringa/cacau, com apoio do governo local se deu de maneira rápida, ao longo da calha do rio Solimões-Amazonas e afluentes, pelo fato dessas duas culturas apresentarem, na época, um alto valor comercial. Assim, com a queda dos preços desses produtos e o abandono de sua exploração, esses antigos sítios na várzea amazônica não foram imediatamente derrubados para a introdução de outras culturas mais rentáveis e/ou para o plantio de pasto. Como essas duas culturas são “bens de raiz”, ou seja, culturas perenes, muitos camponeses-ribeirinhos optaram pela permanência das seringueiras consorciadas com cacauzeiros, que passaram, inegavelmente, a ocupar uma parte significativa das propriedades/posses, testemunhado todo um período da história da Amazônia em que eram intensamente explorados, sem, no entanto, na atualidade, ter nenhuma utilidade do ponto de vista comercial. Portanto, essa opção em não derrubar imediatamente esses antigos sítios se deve a uma expectativa criada pelos moradores de uma possível retomada da exploração dessas duas culturas.

Um outro fator para a não derrubada imediata desses antigos sítios é o laço afetivo que os camponeses-ribeirinhos mantêm com esse consórcio, pois muitos deles, principalmente os mais idosos, foram os responsáveis e/ou seus descendentes diretos pelo plantio das seringueiras e dos cacauzeiros na várzea amazônica.

Eu juntamente com meu pai plantamos muita seringueira e cacauzeiro aqui na Costa do Pesqueiro no final da década de 20 e início da década de 30. Eu era menino ainda, mais me lembro muito bem, agente cavava um buraco comprido e plantava o pé de seringueira, depois naqueles vagos ia plantando cacau. (Senhor Manuel Severiano, 86 anos, em 2000, já falecido).

Isto é tão verdadeiro, que nas propriedades/posses em que os idosos estão ausentes, seja por falecimento, seja por migração ou debilidade, observou-se uma maior intensidade nas derrubadas para o enriquecimento de espécies mais rentáveis e/ou para o estabelecimento de pastagens. Note-se o depoimento de um camponês-ribeirinho, já bastante idoso e debilitado:

Eles começaram a derrubar seringueira e cacauero que eu plantei com meu pai. Cada seringueira derrubada é como se fosse uma facada no coração. Eles não sabem, mais cada seringueira derrubada é uma lágrima derramada. (Senhor Manuel Severiano, 86 anos, 2000, já falecido).

Um outro depoimento também atesta esse fato:

Quando a mamãe morreu, em 1996, eu decidi derrubar esse lado aqui do nosso sítio e comecei a plantar mamão, cupuaçu e maracujá. Agora esse outro lado eu não vou derrubar, vou deixar ai, pelo menos da sombra pra gente, porque quando a mamãe era viva ela não deixava de jeito nenhum derrubar um pé de seringa ou de cacau. (Senhor Milton Ferreira, 74 anos, camponês-ribeirinho).

Para o plantio desses antigos sítios, foi necessária a derrubada de trechos da floresta de várzea, nas proximidades da casa de moradia, passando, portanto, a ocupar parte significativa da propriedade. Na verdade, o plantio consorciado de seringa/cacau está assentado no topo da restinga, completamente livre das inundações médias.

Os sítios estão localizados na parte mais alta da restinga, livre das inundações médias, isto é, daquelas que não chegam a ultrapassar os 28 m acima do nível do mar. Nas grandes cheias, e, principalmente, nas cheias excepcionais, como a de 1953 e 1976, na qual, o nível máximo atingiu 29,69 m e 29, m, respectivamente, os sítios apresentaram inúmeros desgastes¹¹³.

Mesmo com a decadência da produção da borracha na Amazônia, a partir de 1910, em função da crescente produção asiática¹¹⁴, os camponeses-ribeirinhos continuaram plantando essas duas culturas consorciadas nas décadas de 10, 20 e 30, do século XX. Entretanto, esse período, na várzea de Manacapuru, é também de enriquecimento desses antigos sítios, por parte do plantio de outras culturas, principalmente as frutíferas, como o abacate, jambo, açaí, pupunha, bacaba, banana, manga, laranja, limão, dentre outras. “À medida que progredia a

¹¹³ CRUZ, Manuel de J. M. op. cit., p. 83.

¹¹⁴ A crise da produção da borracha na Amazônia foi motivada pela produção asiática que passou de “3.000 quilos em 1900 para acima de 28.000.000 de quilos em 1912. No ano seguinte, ultrapassou de muito a produção brasileira, com quase 48 milhões. No subsequente [1914], passou a frente, por mais da metade, da produção somada do Brasil, África e América Central, com 71 milhões de quilos. Em mais um ano apenas de

decadência [da borracha], a maior parte dos habitantes da área rural teve de diversificar suas atividades econômicas para poder sobreviver”¹¹⁵.

Os camponeses-ribeirinhos, já estabelecidos na várzea de Manacapuru, não exerceram exclusivamente a tarefa de extração do látex, mas sim, uma combinação de atividades: agricultura, criação de pequenos animais, caça, pesca, coleta e outros. Essa prática diversificada possibilitou aos camponeses-ribeirinhos uma maior flexibilidade com os comerciantes desse produto, pois eram considerados donos desses seringais, plantados e consorciados com cacaueiros.

Muitos seringueiros eram realmente seringalista em pequena escala, que possuíam legalmente quatro ou cinco estradas, juntamente com terra suficiente para sustentar a si próprios e as suas famílias com dieta de mandioca, peixe e caça. Ainda assim, esse seringueiro proprietário teria relações informais de dependência com um comerciante do vilarejo, ou com um vizinho mais rico, mas essa relação seria muito flexível e menos suscetível de coerção do que a existente entre o seringueiro não proprietário e o seringalista¹¹⁶.

Isto não significa dizer que os camponeses-ribeirinhos da várzea de Manacapuru não fossem explorados pelos agentes de comercialização, nesse período. Entretanto, não dependiam exclusivamente da produção do látex, para produzir suas vidas, pois como foi dito anteriormente, eles praticavam um conjunto de atividades que garantiam sua permanência na várzea amazônica. Vale ressaltar que a produção do látex não acabou; nas décadas seguintes à crise, os camponeses-ribeirinhos continuaram explorando as seringueiras e negociando com os agentes de comercialização existentes.

A partir da década de 70, do século XX, as culturas da seringa e do cacau entraram em completo declínio, desaparecendo os agentes de comercialização da várzea de Manacapuru. Essa década, também, foi de grande e excepcional cheias, na qual, todos os anos desse decênio, o nível do rio atingiu a cota superior a 28 m acima do nível do mar. Isto fez com que inúmeras árvores frutíferas, cultivadas para enriquecer os antigos sítios de seringueiras consorciadas com cacaueiros, já desgastadas pelas cheias anteriores, desaparecessem da várzea

atividade alcançou 68% da produção mundial, e, em 1919, já definitivamente marginalizada da Amazônia, esse percentual se elevou a 90 %” (Santos: 237).

¹¹⁵ WEINSTEIN, Bárbara, op. cit., p. 273.

¹¹⁶ Idem, p. 274.

de Manacapuru, principalmente, as espécies mais sensíveis ao excesso de água no solo, como por exemplo, o abacate, a pupunha, a laranja, a lima, a banana, e outros.

Com a decadência da produção de seringa e do cacau, em função da crise dessas culturas, no mercado internacional, bem como das outras culturas, em função das enchentes/cheias da década de 70, os camponeses-riberinhos se direcionaram para outras atividades, principalmente a atividade pesqueira. Assim, os antigos sítios plantados, de seringa, consorciados com cacaueiro, cuja origem remonta às últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, entraram em declínio. Na realidade, nas últimas décadas, cerca de trinta anos, houve uma crise acentuada na comercialização do látex e da semente de cacau, resultando, conseqüentemente, no abandono da exploração dessas duas culturas.

Diferentemente de outras localidades da várzea da Amazônia, como a várzea do Careiro, por exemplo, as derrubadas desses antigos sítios, para transformação em pasto e/ou o enriquecimento de outras culturas mais rentáveis, são fatos recentes na várzea de Manacapuru, particularmente na Costa do Pesqueiro. As derrubadas desses antigos sítios, para o plantio de pastagens, vêm se dando em menor escala, principalmente na parte mais alta dessa costa, dominada pela unidade geomorfológica, depósitos de inundação. A explicação para isso está de certa forma, na largura do dique marginal, considerado estreito, medindo em média 200 a 300 m, e na ausência de pastagens naturais nas proximidades do lago Preto. Ambos são fatores limitantes para a expansão da pecuária bovina, nesse trecho da Costa do Pesqueiro.

Por outro lado, o enriquecimento desses sítios em culturas mais rentáveis é fato marcante em praticamente todas as propriedades dessa parte mais alta da Costa do Pesqueiro. Intensificada na década de 90, do século XX, por meio da introdução de novas culturas com valor comercial, como o mamão e o maracujá e/ou com a expansão das culturas já existentes que tiveram, nos últimos anos, uma valorização dos seus preços, como o cupuaçu. (Fig. nº. 24).

Fig. nº. 24 – Evolução dos sítios na Costa do Pesqueiro I – baixo rio Solimões

Fonte: Trabalho de campo/2006
 Desenho: Marcos Castro/2007
 Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2007

Na várzea de Manacapuru, mais precisamente no trecho mais alto da Costa do Pesqueiro, diferentemente de outras localidades na várzea amazônica, como a várzea do Careiro, por exemplo, as derrubadas desses antigos sítios para o enriquecimento de outras culturas mais rentáveis e/ou para a instalação do pasto, são fatos relativamente recentes, data de meados da década de 1990. (Fig. nº. 25).

Das culturas introduzidas para o enriquecimento desses antigos sítios ou mesmo sua completa substituição, merece destaque na Costa do Pesqueiro I e parte da II, o cupuaçu. Essa cultura, como foi visto acima, já era cultivada em pequena escala ao redor da casa de moradia, porém, voltada basicamente para o autoconsumo. Com o crescimento da demanda de polpa dessa fruta no mercado regional e nacional, sobretudo a partir da década de 1990, os camponeses-ribeirinhos intensificaram o plantio dessa cultura nesse trecho do baixo rio Solimões. Para tanto, muitos camponeses-ribeirinhos optaram por eliminar por meio das derrubadas alguns pés de seringueiras e cacaueiros, enquanto outros decidiram manter os sítios intactos, plantando os pés de cupuaçu apenas nos espaços vagos da propriedade. Outros ainda preferiram eliminar os antigos sítios e cultivar outras culturas, dentre elas o cupuaçu e o mamão. (Fig. nº. 26).

Fig. nº. 25 – Camponês-ribeirinho derrubando um pé de seringueira com uso da motosserra. O objetivo desse procedimento é substituir essa cultura por outras mais rentáveis. Costa do Pesqueiro I, baixo rio Solimões, em 10 de junho de 2003, estando as águas a 28, 20 m acima do nível do mar. (Fotografia de Ronaldo José).

Fig. nº. 26 – Pés de seringueiras e de cacaueiros recém derrubados em uma propriedade da Costa do Pesqueiro I. Observe-se o plantio de um pequeno mamual que vai tomando o lugar daquelas culturas. Baixo rio Solimões, em 23 de janeiro de 1998. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Assim, com a expansão da demanda do cupuaçu e da valorização do seu preço, criou-se toda uma rede de comercialização antes não existente na várzea de Manacapuru. Além disso, os camponeses-ribeirinhos passaram a proteger com mais rigor essa cultura agrícola, para tanto, construíram cercas em torno da sua propriedade, com o intuito de inibir que outros camponeses-ribeirinhos peguem, pela manhã, seu cupuaçu, uma vez que a fruta somente está boa para o consumo quando a mesma cai no chão durante a noite.

Nessa rede de comercialização, os camponeses-ribeirinhos, proprietários de mercearias em terras, vão se tornar os primeiros agentes compradores do cupuaçu. Esses compradores adquirem tanto a polpa quanto a fruta do cupuaçu. Na várzea de Manacapuru, nessa parte mais alta da Costa do Pesqueiro, a segunda forma de comercialização é mais freqüente, apesar da venda da polpa ser mais valorizada, como afirmou um camponês-ribeirinho:

Eu vendo a polpa do cupu pro rapaz que tem um comércio ali em baixo, quem corta é minha mulher e minhas filhas ajudam, a gente corta porque dá mais né. Eu vendo pra esse

comprador e ele manda pra Manaus, ele paga na hora, hoje tá 2,50 o quilo da polpa. Esses compradores também compram o cupu inteiro, ou seja, a fruta, estão pagando de 1,00 real. Agora vender inteiro tem suas vantagens, é mais barato, mas em compensação você não tem que gastar com gelo, tesoura e saco, isso dá muito trabalho e dá muita despesa. (Senhor Tander, 40 anos, camponês-ribeirinho).

Nota-se no relato que os camponeses-ribeirinhos, donos dessas casas de comércio, efetuam o pagamento pela polpa e/ou fruta do cupuaçu imediatamente após adquirir o produto, por meio de moeda corrente. Muitas vezes, por não dispor de dinheiro no ato da negociação, esses compradores efetuam a troca de mercadorias por cupuaçu. “Quem tem comércio como Marcelo é vantajoso porque além do cupu dele, muita gente vai vender e troca cupu por mercadoria, entendeu”. (Senhor Tander, 40 anos, camponês-ribeirinho).

À medida que esses primeiros agentes, na rede de comercialização, vão adquirindo o produto, ou seja, a fruta do cupuaçu, imediatamente providenciam o corte para a retirada da polpa, uma vez que os outros agentes somente aceitam negociar se esse procedimento for realizado. Para tanto, é necessário que haja a contratação, na própria comunidade, de cortadoras para efetuar tal atividade. Somente nos casos em que haja disponibilidade de mão-de-obra feminina na família, é que não se recorre a essa força de trabalho de fora. Como se vê, essa tarefa, na várzea de Manacapuru, é executada basicamente pelas mulheres, como mostra a figura nº. 27.

Em seguida, após a retirada da polpa, os camponeses-ribeirinhos, compradores de cupuaçu, negociam com outros agentes, que passam nos barcos de linha, comprando esse produto. O pagamento também é efetuado imediatamente por meio de moeda corrente, daí é encaminhado para Manaus, onde o produto é negociado com outros agentes que abastecem o mercado da capital amazonense e/ou enviam para outros estados do Brasil, haja vista que essa fruta juntamente com o açaí, como será visto no capítulo territorialidades florestais, apresenta uma boa aceitação no mercado nacional. (Fig. nº. 28).

Fig. nº. 27 – Camponesas-ribeirinhas cortando cupuaçu, com uso de tesouras, para a retira da polpa. Costa do Pesqueiro I, baixo rio Solimões, em 10 de fevereiro de 2007, estando as águas a 23,47 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Na parte mais baixa da Costa do Pesqueiro, que corresponde a uma parte do Pesqueiro II, todo o Pesqueiro III e IV, como já visto, os sítios estão completamente ausentes. Como essas áreas são inundadas todos os anos, os componentes arbóreos que compõe os sítios não resistem e sucumbem, mesmo as seringueiras e cacaueiros que são consideradas culturas mais resistentes à água. Nesse trecho os camponeses-ribeirinhos se dedicam ao plantio da juta/malva, à pesca e à criação animal, sobretudo o gado bovino, pois é aí que aparecem as grandes áreas de pasto natural, as cacaias ou queimadas, como eles as denominam.

Fig. nº. 28 – Fluxograma na comercialização do cupuaçu na várzea de Manacapuru

Fonte: trabalho de campo/2007
Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2007

Na Costa do Arapapá, outra localidade definida nesse estudo, os antigos sítios de seringueiras e cacauzeiros, enriquecidos ou não por árvores frutíferas era comum na restinga mais alta dessa localidade até o final da década de 1970. Entretanto, a partir desse período, houve um intenso processo de erosão fluvial, sobretudo no trecho que corresponde à comunidade de São Raimundo, no Arapapá II. Essa erosão denominada localmente de “terras caídas”, arrastou para o rio, os sítios que compunha essa Costa. Na realidade, houve uma perda para o rio Solimões de terras de cultivos, incluídos os sítios, pastagens e as casas de moradias. Essas últimas tiveram que ser recuadas para o interior da restinga, como será visto no item apropriação w uso familiar das terras surgidas no fundo da propriedade.

Assim, com a perda dos sítios e a diminuição da área para organizar o plantio, devido à erosão fluvial, os camponeses-ribeirinhos da Costa do Arapapá tiveram que introduzir novas culturas e aprender a trabalhar com elas para continuar produzindo suas vidas nessa localidade do baixo rio Solimões. (Fig. nº. 29). Por outro lado, os camponeses-ribeirinhos ficaram impossibilitados de cultivar novamente as seringueiras e cacaueiros e/ou outros componentes arbóreos frutíferos, como a mangueira, por exemplo, porque as terras que não foram levadas pela erosão fluvial são mais baixas, sendo inundadas todos os anos, não dando oportunidade para tais culturas se desenvolverem. Mesmo quando essas terras, nos anos subseqüentes, em função dos sedimentos depositados durante as enchentes/cheias anuais, tornaram-se mais altas os camponeses-ribeirinhos não tiveram mais interesses em cultivar as seringueiras e cacaueiros, pois, nesse período, houve uma queda nos preços e o declínio na rede de comercialização desses produtos.

Na região do Arapapá tinha muito desses sítios, mas com as terras que começaram a cair a partir do final da década de 70, entrou em 80 e se estendeu nos 90, então assim, com as quedas de terras, na verdade, acabou tudo aquilo, como a queda de terras levou as terras mais altas e, claro, as terras que ficaram, além de mais baixas, que alagavam todo ano, não dava mais pra plantar essas culturas porque enquanto não estão adultas elas morrem com a água, tanto o cacau como a seringa. Além disso, houve uma desvalorização, quer dizer, e já não era mais viável trabalhar com essas culturas, mesmo porque ela é de longo prazo e com o preço tão baixo não compensaria investir de novo em algo que estava com o preço muito baixo em uma região que já não era mais viável pelas razões que eu já disse, enfim, então houve um pensamento geral de criar novas culturas. (Senhor Lúcio Souza, 38 anos, camponês-ribeirinho).

Fig. nº. 29 – Erosão fluvial e dinâmica dos sítios na várzea de Manacapuru

Fonte: Trabalho de campo/2006

Desenho: Marcos Castro/2007

Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2007

Dessa forma, os camponeses-ribeirinhos, na busca de alternativas, começaram, no início da década de 1980, a cultivar culturas de ciclo curto, como couve, alface e repolho, sendo comercializados em Manaus pelos atravessadores. Entretanto, com constantes ataques de pragas nessas culturas e o aumento do custo de produção, impulsionou os camponeses-ribeirinhos a recorrer a outras culturas que fosse mais viável economicamente. Assim, em meados da década de 1980, introduziram novas culturas, como o mamão, o maracujá e o pepino. (Fig. nº. 29). Das três culturas, o mamão é o que ocupa a maior área plantada. Essa produção da Costa do Arapapá é direcionada para ser comercializada na capital amazonense, uma vez que o mercado de Manacapuru não tem capacidade de absorver a quantidade produzida nessa localidade, cerca de 52 toneladas/semana, sobretudo de mamão, maracujá e pepino. Vale mencionar que o cupuaçu está completamente ausente dessa localidade.

Essa produção, ao contrário do cupuaçu, é entregue por meio de consignação aos atravessadores que levam nos barcos de linha, duas vezes na semana, para ser negociada em Manaus. O pagamento, portanto, é efetuado somente quando os barcos retornam da viagem. (Fig. nº. 30).

O acerto de conta é só quando volta da viagem. O motor desce na segunda-feira e sobe na terça, eles prestam conta na quarta pela manhã, depois o motor baixa na quinta e sobe na sexta, eles ajustam conta no sábado pela manhã". (Senhor Lúcio Souza, 38 anos, camponês-ribeirinho).

Os atravessadores somente comprem a produção à vista em dois casos: quando a produção é pequena; ou quando o agricultor não for cliente de um deles, ou seja, determinado atravessador oferece um preço mais elevado do que o pago pelo seu concorrente e efetua o pagamento no ato da compra, no entanto, a medida que o produtor torna-se seu cliente, o atravessador deixa de efetuar o pagamento à vista e volta novamente a consignar a produção, efetuando o pagamento somente quando o barco retorna de Manaus.

Ele só compra a vista se seu produto for muito pouco ou se você não for cliente dele, ou melhor, você não está satisfeito com seu atravessador e você está querendo trocar, ele diz Fulano quanto é que ele paga pra ti: ele paga x, então eu pago tanto, só que eu te pago a vista agora, vamos somar dá 500, aí ele paga na hora, depois que tu já está trabalhando com ele, ele não paga mais a vista, vai de consignar de novo. (Senhor Américo, 34 anos, camponês-ribeirinho).

Fig. nº. 30 – Fluxograma na comercialização do mamão, maracujá e pepino

Fonte: trabalho de campo/2007
Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2007

4.5. Apropriação familiar e utilização das terras acrescidas na frente da propriedade

O surgimento das novas terras, nas áreas da pesquisa, aparece, com muita intensidade, a montante da Costa do Pesqueiro, como resultado do processo de deposição de sedimentos, trazidos pelas águas do rio Solimões durante as enchentes/cheias. Esses depósitos ocorrem na frente da restinga frontal, onde estão instaladas, as casas de moradias e outras dependências, utilizadas pelos camponeses-ribeirinhos, como as casas de farinha e o paiol. Esse Ambiente novo tem sido aproveitado pelos camponeses-ribeirinhos para a realização do plantio de diversas culturas, principalmente as de ciclo curto, como será visto mais adiante. As novas terras que surgem, são, na verdade, resultado de processos

sedimentares fluviais que ocorrem dentro do canal, sendo caracterizado, de acordo com o modo de formação e a natureza desses depósitos, por acreção lateral¹¹⁷. Esta acreção é formada por processos deposicionais da carga do leito, resultando no aparecimento das barras de meandros (“point bar”), nas barras laterais, nas barras de canais e nas ilhas fluviais¹¹⁸. Nessa seção, se dará ênfase tão-somente às barras laterais. Os depósitos de acreção lateral, dos quais as barras laterais fazem parte, são comuns em todas as planícies de inundação¹¹⁹.

Para se compreender a formação das barras laterais, é necessário ter o entendimento do padrão de fluxo do canal. A intensidade (velocidade) maior do fluxo fluvial situa-se, geralmente, nas proximidades da margem côncava do canal, justamente onde o processo de erosão tende a ser mais acentuado. Por outro lado, na margem oposta, a margem convexa do canal fluvial, a velocidade do fluxo é reduzida, ocorrendo o processo de sedimentação e, conseqüentemente, formando as barras laterais. A deposição de sedimentos para a formação das barras laterais se dá intensamente durante as enchentes/cheias, assim como a partir do início do período da vazante, predominando os depósitos arenosos.

4.5.1. A formação das novas terras de cultivo

Na várzea de Manacapuru, as novas terras que surgem na frente da propriedade vão sendo automaticamente apropriadas pelos camponeses-ribeirinhos. Essa apropriação ocorre de forma individual/familiar e de acordo com o marco divisório da propriedade na restinga antiga. (Fig. nº. 31). Assim como as terras já existentes, essas novas terras são delimitadas, não cercadas, com exceção dos trechos em que há criação de gado bovino. Apesar disso, há um “respeito” por parte dos camponeses-ribeirinhos, tanto da própria comunidade, como dos de fora, em não invadir essas terras, acrescidas e apropriadas pelos camponeses-ribeirinhos.

Assim, as novas terras que surgem são utilizadas para cultivos, principalmente para o plantio de culturas de ciclo curto, conforme a propriedade de

¹¹⁷ SUGUIO, Kenitiro e Bigarella, JoãoJ. **Ambientes fluviais**. Florianópolis: Editora da UFSC – Editora da UFPR, 1990. p.84.

¹¹⁸ Idem, p. 84.

cada morador na restinga antiga. (Fig. nº. 32 e 33). A utilização desse novo ambiente ocorre sem nenhum tipo de conflito e está sob a responsabilidade do pai, o chefe da família. Para que se possa efetuar trabalho nele, seja por meio do arrendamento, seja mesmo da concessão, é necessário ter autorização daquele responsável. Pereira (1995) faz referência à formação dessas novas terras na várzea amazônica:

As áreas de deposição (terras novas, praia) são um ambiente novo. Estes novos ambientes agora são usados preferencialmente para a instalação de cultivos. A preferência provavelmente baseia-se em dois motivos: sendo áreas mais baixas e novas onde o processo de construção predomina, a cada enchente há novas deposições (aterros) que renovam satisfatoriamente a fertilidade do solo. O outro motivo é que, sendo um ambiente em fase inicial de sucessão, ainda não há formação de uma vegetação arbórea, o que facilita o processo de preparação das áreas de cultivo em vez de derrubadas necessárias para se cultivar trechos de mata, a roçagem da vegetação herbácea e arbustiva antes da enchente é suficiente para deixar o solo dessas áreas em condições para o plantio¹²⁰.

Os camponeses-ribeirinhos perceberam que a utilização dessas novas terras para a agricultura não poderia ser feita como as terras já existentes (restingas antigas), onde geralmente predomina uma vegetação arbórea que, para a instalação de cultivos, deve obedecer a todo processo de preparação do terreno: broca, derrubada, queimada, encoivramento. Nesse caso, é necessário tão-somente a roçagem da vegetação herbácea e arbustiva, quando da subida das águas, nos meses de janeiro, fevereiro e março, para que os solos dessas novas terras, na descida das mesmas, estejam em condições de serem cultivados.

A roçagem antes da enchente deve-se a dois fatores, considerados fundamentais nesse ambiente: primeiro, o fator tempo. Não se pode esperar muito para efetuar o plantio: quando acontece o recuo das águas, nos meses de julho e agosto, e as primeiras terras começam a aparecer, elas são imediatamente preparadas para receber sementes das culturas de ciclo curto, pois são, ainda, áreas baixas, sendo, portanto, as últimas a aparecerem na vazante/seca e as primeiras a desaparecerem na enchente/cheia.

¹¹⁹ Idem, p. 84.

¹²⁰ PEREIRA, Henrique dos Santos, op. cit., p. 16.

Fig. nº. 31 – Apropriação das novas terras na Costa do Pesqueiro - Manacapuru-AM

Fonte: trabalho de campo/2005
 Desenho: Marcos Castro/2006
 Org. Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006

O segundo fator é a eliminação da vegetação herbácea e arbustiva que facilita o próprio processo de deposição, particularmente de silte e argila, fundamentais para a fertilização do solo. Caso não haja a técnica da roçagem antes da enchente/cheia, a presença das gramíneas dificulta a deposição dessas partículas finas, as quais tendem a escorregar para o leito do rio ou serem depositadas na planície de inundação, ficando principalmente as partículas de granulometria do tamanho de areia, a qual nesse caso, é depositada irregularmente em grande quantidade, tornando o solo com baixa fertilidade, como comprova esse depoimento: “Se não roçar quando a água vem subindo, não dar um bom aterro [deposição], fica muita areia e buraco e a terra não fica boa para o plantio” (Senhor Raimundo Praiano, 58 anos, camponês-ribeirinho).

Bahri (1992), ao estudar os sistemas agroflorestais da Costa da Terra Nova no município do Careiro da Várzea-AM identificou um intenso processo de deposição. Nessas novas terras surgidas, os moradores instalam culturas de ciclo curto, como por exemplo, couve, alface, feijão de praia e culturas como o milho e a mandioca, que geralmente são cultivados na restinga antiga. Em alguns trechos dessa Costa, esses depósitos chegam a medir 300 m de largura no sentido transversal ao rio, superando o tamanho da antiga margem que vai do topo da restinga as áreas baixas, medindo cerca de 100 a 200 m.

No Paraná do Barroso, município de Manaquiri-AM, na sua margem esquerda, observou-se um intenso depósito de sedimentos que atingiu, em média, cerca de 500 m no sentido transversal do rio. Os camponeses-ribeirinhos têm utilizado essas novas terras principalmente para o cultivo da batata doce consorciado com milho. Vale ressaltar que nessa localidade é realizada anualmente a “festa da batata”, mostrando que essa cultura tem uma importância fundamental para os moradores desse Paraná.

A montante da Costa do Pesqueiro, município de Manacapuru-AM, área da pesquisa, esse tipo de depósito de sedimentos na frente da restinga frontal atingiu aproximadamente 400 m no sentido transversal do rio, a partir da restinga mais antiga. Nesse trecho, o processo de deposição atual já está formando a terceira restinga. Isso significa que houve o deslocamento da casa de moradia e outras dependências como galinheiro, casa de farinha, paiol, da primeira para a segunda, pois os moradores ao perceberem que esses depósitos atingiram o mesmo nível do anterior, trataram de deslocar a casa e outras dependências para a restinga nova. O mesmo procedimento será feito desde que os depósitos atuais se elevem para o mesmo nível da segunda restinga. A mobilidade da casa de moradia e outras dependências da restinga antiga para a nova deve-se a dois fatores fundamentais: busca de terras novas mais férteis e proximidades da margem do rio.

Fig. nº. 32 - Depósitos de sedimentos recentes na frente da propriedade, dos quais os camponeses-ribeirinhos se apropriam e utilizam de forma individual/familiar por meio do plantio das culturas de ciclo curto. Costa do Pesqueiro, baixo rio Solimões, em 05 de fevereiro de 2005, estando as águas a 22,00 m acima do nível do mar. (Fotografia de Carlos Alberto Dias).

Fig. nº. 33 - Detalhe do plantio consorciado de milho com feijão de praia nas novas terras (praia). Costa do Pesqueiro, baixo rio Solimões, em 05 de fevereiro de 2005, estando as águas a 22,00 m acima do nível do mar. (Fotografia de Carlos Alberto Dias).

4.6. Apropriação e uso familiar das terras surgidas no fundo da propriedade

A dialética da vida

Na margem do rio a longa distância
De longe parece que ninguém mora ali
O homem e o rio se convulsionam
Enquanto fenômeno da natureza
Possuem um instinto de sobrevivência
O rio produz suas margens
O homem produz suas casas
Mas o rio quer suas casas
O homem e o rio travam lutas
Finalmente um acordo
O rio leva suas terras
O homem carrega suas casas
Em cada um reside uma razão
Ao invés da morte, a vida.

Rosivaldo Moraes

Em vários trechos da várzea de Manacapuru, principalmente naqueles em que o processo erosivo é mais intenso, como na Costa do Arapapá e Costa do Marrecão, surgem novas terras atrás da restinga antiga, onde estão instaladas as casas de moradias. Os processos de erosão e de deposição se dão simultaneamente, pois é comum encontrar os limites das propriedades totalmente modificadas, onde antes era local de plantação, incluindo os sítios, as pastagens, as casa de moradia, hoje é somente água (rio). Por outro lado, onde antes predominavam aningais/chavascais, pequenos lagos, ou seja, áreas não aproveitadas para o plantio, a criação e a instalação da casa de moradia tornaram-se o lugar destes.

Esses depósitos, que formam as novas terras no fundo da restinga frontal, são resultados da atuação dos processos sedimentares fluviais que se dão fora da influência direta do canal, denominados como depósito de acreção vertical. Esse tipo de acreção é formado pela deposição da carga suspensa e ocorre durante as enchentes/cheias, quando as águas transbordam os diques naturais (restinga),

ocasionando conseqüentemente o surgimento dos depósitos dos diques naturais, depósitos de planície de inundação ou de várzea, depósitos de rompimento de dique naturais ou espargimento de crevassa. Nessa seção, dar-se-á ênfase apenas ao último. Assim, os depósitos de rompimento de dique ou espargimento de crevassa ocorrem da seguinte forma: durante o período de subida das águas, quando os diques naturais, que estão localizados nas margens do canal fluvial e que são formados por depósitos de acreção vertical, podem ser rompidos em determinado ponto, ocasionando conseqüentemente a penetração do fluxo de água do canal principal, bem como sua carga de fundo sob o canal aberto no dique, indo em direção a planície de inundação. Nesta a redução da velocidade da corrente do canal resultará na formação de depósitos em forma de leque, pois o padrão distributário dos canais de rompimento apresenta característica do tipo deltaico¹²¹.

Essa forma de depósito por rompimento de dique, quando do transbordamento do canal fluvial, juntamente com os depósitos de dique naturais, são os únicos que carregam sedimentos grosseiros, principalmente granulometria do tamanho de areia que ocorre fora do canal principal. Os demais, depósitos de planície de inundação e depósitos de bacia de inundação predominam depósitos de granulação fina, como silte e argila.

4.6.1. A formação das novas terras de cultivos e de pastagens

As terras que surgem no fundo das propriedades, como resultado do transbordamento do rio Solimões, vão também sendo imediatamente apropriadas pelos camponeses-ribeirinhos de forma individual/familiar. A referência para essa apropriação, como no caso anterior, é a propriedade já delimitada na restinga frontal, onde estão instaladas as casas de moradias.

Esses depósitos são mais intensos nos trechos côncavos do canal fluvial, onde o processo erosivo também é mais intenso. Por isso, em alguns casos, os camponeses-ribeirinhos, na ânsia de recuperar o mais rápido possível as terras de cultivos e de pastagens perdidas para o rio, interferem nesse processo natural de

¹²¹ SUGUIO, kenitiro, op. cit., p. 112.

depósitos de sedimentos por meio de aberturas de furos rompendo o dique. Na realidade, vivendo em um ambiente em que as perdas de terras são uma constante, os camponeses-ribeirinhos não se limitaram em contar apenas com os sedimentos trazidos pelo rompimento natural do dique, durante as enchentes/cheias anuais, mas perceberam que era necessário tomar uma atitude para compensar essas perdas acentuadas. Para tanto, desenvolveram uma técnica que consiste em abrir “furos” (rompimento de dique), os quais contornam as casas de moradia, as plantações, os sítios, sendo direcionados para as áreas baixas, no fundo da restinga frontal. A abertura desses furos tem como objetivo acelerar o processo natural de depósitos de sedimentos, uma vez que durante as enchentes/cheias, mesmo naquelas que não chegam a transbordar a restinga, facilitam a entrada da água, levando grande quantidade de sedimentos. Estes sedimentos são depositados nos baixios permanentemente encharcados, dominados por aningais e chavascais, com presença em alguns trechos de lagos, ocasionando com o passar dos anos a colmatção dessas áreas e, conseqüentemente, a formação das novas terras. (Fig. nº. 34). Sternberg no estudo realizado na várzea do Careiro, no atual município do Careiro da várzea identificou esse processo de deposição:

Os habitantes não se limitaram a aproveitar as terras alteadas pela natureza, por intermédio das brechas de extravasão. Há vários exemplos de campos que foram formados graças a colaboração da água e do homem. A operação consiste em guiar as águas ricas em sedimentos para os baixios de argila compacta que se estendem à retagurada da restinga frontal. Para conseguí-lo cumpre atravessar a crista justafluvial por meio de uma brecha [furo], que imita as da natureza¹²².

¹²² STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **A água e o homem na várzea do Careiro**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1998. p. 98.

Fig. nº. 34 – Depósitos de rompimento de dique

Fonte: Trabalho de campo/2006

Deseho: Marcos Castro/2007

Org. : Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2007

Essas áreas baixas encharcadas, ao receberem esses sedimentos anualmente, tendem a secar, ocasionando o desaparecimento dos aningais e chavascais, uma vez que estes não resistem ao novo ambiente que surge. O resultado é o surgimento de novas formações vegetais, sendo a oirana (*Salix humboldtiana*) e a imbaúba (*Cecropia* spp) as primeiras que aparecem nessa sucessão, pois são espécies típicas dos locais em que há deposição de sedimentos. À medida que os depósitos acentuam, essas novas formações vegetais tendem a desaparecer, evoluindo para formações vegetais de topografia mais elevada, constituindo a floresta de restinga, com destaque para os componentes arbóreos.

Os furos abertos pelos camponeses-ribeirinhos no dique marginal frontal são mais “escavados”, ou seja, mais profundos do que os abertos naturalmente. Esses furos artificiais podem ser feitos tanto de forma manual, com uso de

enxada, boca de lobo, picareta, pá etc, quanto com uso de tratores. (Fig. nº. 35 e 36). Em ambos os casos há a mobilização da comunidade, muitas das vezes são realizados mutirões para a abertura desses furos.

Fig. nº. 35 - Furo aberto artificialmente rompendo o dique marginal (restinga frontal) com uso do trator, em março de 2006. Esse furo tem como objetivo acelerar o processo de deposição de sedimentos nas áreas baixas, no fundo da restinga, durante as enchentes/cheias anuais. Margem direita do Paraná do Careiro, Alto Amazonas, município do Careiro da várzea-AM, em 18 de março de 2006, estando as águas a 27 m acima do nível do mar. (Fotografia de Antonio Bessa).

Nas proximidades da boca de jusante do Paraná do Careiro, município do Careiro da Várzea-AM, na margem direita, observou-se a presença de um furo aberto artificialmente com uso de trator. O furo foi rompido em abril de 1991 com 145 m de extensão, 1,70 m de largura e 1,30 m de profundidade, em atendimento à solicitação da comunidade local junto à Prefeitura Municipal. A idéia de abertura do furo partiu dos próprios camponeses-ribeirinhos ao perceber em outra comunidade o intenso processo de colmatagem que um furo natural estava fazendo num igarapé. Dessa forma, resolveram abrir um furo artificial com o intuito de que o efeito fosse o mesmo. E eles estavam corretos, pois realmente ocorre um intenso processo de deposição de sedimentos, criando novas terras, as quais

já são utilizadas pelos moradores para pastagens. Durante o período de subida do nível do rio, quando as águas atingem esse furo, a velocidade da corrente tende a se acentuar, ocasionando, com o passar dos anos, o alargamento e aprofundamento do mesmo. Doze anos (2003) após a abertura desse furo artificial, a situação atual é esta: largura 2,5 m e profundidade 2,0 m. Toda essa área será nivelada, fazendo com que os moradores dessa localidade automaticamente ganhem novas terras.

Na Costa do Marrecão, município de Manacapuru-AM, rio Solimões, na margem esquerda, em trecho côncavo do canal, com intensa erosão fluvial, observou-se um furo aberto artificialmente pelos camponeses-ribeirinhos de forma manual com uso de enxada, picareta e pá. Esse furo foi aberto há mais de 15 anos com 2 m de largura e 1, 5 de profundidade, resultando na colmatação de uma extensa área no fundo da restinga frontal, a qual já é utilizada pelos moradores para o plantio, a criação e a instalação de casas de moradias, que são recuadas para o interior da restinga em função do acelerado processo de terras caídas. Em decorrência das sucessivas enchentes/cheias e da intensa velocidade da corrente no período das águas altas, mesmo nos casos em que não há o transbordamento da restinga frontal, o furo se alargou e aprofundou, possuindo, atualmente, 10 m de largura e 2,5 m de profundidade na sua entrada.

Um furo artificial e natural, rompendo o dique marginal, e dependendo da velocidade da corrente, tem capacidade de depositar sedimentos em uma área de aproximadamente 500 m no sentido longitudinal e até 1 km no sentido transversal do rio, trazendo inúmeros benefícios para a comunidade local.

Como o fenômeno das “terras caídas” em alguns trechos do rio Solimões-Amazonas é intenso, o processo de deposição de sedimentos nas áreas baixas, no fundo da restinga frontal, é fundamental nesse ambiente, pois, na sua ausência, seriam praticamente impossíveis para as famílias camponesas ribeirinhas a construção de suas casas, a organização dos cultivos e/ou a criação do gado bovino. É a larga faixa de várzea desses trechos que possibilita esse processo de erosão e deposição, pois tendo disponibilidade de áreas baixas essas terras vão surgindo, onde antes eram áreas baixas encharcadas e não utilizadas pelos camponeses-ribeirinhos para o desenvolvimento de suas atividades agropastoris. Portanto, sem as constantes deposições de sedimentos, trazidos

pelas enchentes/cheias anuais, a várzea seria verdadeiro pântano, constantemente encharcada.

Fig. nº. 36 – Furo aberto artificialmente com uso de trator. Observe-se que a água já penetra em direção aos baixios, mesmo ainda não trasbordando o dique marginal (restinga). Margem direita do Careiro, em 05 de junho de 2003, estando as águas a 26 m acima do nível do mar. (Fotografia de Carlos Alberto dias).

Assim, os camponeses-ribeirinhos incorporam à sua propriedade essas novas terras, que são utilizadas para o plantio e/ou criações de gado. Além disso, essas novas terras servem também para o recuo da casa de moradia, caso haja necessidade desse procedimento, em decorrência das perdas, ocorridas na frente da propriedade.

Eu estive no INCRA em Manaus e disse: olha, eu estou cadastrando esse terreno de 1000 m de fundo, mas a terra já caiu muito, já levou mais de 300 m. Aí, ela disse: a terra de vocês tem propriedade atrás? Não. Então, o senhor pode afastar o seu terreno até o 1000m. O senhor pode se apossar dessa parte, se o seu terreno tem 1000 m tem que dar 1000 m. Agora, ela disse, se o senhor tem um cofinante, um proprietário atrás, aí o senhor não podia, mas a terra do Estado pode. (Senhor Altacir Souza, 77 anos, camponês-ribeirinho).

A fala do camponês-ribeirinho demonstra que havendo possibilidade de se apropriar das terras que surgem atrás de sua propriedade, ele assim o faz, pois tem direito, reconhecido por todos da comunidade, inclusive pelo órgão oficial, muito embora nada conste em lei sobre essa forma de apropriação. Esse direito sobre as novas terras é um costume muito antigo nessas áreas em que os espaços são “mutáveis”, ou seja, onde predomina um intenso processo erosivo e uma intensa deposição de sedimentos.

Na Costa do Arapapá II, a montante do Igarapé Preto, município de Manacapuru-AM, área da pesquisa, constatou-se um intenso processo de erosão fluvial na frente da restinga frontal nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX. Nessa localidade, mais de 300 m no sentido transversal ao rio já foram levados pela água. Verificou-se concomitantemente, no entanto, um acelerado processo de deposição de sedimentos no fundo da restinga, possibilitando aos moradores proceder o recuo das casas de moradias e outras dependências como casa de farinha e paiol para o interior da mesma, tendo como objetivo evitar que aquelas fossem arrastadas pelo rio. (Fig. nº. 37).

Dessa forma, desenvolveram uma técnica própria para executar tal recuo. O mentor intelectual dessa técnica foi o Senhor Altacir Souza, conhecido carinhosamente na várzea de Manacapuru como Senhor Tatá. Percebendo a dificuldade dos moradores em proceder ao recuo de suas casas para o interior da restinga, devido às intensas perdas de terras, ele desenvolveu uma nova forma de fazê-lo, sem precisar desmanchá-las ou carregá-las nas costas como era realizado até então. Para tanto, observou como é que o trem anda no trilho, como é que um batelão sobe na carreira e resolveu criar algo parecido. Muita gente dessa localidade duvidou se essa experiência daria certo ou não. Primeiramente, ele criou uma estrutura de madeira, semelhante a uma carreira suspensa na qual a casa pudesse deslizar em cima de vigas como se fosse trilho. Para facilitar a locomoção da casa no momento de ser empurrada, os camponeses-ribeirinhos passam sabão de barra derretido com meia de sapato nessas peças de madeira. O sabão é melhor do que o sebo de gado, pois este resseca e dificulta tal operação, o sabão, por sua vez, não resseca e faz com que as vigas fiquem lisas e a casa possa deslizar sobre elas. Segundo o Senhor Tatá, a casa tem que ser empurrada na velocidade de um caminhão na primeira marcha, não pode ser

muito lento, porque corre o risco de breicar, ou seja, dá pequenos solavancos, que comprometeria a estrutura da casa que está completamente solta em cima do trilho. Por outro lado, não pode ser rápido se não há perigo de descarrilar e perder o controle, ocasionando um acidente. A velocidade que o Senhor tatá encontrou, portanto, é ideal para esse procedimento. (Fig. nº. 38 e 39).

Ele disse: eu preciso encontrar uma forma de contemplar a várzea, não é porque está caindo muita terra que nós vamos embora daqui, nós vamos respeitar a lei da natureza, as transformações dela e nós vamos continuar aqui. Mas é preciso se adaptar novamente, se adaptar a esse novo momento que se apresenta, enfim, as coisas estão mudando, é preciso ser feita alguma coisa. Então ele foi e criou aquilo, quando ele conseguiu carregar nossa casa com essa nova técnica, ele ficou muito contente, então ele pegou e começou a carregar de todo mundo dessa Costa, usando essa técnica criada por ele. (Lúcio Souza, 38 anos, camponeês-ribeirinho, filho do Sr. Tatá.).

Fig. nº. 37 – Erosão fluvial e deposição nas áreas baixas no fundo da restinga frontal

Fonte: Trabalho de campo/2006
 Deseho: Marcos Castro/200

Logo em seguida, Senhor Tatá aperfeiçoou esse processo de deslocar as casas de moradia para o interior da restinga, pois, segundo ele, ainda precisava de muitos homens para executar essa tarefa, inclusive, muitas vezes, se cancelou trabalho porque a quantidade de homens não era suficiente para transportar as casas. Dessa forma, ele introduziu o “tifó”, instrumento utilizado em construções para levantar peso. Prende-se o tifó com um cabo de aço, geralmente amarrado em um tronco muito forte e amarrado na base da casa. A cada segundo os homens fazem pressão no tifó, fazendo com que a casa ande na mesma velocidade descrita anteriormente, então com o menor número de homens, oito a dez, dependendo do tamanho da casa, é possível empurrá-la. O objetivo da utilização desses homens, com o uso do tifó, é para que a força seja um pouco maior, evitando que a casa não fique brecando e provoque acidente. Mais de vinte casas na Costa do Arapapá já foram transportadas com uso dessa técnica desenvolvida pelo Senhor Altacir Souza. Felizmente, nunca houve um acidente, nenhuma queda de casa ocorreu, mostrando, portanto, o sucesso dessa invenção.

Tifó é uma máquina, pode-se dizer, igualmente a uma talha patente, essa máquina nos alugamos, a talha patente é do meu irmão. A função do tifo é ajudar a talha patente, porque ele, o tifó, é uma máquina de puxar as coisas, puxar a casa, além dos homens empurrando, precisava empurrar pra sair do lugar, porque quando pára, a casa fica pesada e aí quando ela corre em cima daquelas vigas com sabão, depois que ela sai dali fica macia, enquanto não, tem que ter força dupla: dos homens e do tifó. O Tifó tem que estar bem posicionado, ele tem que estar seguro, porque ele vai puxar uma coisa que está segura acolá, é uma coisa de muita responsabilidade, muito perigo, porque qualquer coisa que desse errado podia dar um desastre, se uma viga quebrasse, se um barrote daquele quebrasse, que a casa se descarrilasse era um deslize total e um acidente com certeza. Graças a Deus não aconteceu nada, nada, não feriu ninguém. (Senhor Altacir Souza, 80 anos, camponês-ribeirinho).

Essa técnica já está sendo utilizada em outras localidades do baixo rio Solimões, onde a erosão fluvial tem sido intensa, como é o caso observado na Ilha do Barroso. Nessa localidade, o Sr. Tatá deu todas as instruções/orientações necessárias para os carpinteiros executarem essa técnica, ele emprestou toda a estrutura de madeira, enfim, toda a logística foi cedida e a operação foi um sucesso, não houve nenhum risco também.

No Barroso eles conseguem fazer sozinho porque as casas que eles transportam são muito menores e com o volume de peso/massa muito menor do que a que meu pai transportou, então assim com aquela técnica e tudo aquilo que ele passou pra eles e considerando que as casas são menores, o risco é menor porque está resguardada uma margem de segurança, ou seja, eles estão montando a estrutura pra carregar uma casa grande e estão levando uma casa pequena. Então mesmo que algo saia errado, o risco de acidente é praticamente zero. (Lúcio Souza, 38 anos, camponês-ribeirinho).

A sedimentação dessas áreas baixas, no fundo da restinga frontal, na Costa do Arapapá II, tem contribuição significativa dos inúmeros furos abertos naturalmente (rompimento de dique) em vários pontos, pois os camponeses-ribeirinhos, diferentemente dos casos anteriores, não costumam executar a técnica de abrir furos artificialmente.

Apesar disso, nessa Costa observou-se um furo aberto artificialmente de forma manual com o emprego de picareta e pá, em 2003, antes da elevação do nível do rio Solimões. Além de visar à criação de novas terras no fundo da restinga, os camponeses-ribeirinhos aproveitaram as terras retiradas desse furo para aterrar a casa de farinha, evitando que a mesma seja inundada facilmente pela água durante a enchente/cheia. Essas novas terras conquistadas já são usadas para o plantio das culturas de ciclo curto nessa localidade. Esse furo foi aberto em regime de mutirão e levou seis sábados para ser concluído, conforme depoimento a seguir:

Seis sábados, seis mutirões, fazia até o meio-dia. Às vezes um de nós tinha um serviço pra fazer, então rapaz vamos fazer. Botava cinco, seis carroçadas lá e parava, deixava para outro dia. O senhor não imagina o quanto de terra desse trecho tão pequeno que nós tiramos daqui. Essa parte dali pra lá tem uma baixa, agente querendo aterrar essa baixa fizemos isso, quer dizer, aproveitamos a terra pra aterrar a casa de farinha e fizemos o furo, vai aterrar essa baixa. Isso aqui corre muito, olha, a última alagação que deu nos entramos no motor de popa virando nessa cabeceira aqui, arrudiava essa casa e encostava lá no fundo daquela outra casa, entrava virando, aterrou muito isso aqui. (Senhor Américo, 34 anos, camponês-ribeirinho).

Aqui, vale apenas uma pequena digressão teórica. Não se está diante de uma abordagem exclusivamente naturalista da realidade, ou seja, de uma

natureza pura. Muito pelo contrário, ocorre uma relação sociedade-natureza, a qual tem por mediações o trabalho e as técnicas executadas pelo homem na busca dos seus meios de existência nesse ambiente: “Essas mediações tendem a criar um ‘mundo humano e uma ‘natureza humana’, isto é, humanizada, subordinada e integrada no humano, em uma palavra apropriada” ¹²³.

Há uma unidade dialética entre os camponeses-ribeirinhos e a natureza na Amazônia:

Entre a natureza submetida ao humano e os homens sujeitos aos ritmos da natureza estabelece-se uma intimidade de relações que suscita uma recreação material e psicológica do espaço, de valores ambíguos. As paisagens inteiramente ‘humanizadas’ não deixam por isso de ser ‘naturais’¹²⁴.

Fig. nº. 38 - Casa de moradia sendo empurrada pelos camponeses-ribeirinhos para o interior da restinga, em função do intenso processo de erosão fluvial. Nota-se que a casa corre nas vigas como se estas fossem trilhos. Costa do Arapapá II, novembro de 1995. (Fotografia de Ednaldo Oliveira).

¹²³ LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969. p.167.

¹²⁴ FRÉMONT, Armand. **Região; espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980. p. 213.

Fig. nº. 39 - Casa de moradia sendo recuada para o interior da restinga, em áreas depositadas recentemente. Observe-se que os camponeses-ribirinhos trabalham em regime de mutirão. Costa do Arapapá II, novembro de 1995. (Fotografia de Ednaldo Oliveira).

4.7. Uso comum, apropriação e uso familiar das terras surgidas no rio: as ilhas

Na várzea do município de Manacapuru, surgem também terras no leito do rio principal, como o rio Solimões, as ilhas. O surgimento destas é o resultado de processos deposicionais que ocorrem no canal fluvial. Inicialmente, aparecem praias, durante as vazantes/secas; muitas delas acabam desaparecendo por causa da dinâmica do rio. Outras, com o passar dos anos, em função de sucessivos depósitos de sedimentos trazidos pela água do rio Solimões, durante as enchentes/cheias, vão evoluindo para o aparecimento de inúmeras gramíneas. Nesse momento, os camponeses-ribeirinhos já começam a chamá-la de ilha. Nos anos subseqüentes, por meio de mais depósitos de sedimentos nessas terras surgidas, começa a aparecer uma vegetação do tipo arbustiva, como por exemplo, a oirana e as imbaúbas. Estas, ao receber mais terras, resultados do transbordamento do rio, tendem a evoluir para vegetação de restinga e igapó. É comum também o aparecimento, nesse novo ambiente, dos chavascais e aningais.

A partir desse momento, a ilha começa a se consolidar enquanto tal. Esse processo é impressionante pela quantidade de depósito de sedimentos que cada enchente/cheia deixa na formação dessas novas terras. Com aproximadamente 10 anos, uma ilha já está totalmente formada. Este é o caso da ilha que surgiu em frente à Costa do Pesqueiro I, pela margem esquerda do rio Solimões, e, em frente à cidade de Manacapuru, pela margem direita. Esta ilha, que ainda não tem nome, tem 18 anos de existência, desde quando apareceu no primeiro ano, enquanto praia. (Fig. nº. 40).

Fig. nº. 36 - Ilha surgida há 18 anos na frente da Costa do Pesqueiro, rio Solimões. Em 12 de março de 2005, estando as águas a 24,60 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Muitas ilhas “já consolidadas” desapareceram, devido à intensa erosão fluvial (“terras caídas”). Na área de estudo, ou seja, em frente à Costa do Pesqueiro, segundo relatos dos moradores locais, esta é a terceira ilha que surge, depois do desaparecimento das outras duas.

Fig nº. 41 - Casa de moradia temporária na ilha surgida recentemente durante a cheia. Observe-se a roça plantada, com destaque para um pequeno bananal. Rio Solimões, em 3 de junho de 2005, estando as águas a 28,10 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Quando uma ilha surge, os camponeses-ribeirinhos ficam aguardando se a mesma vai consolidar ou não. Quando eles percebem que determinada ilha tende a se consolidar, isto é constatado pela altura da restinga frontal; se estiver caindo muita terra ou não, eles começam a utilizar para o plantio de culturas de ciclo curto. Nesse sentido, ocorre um processo de preparação da terra para o plantio: derrubada da vegetação, encoivramento, limpeza. Como inicialmente essas terras surgidas são de uso comum, os camponeses-ribeirinhos, por meio de observação, escolhem o local mais adequado para a instalação de seu plantio. Há um “respeito” entre os camponeses-ribeirinhos, já que não invadem a área trabalhada. Se surgir pastagem natural nessas novas terras, os camponeses-ribeirinhos das proximidades também podem colocar seus rebanhos para apascentar. O mesmo procedimento se dá com relação aos lagos que surgem no interior dessa nova ilha, ou seja, os moradores começam a freqüentar esses lagos para a atividade pesqueira.

No caso da ilha surgida há 18 anos, ocorreu um fato interessante. Um capitalista da sede do Município, ainda nos cinco anos de surgimento da ilha, se

apropriou da mesma, dizendo ser dono dessas novas terras surgidas. Ele colocou uma pessoa para morar e vigiar a ilha, na qual alegava que estava protegendo os quelônios dos predadores, no caso o homem. Entretanto, esse capitalista não teve respaldo legal para se apropriar de tais terras surgidas. Assim, com o tempo ele abandonou a área e os camponeses-ribeirinhos começaram a utilizá-la para o plantio de culturas de ciclo curto e culturas anuais e bianuais. Atualmente a ilha está sendo utilizada em quase sua totalidade pelos camponeses-ribeirinhos e muitos deles possuem casa de moradia temporária, visto que alguns passam determinado período do ano trabalhando nessas novas terras. (Fig. nº. 41).

4.8. Terras de uso comum

Na várzea da Amazônia, a relação dos camponeses-ribeirinhos com a terra e a água tem sido marcada por formas de uso bastante peculiares, as quais têm sido, constantemente, redefinidas para garantir a reprodução e a permanência desse campesinato na região. Assim, no que se refere à relação com a terra, além das formas de apropriação individual/familiar, tanto das terras existentes com as que surgem, os camponeses-ribeirinhos, também, utilizam as terras de uso comum que estão geralmente localizadas nas proximidades dos lagos de várzea.

Almeida (1989), ao realizar um estudo das diferentes formas de uso comum da terra no Brasil (terra de preto, terra de índio, terra de santo, terras soltas, terras de ausentes, entre outros), apresenta a seguinte definição dessas terras:

Analisando, eles designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social¹²⁵.

¹²⁵ ALMEIDA, Alfredo Wagner B. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito”. In: CASTRO, Edna M.R. & HÉBETE, J. (Orgs.). **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Cadernos NAEA 10, UFPA, Belém, 1989. p. 163.

Essa definição é importante para se distinguir uma modalidade de uso individual/familiar, visto anteriormente, de uma modalidade de uso conjunto da terra. Na várzea da Amazônia, os camponeses-ribeirinhos fazem uso das duas formas, combinando, portanto, propriedade familiar e comunal da terra. Marx (1977), ao estudar o comunalismo primitivo, identificou essas duas formas de uso entre os povos germanos:

Na verdade, o Ager Publicus, a terra comum ou terra do povo, também existia entre os germanos como forma distinta da propriedade individual. Consistia em territórios de caça, pastagens comum ou floresta, etc, aquela parte da terra que não podia ser repartida por destinar-se a ser meio de produção nessa forma específica (...) . O Ager Publicus, entre os germanos tem um caráter de mero suplemento da propriedade individual...¹²⁶

Nesse sentido, para Marx, a propriedade privada não aparece com uma forma de apropriação individual/familiar da terra contraditória da propriedade comunal, porém, “a propriedade comunal só aparece num plano secundário, face às apropriações privadas da terra e aos estabelecimentos individuais, baseados no parentesco” ¹²⁷. Para ele, portanto, “trata-se, geralmente, de propriedade comum de proprietários individuais...” ¹²⁸.

De acordo com William (1989), o uso comum da terra na Inglaterra foi paulatinamente sendo aniquilado pela penetração crescente das relações de produção capitalista no campo, na qual os cercamentos constituem um dos fatores desse processo, não o único e nem o mais importante:

A Inglaterra rural, antes da revolução individual e durante esta, estava caracteristicamente exposta a penetração crescente das relações sociais capitalista e ao domínio do mercado, justamente por aquelas e este vinham se desenvolvendo e tornando-se poderosos no contexto das estruturas do campo ¹²⁹.

¹²⁶ MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977. p. 75 e 76.

¹²⁷ Idem, p. 76 e 77.

¹²⁸ Idem, p. 77.

¹²⁹ WILLIAM, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 140.

No mesmo sentido, Campos (2000)¹³⁰ enfatizou que o desenvolvimento das relações capitalistas levou a uma redução considerável das terras de uso comum, existentes no campo brasileiro. Apesar disso, segundo ele, novas formas de uso comum surgem e outras que praticamente tenderiam para o desaparecimento são recriadas/redefinidas.

Na várzea da Amazônia, particularmente na várzea de Manacapuru, tão logo os camponeses-ribeirinhos tornam-se criadores de gado bovino, o aparecimento das cercas é inevitável. Isso ocorre para evitar que os animais entrem nas propriedades dos vizinhos e destruam os roçados e/ou pressionem os sítios, além de evitar “sujeiras” (estercos) na propriedade alheia. Esse processo, portanto, é que caracteriza a forma de apropriação e uso individual/familiar, pautado no pasto plantado, resultado das derrubadas de parte da floresta de várzea, atrás da casa de moradia. (Fig. nº. 42).

Fig. nº. 42 - Aspecto do pasto plantado de uso individual/familiar logo atrás da casa de moradia. Essa área de pastagem é resultado das derrubadas de parte da floresta de restinga. Costa do Arapapá I, em 24 de outubro de 2004, estando as águas a 19,82 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

¹³⁰ CAMPOS, Nazareno José. **Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas**. Tese de doutorado – USP, São Paulo, 2000.

Por outro lado, nas terras de uso comum, nas quais o pasto é natural, denominadas de “cacaías” ou “queimadas”, não há cercas; aí, o gado é posto para apascentar livremente. Almeida (1989) enfatiza que o uso de pastagens comuns, como complemento de pastagens individuais, é uma prática muito difundida em várias partes do território nacional:

A utilização de formas de uso comum nos domínios em que se exercem atividades pastoris parece ser uma prática por demais difundida em todo o sertão nordestino, desde os primeiros séculos da frente pecuária, e em algumas regiões da Amazônia, na ilha de Marajó, e no sul do país, no Paraná e em Santa Catarina¹³¹.

Diferentemente de outras situações, em que ocorrem cercamentos¹³², as terras de uso comum, na várzea de Manacapuru, permanecem totalmente não cercadas. A sua localização, próxima aos lagos de várzea, em áreas baixas, na qual permanecem parte do ano submersa pela águas, talvez seja a explicação para a inexistência das cercas nessas áreas de pastagem comum. O depoimento, a seguir, de um camponês-ribeirinho, com relação a essa questão, é ilustrativo:

Esse pasto natural é usado pela comunidade; todos, aqui, botam seu boi pra comer lá; não tem cerca, porque se fosse cercar iria gastar muito arame e, depois, iria enferrujar tudo, aí dentro d' água, porque fica vários meses alagado. Agora estaca, sabe lá quanto milheiro de estaca não ia pegar. Não tem condições de cercar esse pasto que a natureza deu pra nós. (Senhor Antonio Medeiros, 84 anos, camponês-ribeirinho).

4.8.1. Pasto natural: pastagem comum

Além do pasto plantado, como foi visto acima, os camponeses-ribeirinhos também fazem uso do pasto natural, o qual aparece em grandes trechos na várzea de Manacapuru. Utilizado pelo gado bovino, somente no período de águas baixas (agosto a fevereiro), pois durante a enchente/cheia, essas áreas ficam completamente submersas, tornando-se propícias para a atividade pesqueira.

¹³¹ ALMEIDA, Alfredo Wagner B., op. cit., p. 181.

Este tipo de pastagem ocorre mais para o interior da restinga frontal, em áreas baixas, próximo às margens do lago. Vale ressaltar que não são em todas as margens dos lagos de várzea que aparecem esses pastos naturais, denominados localmente de “cacaías” ou “queimadas”, mas principalmente, naqueles lagos em que apresentam margens largas e rasas. Na área da pesquisa, podemos destacar as margens dos lagos: Grande, Poraquê, Arroz, Tamanduá e Batata. Por outro lado, os lagos Preto e Marajá, por exemplo, não apresentam em suas margens este tipo de pastagem natural. (Fig. nº. 43).

Essas áreas de “cacaías” ou “queimadas” são de uso comum, não ocorrendo, portanto, apropriação e uso individual/familiar por meio de cercas. Os camponeses-ribeirinhos começam a utilizar essas pastagens naturais na descida das águas, logo que as primeiras terras começam a aparecer, geralmente em agosto e setembro, haja vista que essas áreas são mais baixas, em média 1,5 m, sendo as primeiras a serem alagadas e as últimas a aparecerem. Os diferentes rebanhos de diferentes donos são levados para apascentar nessas áreas. (Fig. nº. 44). Lá, permanecem até a subida das águas, que ocorre em geral por volta dos meses de janeiro – fevereiro, às vezes, até março, dependendo da subida do nível das águas. (Fig. nº. 45).

Daí pra lá, duma certa parte pra lá, todo mundo bota seu boi aí. Tudo é assim. Aqui, os terrenos tá assim, acusando na escritura como faz fundo, terminando lá no lago Grande, no Manaquiri. Quando o gado está lá, eles se misturam; fica um rebanho medonho, pra todo lado que você vai, tem boi, beirando o lago. No lago Preto, aí não, no lago Preto tem aquele aningal que você não pode nem chegar perto da beira, já aqui não, quando tá seco, não tem capim no meio do lago, nem nada; só o poço do lago, o gado come aí, você pisa ao redor; os meninos naquele tempo, comeram assado lá com o pessoal. Na beira do lago, você vai que é enxuto; agora, nesse tempo, já tá chegando na beira dessa mata de lá, a água; mas, ainda, dá pra ver. (Senhor Raimundo Nonato, 56 anos, camponês-ribeirinho).

¹³² “Os ceramentos recentes destes pastos comuns e os repetidos casos de gado invadindo roçados, numa clara tentativa de afastar os pequenos produtores desses domínios, tem tornado estas áreas zonas críticas de conflito e tensão social” (Almeida, 1989: 182 e 183).

Fig. nº. 43 – Pastagem natural de uso comum na Costa do Pesqueiro – Manacapuru-AM

Sternberg (1998) faz uma descrição dessa pastagem natural de uso comum:

Há, longe das margens, áreas baixas que, geralmente, são consideradas como parte das conchas lacustres. E, alias, imprecisa a fronteira entre terras e águas. Na verdade, os lagos minguam durante a estação seca e refugiam-se nas depressões mais fundas; vem a enchente e lês se expandem, coalescem e avançam sobre as terras. Uma parte das áreas periodicamente incorporadas ao domínio lacustre, embora não incluída nas propriedades fundiárias, é aproveitada na estação das águas baixas. Feitas a derrubada e queimada da mata, formam-se, durante a vazante, pastios adicionais. Estes são conhecidos pelo nome de “queimadas”, ou pelo seu equivalente tupi, “cacaías”. Com a descida das águas vão surgindo o arroz, o capim bico de pato, o navalha e outras forrageiras nativas. Neste compáscuo, o fazendeiro, desejoso de descansar os campos, solta seus rebanhos. Nem uma cerca retalha as cacaías, mas os igarapés e chavascais impedem que os animais se distanciem demasiado. Na subida das águas, os lagos aos poucos se vão estendendo e a gadaria começa a

congregar-se; 'a água serve de vaqueiro e cada um vai buscar seu gado', segundo o dito de morador¹³³.

Fig. nº. 44 - Aspecto do pasto natural de uso comum durante a seca. Essa área de pastagem é denominada localmente de cacaías ou queimadas. Margem do Lago Tamanduá, Costa do Pesqueiro II, em 10 de dezembro de 2005, estando as águas a 19,53 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Observe na citação que o autor menciona a palavra “compáscuo” para se referir a essas terras de uso comum, próximo aos lagos de várzea. Conforme Campos (1991), genericamente as terras comunais recebem a denominação jurídica de compáscuo, cujo significado é “a utilização em comum de pradarias, campos ou terrenos de qualquer espécie para pastagem com gado pertencentes a proprietário diversos” ¹³⁴.

Todos os rebanhos que permanecem nesses pastos naturais durante esse período de águas baixas, são dos próprios camponeses-ribeirinhos que residem nas proximidades dessas áreas. Portanto, pequenos proprietários individuais independentes. Segundo Campos (2000), “o apascento em comum do gado pertencente a diversos proprietários individuais independentes, foi possivelmente

¹³³ STERNBERG, oo. Cit., p.177 e 180.

¹³⁴ PEREIRA apud CAMPOS, Nazareno José. **Terras comunais na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991. p. 57.

a forma de aproveitamento que se sobressaiu entre todas que ocorreram em terras de uso comum no Brasil”¹³⁵. Em geral todos se conhecem e reconhecem o rebanho do outro. Assim, há, na realidade, uma vigilância coletiva e raramente ocorre algum problema com esses animais: roubo, morte, ferimento.

Se um boi, por exemplo, desaparecer, poxa rapaz cadê o boi de fulano, o boi dele sumiu e ele está procurando, se espalha a notícia pra todo mundo, e alguém diz: olha apareceu um boi diferente na minha fazenda, fulano vai olhar lá ou então alguém diz: olha apareceu um boi diferente entre os meus e não é meu, tem uma marca diferente ou então é um boi que não tem marca, não foi marcado, não foi queimado, mas esse boi tem a seguinte característica: ele é um boi vermelho e tem uma estrela, ou seja, uma marca ou uma pinta na testa, ou tem uma pinta na altura da garganta e tal e tem um chifre desse ou daquele jeito, dá as características, então vamos saber se esse boi é o boi do fulano. Há um respeito muito grande entre os criadores com relação a isso, quer dizer, é muito comum às vezes, sobretudo quando as vacas estão no cio, por que os animais do rebanho, pq. na queimada, na caça eles ficam todos juntos. Então é comum que um boi de um rebanho comece a cortejar a vaca de outro, então às vezes o gado toma a direção diferente, ele larga o rebanho dele e começa a andar com outro por causa da vaca, há um atrito, os bois disputam as vacas, há aquela briga natural do animal, essa coisa que o senhor já conhece do instinto animal. E então eles brigam, mas os bois vão atrás, ele separa do bando dele e o dono preocupado vai atrás, quando o dono vai atrás geralmente a uma preocupação, o boi do fulano, quando acham, vamos lá, junta quatro, cinco homens e vão procurar. Encontraram o boi do cara, tá aqui, ou seja, ninguém cobra nada por isso, um dia que tu for atrás do teu boi eu vou de ajudar, se tiver no meio do meio a gente pega, há um respeito muito grande. (Lúcio Souza, 38 anos, camponês-riberinho).

¹³⁵ CAMPOS, Nazareno José, op. cit., p. 175.

Fig. nº. 46 - Aspecto do pasto natural de uso comum durante a cheia. Nesse período, o gado é transferido para o pasto plantado de uso individual/familiar, em seguida para as marombas e/ou para a terra firme. Lago Grande, Costa do Pesqueiro I, em 03 de junho de 2005, estando as águas 28,10 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Essa pastagem natural que é constituída principalmente pelas gramíneas: bico de pasto, arroz do mato e capim navalha são consideradas áreas de engorda do gado. Neste período em que os rebanhos permanecem neste ambiente nas margens dos lagos, é o momento em que eles ganham mais peso, principalmente depois de uma enchente/cheia, quando eles são levados para os pastos plantados da terra firme ou permanecem na maromba, os quais geralmente ocasiona inúmeros desgastes para esses animais. A maromba é uma construção rural de madeira, com cobertura de zinco ou palha. Há três tipos: a maromba de aterro, de assoalho e a flutuante. Na várzea de Manacapuru, a mais utilizada é a de assoalho, tipo palafita. Sua função é servir de abrigo para o gado bovino durante o período de águas altas, onde os animais são alimentados diariamente com forragem pelos camponeses-ribeirinhos.

O capim que nasce é o bico de pato, o navalha e o arroz do mato. Esse capim ninguém planta, ele nasce por conta da

natureza e aquilo é rápido, o bico de pato se você tora ele agora duas horas que você passar ele já tá com o brolho deste tamanho. Você corta ele, é tipo cortar um filhote de banana não demora já está aquela coisa. Quando seca o lago, poucos dias nascem o capim nasce dali mesmo não tem negócio vai nascendo e aquilo vem unido que tem dele que não dá nem pra nascer. Eu tenho escutando os criadores de boi que tem campo na terra firme que não tem lugar melhor pra criar gado do que na várzea, porque o capim cresce bom, natural e o da terra firme não, o da terra firme é aquele pasto velho seco, só aquele capim estrepe, pode plantar o que plantar mais é uma terra seca, aqui não, todo tempo é úmido. (Senhor Raimundo Nonato, 56 anos, camponês-ribeirinho).

Os camponeses-ribeirinhos não permitem que outros criadores de fora das comunidades/localidades coloquem seu rebanho bovino para apascentar nesses pastos naturais de uso comum. Como essas áreas são de engorda do gado, não seria prudente permitir o acesso às mesmas, pois, segundo os moradores, apenas engordaria o gado das pessoas de fora, não geraria trabalho nem renda para a comunidade/localidade. Por isso, há um acordo entre os comunitários para se colocar somente o rebanho do pessoal da comunidade. Exceção apenas, nos casos, em que algum morador pegue o gado de “metade” com um criador de fora, o qual ele coloca junto do seu rebanho.

Essas pastagens naturais de uso comum são de extrema importância para os criadores de gado bovino na várzea de Manacapuru, uma vez que esse período em que os animais permanecem apascentando nessas áreas próximas aos lagos, não sobrecarregam o pasto plantado, pois esse período coincide com o verão amazônico, que prejudica essas pastagens localizadas logo atrás da casa de moradia. Portanto, nesse período de estiagem, de poucas chuvas, o pasto plantado fica, segundo os moradores, um pouco fraco, com tom avermelhado, “não está rico para alimentar bem o animal”. Por outro lado, o pasto natural, por ser inundado todos os anos e a própria composição da vegetação, permanece constantemente úmido, não há risco de secar e faltar capim para o gado em momento algum.

Aquelas terras são ricas em minerais, então aquele capim é altamente nutritivo e rico em proteína, sobretudo açúcar, então o gado engorda com grande facilidade, aquele capim é mais rico que outros, aquela terra vai por fundo todo ano, que recebe bastante nutriente, não tem outro tipo de

vegetação, então o capim vem forte, o gado se alimenta e sai saudável, tem pouca mortandade de boi aqui por causa de doença. (Senhor Lúcio Souza, 38 anos, camponês-riebirinho).

Como não há cercas nessas terras de uso comum nas margens dos lagos de várzea, o gado é posto para apascentar livremente. Na verdade, a cerca desse ambiente é o próprio lago. Assim, à medida que começa o período da enchente o rebanho acompanha, nessas áreas, a subida do nível do lago até o momento em que essas terras são invadidas pelas águas durante a enchente/cheia, então o rebanho é retirado para as terras mais altas, onde está o pasto plantado de uso individual/familiar. Portanto, nesse momento, que ocorre a subida do nível do lago, nos meses de janeiro e fevereiro, o gado é retirado dessas terras de uso comum e deslocado para terras de apropriação individual/familiar. Caso esses pastos plantados sejam também atingidos pela enchente/cheia, o gado tem que ser deslocado para as marombas, geralmente estabelecidas nas restingas mais altas, próximo da casas de moradia e/ou são transferidos para a terra firme. (Fig. nº. 46).

Fig. nº. 46 – Calendário da criação de gado bovino na várzea de Manacapuru-AM

Pasto natural
de uso comum

Pasto plantado de
uso indiv./familiar

Transferência
para terra firme

Retorno para o pasto
plantado de uso
indiv. /familiar

Fonte: Trabalho de campo, 2005
Org: Manuel de Jesus Masulo da Cruz, 2006.

CAPÍTULO 5 - AS TERRITORIALIDADES AQUÁTICAS: O USO DA ÁGUA NA AMAZÔNIA

A utilização dos recursos haliêuticos pelas diferentes sociedades indígenas, na Amazônia, é anterior ao processo de colonização. Os cronistas que participaram das primeiras expedições foram unânimes em relatar a abundância de peixes e quelônios existentes na região. Para Veríssimo (1970), foi essa grande disponibilidade de alimentos, aliada aos caminhos fluviais navegáveis, que facilitou a penetração dos colonizadores nesse vasto território amazônico, sobretudo a dos portugueses.

Não pareça, todavia, paradoxo observar que menos cômodas e confortáveis seriam elas, portanto, mais difíceis e raras as longas viagens, do copioso número de canoas e gente que logo se entraram a fazer e, por conseguinte, menos rápida a entrada do sertão, se não fora a abundância de fácil alimentos nos próprios caminhos percorridos encontrado. O peixe foi sempre, então como hoje [1895], mais ainda que hoje, na Amazônia, o principal desse alimento, a sua abundância, a habilidade que os índios tinham em pescá-lo, foram parte nessa obra verdadeiramente nominável da fácil penetração de portugueses sertões amazônico adentro¹³⁶.

Essa sua obra Veríssimo não deixa de ressaltar a importância da mão-de-obra indígena nesse processo de ocupação na Amazônia. Além de remeiros, eram exímios caçadores e pescadores. Assim, durante as viagens, com extrema facilidade devido à abundância dos recursos pesqueiros disponíveis, provinham as expedições de peixes de diversas espécies, principalmente o peixe-boi, inúmeros quelônios, tartarugas, sobretudo. Os utensílios utilizados pelos indígenas para a pesca nesse primeiro momento de contato, eram caniço, anzóis, arco e flecha e uma espécie de rede pequena denominada de puçá. Todos esses instrumentos eram confeccionados nas próprias aldeias, no qual utilizavam-se de recursos locais, como osso, dentes de animais, as redes eram tecidas de algodão usadas apenas para cercar, pois, nesse período, não se tem relato do uso de redes para emalhar como as usadas na atualidade. Alexandre Rodrigues Ferreira na sua

¹³⁶ VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia**. Belém: Universidade federal do Pará, 1970. p. 90.

Viagem Filosófica ao Rio Negro, por exemplo, menciona, em 1768, que “os moradores [da Capitânia do Rio Negro] não usavam rede de pescar”.

A partir do contato mais intenso entre os colonizadores portugueses e os indígenas, no século XVII e XVIII, essas técnicas de pesca foram parcialmente modificadas. Veríssimo (1970) afirma que até meados do século XVIII as modificações nos apetrechos de pesca, sob a influência dos conquistadores foram mínimas, segundo ele “se resume na transformação das pontas ou bicos de suas armas de pesca primitivamente de osso, de dentes de animais, de taquaruçu, aguçadas em pontas de ferro ao modo das usadas nas pescarias européias”¹³⁷.

As redes de arrasto e as tarrafas não eram utilizadas pelos indígenas nos primeiros séculos de contato. Segundo Veríssimo (1970), esses utensílios de pesca foram introduzidos pelos conquistadores portugueses, certamente no final do século XVIII e início do Século XIX. Quando esse autor escreveu o livro *A Pesca na Amazônia*, em 1895, também fez referência a esses instrumentos de pesca. “A rede e a tarrafa por eles empregadas são, com modificações insignificantes ou sem elas, as mesmas usadas nos países de origem e pelos demais pescadores do Brasil”. Wallace (1853) relata o uso da rede de arrasto numa pescaria, no rio Solimões, nas proximidades de Manaus. Agassiz (1865), na sua estada, em Tefé, no rio Solimões, presenciou em uma pescaria o uso das redes de arrasto pelos índios: “Os índios tem maravilhosa habilidade para a pesca; puxam atrás de si as compridas redes de arrastões enquanto fustigam a água com longas varas para espantar o peixe e levá-lo à rede”¹³⁸.

5.1. Os pesqueiros reais

A abundância de peixe-boi, tartarugas e a extraordinária variedade de espécies de peixes, bem como as diferentes pescarias existentes, cedo chamaram a atenção do governo colonial. Este preocupado com a dificuldade de se adquirir carne de gado, devido a sua escassez ainda no século XVII, estabeleceu vários pesqueiros na Amazônia. Os pesqueiros, como assim foram denominados esses

¹³⁷ Idem, p. 101.

¹³⁸ AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil -1865-1866**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p. 138.

pontos de pesca, foram instituídos visando atender os interesses da administração colonial portuguesa na região. Assim, o produto dos pesqueiros, ou seja, o pescado capturado foi utilizado para diversos fins: como provisão de alimentos para manutenção das tropas militares; para fornecer alimentos em obras civis e militares e determinados serviços públicos; como pagamento de propina e salários aos funcionários do governo. Veríssimo (1970) nos relata que “eram três em 1687 os pesqueiros certos mantidos pela fazenda real para sustento da tropa do Rio Negro e para a mesa da demarcação, o primeiro, o do Caldeirão, o do Puraquequara e do Rio Branco”¹³⁹.

Ainda no final do século XVII tem-se notícias da existência de outros pesqueiros reais na Amazônia: na região, do baixo Amazonas, no atual município de Óbidos, o pesqueiro Vila Franca, especializado na captura de peixe-boi, foi considerado o mais importante; no rio Tapajós, foram estabelecidos pesqueiros reais, também voltado para a pesca do peixe-boi, assim como o instituído no rio Trombetas, mais precisamente no lago de Sapucua¹⁴⁰. Na parte oriental da ilha de Marajó, denominado ainda no final do século XIX de ilha Grande de Joanes, existia pelo menos dois pesqueiros reais, ambos voltados para a captura de tainhas e gurijubas. Guedes Aranha (1685), citado por Veríssimo, comenta sobre um deles: “...ilha de Joanes... onde se beneficia um pesqueiro efetivo pela fazenda real, provendo a cidade com quinze ou vinte mil tainhas cada mês”.

Spix e Martius, viajantes do início do século XIX, nos informam da existência de um pesqueiro real no lago de Manaquiri, nas proximidades de Manaus, destinados principalmente para a pesca do pirarucu.

Estes pesqueiros são particularmente destinados a apanhar pirarucus, porque esse peixe, muitas das vezes de 50 a 60 libras de peso, é o que mais se presta para salga e a seca. São mortos a arpão ou a flecha; mais raramente são apanhados em redes. O preparo no pesqueiro é simples e rápido. A cabeça, entranhas, espinha dorsal e escamas lançados à água; a carne é cortada dos ossos em grandes pedaços, salgando e posta a secar ao sol ou sobre o fogo. Incrível é a quantidade desse peixe que anualmente é salgado nos pesqueiros do governo ou de particulares, ele aqui substitui em absoluto o bacalhau, e constitui o principal alimento da classe trabalhadora¹⁴¹

¹³⁹ VERÍSSIMO, José, op. cit.: p.104.

¹⁴⁰ Idem, p.107.

¹⁴¹ SPIX, Johann B. Von & MARTIUS, Carl F. P. Von. **Viagem pelo Brasil – 1817-1820**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. p. 160.

Spix e Martius escrevem ainda sobre o pesqueiro real em Manacapuru, mantido pelo governo e voltado sobretudo para a captura do pirarucu:

a correnteza agora, na costa, era menos impetuosa do que por ocasião da enchente, de sorte que alcançamos sem esforço o pesqueiro de Manacapuru. Aqui montou o governo um destacamento de soldados, para abastecer com a fartura do pescado, particularmente de pirarucus, a Vila da Barra [Manaus] e os pontos de fronteira Marabitanas e Tabatingas¹⁴².

Esses pesqueiros reais tinham, na maioria dos casos, a seguinte estrutura organizativa: um feitor residente nesse ponto de pesca, sendo responsável pelas pescarias executadas; um administrador que residia na cidade mais próxima e importante, na qual controlava uma espécie de armazém, destinado para depósito de sal e peixe; um vendedor ou mais, conforme a situação, incumbido de vender e/ou entregar o peixe para o consumidor final, ou seja, a população em geral ou funcionários públicos.

Essa forma de organização dos pesqueiros, sob o controle da fazenda real, deixou de existir na década de 1810. A maioria desses pesqueiros foi entregue, sob regime de arrematação, aos arrendatários. Estes passaram, então, a administrar esses pontos de pesca por um curto período, pois na década de 1820, muitos retornaram para o controle do governo colonial, sendo definitivamente extinto no final daquela década, já durante o primeiro império. Paul Marcoy, na sua Viagem pelo Rio Amazonas, em 1847, nos relata sobre a situação de um antigo pesqueiro real em Manacapuru, no atual estado do Amazonas:

Junto a abertura do Manacapuru, num promontório da margem, havia cinco casebres caiados cujas portas estavam fechados quando passamos. Isso é tudo o que resta do antigo povoado de pesqueiro, nome que remete a sua função. No século 18 um destacamento de soldados tapuias foi acrescido à população do lugar para cuidar da captura e salga do peixe destinado a abastecer as tropas acantonadas no Rio Negro¹⁴³.

Esse viajante do século XIX ainda acrescenta sobre esse pesqueiro real:

¹⁴² Idem, p. 161.

¹⁴³ MARCOY, Paul. **Viagem pelo rio Amazonas**. Manaus: edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2001. p. 160.

quanto milhares de peixe-bois e pirarucus não devem ter perecido nessa feitoria! para informações daqueles que não compreendem essa palavra portuguesa cuja elasticidade é compatível à do caucho local, podemos dizer que ela expressa ao mesmo tempo a captura, a limpeza, a salga e a transformação do peixe em provisão¹⁴⁴.

Outros viajantes do século XIX, como Wallace e Bates, não mencionam nos seus relatos os pesqueiros reais, pois quando passaram pela Amazônia, os pesqueiros reais já tinham sido extintos.

Como se vê, a pesca com fim comercial pode ser considerada uma das primeiras atividades econômicas no período colonial na Amazônia¹⁴⁵. Essa atividade foi explorada tanto pelo governo colonial, na qual foram instituídos os pesqueiros reais, como por inúmeros pesqueiros particulares. As espécies mais exploradas, nesses pontos de pesca, nos primeiros séculos de contatos, foram as tartarugas, sobretudo a tartaruga da Amazônia e o peixe boi. Somente mais tarde, no final do século XVIII e início do século XIX que o pirarucu começou a ser explorado intensivamente, pesqueiros reais, como foi visto, foram instituídos exclusivamente para a captura desse peixe na região.

As denominações desses pesqueiros, na sua maioria, permanecem existentes na toponímia regional atual. Dois exemplos de nomes de localidades no estado do Amazonas são ilustrativos dessa situação: o Lago e o Paraná do Rei, no município do Careiro da Várzea; Costa do Pesqueiro, uma das áreas definidas para essa pesquisa, no município de Manacapuru.

Os locais destinados para as instalações desses pesqueiros reais se constituíam enquanto territorialidades de pesca de exploração exclusiva da fazenda real. Os exploradores particulares eram permanentemente proibidos de exercer qualquer atividade haliêutica nesses pontos de pesca. Isso não significa dizer que aos últimos estivessem vedadas as explorações pesqueiras nos espaços aquáticos amazônicos. Portanto, nesse período da história da Amazônia, muitos pesqueiros, não reais, foram explorados por particulares.

¹⁴⁴ Idem, p.100.

¹⁴⁵ BATISTA, Vandick da Silva et. al. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, Mauro Luís (Coord.) **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004. p. 80.

5.2. As canoas de pesca - poveras

No final do século XIX e início do século XX foram organizadas, em Manaus, as primeiras empresas de canoas movidas a remo e à vela, denominadas de poveras. Elas pertenciam aos portugueses e eram responsáveis pelo abastecimento de pescado para a capital amazonense, principalmente durante as primeiras décadas do século passado. Tem início, assim, no estado do Amazonas, a pesca destinada exclusivamente a comercialização. A canoa era grande, cerca de 8 m comprimento com 1,50 a 1,80 m de largura, tinha popa alta e proa baixa.

Esses pescadores portugueses migraram da região de Povoá de Varzim, norte de Portugal, no final do século XIX, devido à dissolução da pesca tradicional por eles praticada. A tripulação das poveras era composta por quatro pessoas, sendo três portugueses e um brasileiro e apresentava a seguinte divisão interna: um proeiro, um largador de rede, que trabalhava na popa e um outro pescador que trabalhava no vago da canoa, no meio dessa embarcação. Nos últimos anos de existência dessas canoas de pesca, no final da década de 1940 e início da década de 1950, a composição dos tripulantes apresentava de forma inversa, ou seja, três brasileiros e um português. Nesse momento, há informações de que nove empresas dessas canoas atuavam na pesca, todas voltadas para atender a crescente demanda urbana por peixe.

O pagamento das poveras era mensal e conforme o resultado das pescarias. Entretanto, o controle produtivo era exercido pelos portugueses – proprietários dessas empresas – que negociavam o pescado capturado no porto de São Vicente, em Manaus. As viagens para os inúmeros lugares de pesca tinham duração de quatro a cinco dias. Na maioria dessas viagens, principalmente quando o destino era o sentido montante do rio Solimões, utilizava-se o reboque executado por lanchas.

O apetrecho de pesca utilizado nas poveras consistia basicamente da rede de arrasto. Portanto, foram os portugueses, donos dessas embarcações movida a remo e à vela que difundiram definitivamente o uso desse utensílio de pesca na Amazônia. Essas redes, nesse período, atingiam o tamanho de 25 braças de comprimento e 10 braças de altura. A pesca executada com esse instrumento, sob

o comando dos portugueses, era diferente da realizada na atualidade, como será visto mais adiante, pois um dos pescadores se posicionava, na margem do rio Solimões, segurando uma longa corda, cerca de 60 braças, enquanto os demais tripulantes da povera permaneciam a bordo. Um deles exerciam a tarefa de largar a rede, enquanto os outros dois remavam, primeiramente no sentido montante, em seguida, no sentido jusante, indo em direção ao pescador em terra, formando um círculo. (Fig. nº. 47).

Em seguida, atracavam a canoa e, após recolher a chumbada, puxavam a rede aprisionando o cardume. As espécies capturadas com essa técnica de pesca eram o jaraqui, o pacu, a sardinha, a matrinhã e outras. O passo seguinte consistia em recolher, com rapixé, os peixes aprisionados que eram depositados/arrumados na caixa de gelo da povera. Assim que a carga estivesse concluída, os tripulantes dessa canoa de pesca retornavam imediatamente para Manaus, pois essas caixas de gelo derretiam rapidamente.

A pesca realizada por essas canoas se limitava apenas ao rio principal e paranás. A pesca nos lagos, particularmente os de várzea, era exercida apenas pelos camponeses-ribeirinhos. No entanto, estes, após as realizações das pescarias, destinavam parte da captura para o abastecimento da casa, negociavam com os portugueses. As espécies de peixes mais procurados eram a pescada, o tambaqui e o pirarucu, todas espécies de escamas. Os peixes de couro/liso não eram capturados e nem negociados com os donos das poveras.

Fig. nº. 47 – Pesca com rede de arrasto no período das poveras

A) Largada da rede – canoa indo em direção a montante

B) Largada da rede – canoa indo em direção a jusante

C) Canoa encostando – fechando o círculo

Fonte:: trabalho de campo/2006

Desenho: Marcos Castro/2007 Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2007

5.3. Os barcos motorizados

No final da década de 1940 e início da década de 1950, começaram a aparecer, na região, os primeiros barcos de pesca, movidos a motores a diesel e com caixas de gelo acoplado na parte central dessas embarcações. No estado do Amazonas, essas embarcações foram denominadas de “motores de pesca”, enquanto no Pará de “geleiras”. (Fig. nº. 48). As inovações tecnológicas na pesca, sobretudo no transporte e armazenamento a bordo, na Amazônia, inaugurou o período no qual Melo (1983) definiu de comercialização intensiva de pescado¹⁴⁶. Este autor nos revela que no estado do Pará a introdução do motor na embarcação, no final da década de 40, ocasionou “intensa campanha contestatória por parte dos portugueses que então detinham o monopólio das geleiras de velas que transportavam o pescado”¹⁴⁷. Por outro lado, não há notícias, no Amazonas, de protestos conduzidos pelos portugueses, proprietários das poveras, com o surgimento dos barcos motorizados. Nesse estado, tão logo os barcos de pesca a motores a diesel surgiram, as empresas de canoa a remo e à vela foram paulatinamente deixando de sair para as viagens, sendo, em seguida, desativadas.

Com o advento dos barcos motorizados para a atividade pesqueira, em substituição as poveras e das inovações que os acompanharam, houve mudanças significativas ao nível da produção e da circulação no setor pesqueiro regional. A introdução do motor permitiu aos barcos, um deslocamento mais rápido, possibilitando alcançar lugares de pesca até então não explorado pela pesca comercial intensiva, assim como um maior tempo de permanência nas viagens. Além disso, essa inovação tecnológica permitiu a utilização de embarcações maiores, tornando possível um aumento na capacidade de captura, permitindo, assim, uma certa regularidade de desembarque de pescado para os principais centros urbanos da região. Uma outra mudança verificada com a introdução do motor nos barcos ocorreu no processo de trabalho. Além do proeiro e do largador de rede, já presentes nas poveras e geleiras à vela, surgiram novas funções como a de maquinista, gelador, cambiteiro, motorista, cozinheiro, dentre outras.

¹⁴⁶ MELIO, Alex Fiúza. **A pesca sob o capital: a tecnológica a serviço da dominação**. Belém: UFPA, 1985. p. 42.

¹⁴⁷ Idem, p. 42.

Fig. nº. 48 – Barco de pesca movido a motor a diesel, denominado no estado do Amazonas de “motor de pesca”. Observe-se a caixa de gelo acoplada no convés, ocupando a maior parte dessa embarcação. Costa do Pesqueiro I, baixo rio Solimões, em 17 de março de 2007, estando as águas a 23,50 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Assim, os avanços tecnológicos na pesca ocorrem simultaneamente com o crescimento da população urbana das cidades amazônicas e, por conseguinte, do aumento da demanda por peixe. As exportações de peixes para os mercados nacional e internacional, sobretudo os peixes de couro/liso, principalmente a partir da década de 1980, impulsiona ainda mais essa demanda¹⁴⁸. A explicação para esse crescimento da demanda urbana por peixe reside no extraordinário aumento populacional observado nas principais cidades amazônicas nas últimas décadas. A cidade de Manaus, por exemplo, teve um crescimento populacional sem precedente, passou de 175.000, em 1960, para 1.403.796 no ano 2001, tornando, portanto, o maior pólo consumidor de pescado da Amazônia ocidental.

Para atender a esse aumento da demanda urbana por peixes ocorre concomitante uma expansão da frota pesqueira embarcada e motorizada, tendo como base de apoio para as viagens os principais centros urbanos da região. Em Manaus, o crescimento da frota pesqueira, nas últimas décadas, foi significativo:

¹⁴⁸ McGRATH, David G. et. al. Varzeiros, geleiros, e o manejo dos recursos naturais na várzea do baixo Amazonas. In: **Cadernos do NAEA**, nº. 11, novembro, 1993. p. 102.

passou de 135 barcos, em 1970¹⁴⁹, para aproximadamente 1.200, em 1991¹⁵⁰. Cerca de 80% dessa frota que desembarca na capital amazonense é composta de barcos de porte médio, 20 a 30 m de comprimento com capacidade entre 15/30 toneladas¹⁵¹.

É em torno das principais cidades amazônicas, portanto, que se consolidam esse tipo de pesca com estratégia itinerante, voltada exclusivamente para o abastecimento urbano e executada, cada vez mais, por pescadores profissionais embarcados, completamente diferente da pesca tradicionalmente realizada pelos camponeses-ribeirinhos, como teremos oportunidade de discutir mais adiante. Além disso, com essas mudanças na pesca, representado pela introdução do motor na embarcação e outras inovações, se estabeleceu definitivamente, na Amazônia, a comercialização do peixe fresco e congelado em detrimento do peixe seco-salgado. Esta última forma era muito presente ainda no período das poveras e das geleiras à vela.

No porto de desembarque, em Manaus, desenvolveu-se uma rede de intermediários, na qual o “despachante” aparece como a figura mais importante, uma vez que exerce todo controle sobre a produção. Este negocia o pescado ainda nos barcos e garante aos seus proprietários, armadores de pesca, uma venda segura e rápida, possibilitando, desse modo, o retorno quase que imediato aos lugares de pesca. Os despachantes controlam, ainda, a distribuição para a cidade por meio de venda facilitada aos feirantes, os quais podem liquidar seus débitos em 24 horas, ou seja, no início da venda realizada diariamente à noite, às 22 horas no porto da Panair – rio Negro.

Muitos proprietários de barcos de pesca tornaram-se despachantes, assim como muitos despachantes investiram parte do seu capital na aquisição de barcos que são equipados para a pesca.

A forma de pagamento na pesca profissional embarcada itinerante, em Manaus, é realizada pelo sistema de partes. Este sistema está condicionado a quantidade de peixe a ser capturado que, por sua vez, induz o pescador a se empenhar, cada vez mais, no processo de captura, não tendo limite de jornada de

¹⁴⁹ JUNK, Wolfgang J. As águas da região amazônica. In: SALATI, Enéas. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1983. p. 74.

¹⁵⁰ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – AM/RR. **Os ribeirinhos: preservação dos lagos, defesa do meio ambiente e a pesca comercial**. Documentos. Manaus: Mimeo, 1991, p. 07.

¹⁵¹ Idem, p.06.

trabalho. Além disso, essa atividade pode ser realizada em qualquer hora e em qualquer situação: à noite, com chuva ou sol. Como se pode ver, os pescadores ao sair para as viagens, são afetados ideologicamente, pois os mesmos têm a ilusão de que numa boa pescaria terão certamente ganhos maiores do que outros trabalhadores em terra. Entretanto, não muito diferente de outros trabalhadores, os pescadores são na atividade pesqueira mal remunerados.

Mais recentemente, principalmente a partir da década de 1980, quando a maioria dos despachantes deixou de financiar a armação do barco, os custos das viagens de pesca foram inteiramente assumidos pelos proprietários dessas embarcações e sua tripulação. Na armação de um barco pesqueiro, por exemplo, entram custos como lona nova, peças de reposição do motor, gelo, combustível, lubrificantes etc, que correspondem ao capital constante. Além do rancho, ou seja, os mantimentos para a permanência nas viagens, que corresponde a parte variável do capital. Ambas as situações constituem as despesas comuns, ou seja, pescadores e armadores assumem despesas que, em outro setor, seria exclusivo do capitalista. Este empreendimento comum

... é uma forma de repartir os riscos com a tripulação, protegendo-se melhor da aleatoriedade da captura e do mercado, que poderia ser fatal sobretudo para o pequeno armador. Para esse, se a tripulação fosse remunerada por salários, uma série de viagens consecutivas sem bons resultados poderia significar a falência¹⁵².

Nesse processo, os pescadores assumem diretamente as responsabilidades da armação do barco, assim como os prejuízos decorrentes de uma pescaria mal sucedida. Caso isso ocorra, é aceito com naturalidade pelos pescadores, pois os mesmos acreditam nessa forma enganosa que é o empreendimento comum. Quanto ao armador, proprietário do barco, sua situação é mais cômoda, pois, por pior que seja a pescaria, ao menos uma parte do capital constante e variável será reproduzido¹⁵³. Em outras palavras, o barco e a tripulação estarão aptos (armados) para outra viagem, uma vez que antes da distribuição do faturamento da pescaria, retira-se a despesa para a próxima viagem.

¹⁵² ZOETHEY *apud* DIEGUES, Antonio Carlos S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo; Ática, 1993. p.260.

O sistema de remuneração por parte, ao contrário do salário fixo, é “aquele que melhor responde às necessidades do capital num estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas, levando a uma intensificação e a um prolongamento da jornada de trabalho” ¹⁵⁴. Entretanto, a desproporcionalidade das partes como forma de pagamento da pesca embarcada itinerante, em Manaus, é elevado e injusto, mostrando o quanto os pescadores envolvidos nesse setor são explorados pelos proprietários dos barcos pesqueiro e pelos despachantes de pescado.

5.4. O aparecimento da malhadeira

Veríssimo (1970) não menciona no seu estudo do final do século XIX, a utilização da malhadeira pelos índios e camponeses-ribeirinhos na região. Bittencourt (1951) e Pinto (1956) não fazem referência a esse utensílio de pesca. Meschkat (1959), especialista da FAO-UNESCO em atividades haliêuticas, contratado pela SPEVEA para aperfeiçoar e desenvolver novas técnicas para a captura de peixes, principalmente as redes, observou o uso da malhadeira no final da década de 1950, por alguns camponeses-ribeirinhos. (Fig. nº. 49). Na várzea do município de Manacapuru, mais precisamente na Costa do Pesqueiro, uma das áreas da pesquisa, a rede malhadeira foi introduzida no início da década de 1960. O relato de um camponês-ribeirinho mostra, com detalhes, o momento em que apareceu a malhadeira nessa localidade:

Estava lá na ilha do Marrecão quando foi um dia o Sebastião foi pescar com um cara de lá, aí esse cara disse “rapaz, tu já viu esse material de pesca?”, aí o Sebastião ficou olhando, disse “não”. “Mostra aí pra mim como é que é”, aí ele suspendeu assim, aí o Sebastião ficou assim, aí ele botou aquilo no juízo né. Aí, quando nós viemos embora de lá ele comprou 1 quilo de fio e teceu uma logo. Mas ninguém sabia como era, fomos botar lá no lago Preto aí pronto, desde aquele tempo nós ficamos até hoje, quem começou aqui foi nós dois. Aqui nessa Costa, não tinha ninguém que sabia de nada. Naquela época era só caniço, tarrafa, espinhel, arpão. Na primeira vez que ele teceu a gente só enfiava na parte de cima da malhadeira, onde dá sustentação. Na primeira pescaria com a malhadeira, a gente fazia de punho fraco

¹⁵³ DIEGUES, op. cit.: p.265.

¹⁵⁴ BIDET *apud* DIEGUES, op. cit.: 261.

não é como agora que é só nylon, quando pegava o peixe arrebentava tudo e lá ia aremendar de novo. Depois aprendemos a dar o nó como é agora. Nós mesmo tecia, porque a gente trabalhava com fio, nós tinha rede, nós trabalhava em pesca desde rapaizinho novo, a gente já era casado nessa época. (Senhor Milton Ferreira, 74 anos, camponês-ribeirinho).

Fig. nº. 49 – Malhadeira

Fonte: Meschkat, 1958.

O aparecimento e a rápida proliferação da malhadeira na Amazônia, segundo os moradores, foi um fator determinante para a diminuição dos recursos pesqueiros disponíveis nos diferentes ambientes aquáticos. O uso desse utensílio possibilitou, aos camponeses-ribeirinhos, uma maior poder de captura, principalmente no ambiente lago, do que outros instrumentos utilizados até então. A facilidade de seu uso, inclusive em áreas de igapó, onde os peixes se refugiavam da captura, aliada a um aumento da demanda por peixe nas cidades amazônicas, impulsionou sobremaneira a pesca, sobretudo aquela realizada nos lagos. Esse novo instrumento foi adotado tanto nas pescarias executadas pelos barcos pesqueiros como por muitos camponeses-ribeirinhos. O resultado tem sido uma redução acentuada dos estoques pesqueiros, sobretudo nos lagos de várzea. E importante ressaltar que desde a introdução da malhadeira, no início da década de 1960, os camponeses-ribeirinhos na várzea de Manacapuru já reclamavam da

intensidade da captura desse novo utensílio de pesca, como comprova o depoimento a seguir:

Naquele tempo nos colocava a malhadeira aqui no lago Preto, pegava peixe e ia vender em Manacapuru. A gente pegava mais do que o pessoal, por que o pessoal ia pegar de anzol, tarrafa, quando a gente ia a porrada era segura. A gente ia vender e ficava tudo com inveja. Aí quando foi um dia eles deram parte lá na polícia pra pegar nós lá. Era eu e o João Silva, meu compadre. Quando nós chegamos lá em Manacapuru, vendemos e voltamos logo, quando a gente ia saindo o guarda foi até na beira, mas não pegou nós. Quem denunciou foi o pessoal daqui mesmo, que hoje em dia são os principais. (Senhor Milton Ferreira, 74 anos, camponês-ribeirinho).

Como se pode observar, o camponês-ribeirinho, na sua fala, menciona que os moradores fizeram denúncias junto à delegacia de polícia pelo uso desse apetrecho de pesca com alta capacidade de captura, pois naquele momento o poder público não dispunha de nenhum órgão responsável pela preservação do meio ambiente. Outras denúncias foram feitas para o delegado na cidade de Manacapuru, visando à proibição da pesca com a utilização da rede malhadeira nos lagos de várzea. Para os denunciantes, era necessário tomar providências urgentes, pois, segundo eles, os camponeses-ribeirinhos que adotaram esse novo instrumento estavam provocando uma destruição, sem precedentes, no estoque de peixes nos lagos.

O Januário, o Papai e o finado Chico Aguiar foram pra lá, pegaram uma malhadeira velha e levaram pra mostrar lá pra eles, porque estavam dizendo que era uma coisa que ia acabar com o peixe, pegaram uma malhadeira velha do Januário e levaram pra mostrar lá pro delegado. Aí chegaram lá, ele perguntou como é essa pescaria, até o delegado não sabia, como é isso dizem que vocês estão acabando lá com os peixes. Aí o Januário puxou e disse: olha lá essa rede como é aqui, o delegado ficou espiando e disse: isso aqui não pode acabar nada, entra aqui quem passar e aquele que não passar não entra nada e se botar numa parte que não tem nada não pega nada como o delegado disse, esse tipo que vai acabar o peixe como estão dizendo que está arrasando. (Senhor Milton Ferreira, 74 anos, camponês-ribeirinho).

Nota-se no relato que o delegado por não ter uma compreensão clara da capacidade de pegar peixes com esse utensílio, nada fez para impedir esse tipo de pescaria nos lagos. Assim, cada vez mais, essa rede de emalhar passou a ser adotada pelos camponeses-ribeirinhos nas suas pescarias. Na realidade, a introdução da malhadeira despertou entre os camponeses-ribeirinhos repugnância e curiosidade. Aquela foi manifestada porque esse novo instrumento, como já visto, possui um elevado poder de captura. Tão logo foi introduzido, os moradores perceberam a diminuição na quantidade de peixes disponíveis nos lagos, principalmente as espécies tambaqui e pirarucu. O segundo se manifesta no interesse em querer aprender a confeccionar esse novo aparelho e, certamente, a usá-lo, como ilustra o relato a seguir:

Todo mundo vinha espiar nas nossas, porque quem sabia fazer bem mesmo era nós, porque foi nós que começamos. Todo mundo veio aprender a fazer pronto até hoje nunca mais esqueceram, além de que muitos roubaram da gente¹⁵⁵ e aprenderam a fazer e começaram a pescar aí dentro do lago nunca mais pararam, tem deles que só vivem disso, da pesca, não trabalha, não faz mais nada, tem gente que não tem nenhuma roça não tem mais nada só que viver daquilo, da pesca. (Senhor Milton Ferreira, 74 anos, camponês-ribeirinho).

A difusão da malhadeira nas duas décadas seguintes a sua introdução, na Amazônia, foi impressionante. (Fig. nº. 50). Esse instrumento passou a ser utilizado na pesca profissional embarcada, voltada exclusivamente para a comercialização nos principais centros urbanos da região, como para a pesca executada pelos camponeses-ribeirinhos, esta destinada ao autoconsumo e/ou a comercialização. Petrere (1978) ao estudar a pesca comercial, executada pelos barcos pesqueiros e tendo por ponto básico de apoio para suas operações a cidade de Manaus, identificou a intensa utilização desse utensílio na década de 1970¹⁵⁶. Smith (1979), no trabalho realizado no município de Itacoatiara, no rio

¹⁵⁵ Segundo a fala do camponês-ribeirinho abaixo foi a partir do surgimento da malhadeira que começou a aparecer casos de furto na Costa do Pesqueiro: “Aí as pessoas foram vendo como faziam as malhadeiras, aí foi que começou ladrão aqui nessa Costa. Deus o livre, durante eu ter malhadeira eu fiz as contas, sabe quantas malhadeiras roubaram de mim? 58 malhadeiras, depois eu perdi as contas, eles achavam a modo difícil fazer uma e quando encontravam dando sopa levavam. Eu sofri muito”. (Senhor Milton Ferreira, 74 anos, camponês-ribeirinho).

¹⁵⁶ PETRERE Jr., M. “Peca e esforço de pesca no Estado do Amazonas. II. Icais aparelhos de captura e estatísticas de desembarque”. In: **Acta Amazônica**, ano VII, nº. 3, Manaus, INPA, 1978.

Amazonas, também, observou o intenso uso da rede malhadeira entre os camponeses-ribeirinhos no final daquela década¹⁵⁷.

Fig. nº. 50 - Camponês-ribeirinho botando malhadeiras nas margens do Lago Preto. Em 12 de março de 2005, estando as águas a 24,60 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

5.5. Os lagos de várzea: águas de uso comum

Os camponeses-ribeirinhos possuíam, até aproximadamente meados da década de 1960, um relativo controle dos lagos, sobretudo os lagos de várzea, que tradicionalmente lhe pertenciam. O uso desse espaço aquático se restringia basicamente aos moradores de suas proximidades. Esses lagos foram e continuam sendo fundamentais, pois é desse ambiente que os camponeses-ribeirinhos têm retirado parte significativa de sua existência por meio da pesca. A maioria deles tinha na agricultura sua atividade principal. Entretanto, durante a folga do roçado ou parte da noite, se dedicavam à atividade pesqueira, a qual estava voltada principalmente para o consumo da família. É freqüente na várzea de Manacapuru, por exemplo, os camponeses-ribeirinhos fazerem referência a um

¹⁵⁷ SMITH, Nigel J. H. *A pesca no rio Amazonas*. Manaus: CNPQ/INPA, 1979.

período anterior que vai até meados de 1960, tempo antigo, da existência de uma extraordinária quantidade de peixes disponíveis, tanto no ambiente lago como no rio principal. Para eles, era tempo de fartura, pois não precisavam de muito esforço, cerca de uma ou duas horas, no máximo, para capturar as espécies desejadas, particularmente as espécies de escamas.

A pesca até essa década era executada por meio do uso de instrumentos com baixo poder de depredação e já tradicionalmente utilizado pelos moradores da várzea, como o caniço, a tarrafa, o espinhel, o arpão, a zagaia, o arco e flecha etc. Os camponeses-ribeirinhos na várzea de Manacapuru protegiam com rigor suas territorialidades de pesca, raramente permitindo pessoas estranhas pescarem nos lagos no fundo das suas propriedades. No período das poveras, por exemplo, a pesca foi executada somente no rio principal, como o rio Solimões, onde essas canoas de pesca costumavam freqüentar. Portanto, essa pescaria se restringia ao rio, não se pescava nos lagos, como mostra esse depoimento:

Não, o pessoal antigamente, no tempo dos portugueses, fazia maior requisição para não deixar pescar no lago desse, de jeito nenhum. Os portugueses fazia a pesca só aqui no rio. A pesca era na beira do rio, naquele tempo daquelas canoas não pescavam em lago, o peixe tudo era do beiradão, só do beiradão do rio. Toda pescaria dos portugueses nesse tempo era no rio. Sabe o que eles comprava aqui muito? No tempo duma friagem boiava muita pescada nos lagos, eu e o Milton ainda vendemos, enchia a canoa de pescada e os portugueses comprava mesmo, a gente não pegava a metade. Os portugueses não usava os lagos, mas o morador já usava o lago, mais pro consumo. A pesca no rio era só no tempo da piracema nós pegava de tarrafa, aí a nossa pescaria mais era no lago. (Senhor Ivo, 73 anos, camponês-ribeirinho).

Com a introdução e a expansão da frota pesqueira embarcada itinerante, principalmente a partir da década de 1960, quando houve um aumento significativo da demanda urbana por peixe nas principais cidades amazônicas, assim como da utilização de instrumentos mais resistentes e com maior poder de captura, foram fatores determinantes para a redução dos estoques de peixes na região. Essa frota esteve sempre direcionada para a captura das espécies mais consumidas e de maior valor comercial. A preferência evidentemente é pelos peixes de escamas, os mais aceitos no mercado interno, e pelo ambiente lago,

principalmente os lagos de várzea, os quais a partir desse período, passaram a ser bastante freqüentados pelos pescadores profissionais embarcados.

Como o objetivo da pesca embarcada itinerante é o maior lucro possível, esses pescadores, no afã de aumentarem a produção visando a atender a crescente demanda urbana por peixe, têm invadido os lagos e praticado a pesca predatória com uso de utensílios que depredam os recursos pesqueiros lagunares: redes de arrasto, explosivos, malhadeiras etc. Além disso, ocorreu e ainda ocorre muito desperdício de pescado, por exemplo, barcos pesqueiros carregados com peixe de preço inferior, como o jaraqui, a braquinha, o pacu, são jogados na água (rio, lago, paraná, igarapé etc) assim que há possibilidade da captura de espécies mais valorizadas comercialmente, como o tambaqui, a matrinhã, etc.

Em 1981, no segundo domingo de setembro, de manhã, passaram milhares de peixes mortos (pacus) boiando no Paraná de Itapiranga. Haviam sido jogado na água por um barco pesqueiro, uns dois quilômetros Paraná acima, para desocupar as caixas frigoríficas e colocar nelas outros cardumes de peixes mais rentáveis economicamente¹⁵⁸.

Por outro lado, muitos camponeses-ribeirinhos, por causa da crise das atividades agrícolas, sobretudo a partir da década de 1970, ocasionado por fatores de ordem natural e econômica se lançaram na pesca comercial. O resultado de tudo isso tem sido uma diminuição acentuada dos recursos pesqueiros, particularmente os existentes nos lagos de várzea, ocasionando uma escassez de peixe na região. Os camponeses-ribeirinhos, por sua vez, começaram a enfrentar dificuldades para capturar peixes para sua alimentação, pois passaram a permanecer mais tempo nessa atividade, prejudicando o trabalho no roçado.

À medida que o peixe se transforma numa mercadoria, a percepção dos recursos se modifica. Instala-se o comportamento de rapina, os recursos são vistos como limitados, e o sucesso da pescaria depende da pesca com que se processa a captura. Impossibilitados de proteger suas áreas tradicionais de pesca, já invadidos, os pescadores locais lançar-se-ão também na pesca predatória¹⁵⁹.

¹⁵⁸ SPÍNOLA, Henriqueta Barbosa. **O ribeirinho: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997, p.96.

¹⁵⁹ DIEGUES, Antônio Carlos, op. cit., p. 102.

Os diferentes interesses em jogo entre os pescadores profissionais embarcados, camponeses-ribeirinhos que se lançaram na pesca comercial de um lado, camponeses-ribeirinhos que não concordavam com a invasão dos seus territórios pesqueiros de outro, ocasionaram o aparecimento de conflitos pela apropriação e uso dos recursos aquáticos na Amazônia. Um exemplo marcante desse conflito foi o que ocorreu no Lago Januacá, localizado entre os municípios de Manaquiri e Careiro-Castanho, no estado do Amazonas, em 1973, no qual houve mortes tanto pelo lado dos camponeses-ribeirinhos como da parte dos pescadores embarcados. Esse episódio ficou conhecido na região como “guerra do Peixe”.

Começaram as brigas e infelizmente estas divergências resultaram, em dezembro de 1973, na morte de 3 pessoas em ambas as partes no Lago Januacá, a cerca de 80 km de Manaus. A polícia teve que interferir para dar fim ao conflito que foi publicado nos jornais como guerra do peixe¹⁶⁰.

Batista et. al. aponta que esse conflito registrado no Lago Januacá, “tornou-se um fenômeno generalizado, visto o enorme conjunto de litígios pelo uso dos recursos pesqueiros que ocorreram na região central da Amazônia brasileira desde então”¹⁶¹. No final da década de 1970 e início da década de 1980, o conflito pelo uso dos espaços aquáticos, no estado do Amazonas, começa a ganhar maior visibilidade, pois naquele momento era notória a acentuada redução dos recursos pesqueiros¹⁶². Segundo Souza (2000), as primeiras “queixas” e reivindicações dos camponeses-ribeirinhos foram manifestadas no interior das dioceses e prelazias daquela unidade da federação.

Para Spindola (1977), o movimento de defesa do peixe, surgiu a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹⁶³, na prelazias e dioceses do estado do Amazonas. A prelazia de Itacoatiara, por exemplo, organizou, em 1981, a primeira

¹⁶⁰ JUNK, Wolfgang J., op. cit., p. 78.

¹⁶¹ BATISTA, Vandick et. al., op. cit., p.98.

¹⁶² Souza, p.43

¹⁶³ “... as Comunidades Eclesiais de Base são grupos de famílias que moram perto, se reúnem para ler a Bíblia, fazer reflexões sociais sobre a realidade religiosa e social. A ligação fé-vida se concretiza na luta contra as injustiças iníquas. A fé, muito importante para essas pessoas e que impulsiona sua participação na defesa do peixe”. (Spindola, 1977, p. 53).

assembléia do povo¹⁶⁴ na cidade de Silves que resultou na elaboração de um documento final, denominado de Documento de Silves. Neste, já aparece, além de outras questões de interesses das comunidades, a necessidade de proteger os lagos da invasão dos barcos pesqueiros, bem como de organizar um movimento em defesa do peixe. Em outras prelazias, como a de Tefé, Coari e Parintins, a questão da preservação dos lagos e da defesa do peixe já era tema de discussão nesse momento. Portanto, a questão da escassez do peixe não poderia mais ser considerada, no estado do Amazonas, como um problema localizado. É preciso, portanto, organizar um movimento mais amplo que possa sensibilizar a sociedade em geral e principalmente o poder público, este ultimo completamente ausente na gestão dos recursos pesqueiros na região. Aliás, a ausência de uma política pesqueira abrangente para esse setor tem favorecido o crescimento dos conflitos nos diferentes espaços aquáticos amazônicos nas ultimas décadas.

Dessa forma, a igreja católica por meio da CPT (Comissão Pastoral da Terra) – Região Norte I, começa a atuar como mediadora das reivindicações dos camponeses-ribeirinhos para a preservação dos lagos e da defesa do peixe. Para tanto, propõe realizar um encontro estadual para discutir amplamente esse tema. Assim, em 1983, foi organizado na cidade de Tefé, no estado do Amazonas, o 1º. Encontro de Ribeirinhos, denominado Encontro sobre a Pastoral da Pesca. Participaram desse evento as prelazias de Coari, Itacoatiara e Tefé. Este encontro contou com a assessoria da Comissão Nacional da Pastoral do Pescador (CPP-Nacional). Nele foram tratadas as reivindicações dos camponeses-ribeirinhos com relação à depredação dos recursos pesqueiros, principalmente os disponíveis nos lagos, sobretudo os de várzea.

Entretanto, os membros da CPT – Norte I, cedo perceberam que a questão a ser tratada era completamente diferente do que estava acontecendo em outras regiões do Brasil, inclusive em outras áreas da Amazônia. A criação da CPT, em 1975, foi justamente servir de apoio aos posseiros envolvidos em conflitos pela terra, seja prestando assessoria, seja atendendo as reivindicações dos mesmos.

¹⁶⁴ “Na assembléia do povo, o povo das CEBs através de seus representantes se reúne a cada dois anos, atualmente a cada três, na sede de um dos municípios da prelazia, com o bispo, os agentes pastorais, para rezar, conviver, conhecer os problemas que afligem o povo e buscar solução” Cipó *apud* Spindola, 1977, p.51). Portanto, nos anos subseqüentes, outras assembléias foram realizadas nos diferentes municípios da prelazia, nas quais a preservação dos lagos e a defesa do peixe têm sido temas recorrentes, seja direta ou indiretamente.

Naquele momento, a CPT [Norte I] constata que se tratava de uma questão completamente diferente do que vinha ocorrendo no restante do Brasil. Em todo o país e até mesmo em algumas partes da região norte (Pará, Maranhão, Mato Grosso, Acre, etc), enquanto ela se preocupava em apoiar e organizar trabalhadores rurais, posseiros, meeiros e seringueiros que desejavam lutar pela posse da terra, no Amazonas, o que estava em jogo era a questão da apropriação e uso de recursos aquáticos¹⁶⁵.

O depoimento, a seguir, do padre Dionísio Kuduavick, um dos líderes desse movimento, mostra o quanto a questão agrária no estado do Amazonas é específica:

Tanto que o Amazonas é uma realidade completamente diferente do que o resto do Brasil. A população é anfíbia – depende da água e depende da terra. Então, diante disso, a igreja começa a se preocupar com isso, e não tendo muito claro, inclusive, de como este trabalho em frente. Foi a partir de 1983 que começa a entrar nos programas da CPT a questão da preservação, principalmente da pesca¹⁶⁶.

Mauro Leonel (1998), na sua pesquisa desenvolvida na Amazônia, também constatou a especificidade da questão agrária no estado do Amazonas:

No estado do Amazonas os conflitos da pesca seriam mais importantes até do que os fundiários – aliás, ambos se confundem. Este é o ponto de vista, por exemplo, da secretaria regional da CPT do estado, irmã Alzira Fritzen. Segundo ela, o centro do conflito dá-se pela posse e uso dos lagos e rios da região¹⁶⁷.

Dois outros encontros foram realizados: um em 1985, na cidade de Itacoatiara, e outro em 1986, na cidade de Coari, fechando, assim, o que ficou conhecido como primeira fase do movimento em defesa da escassez do peixe no estado do Amazonas. Em síntese, os objetivos desses três primeiros encontros foram a troca de experiências e o esclarecimento dos motivos dos conflitos entre os pescadores profissionais embarcados e os camponeses-ribeirinhos¹⁶⁸.

¹⁶⁵ SOUZA, Luiz Antônio N., op. cit. p. 44.

¹⁶⁶ Comissão Pastoral da Terra –CPT. **Conflitos no campo – Brasil**. Manaus: Mimeo, 1992. p. 12.

¹⁶⁷ LEONEL, Mauro. **Morte Social dos rios**. São Paulo: Perspectiva, 1998. p. 74.

¹⁶⁸ BERNARDO, Rosiemrre da Silva. **Ribeirinhos e o movimento de preservação dos lagos**. Trabalho de conclusão de curso. Manaus: 1996. p.43.

A CPT inicia os encontros para buscar esclarecer as raízes dos conflitos, identificar os verdadeiros inimigos de pescadores e ribeirinhos; ver formas de organização e luta a nível de base; defender as fontes de alimento e a vida: o lago, o rio, a terra, o peixe e a floresta¹⁶⁹.

Durante a realização do 3º. Encontro, em 1986, o irmão Falco Michelis, apresentou a proposta, trazida pela prelazia de Tefé, de preservação dos lagos. Tal proposta foi gestada entre os próprios camponeses-ribeirinhos daquela prelazia, apresentando o manejo de três tipos de lagos: lago de procriação, santuário ou sagrado; lago de manutenção, subsistência ou consumo e lagos livres. O primeiro é vedado para a procriação sendo totalmente reservado para a reprodução do pescado, ou seja, é fechado por tempo indeterminado para qualquer tipo de pescaria, tanto para autoconsumo como para a comercialização. A proposta é reservar esse tipo de lago que representa apenas 5% do total dos lagos perenes no estado do Amazonas, como criador natural.

O segundo é o lago de uso restrito, representando cerca de 15% do total dos lagos perenes. É aquele destinado ao uso exclusivo dos camponeses-ribeirinhos por meio da pesca para autoconsumo. Nele, a pesca com fim comercial é completamente proibida, inclusive a praticada pelos camponeses-ribeirinhos que moram ao seu redor.

Por último, o lago de livre acesso, no qual a atividade pesqueira é totalmente aberta, tanto a pesca para autoconsumo como a comercial. Esse tipo de lago representa aproximadamente 80% dos lagos perenes do estado do Amazonas.

Outros encontros foram realizados nos anos subseqüentes, uma média de um por ano; em todos eles, a questão central de discussão continuava sendo a defesa do peixe e a preservação dos espaços aquáticos. No quinto encontro, realizado na cidade de Manaus, em 1988, a prelazia de Tefé, mais uma vez, após várias reuniões, apresentou por intermédio do irmão Falco a proposta de uma política de pesca. Tal política foi considerada um grande avanço para o movimento, pois ficou definido que cada comunidade, dependendo do interesse, podia organizar o seu comitê de pesca; ficou estabelecido também que dentre os vários representantes dos Comitês de um município seria eleita uma comissão

¹⁶⁹ Assessor da CPT Paulo Maldos, 1990.

municipal; das várias comissões municipais escolhem-se uma comissão regional e, por fim, as diversas comissões regionais estariam ligadas ao Ministério da Agricultura¹⁷⁰.

No sexto encontro realizado, em Manaus, em 1989, a proposta de organização dos comitês de pesca foi retomada e aprofundada. Ficou definido que somente ribeirinhos-agricultores poderiam participar dos comitês. Na abertura do oitavo encontro, em 1991, na cidade de Manaus, o coordenador da CPT – Norte I, padre Dionísio afirma que o objetivo do encontro é “unir nossas forças na luta de preservação de lagos e rios, trocar experiências entre nós e tirar propostas para o fortalecimento de nossa caminhada”. Os camponeses-ribeirinhos das diferentes prelazias relatam que continuam lutando contra as invasões e estrago do peixe. Na prelazia de Tefé, por exemplo, criaram-se comitês de pesca; vigilância constante em algumas comunidades para preservar os lagos; implementação da lei orgânica do município sobre demarcação de lago de procriação. Na prelazia de Itacoatiara, tem-se lutado para impedir a invasão de barcos pesqueiros, especialmente no verão, durante o período das águas baixas; recomendações para demarcar e estabelecer junto às comunidades e órgãos públicos lagos de consumo e lagos criadores; regulamentação de leis complementares que atendam à preservação.

Como se pode observar, a luta em defesa da invasão dos espaços aquáticos amazônicos continua firme entre os camponeses-ribeirinhos, apesar das inúmeras dificuldades apresentadas durante a realização do encontro: falta de apoio das autoridades competentes; falta de conscientização da comunidade, que muitas das vezes, permitem a invasão dos barcos pesqueiros aos lagos. Por outro lado, inúmeras vitórias já foram conquistadas e relatadas pelos representantes das prelazias, dentre as quais podemos destacar: defesa e demarcação de lagos; conseguiu-se que portarias fossem baixadas pelo Ibama para a preservação dos lagos; conseguiu-se que a preservação dos lagos fosse incluída em algumas leis orgânicas municipais.

O nono encontro, denominado de Assembleia Regional dos Ribeirinhos, realizado em Manaus, em 1992, teve os seguintes objetivos avaliar os avanços, os recuos e as dificuldades do movimento; divulgar as propostas e lutas na

¹⁷⁰ SPÍNOLA, Henriqueta Barbosa, op. cit., p. 64.

preservação dos lagos. (Fig. nº. 51). Os avanços foram muitos: na prelazia de Itacoatiara mais de 50 lagos de procriação e manutenção são protegidos; na prelazia de Tefé, já são 22 lagos preservados; no município de Beruri as comunidades criaram 26 áreas de preservação; em Coari são nove lagos de manutenção preservados por acordos de leis e 15 lagos preservados por conta própria, envolvendo 50 comunidades etc.

Apesar desses avanços, o movimento tem encontrado muitas dificuldades, pois os conflitos continuavam ocorrendo em diversas prelazias e diocese: na prelazia de Parintins os lagos preservados são os mais perseguidos pelos barcos de pesca; na prelazia de Itacoatiara são vários problemas enfrentados com os grande barcos pesqueiros, pequenos pescadores, falta de compreensão dos próprios comunitários etc.

Ainda nesse encontro foi aprovada, após lida e discutida, a Carta dos Ribeirinhos do Amazonas. Em seguida, foi assinada por todos os participantes do evento e enviada para a Conferência Mundial sobre Meio ambiente, que seria realizada no Rio de Janeiro no período de 31 de maio a 12 de junho de 1992. Na carta constam: um pequeno histórico do movimento, o significado de desenvolvimento sustentável para os ribeirinhos nas condições do interior amazônico e a proposta de preservação dos lagos, surgida entre os ribeirinhos, que estabelece o manejo de três tipos de lagos: lagos de procriação, manutenção e livres.

No ano seguinte, foi realizado, em Manaus, o décimo encontro – denominado de Encontro Regional dos Ribeirinhos em Busca da Reforma Aquática. Como de praxe, os assuntos debatidos foram organização, avanços, desafios e dificuldades do movimento de preservação dos lagos e defesa do peixe. Durante o encontro, um assessor fez uma ampla exposição sobre a classificação de terras e água, visando subsidiar uma possível reforma aquática. Uma mesa-redonda foi organizada exclusivamente para debater sobre a reforma aquática. Em seguida, foram organizados grupos para discutir esse novo tema. Ao final, foram apresentadas as seguintes propostas: 1) A reforma aquática não é uma revolução, porém está diretamente ligada à reforma social: educação, saúde, garantia de produção e comercialização, moradia adequada, abertura e conservação de estradas e saneamento básico; 2) A reforma aquática deve estar

Outros encontros foram realizados no decorrer da década de 1990 e no início do século atual, na quais as questões principais tratadas continuaram sendo a preservação dos lagos e a defesa do peixe no estado do Amazonas. Esse movimento possibilitou uma nova consciência na proteção dos recursos pesqueiros na várzea amazônica, pois em várias localidades os camponeses-ribeirinhos têm proibido a entrada de barcos de pesca em direção aos lagos. Isso tem gerado uma série de protestos pelos armadores de pesca e despachantes que alegam a falta de condições para continuar atuando nesse setor. Muitos, inclusive, afirmam que são os atuais “sem água” na Amazônia.

E importante considerar que a proposta de preservação dos lagos surgida no interior do movimento dos ribeirinhos foi implementada no manejo dos lagos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, em Tefé-AM, e o resultado dessa experiência tem sido promissor.

5.6. A pesca dos camponeses-ribeirinhos x a pesca dos pescadores profissionais embarcados

Embora este capítulo tenha por preocupação compreender as diferentes formas de utilização dos recursos haliêuticos pelos camponeses-ribeirinhos na várzea e terra firme do município de Manacapuru-AM, é fundamental, nesta seção, fazer a distinção entre a pesca executada pelos camponeses-ribeirinhos e a pesca executada pelos pescadores profissionais embarcados. Para tanto, tomar-se-á como referencial teórico o conceito de *terroir* aquático e o conceito de itinerário de pesca desenvolvido por Cormier-Salem em 1995¹⁷¹. O primeiro se refere à porção de água apropriada pelos camponeses-ribeirinhos na Amazônia. Essa apropriação se dá de duas formas: uso comum para a pesca executada no baixo rio Solimões e nos lagos de várzea, localizado por detrás da restinga frontal; a apropriação e uso individual/familiar para a pesca efetuada nos rios e lagos de terra firme. O segundo diz respeito a um território não apropriado, de acesso livre e fundado na mobilidade dos barcos de pesca em conquistar novos espaços aquáticos.

Assim, o *terroir* aquático dos camponeses-ribeirinhos apresenta como característica básica os seguintes pontos: o território tende a ser contínuo, contíguo, tendo tamanho limitado e fronteiras fixas, determinadas; os limites tendem a ser impermeáveis; apresenta recursos concentrados, sedentários, previsíveis, valor forte por unidade de superfície; a apropriação ocorre por meio da parcelarização, gradação da apropriação privada até a apropriação comum; a estratégia é intensiva, com conservação.

Por outro lado, o território de pesca dos profissionais ligados aos barcos de pesca é não apropriado, é descontínuo com característica reticular, ou seja, não existe, como na pesca dos camponeses-ribeirinhos um território delimitado, na qual se exerce a atividade pesqueira. Os pescadores profissionais embarcados estão sempre em busca de novas áreas que possibilitem uma boa pescaria. Quando uma área de pesca, como lago, paraná, furo ou rio, apresenta sinal de esgotamento dos recursos pesqueiros esses pescadores profissionais embarcados tendem a migrar para outras áreas. Esses pescadores são por natureza migrantes, portanto seu território de pesca não apresenta característica

de contigüidade geográfica é instável, móvel, não cessa de se estender. Daí não haver por parte desses pescadores profissionais preocupações em proteger essas áreas da invasão de agentes externos, ou seja, outros pescadores embarcados; portanto, a lógica nessas pescarias é de quem chegar primeiro, porque geralmente eles partem do pressuposto de que as águas são de acesso livre, sem dono.

Mauro Leonel (1998) estabelece a diferença entre o pescador ribeirinho, também denominado de beiradeiro, do pescador artesanal especializado (pescador embarcado). Assim, para ele:

O beiradeiro ou ribeirinho é rural, sua moradia são as vilas e colocações nas margens dos rios, seu acesso à renda monetária ao mercado é menor do que o pescador especializado. O ser ribeirinho é um modo de vida do interior amazônico. O grau de dependência da produção para autoconsumo ou para o mercado, a diversidade de alternativas combinadas, as condições de ligação ao tradicional ou ao urbano são as esferas que separam e diferenciam o ribeirinho do especializado. (...). Poucos são os ribeirinhos que se dedicam exclusivamente à pesca. Parte deles é levada à especialização por solicitação de um mercado local em expansão, mas a maioria pratica a agricultura e o extrativismo, combinados com os períodos de baixa captura¹⁷².

Ao se referir sobre o pescador profissional embarcado, enfatiza:

O que diferencia do ribeirinho é dispor de um barco a motor de maior porte. A maior diferença é sua condição de morador da periferia de um centro urbano médio ou grande, e não contar com outras alternativas senão trabalhos eventuais como diaristas nas cidades. Abandonaram a prática da combinação de atividades extrativistas ou agrícolas e, ao contrário do ribeirinho, já não contam com atividades de sobrevivência¹⁷³.

¹⁷¹ CORMIER-SALEM, M.C. "Paysans-pêcheurs du terroir e marins-pêcheurs du parcours. Les géographes et l'espace aquatique". **L'espace Géographique**, 1995, n°. 01, 46-59.

¹⁷² LEONEL, Mauro, op. cit., p. 27-28.

¹⁷³ Idem, p.31.

5.7. O rio Solimões: águas de acesso livre e de uso comum

A utilização dos recursos haliêuticos do rio Solimões por parte dos camponeses-ribeirinhos até algumas décadas atrás se restringia apenas a alguns eventuais usos, principalmente durante o período da piracema quando então da beira do barranco ou em canoas movidas a remo lançava-se a tarrafa no rio em busca da captura de algumas espécies de peixe para sua alimentação como o jaraqui, o pacu, a sardinha. Tradicionalmente os camponeses-ribeirinhos da várzea de Manacapuru tem utilizado mais o ambiente lago do que o ambiente rio. Isso é explicado pelo fato do peixe do lago ser considerado mais saboroso, principalmente algumas espécies de escamas que somente são encontrados nesse ambiente, como é o caso, por exemplo, do tucunaré, do acarauaçu, dentre outros. Além disso, pode-se acrescentar que as inúmeras espécies de bagres encontradas no rio, principalmente durante o período de águas baixas (agosto – dezembro), não eram apreciadas pelos camponeses-ribeirinhos. São os chamados “peixes lisos” como a dourada, o surubim, o caparari, entre outros, todos considerados peixes de fundo. Havia e ainda há tabus em não consumir essas espécies, pois se considera que sua ingestão ocasiona o aparecimento da hanseníase. Além disso, essas espécies eram pouco procuradas no mercado local, não tendo, portanto, valor comercial. Desse modo, o rio principal foi quase sempre pouco utilizado para a atividade pesqueira pelos moradores na várzea amazônica e se dava de forma completamente livre, sem restrição nenhuma. Qualquer camponês-ribeirinho em qualquer hora e lugar podia utilizar seus utensílios para a atividade da pesca.

A partir do final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, essa forma de pesca no rio sofreu profundas alterações. Tem-se, portanto, a partir desse momento, a expansão do capital na pesca na várzea de Manacapuru por meio das instalações dos frigoríficos na sede do município. Este fato é marcante em várias localidades, principalmente naquelas mais próximas à sede como, por exemplo, a Costa do Pesqueiro, analisada nesta pesquisa.

Na verdade, esses capitalistas da pesca se instalaram também em outros municípios, inclusive em Manaus. A lógica dessas empresas foi não investir capital no processo produtivo, ou seja, na captura do pescado. Essa tarefa ficou

reservada para os camponeses-ribeirinhos e/ou para os pescadores profissionais embarcados, pois para esses capitalistas não importam quais são as formas de pescar, mas sim o fato de o peixe apresentar boa qualidade e ter valor comercial. Com isso, esses capitalistas não investiram na armação dos barcos de pesca¹⁷⁴ e/ou canoas motorizadas, tampouco na contratação de mão-de-obra assalariada¹⁷⁵, economizando uma parte significativa do seu capital. Além disso, eles recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses-ribeirinhos, ou seja, o pescado capturado. Este é convertido em mercadoria, que, ao ser vendido, é transformado em dinheiro.

Existe, portanto, um processo de monopolização do território pelo capital monopolista na várzea de Manacapuru, pois sua lógica é a permanência dos camponeses-ribeirinhos, os quais agora têm como objetivo produzir pescado para esses capitalistas. O que ocorre, nesse processo, é a subordinação e apropriação da renda da terra dos camponeses-ribeirinhos, que é transformada em capital: “O que o processo revela, portanto, é que estamos diante do processo de produção do capital, que nunca é produzido por relações especificamente capitalista”¹⁷⁶. Daí, o não desaparecimento dos camponeses-ribeirinhos na várzea de Manacapuru, pois os mesmos são imprescindíveis para essas empresas de pesca. O que se observa, portanto, é uma recriação/redefinição das relações de produção camponesa nesse lugar da Amazônia.

Smith (1979) menciona que a pesca dos peixes lisos, executada pelos camponeses-ribeirinhos, se deu com mais intensidade a partir de 1977, quando os frigoríficos começaram a se instalar no estado do Amazonas:

Com a abertura da Amazônia brasileira através de 15.000 km de estradas pioneiras, os bagres tornaram-se alvo de inúmeras pescarias na região, para suprir os mercados do sul. Há uma década, verifica-se, em Belém, a expansão para os Estados Unidos de filé de bagres congelados, sobretudo de piramutaba. Entretanto, os estoques dos grandes bagres

¹⁷⁴ Se as empresas de pesca (frigoríficos) tivessem que assumir a armação dos barcos para a atividade pesqueira, certamente teriam que imobilizar uma parte significativa do seu capital, pois a armação de um barco pesqueiro de porte médio representa um custo elevado para seu proprietário.

¹⁷⁵ O pagamento de salários, aos pescadores contratados para as viagens de pesca, certamente também representaria um custo significativo para as empresas de pesca (frigoríficos). Além do que essas empresas poderiam ter problemas no volume da produção, uma vez que esses pescadores, sendo pagos por salários, poderiam não se empenhar no processo de captura, diminuindo a quantidade de peixes capturados. A forma de pagamento na pesca embarcada é realizada pelo sistema de partes, o qual está condicionado a quantidade de peixes capturados, como já visto.

¹⁷⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, op. cit. 2002, p. 106.

em outras partes da Amazônia só recentemente têm sido mais explorados. O frigorífico Brasília envia seus peixes congelados em caminhões com refrigerador, na balsa à Belém, de onde se segue de rodovias para Brasília, sendo o produto vendido nos supermercados da capital. O preço do produto nestes supermercados é cerca de dez vezes superior ao pago ao pescador. O frigorífico Alcântara vende seus produtos congelados para Manaus e para o sul do país¹⁷⁷.

Parente et. al. (2005) afirma que os números de frigoríficos instalados e a capacidade de armazenamento aumentaram significativamente no estado do Amazonas a partir da implantação da Zona Franca de Manaus, devido aos incentivos fiscais concedidos para essas empresas de pesca investirem na região.

...muitos frigoríficos implantados no estado com o objetivo de atender aos mercados nacional e internacional não se mantiveram. Atualmente, existem implantado nessa macrorregião [incluindo Manacapuru e Manaus], oitos frigoríficos sifados, com uma capacidade de armazenamento para 5.866 toneladas. O fornecimento de peixe para esses frigoríficos é feito basicamente por pescadores ribeirinhos, dispersos ao longo do rio Solimões e seus tributários, nos arredores de Manaus e nas cidades circunvizinhas¹⁷⁸.

Isso ocasionou mudanças na relação do camponês-ribeirinho com o rio Solimões na várzea de Manacapuru, pois aquele, na ânsia de conseguir uma boa pescaria e conseqüentemente uma boa venda, lançar-se-á na busca da captura dessas espécies até então não pescadas por ele. Nesse sentido, o ambiente rio começa também a ser freqüentado pelos camponeses-ribeirinhos inicialmente somente no período de águas baixas (agosto a janeiro/fevereiro) quando essas espécies de fundo são mais abundantes e mais fáceis de serem capturadas.

Essa concorrência pela captura dos peixes lisos, como será visto adiante, ocasionará, portanto, o controle de porção das águas pelos camponeses-ribeirinhos, com a criação de territorialidades¹⁷⁹ de pesca de uso comum no rio Solimões; no estabelecimento do sistema de vez nessa pescaria, em substituição às águas de acesso livre existente anteriormente.

¹⁷⁷ SMITH, Nigel J. H., op. cit., p. 68.

¹⁷⁸ PARENTE, Valdenei de Melo et. al. A pesca e a economia da pesca de bagres no eixo Solimões-Amazonas. In: FABRÉ, N. & BORGES, R. (Orgs.). **O manejo da pesca dos grandes bagres migradores: piramutaba e dourada no eixo Solimões-Amazonas**. Manaus: Ibama, Pro Várzea, 2005. p. 61.

¹⁷⁹ Para Raffestein (1993: 161) “A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores”.

Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável, e, de modo algum inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele¹⁸⁰.

Antes de analisar essa questão, é importante ressaltar que essa atividade da pesca no rio surge como uma alternativa econômica, pois esse período coincide com uma crise generalizada na várzea de Manacapuru. Crise esta ocasionada por fatores naturais e econômicos. Do ponto de vista natural, a década de 70 do século XX foi completamente atípica. Todos os anos dessa década, como já foi mencionado, foram de grandes e excepcionais enchentes/cheias, ou seja, a quota registrada ficou acima de 28 m e 29 m respectivamente do nível do mar. (Quadro I). Ambas ocasionaram problemas sérios para os moradores desse ambiente, uma vez que as restingas, sendo transbordadas por sucessivas enchentes/cheias anuais, ocasionaram desgastes irreparáveis para o plantio tanto das culturas de ciclo, quanto das culturas perenes. Por exemplo, a cultura da juta, como já foi visto, sofreu desgaste sério, pois um agravante maior ocorreu. Além das sucessivas enchentes/cheias, as águas não desceram ao nível esperado; isso prejudicou o plantio daquela cultura, pois nesse período, quando do recuo da água para o nível mais baixo, de acordo com a média mais baixa, ocorre o chamado “plantio da lama”, que é fundamental para os camponeses-ribeirinhos. Assim, como isso não ocorreu, esse plantio não pode ser realizado, prejudicando por vários anos a produção dessa cultura e conseqüentemente parte da renda dos camponeses-ribeirinhos.

Um outro fator natural que deve ser mencionado e que gerou uma crise em certos trechos da várzea de Manacapuru foi o intenso processo de erosão fluvial, conhecido pelos moradores locais de “terras caídas”. Na Costa do Arapapá, esse período em que o rio Solimões começou a ser mais freqüentado, ou seja, no final da década de 70 e início da década de 80, coincide também com o período em que a erosão fluvial foi mais intensa nessa localidade, gerando inúmeras dificuldades para os camponeses-ribeirinhos, pois houve perdas de terras de

¹⁸⁰ RAFFESTEIN, Claude, op cit., p. 158 e 159.

cultivos, de terras de pastagem, sítios inteiros foram levados pela águas, enfim, ocasionou uma crise na várzea de Manacapuru.

Do ponto de vista econômico, esse período em que os camponeses-ribeirinhos vão se lançar na pesca de “fera” no rio Solimões, também coincide com a conhecida “crise da juta, da borracha e do cacau”. A produção da juta, já em queda, sofreu forte concorrência da produção asiática. Além disso, o uso de produtos sintéticos em substituição à sacaria, também, prejudicou a economia da juta na várzea amazônica. O resultado foi o desaparecimento dos compradores dessa cultura, gerando conseqüentemente o abandono e posterior desaparecimento do plantio da juta nos anos subseqüentes na várzea de Manacapuru.

A produção de borracha e cacau também entram em crise em decorrência do desaparecimento dos compradores dessas duas culturas, como já visto.

Além disso, do ponto de vista econômico, esse período foi de consolidação da Zona Franca de Manaus, o que gerou um forte poder de atração para a região. Assim, esse é o momento de intensa migração dos camponeses-ribeirinhos para a capital do estado na busca de se conseguir uma vaga na crescente oferta de emprego gerado pelo Distrito Industrial e pelo setor comercial, principalmente os camponeses-ribeirinhos jovens.

5.7.1. As territorialidades de pesca no rio Solimões

As instalações dos frigoríficos na sede do município de Manacapuru no final da década de 70 e início da década de 80 do século XX e a compra de “peixes lisos” ou “fera”, como denomina os moradores, ocasionaram um aumento considerável da atividade pesqueira no rio Solimões pelos camponeses-ribeirinhos. Inicialmente, a pescaria era de acesso livre, pois tradicionalmente o rio principal, como o Solimões, apresentava essa forma de uso. A pesca era executada por meio de duas canoas movidas a remo, com as quais era executado o lanço. O processo consistia na largada da rede de uma canoa para outra em qualquer hora e lugar pelos pescadores. Essa atividade era executada somente no período das águas baixas e, preferencialmente, durante o dia.

À medida que aumentou a procura por essas espécies consideradas “lisas” pelos frigoríficos, intensificou-se ainda mais a pesca no rio Solimões. Esse processo gerou uma concorrência nunca antes vista no rio Solimões, o que acabou impulsionando os camponeses-ribeirinhos a delimitar, no final dos anos 80 e início da década de 90 do século XX, verdadeiras territorialidades de pesca. Pode-se considerar que o estabelecimento dessas territorialidades de pesca no rio Solimões é o resultado da competição política entre as turmas de camponeses-ribeirinhos que utilizam essas porções de água apropriadas.

Outro fator importante para a intensificação da captura dessas espécies de fundo visando o promissor mercado em Manacapuru foi a proliferação nos anos 90 do século XX dos motores de popa nas canoas, motores estes denominados localmente de “rabeta” ou “honda”. Este fato vai favorecer o deslocamento mais rápido dos camponeses-ribeirinhos, impulsionando cada vez mais a busca dos recursos pesqueiros disponíveis e a delimitação das territorialidades de pesca. É importante considerar que atualmente, conforme dados do trabalho de campo realizado no primeiro semestre de 2005, todos os envolvidos nessa atividade de pesca na Costa do Pesqueiro, no rio Solimões, utilizam motores em suas canoas.

Verifica-se, portanto, a partir da década de 90 do século XX a substituição paulatina do uso de canoas movidas a remo para as canoas movidas a motores. Assim, a pesca no rio, que inicialmente era realizada por meio de duas canoas movidas a remo e geralmente por quatro pessoas, passou a ser executada por uma canoa e duas pessoas. A predominância do uso de apenas uma canoa se deu em função da introdução do motor, como foi visto, e principalmente da introdução da bóia. Isso possibilitou uma liberação de mais camponeses-ribeirinhos para essa atividade, pois na pesca em canoas movidas a remo geralmente usava-se a parceria entre duas famílias. O advento do motor na embarcação impulsionou cada família a adquirir o seu e tornar-se “independente”. (Fig. nº. 52, 53 e 54).

Naquela época era duas canoas, uma servia de bóia, hoje só se usa uma né, mas a outra é uma bóia, solta a bóia e vai soltando a rede, naquela época não, um ia remando pela margem do rio e a outra ia lá pro fora, o que ia pro fora ia soltando a rede até terminar lá, o que ia pela margem ia segurando, servindo de bóia, aí quando ele terminava lá dava o sinal porque era de noite, de dia não porque o cara tava vendo né, de noite o cara dava um grito: “terminou”, aí o

cara ia agüentando no remo. Naquela época era parceria, porque o vizinho tinha uma rede e não tinha parceiro para trabalhar, então convidava o vizinho: vamos lá hoje. Na hora de parti dividia né, o lucro. Naquela época não tinha bóia porque eles imaginavam que se fosse só a bóia descaindo lá não ia prestar, precisava alguém tá remando pra arrastar né. E depois as pessoas mais nova que entraram na pescaria tiveram essa idéia da bóia né e viram que tinha correnteza e leva a bóia, aí foram ficando mais individual porque a pessoa tem mais lucro né. (Senhor Raimundo Ricardo, 43 anos, camponês-ribeirinho).

Recentemente (2006), os camponeses-ribeirinhos introduziram na sua pescaria a segunda bóia. O procedimento se dá da seguinte forma: após a largada da rede e da primeira bóia, que é executada com o uso da canoa movida a motor, os camponeses-ribeirinhos, em vez de acompanharem o lanço, lançam a segunda bóia e se retiram para a margem, onde ficam aguardando o momento de puxar a rede. Cada lanço tem duração de aproximadamente 40 minutos.

Uma outra mudança observada na área de estudo em decorrência da crescente demanda por pescado pelos frigoríficos instalados na sede do município foi a intensificação da pesca noturna. A pesca noturna sempre foi tradicionalmente realizada no ambiente lago, pois era inexistente no rio Solimões. Portanto, os camponeses-ribeirinhos passaram a pescar tanto durante o dia quanto à noite. Além disso, antes da proliferação do motor nas canoas a pesca de fera era somente realizada durante o período de águas baixas (agosto a janeiro/fevereiro), entretanto, com a demanda crescente pelos peixes lisos, os camponeses-ribeirinhos na busca desses recursos pesqueiros, passaram a pescar também no período de águas altas (março a julho). Assim, na atualidade pesca-se o ano inteiro. (Fig. nº. 55).

Apesar disso, é no período de águas baixas, que corresponde ao verão amazônico, que essa pescaria dos peixes lisos se intensifica na várzea de Manacapuru, gerando, por conseguinte, uma competição entre as turmas de pescadores que atuam nesse importante espaço aquático. Isso vai impulsionar as turmas de camponeses-ribeirinhos a manter as fronteiras das territorialidades de pesca com mais exatidão. Ou melhor, por causa da maior disponibilidade de peixes nesse período e da maior competição pela captura dos mesmos, eles procuram defender, com afincos, os limites dessas territorialidades de pesca.

Fig. nº. 52 – Evolução da pesca do peixe liso no baixo rio Solimões

Desenho: Marcos Castro/2007
Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2007
Fonte: trabalho de campo/2006

Fig. nº. 53 - Camponeses-ribeirinhos em canoa motorizada preparando-se para a largada da rede. Observe-se que essa atividade na atualidade é executada por duas pessoas, geralmente um adulto e uma criança/adolescente. Costa do Pesqueiro I, baixo rio Solimões, em 13 março de 2005, estando as águas a 24,70 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Fig. nº. 54 - Momento em que o camponês-ribeirinho lança a bóia e começa a largar a rede. Nota-se que há um afastamento da margem, pois a rede é do tamanho grande. Costa do Pesqueiro I, baixo rio Solimões, em 13 de março de 2005, estando as águas de subida a 24,70 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Fig. nº. 55 – Calendário da pesca no baixo rio Solimões

➔ Meses de menor frequência das canoas com rede grande no rio Solimões.

Fonte: Trabalho de campo, 2005.
Org: Manuel de Jesus Masulo da Cruz, 2005.

Assim, nesse período de águas baixas, o número de canoas que freqüentam o rio Solimões para a atividade pesqueira aumenta significativamente. É uma média de quinze canoas para cada territorialidade de pesca delimitada, tanto durante o dia quanto à noite. É praticamente impossível pescar fora desses limites, pois toda a extensão no sentido longitudinal e transversal ao rio pertencem a alguma territorialidade de pesca, as quais estão estabelecidas de conformidade com o tamanho da rede utilizada. Há uma classificação não formal dessas redes: rede pequena – até 100 braças; rede média - até 200 braças; rede

grande – acima de 200 braças. Esta última chega a atingir até 600 braças de comprimento.

A procura desenfreada dos chamados peixes lisos no rio Solimões ocasionou uma alteração significativa na forma de uso desse importante espaço aquático. Antes, como foi visto acima, a pesca era executada de forma livre, em qualquer hora e lugar, seja pelos camponeses-ribeirinhos ou outros pescadores vindos da sede do Município de Manacapuru ou de Manaus. Agora, a pesca passou a ser realizada em territorialidades delimitadas pelos próprios camponeses-ribeirinhos, tornando-se não mais uma pesca de acesso livre, mas sim de uso comum. A referência para a delimitação dessas territorialidades de pesca é a propriedade e a casa em terra.

A delimitação dessas territorialidades de pesca foi sendo determinada pela necessidade prática de se estabelecer uma gestão dos recursos pesqueiros disponíveis nesse trecho do rio Solimões. Ou melhor, dada a pressão em busca dos “peixes lisos” para atender o mercado dessas espécies em Manacapuru, os camponeses-ribeirinhos estabeleceram limites no sentido longitudinal ao rio, a partir da propriedade/casa em terra. Com relação ao rio, não há estabelecimento de limites, pois, segundo eles, o que determina a extensão no sentido transversal é o tamanho da rede.

Na Costa do Pesqueiro I e II, no rio Solimões, por exemplo, as territorialidades de pesca são delimitadas de acordo com o tamanho da rede. Assim, foram identificados três lanços para as canoas com redes pequenas e médias. O primeiro lanço vai do Senhor Anazildo até o Bingão, a montante da propriedade do Senhor Milton Ferreira. O segundo lanço vai do Bingão à Assembléia (igreja evangélica), a jusante da propriedade do Senhor Ramiro, quando então eles puxam a rede. O terceiro lanço, comparado com os dois anteriores, é curto, vai da Assembléia até o Senhor Zé Maria, a montante do Senhor Sabá.

Tanto as canoas com rede pequena quanto as canoas com rede média executam sua atividade pesqueira nas mesmas territorialidades de pesca no sentido longitudinal ao rio. Entretanto, as canoas com rede média ficam mais afastadas da margem. (Fig. nº. 56).

Já para as canoas com rede grande foram identificados dois lanços. O primeiro vai do Senhor Raimundo Bicudo, a montante do Senhor Anazildo, até o Senhor Bão. O segundo, as turmas dos camponeses-ribeirinhos normalmente largam suas redes do Senhor Bão e vão recolher nas proximidades da propriedade do Senhor Aldair. Deve-se considerar que o lanço com canoas de rede grande são realizadas mais afastadas da margem, logo depois do lanço com as canoas da rede média. (Fig. nº. 56). Evidentemente que entre uma territorialidade de pesca e outra os camponeses-ribeirinhos dão uma margem de segurança para largar suas redes. Assim, não há perigo algum de ocorrer um entrelaçamento das mesmas.

Há uma certa flexibilidade dos camponeses-ribeirinhos que habitam a Costa do Pesqueiro de entrar nessas territorialidades de pesca. Para tanto, é necessário que os mesmos obedeçam ao “sistema de vez” introduzido nesta forma de pescaria. Por outro lado, os camponeses-ribeirinhos de outras localidades ou pescadores profissionais embarcados ou não, vindos da sede do município ou de Manaus não são aceitos, exceto quando acompanhados por algum morador local.

Até alguns anos atrás, os camponeses-ribeirinhos que dispunham de rede pequena e média faziam o possível para adquirir rede grande. Atualmente, observa-se uma inversão nessa lógica, ou seja, quem possui rede grande está comprando rede pequena e média. Isso está ocorrendo porque, nos últimos anos, tem acontecido uma redução significativa dos estoques de peixes graúdos nesse trecho do rio Solimões.

A pequena é pela margem e a grande só chega perto da margem quando o rio está mais cheio. A pequena e a média começam no mesmo setor, só que a média vai mais fora porque é maior. A rede grande vai mais fora ainda. Se tiver um espaço nem pequena nem média nem grande, o cara da grande vai e mete a grande, mas só quando está mais cheio, porque senão ela pode engatar porque a rede grande é muito alta. A grande não pára não. A pequena pára, você pode ver que agora tem bem pouca pequena, só da grande. Antes, quem tinha rede pequena e média fazia tudo pra possuir uma grande, agora está mudando, o pessoal da grande está comprando pequena e média, porque os peixes, só tão pegando peixe miúdo. (Senhor Eros Andrade, 47 anos, camponês-ribeirinho).

Fig. nº. 52 – Territorialidades pesqueira na várzea de Manacapuru - AM

Após esses lanços, indo em direção a jusante do rio Solimões, vamos encontrar uma área em que os camponeses-ribeirinhos não executam a pesca dos peixes lisos. (Fig. nº. 56). Essa área é considerada não apropriada para esse tipo de pescaria, pois, segundo os moradores, há muitos “paus” no fundo do rio, ou seja, galhos, raízes e, principalmente, troncos de grandes árvores que dificultam a atividade pesqueira nesse trecho do baixo rio Solimões, uma vez que as redes ao serem lançadas engatam com extrema facilidade. Já houve várias tentativas de “limpar” essa área, porém, devido a grande quantidade de obstáculos depositados no canal, todas não obtiveram êxito.

Entretanto, para outras espécies migradoras, como os caracoideos que formam grandes cardumes e não são peixes de fundo, essa área é utilizada normalmente para a atividade pesqueira.

Em seguida, mais para jusante, já na Costa do Pesqueiro III e IV, aparece uma série de lanços, todos delimitados pelos donos das casas flutuantes e pelos camponeses-ribeirinhos. Para a instalação/formação desses lanços houve a necessidade da limpeza dessas áreas, que consiste na retirada dos obstáculos, como os mencionados anteriormente, por meio de um longo cabo de aço operado por dois barcos a motores a diesel. Para facilitar a retirada dos obstáculos encravados no leito do rio, particularmente os troncos, os barcos são manobrados lentamente em marcha ré, quando o cabo de aço engata no fundo os barcos se aproximam, laçando o tronco que é, em seguida, puxado para a superfície e levado para a margem (beira) do rio. (Fig. nº. 57). O relato a seguir de um camponês-ribeirinho, responsável por um lanço, mostra como se dá esse processo:

O processo é o seguinte: estica um cabo de um barco, próximo da beira, estica 1000 m de cabo de aço pra fora, onde vai um outro barco, o motor vai na ré levando, quando topar no pau, que segurar, no instante que segurar o cabo no pau, passa só pro um motor e bota os dois motor pra fazer força, quando o cabo dá lá no pau faz força aí ele torce e prende o pau e puxa lá pra beira. Os motores vêm de ré, quando dá no pau, junta o cabo e puxa o pau, com o motor junto também. (Branco, 40 anos, camponês-ribeirinho).

Fig. nº. 57 – Limpeza do leito do baixo rio Solimões

A) Barcos em marcha ré puxando o cabo de aço

B) Momento em que o tronco é içado

C) Momento em que o tronco é puxado para a superfície

Fonte: Trabalho de campo/2007
Desenho: Marcos Castro,/2007

O tempo necessário para realizar a limpeza de um lanço depende da quantidade de “pau” existente no canal, em geral, leva-se de cinco a sete dias para ser concluída. Para efetuar a limpeza de alguns desses lanços, os frigoríficos, instalados na sede do município, dão total apoio, muitas das vezes, cedem os barcos para tal operação, particularmente para a limpeza dos lanços comandados pelos donos das casas flutuantes que estão atrelados àquelas empresas de pesca.

Assim, após serem realizadas a limpeza e a instalação/formação do lanço, os donos das casas flutuantes juntamente com suas turmas de pescadores, passam a reivindicar essa porção de água trabalhada como territorialidade exclusiva de pesca. Dessa forma, a flexibilidade de entrar nessas turmas, ao contrário do que foi visto na Costa do Pesqueiro I e II, torna-se extremamente difícil, daí o desencadeamento de conflitos pelo uso dessas territorialidades pesqueira, pois muitos camponeses-ribeirinhos, particularmente os que possuem canoas e utensílios de pesca próprios se acham no direito de pescar em qualquer lanço, desde que seja obedecido o direito a vez, assim como negociar o resultado de sua pescaria em qualquer casa flutuante. Esses dois atos têm provocado o descontentamento dos donos das casas flutuantes e turmas de pescadores, gerando conflitos pelo uso dessas territorialidades de pesca.

Em algumas situações, esses conflitos são “resolvidos” com a intervenção do IBAMA e/ou da Delegacia de Polícia do município de Manacapuru que tem determinado, com base legal, aos que reivindicam essa territorialidade exclusiva de pesca, de que o rio, no caso o rio Solimões, por ser água corrente, é considerado de livre acesso. Portanto, ninguém pode se apropriar desse espaço aquático.

Apesar disso, nesse trecho do baixo rio Solimões, que corresponde a Costa do Pesqueiro III e IV pela margem esquerda, em toda a extensão no sentido transversal do rio, ou seja, de uma margem a outra, está delimitada por lanços. Cada um desses lanços recebe uma denominação própria, isto mostra a relação de intimidade e pertencimento dos donos das casas flutuantes e camponeses-ribeirinhos com as diferentes territorialidades de pesca por eles limpas e delimitadas. Assim, o lanço que é executado no talvegue, chamado pelos

camponeses-ribeirinhos de “canal do rio”, é denominado de “lanço do canal”. Na seqüência, mais para o meio do rio, existe outro lanço reconhecido por todos de “lanço da bica”. Em seguida, há outro lanço denominado pelos camponeses-ribeirinhos de “pacova”. Por fim, mais próximo da margem esquerda, tem um lanço estreito, chamado de “queima roupa” (Fig. nº. 56).

Uma outra questão que deve ser ressaltada com relação a esse tipo de pescaria realizada na Costa do Pesqueiro III e IV, é o emprego de luvas pelos camponeses-ribeirinhos para efetuar o processo de puxar a rede. Como esse trecho do rio é mais fundo do que o trecho onde é realizada a pesca na Costa do Pesqueiro I e II, o uso desse equipamento torna-se obrigatório, uma vez que a rede fica mais pesada para ser puxada. A preferência, pela facilidade de manuseio, é pelas luvas de plástico.

Por outro lado, esse esforço no puxar da rede, nessa área, é recompensado pela captura de espécies maiores, os peixes “graúdos” como os camponeses-ribeirinhos as denominam, isto é explicado pelo fato desse trecho ser mais fundo do que o do caso anterior, principalmente a pesca realizada no talvegue do rio.

A seguir, ainda observando a fig. nº. 56, vamos nos deparar com vários lanços. Um deles, já na Costa do Arapapá (lanço nº. 13), outra área definida para essa pesquisa, foi instalado/formado recentemente, uma vez que nessa Costa, os camponeses-ribeirinhos estão voltados mais para a atividade agrícola. Entretanto, tradicionalmente a maioria desses moradores exercem a atividade pesqueira, sendo direcionada, sobretudo para o autoconsumo, principalmente a pesca executada nos lagos.

Assim, para a instalação/formação desse lanço foi necessária a iniciativa de um camponês-ribeirinho de uma outra localidade, denominado Paraná do Barroso, onde a pesca dos peixes lisos já vem sendo realizada desde a década de 1980. “Eu trabalho com peixe liso, eu tenho 17 anos” (Branco, 40 anos, camponês-ribeirinho). Este camponês-ribeirinho contou, também, com o apoio de um frigorífico da sede do município para a formação/instalação do lanço, que consistiu na concessão de uma casa flutuante e barcos para efetuar a limpeza dos obstáculos depositados no fundo do rio. Antes, porém, o camponês-ribeirinho, vindo de outra localidade e responsável pelo lanço, pediu aos moradores da Costa do Arapapá, mais precisamente da comunidade de São Francisco, permissão para

instalar a casa flutuante em um porto dessa Costa e realizar a limpeza do lanço. Os moradores, por sua vez, se reuniram, em assembléia geral, na sede da comunidade e deliberaram pela permissão ao peticionário. Assim, sob seu comando, foi realizada a limpeza e, em seguida, a instalação do lanço, em agosto de 2005. Tal solicitação somente foi efetuada, devido ao fato de o peticionário não ser morador e nem ter parente ou conhecido na localidade/comunidade.

Após a instalação/formação do lanço e da instalação da casa flutuante na comunidade de São Francisco – Costa do Arapapá I, o camponês-ribeirinho responsável pela criação dessa territorialidade pesqueira, começou a arregimentar outros camponeses-ribeirinhos da própria comunidade para executar a pesca do peixe liso. Para tanto, facilitou o máximo que pôde, com o apoio do frigorífico, os instrumentos e equipamentos necessários para realização desse tipo de pescaria. Inicialmente foram arregimatados oito camponeses-ribeirinhos, todos da comunidade, pois essa é uma das justificativas para sua permanência nesse local, como será visto mais adiante. Alguns deles não possuíam nenhum equipamento/instrumento de pesca, sendo imediatamente cedidos pelo dono da casa flutuante. Outros possuíam apenas uma canoa e/ou rabeta ou ainda apenas a rede de pesca, sendo o restante cedido pelo proprietário desse entreposto de pescado. No ano de 2006, já eram mais de vinte canoas de pesca motorizadas, as “campanhas” como eles denominam, executando a pesca de fera nesse lanço. Segundo o depoimento colhido, em março de 2007, junto ao dono dessa casa flutuante, 95% do total de pescadores envolvidos nessa atividade são oriundos da comunidade de São Francisco na Costa do Arapapá I.

Em ambas as situações descritas acima, os camponeses-ribeirinhos assumem o compromisso de negociar o resultado de sua pescaria com o dono dessa casa flutuante. Entretanto, com esse comércio promissor de peixe liso, muitos desses camponeses-ribeirinhos da comunidade de São Francisco – Costa do Arapapá I, conseguiram aumentar sua renda e acumular uma certa quantia em dinheiro, e, com o passar do tempo, passam a adquirir equipamentos/instrumentos de pesca próprios, tornando-se, de certa forma, independente da casa flutuante.

Com isso, alguns desses camponeses-ribeirinhos passam a negociar os peixes lisos, capturados nesse lanço com outras casas flutuantes, alegando que estes lhes pagam preço melhor. Além disso, há um descontentamento de alguns

camponeses-ribeirinhos envolvidos nessa atividade e outros moradores da comunidade de São Francisco pela instalação/presença da casa flutuante nessa localidade. Um abaixo-assinado foi organizado e assinado por vários camponeses-ribeirinhos visando à retirada imediata dessa casa flutuante instalada na frente da comunidade.

Isso aí é uma bola de neve, é um negócio que cresce muito, isso aí é o eldorado dos rios, se politicamente é o correto ou não eu não me meto, mas é uma coisa que dá muito dinheiro. O cara chegou novo na comunidade e viu que circula muito dinheiro aqui, ele se impressionou com isso, porque já havia a insatisfação de alguns com o Branco. Eles pegaram esse gancho e fizeram uma panelinha com o pessoal, quer dizer, armaram um cerco e tentaram. Ou seja, é interesse desse cara com mais outros que já estavam desafeto do Branco, como massa de manobra, ou seja, como elemento pra promover esse negócio da dissidência aí. Na verdade, o interesse é só no lucro porque não tem identidade com pesca, ele, o Branco, é nato, já nasceu com isso, ele é pescador, o cara não, está interessado só no lucro. (Senhor Lúcio Souza, 38 anos, camponê-ribeirinho).

Esse conflito gerou um caso de polícia, espera-se que seja solucionado e não gere um conflito mais grave pelo uso dessa porção de espaço aquático e pelo comércio de peixe liso nessa territorialidade de pesca.

Creio que como não há estações fechadas na pesca do peixe liso no rio Solimões (pois, pesca-se, como foi visto, durante o ano inteiro), o esforço de pesca tem sido controlado pela alteração no nível do rio. Realmente, durante os últimos meses de enchente (março e abril) e durante a cheia (geralmente maio e junho), ou seja, no período de subida e estabilidade do nível do rio, há uma diminuição considerável na frequência de canoas de pesca nesse espaço aquático. Como as águas estão altas nesse período, as canoas com redes pequenas e médias praticamente deixam de freqüentar o rio Solimões. Permanecem somente as canoas com redes grandes, que nesse momento de águas altas, também lanceiam próximo às margens. (Fig. nº. 55).

A defesa das territorialidades de pesca na atualidade ocorre com afincos no período de águas baixas, porque os camponeses-ribeirinhos, como foi visto, dispõem de poucas alternativas econômicas, daí eles se lançarem na pesca dos bagres, pois a captura dessas espécies e sua posterior venda traz mais retorno

financeiro do que a agricultura. Retorno este imediato, uma vez que a venda é efetuada logo após a captura por meio de moeda corrente.

A pesca é muito melhor do que a agricultura, porque você pega um dourado já compra seu café e seu açúcar. A malva por esse tempo que já estão trabalhando nela ainda passa uma semana ou duas trabalhando nela pra ter um fardo pra vender, a não ser que você dê uma facada no patrão, mas o patrão com essa choradeira velha, que não tem dinheiro, tá mole o negócio não dá. (Senhor Ramiro, 50 anos, camponês-ribeirinho).

A delimitação dessas territorialidades de pesca foi sendo determinada pela necessidade prática de se estabelecer uma gestão dos recursos pesqueiros disponíveis nesse trecho do rio Solimões. Ou melhor, dada a pressão em busca dos “peixes lisos” para atender o mercado dessas espécies em Manacapuru, os camponeses-ribeirinhos foram estabelecendo limites no sentido longitudinal ao rio, a partir da propriedade/casa em terra. Com relação ao rio, não há estabelecimento de limites, pois, segundo eles, o que determina a extensão no sentido transversal é o tamanho da rede.

Como ocorreu um aumento significativo no número de camponeses-ribeirinhos freqüentando o rio a partir do início da década de 1990 e houve a necessidade de se delimitar territorialidades de pesca, os camponeses-ribeirinhos também estabeleceram ordem na forma de uso desse espaço aquático apropriado de forma comum. Essa ordem se dá no sentido de evitar conflitos pelo uso dessa porção de água. Assim, cada canoa movida a motor de popa e cada tripulação têm sua “vez” de efetuar o lanço. Este consiste na largada da rede no local delimitado no sentido jusante do rio para aproveitar a correnteza, quando a rede atinge o limite rio abaixo ela é puxada pelos camponeses-ribeirinhos. Em seguida, outra canoa e outra tripulação começam a executar o lanço. Os camponeses-ribeirinhos que executaram o lanço anterior entram na fila, aguardando sua próxima vez. Não pode haver ruptura dessa ordem. Nota-se um “respeito” dos camponeses-ribeirinhos pela ordem e uso de cada territorialidade de pesca delimitada.

Além disso, o “sistema de vez” introduzido no lanço, é uma forma encontrada pelos camponeses-ribeirinhos para reduzir a pressão em cima dos estoques de peixes lisos disponíveis no rio Solimões, sendo também um

mecanismo mais justo para cada pescador. Por isso, esse rigor, no período de águas baixas, em proteger e normatizar o uso dessa porção de água apropriada de forma comum.

Barros & Ribeiro (2005) fazem referência a essa forma de pescaria na calha do rio Solimões-Amazonas, na qual é usado o sistema de vez: “Durante a pesca, ‘a espera da vez’, por ordem de chegada, baseada no princípio da responsabilidade, é uma forma de ordenamento adotada em toda região”¹⁸¹. Em seguida, esses autores citam a fala de um camponês-ribeirinho do município de Manacapuru-AM: “... cada um espera a sua vez de lançar... um vai descendo o outro espera e depois lança e assim vai...” (Pescador de Manacapuru, AM, setembro de 2003)¹⁸².

Kant de Lima & Pereira (1997) ao estudar os pescadores de Itaipu, no litoral do estado do Rio de Janeiro, constataram um conjunto de regras tradicionais específicas para as pescarias de arrasto, regidas pelo sistema do “direito a vez”, tendo como referência o espaço limiar da praia, entre a terra e o mar.

O sistema do lanço consiste na sua “tomada”, em frente a um porto determinado da praia. Se outra companhia ali quiser pescar, deve também marcar sua vez com antecedência, e assim sucessivamente. De madrugada, efetuado o primeiro lanço, logo que terminado, a “segunda da vez” pode pescar (...). Essa pescaria se encerra por volta de 10 horas da manhã, em geral¹⁸³.

No sistema de vez da pesca do peixe liso no baixo rio Solimões, constatou-se a existência de um princípio de equidade¹⁸⁴, em face das reivindicações dos que têm direito de pescar nesse pedaço do espaço aquático.

Tal sistema parece, assim, ser um esforço para equilibrar as oportunidades entre as “pescarias”. Essa equalização, evidentemente, não é absoluta, pois quem tem, mais canoas e mais homens sempre terá vantagens sobre as outras, mas

¹⁸¹ BARROS, J. F. & RIBEIRO, M. O. A. “Aspectos sociais e conhecimento ecológico tradicional na pesca dos bagres”. In: FABRÊ, N. N. & BORGES, R. **O manejo da pesca dos grandes bagres migradores: piramutaba e dourada no eixo Solimões-Amazonas**. Manaus: Ibama, Pro Várzea, 2005. p. 44.

¹⁸² Idem, p. 44

¹⁸³ KANT DE LIMA, R. & PEREIRA, L.F. **Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997. p. 207.

¹⁸⁴ AUCLAIR, Laurent. “L’appropriation communautaire des forêts dans le Haut Atlas marocain”. **Cah. Sci. Hum.** 32(1) 1996: 177-194. p. 188.

tenta estabelecer uma alternância obrigatória entre as pescarias¹⁸⁵.

Até recentemente muitos camponeses-ribeirinhos acostumados a pescar em qualquer hora e lugar do rio foram impedidos por outros camponeses-ribeirinhos quando tentavam invadir essas territorialidades de pesca ou desrespeitar a ordem de seu uso. Vejam o depoimento de um camponês-ribeirinho com relação a essa questão:

Eu e o papai fomos lancear lá pro Marrecão, porque na época o lance melhor é lá da rede pequena. Aí nós fomos porque nós estávamos acostumados a lancear lá. Muitos anos a gente lanceava lá, e álias foi até o pessoal daqui da Costa do Pesqueiro que descobriu esse lanço. Aí um morador lá, onde o lanço fica em frente ao porto dele, aí ele é dono lá, ele se diz dono do lanço. Tem umas 15 canoas e é por vez, vai um puxa a rede e o outro entra e assim vai, todo mundo já sabe que é por vez, aí nós chegamos lá, já tinha dado dois lanço, o papai disse “nós vamos dar mais um lanço agora que a gente já vai embora”. Aí o cara disse “se vocês colocarem a rede nós vamos cortar a bóia”, o papai disse “então vamos colocar”, nós metemos a rede quando foi pra puxar a rede, ele veio e cortou a bóia, aí o papai pediu pra mim puxar a rede, funcionar o motor e botar pra cima dele que ele ia cacetar com o remo, mas eu não deixei, pra não gerar mais confusão. (Senhor Ricardo Andrade. 43 anos, camponês-ribeirinho).

Os estabelecimentos dessas territorialidades de pesca no rio Solimões pelos camponeses-ribeirinhos da Costa do Pesqueiro são prova cabal da necessidade de se proteger da invasão de camponeses-ribeirinhos de outras localidades, de pescadores e/ou barcos de pesca vindos de Manacapuru e Manaus. Observou-se que há um “respeito” por parte desses agentes externos em não invadir essas porções de água apropriadas de forma comum.

Diegues (2004) nos mostra a existência de dois sistemas de acesso e controle de áreas de pesca pelos camponeses-pescadores: os sistemas que apresentam regras informais e os sistemas formais. O primeiro, por não ser uma área protegida, encontram-se seriamente ameaçadas por mudanças sociais e ambientais. Entretanto, esse autor, reconhece que a característica principal desse sistema informal, na qual o exemplo das territorialidades de pesca no rio Solimões

¹⁸⁵ KANT DE LIMA, R. & PEREIRA, L. F., op. cit., p. 207.

se insere, é a sua manutenção pela lei do “respeito” que tem ainda o poder de regulamentar o comportamento de algumas comunidades de pescadores¹⁸⁶.

Fig. nº. 58 - Camponês-ribeirinho exibindo, como resultado da sua pescaria, dois exemplares da espécie surubim durante o período das águas altas, considerado o mais difícil para a atividade pesqueira. Costa do pesqueiro I, baixo rio Solimões, Em 11 de junho de 2003, estando as águas a 28,15 m acima do nível do mar. (Fotografia de Ronaldo José).

Cordell (2001), no seu estudo sobre apropriação territorial marítima pelos pescadores no sul da Bahia por meio da pesca de calão, também, menciona como fundamental para a manutenção desse sistema informal a lei do “respeito”, fundamentado no código de honra: “Um aspecto dessa apropriação na Bahia é que o pescador não necessita estar sempre presente para defender seu território, os pescadores têm alta consideração “o respeito”; dessa maneira respeitam as reivindicações dos outros”¹⁸⁷.

Embora a criação dessas territorialidades de pesca seja recente (década de 1990), assim como a introdução do direito a vez, observou-se um pleno

¹⁸⁶ DIEGUES, Antonio C. S. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2004. p. 233.

¹⁸⁷ CORDELL, John. “Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia”. In: DIEGUES, A. C.S. & MOREIRA, A.C.C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001. P. 148.

funcionamento do conjunto do sistema. As regras estabelecidas informalmente foram assimiladas e interiorizadas pelos camponeses-ribeirinhos na Costa do Pesqueiro e outras localidades no baixo rio Solimões.

Até recentemente a venda do pescado era feita, logo após a captura, somente na sede do município diretamente para os atravessadores e/ou frigoríficos. O pagamento sempre efetuado à vista e em moeda corrente.

A partir de meados de 2003, houve as instalações de “casas de mercearias flutuantes” ao longo da Costa do Pesqueiro com o objetivo de comprar peixes lisos. Segundo os moradores, esse fato facilitou sobremaneira a pescaria neste lugar, pois não é preciso atravessar o rio Solimões para vender o pescado na sede do município de Manacapuru. Pode-se efetuar a venda na própria Costa do Pesqueiro, imediatamente à captura dos peixes lisos. O pagamento também é realizado à vista e por meio de moeda corrente.

As instalações dessas casas flutuantes são estratégicas, pois em geral obedecem as territorialidades de pesca delimitadas pelos camponeses-ribeirinhos. Apesar disso, a venda direta na sede do Município não desapareceu completamente, pois muitos camponeses-ribeirinhos ainda continuam vendendo o resultado das suas pescaria nesse lugar.

5.7.2. As casas flutuantes: elos da articulação local e regional

O estabelecimento dos frigoríficos na cidade de Manacapuru no final da década de 70 e início da década de 80 do século XX e conseqüentemente a criação de um mercado exclusivo para os “peixes lisos”, ocasionou uma alteração significativa no uso do espaço aquático pelos camponeses-ribeirinhos na várzea de Manacapuru. Acostumados basicamente a praticar a pesca nos lagos de várzea, a exceção do período da piracema, os camponeses-ribeirinhos passaram, a partir desse período, a utilizar intensamente o ambiente rio (Solimões), como foi visto anteriormente.

A expansão do mercado para os peixes lisos na várzea de Manacapuru gerou o estabelecimento de uma ampla e complexa rede de comercialização. Como os frigoríficos decidiram não atuar no processo de captura, a qual implicava

uma série de investimentos, essa incumbência ficou reservada para os camponeses-ribeirinhos. Estes, após a captura das inúmeras espécies de bagres (peixes lisos ou “fera”, como os moradores costumam denominar), direcionavam no primeiro momento, o resultado das suas pescarias para ser negociado pessoalmente nas casas flutuantes na cidade de Manacapuru e/ou diretamente nos frigoríficos. (Fig. nº. 62). Em seguida, esses compradores, que na realidade são atravessadores, executavam todo o processo de limpeza do pescado que consiste na retirada das vísceras e da cabeça, para posteriormente negociar junto aos frigoríficos. Muitos desses atravessadores estão ligados a essas empresas de pesca. Em vários casos, há um contrato, não formal, para que os atravessadores, instalados em casas flutuantes na sede do município, negociem com determinados frigoríficos. Em contrapartida, aqueles, recebem apoio dos frigoríficos, muitas das vezes, em dinheiro, para que viabilizem tal negociação. Para tanto, o pescado tem que ser entregue já tratado (limpo e sem cabeça), pois esse procedimento demanda habilidade e muito esforço, além de ocasionar muita sujeira no porto da cidade de Manacapuru. Nos frigoríficos, após serem lavados, filetados e embalados, são exportados para outros estados do Brasil, bem como para diversos países, como E.U.A e Japão. Além disso, esses frigoríficos fornecem peixes lisos para os supermercados, hotéis e restaurantes na cidade de Manaus. (Fig. nº. 59).

No segundo momento, que na Costa do Pesqueiro, uma das localidades definidas para a pesquisa, corresponde a meados do ano de 2003, houve as instalações das casas flutuantes com a intenção de adquirir peixes lisos diretamente dos camponeses-ribeirinhos. Essas casas flutuantes, na sua maioria, estão atrelados aos atravessadores da sede do município ou diretamente com os frigoríficos. Em muitos casos, estes fornecem a própria casa flutuante. Essas casas flutuantes possuem, em geral, canoas motorizadas, tipo “rabeta”, todas equipadas com redes de pesca de tamanho variado, as quais são cedidas aos camponeses-ribeirinhos destituídos daqueles meios de produção e dos instrumentos de pesca. Em contrapartida, esses pescadores terão o compromisso de negociar o resultado da sua produção nessas casas flutuantes. Essa negociação ocorre pelo sistema de partes, em que o “apurado”, depois de retirada as despesas, é dividido em parte iguais, ou seja, uma parte vai para o dono do

flutuante e das canoas com rede e a outra parte vai para os camponeses-ribeirinhos. Observe-se que o dono do flutuante, nesse processo de venda, ganha duplamente, pois além da parte que lhe compete é ele que negocia com os atravessadores na cidade de Manacapuru e/ou diretamente com os frigoríficos. (Fig. nº. 60).

Fig. nº. 59 - Fluxograma da comercialização do peixe liso na várzea de Manacapuru-AM

Fonte: Trabalho de campo/2006
Org. Manuel de Jesus Masulo da Cruz,/006

Por outro lado, os pescadores que são donos dos seus meios de produção e dos instrumentos de trabalho, representados pelas canoas motorizadas e pelos utensílios de pesca, após a captura dessas diversas espécies de bagres negociam diretamente com os donos das casas flutuantes. A venda dos peixes lisos na várzea de Manacapuru obedece a uma classificação determinada pelos frigoríficos e é seguida à risca pelos atravessadores. Assim, as espécies consideradas especiais, como a dourada, o surubim, o caparari, a piraiba, o filhote, são classificadas em três categorias: de primeira – acima de 3 kg; de segunda – de 1 a 3 kg; de terceira – até 1 kg.

Há casos de classificação por espécies como o pacumum, o bandeira, o pirananbu e outros, todas, não importa o seu peso, são consideradas de segunda categoria, mesmo tendo peso superior a 3 kg. No caso da piramutaba, tanto as graúdas quanto as miúdas são consideradas de terceira categoria. Já para a espécie mapará, dependendo do seu tamanho, é considerada de segunda e de terceira, nunca de primeira.

Além disso, essas casas de comércio flutuante assumem um novo papel, o de entregar para os atravessadores nas casas flutuantes em Manacapuru o peixe liso já tratado (limpo e sem cabeça), evitando assim, o pagamento de trabalhadores para executar essa árdua atividade, além de evitar sujeiras no porto da cidade.

Ao longo da Costa do Pesqueiro, o local escolhido para a instalação dessas casas de comércio flutuante é estratégico, pois geralmente estão localizados de acordo com os lanços demarcados pelos camponeses-ribeirinhos. (Fig. nº. 61, 63). É necessário que o dono do flutuante ou seu responsável peça permissão ao morador, o chefe da família, para instalar esse estabelecimento na frente de sua propriedade/posse. Essa permissão, em geral, é concedida sem nenhum problema, pois, muitas das vezes, o dono do flutuante ou responsável pelo mesmo é parente do morador ou seu conhecido, raramente é cedido o uso dessa porção de águas para estranhos.

Fig. nº. 60 - Fluxograma da comercialização do peixe liso na várzea de Manacapuru-AM

Fonte: trabalho de campo/2006
Org. Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006

As casas flutuantes instalados em várias comunidades e localidades do município de Manacapuru com o propósito de comprar peixes lisos representam um importante papel para os camponeses-ribeirinhos, uma vez que é por meio desse tipo de comércio que os mesmos mantêm contato com o mercado, possibilitando a comercialização da sua produção pesqueira executada no rio Solimões. (Fig. nº. 61).

Fig. nº. 57 – Casas flutuantes na várzea de Manacapuru - AM

Fig. nº. 62 - Casa flutuante instalada no porto da cidade de Manacapuru com o objetivo de comprar peixe liso. Em 10 de dezembro de 2005, estando as águas a 19,53 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Fig. nº. 63 - casa flutuante instalada na Costa do Pesqueiro I, na frente da propriedade de um morador. A intenção é adquirir peixe liso diretamente dos camponeses-ribeirinhos. Em 5 de junho de 2005, estando as águas a 28,09 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

5.7.3. A pesca da piracatinga e da piramutaba no baixo rio Solimões

No período em que a conhecida safra do peixe liso chega ao seu final, em novembro-dezembro, no começo da subida das águas, tem início a pesca da piracatinga no baixo rio Solimões. Essa espécie de bagre, diferente dos demais, tem, portanto, sua safra entre janeiro e abril, quando muitos camponeses-ribeirinhos passam a se dedicar à pesca desse tipo de peixe liso na várzea de Manacapuru. O processo de captura da piracatinga também ocorre de forma completamente diferente do caso anterior, ou seja, utiliza-se a armadilha em vez da rede, sendo a pescaria executada nas proximidades da margem, normalmente em frente à propriedade do pescador.

A armadilha usada para apanhar essa fera, denominada localmente de “curral”, é confeccionada de telas com o emprego de varas nas extremidades e no meio para dar sustentação. Em geral, possui 4 m de largura por 5 m de comprimento. A altura desse equipamento é calculada de acordo com as oscilações do nível do rio. No lado do curral voltado para jusante é feita uma abertura, chamada de “porta”, permitindo que vários desses bagres possam entrar ao mesmo tempo. (Fig. nº. 64).

A armação da armadilha se dá ao final da tarde, uma vez que essa pescaria é realizada à noite, na qual os peixes são atraídos por meio de iscas colocadas nas proximidades da porta. À medida que as piracatingas se aproximam, a porta é aberta e, em seguida, quando as mesmas entram no curral, é fechada. Esse processo se repete até o amanhecer, quando então tem início a desarmação desse instrumento de captura, que consiste na retirada das varas do solo, seguida do recolhimento da tela, na qual o cardume é aprisionado, sendo imediatamente retirado e colocado na canoa. O relato, a seguir, comprova a especificidade dessa pescaria:

Você faz a porta, a porta é pra ela entrar. Você bota aí a isca e vai pescar à noite toda, você não só coloca a isca lá não, somente lá e deixa. Você vai passar a noite lá pescando. Você pesca na boca do curral, então você abre a porta e vai levando a isca e a biroska [como essa espécie também é conhecida] vai entrando, aí você fecha e levanta novamente, é assim essa pescaria. (Oséias, 33 anos, camponês-ribeirinho).

Como se pode constatar, nesse tipo de pescaria, não ocorre, como no caso visto anteriormente, apropriação e uso comum das águas, nem também a espera da vez para efetuar a pesca. O que ocorre, nesse caso da pesca da biroska descrita acima, é o processo de apropriação e uso individual/família de porção das águas, pois essa técnica de pesca é realizada nas proximidades da margem ou beira do rio Solimões, tendo como referência a casa/propriedade, ou seja, o direito de pescar tem como princípio o prolongamento do uso da terra na várzea de Manacapuru.

A maioria dos camponeses-ribeirinhos na várzea de Manacapuru ainda não executa a pesca da piracatinga, pois ela, segundo os moradores, é considerada “nojenta”, visto que essa espécie de bagre se alimenta de material em decomposição: vísceras e couro de boi, vísceras e couro de boto, couro de surubim, dourada e outros. Por isso, na atualidade, a maior parte dos pescadores envolvidos nessa atividade vem da sede do município de Manacapuru. Entretanto, para instalar essa armadilha e efetuar a pesca, é necessário pedir permissão ao morador para usar essa porção de água em frente a sua propriedade. Muitas vezes, o morador, pelos motivos mencionados acima, não aceitam esse tipo de pescaria. O local considerado ideal para a pesca desse bagre são as proximidades das casas flutuantes, os entrepostos de pesca, onde são tratadas as outras espécies de bagre que consiste na retirada da cabeça e das vísceras, sendo, em seguida, lançados à água.

A negociação dessa espécie de bagre é efetuada somente nos flutuantes instalados na sede do município de Manacapuru, onde a mesma, independente do seu tamanho, é considerada de quarta categoria, conforme o quadro X. Atualmente o quilo da piracatinga é negociado a R\$ 0,60 centavos, podendo, entretanto, atingir o preço de R\$ 0,80 centavos.

Esse tipo de peixe liso, assim como a maioria das outras espécies de bagre, não são apreciados pelos camponeses-ribeirinhos na Amazônia. Na realidade, a piracatinga está incluída na lista dos peixes mais desprezíveis na região, pois não há registro do consumo dessa espécie entre os camponeses-ribeirinhos na várzea de Manacapuru.

Fig. nº. 64 – Curral armado para a captura da piracatinga. Observe-se que essa armadilha de pesca está localizada nas proximidades da margem e da casa flutuante, que aparece ao fundo. Costa do Pesqueiro, baixo rio Solimões, em 10 de março de 2007, estando as águas a 26 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Durante a passagem dos cardumes da espécie piramutaba pelo baixo rio Solimões, normalmente entre agosto e setembro, no período da vazante, a apropriação e uso comum da água, pautado nas territorialidades de pesca e no sistema de vez, visto anteriormente, deixam de ser respeitado tanto pelos camponeses-ribeirinhos como pelos pescadores profissionais embarcados ou não, vindos principalmente de Manaus e/ou de Manacapuru. A explicação para esse afrouxamento na utilização do espaço aquático, talvez, resida em períodos curtos sucessivos em que essa espécie de peixe liso passa por esse trecho do baixo rio Solimões durante os meses de migração, geralmente entre cinco a sete dias, no máximo. Uma outra explicação está no fato da piramutaba formar grandes cardumes, impulsionando, por sua vez, os grandes barcos de pesca motorizados a acompanhar, desde a foz do rio Amazonas, a migração dessa espécie. Esses barcos evidentemente não acompanham todo o percurso de migração desse bagre, devido à extensão do mesmo. Durante o período de migração dessa fera, entre agosto e outubro/novembro, muitos barcos de pesca na região, tornam-se

especializados na captura da piramutaba – “os barcos piramatubeiros”. Estes ficam sediados nas inúmeras cidades ao longo do complexo Amazonas-Solimões e afluentes, no itinerário dessa espécie de fera e tendem a abranger somente um trecho desse percurso. Por exemplo, os barcos piramatubeiros da cidade de Manaus e/ou Manacapuru atuam num raio de extensão que vai até o município de Tefé, no alto Solimões.

Em Manaus e em Tefé, é notório na pesca de piramutaba o uso de barcos de pesca com tamanho médio aproximado de 11 m – conhecidos com geleiras, no Pará, e como “piramatubeiros” na macroregião de Tefé e Manaus. Os pescadores adaptaram as redes de pesca com tamanho médio de aproximadamente 250 m utilizados na época da safra para a captura da piramutaba, quando os grandes cardumes passam por essas regiões. Essas redes são conhecidas como jaraquizeiras ou arrastadeiras. Em outros períodos do ano, essas redes têm como alvo a pesca dos caracíformes migradores (por exemplo, o jaraqui e a curimatã)¹⁸⁸.

Assim, quando os barcos piramatubeiros começam a chegar na Costa do Pesqueiro é o primeiro sinal de que os cardumes de piramutaba estão se aproximando desse trecho do baixo rio Solimões. Por sua vez, os camponeses-ribeirinhos permitem que essas embarcações efetuem a captura dessa espécie nos poucos dias em que permanecem nas suas territorialidades de pesca, estas delimitadas para outras espécies de bagre. Os próprios camponeses-ribeirinhos se lançam na captura dessa espécie de peixe liso, inclusive, muitos reconhecem a importância da presença dos barcos nesse momento, pois, segundo eles, os mesmos ajudam a localizar os cardumes, facilitando a captura, a qual é negociada nas casas flutuantes instalados ao longo da Costa do Pesqueiro ou nas casas flutuantes na sede do município.

5.7.4. A pesca dos caracíformes migradores

O mesmo espaço aquático usado para a captura dos peixes lisos na várzea de Manacapuru, como foi visto, na qual os camponeses-ribeirinhos se apropriam e usam de forma comum por meio do estabelecimento de territorialidades de pesca

e do sistema de vez, torna-se de livre acesso, no momento de passagem dos caracíformes, espécies migradoras que formam grandes cardumes, como o jaraqui, o pacu, a sardinha, a branquinha, a curimatã e outros.

Assim, os camponeses-ribeirinhos da Costa do Pesqueiro permitem que pescadores de outras comunidades, pescadores vindos da sede do município e pescadores embarcados freqüentem as águas em frente a essa localidade durante a migração dessas espécies por esse trecho do baixo rio Solimões. Além disso, muitos camponeses-ribeirinhos também executam essa pescaria, simultaneamente com a captura dos peixes lisos. Os instrumentos utilizados na captura dos caracoideos migradores na várzea de Manacapuru são basicamente dois: a rede malhadeira e a rede de arrasto (redinha). A primeira, devida seu baixo custo se comparada com a rede de arrasto, é usada pelos camponeses-ribeirinhos e os pescadores não embarcados vindo da sede do município. Estes últimos são considerados pescadores monovalentes, ou seja, pescadores que executam exclusivamente a atividade pesqueira e residem na cidade. Diferente das redes empregadas para a pesca dos bagres, na qual ficam submersas, pois o objetivo é capturar os peixes de fundo, as malhadeiras ao serem lançadas, a parte superior permanecem de buíia, ou seja, flutuando. Para tanto, são utilizadas varias bóias, sendo uma mestra, porém, todas confeccionadas de isopor. Essas bóias têm dupla função: evitar que esse utensílio afunde; servir de alerta para embarcações, com motores, não arrastar e danificar as malhadeiras. Na parte inferior são colocados chumbos fazendo com que permaneçam submersos, pois ao contrário do lago, as águas do rio Solimões são mais agitadas. Nessa pescaria, semelhante a dos peixes liso, são utilizadas somente uma canoa, geralmente com dois tripulantes. (Fig. 65).

¹⁸⁸ FABRÉ, N. N. & BORGES, R. (Orgs), op. cit., p. 109.

Fig. nº. 65 – Pesca com rede malhadeira no baixo rio Solimões

Fonte: trabalho de campo/2007

Desenho: Marcos Castro/2007

Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2007

5.7.5. A pesca com espinhel no baixo rio Solimões

Um outro instrumento usado para a captura de alguns bagres, como o surubim e o peixe-lenha, no baixo rio Solimões, é o espinhel, também denominado em outras localidades da Amazônia como estiradeira. Este consiste em uma linha esticada, cerca de 30 m a 50 m de comprimento, amarrada em varas para lhe dar sustentação, na qual são colocados anzóis, tamanho nº. 3, em intervalos de 3 a 5 m aproximadamente, onde são iscados pequenos peixes, sendo de preferência pacu e sardinha. Esses anzóis ficam posicionados acima da linha d'água, 10 cm em média.

Os espinhéis são armados nas proximidades da margem ou beira do rio, em frente as casas/propriedades dos camponeses-ribeirinhos, sendo de

apropriação e uso individual/familiar. Entretanto, como nem todos moradores efetuam esse tipo de pescaria na várzea de Manacapuru, o acesso para a armação do espinhel é relativamente considerado livre. Raramente pede-se para usar essa porção de água e terra, podendo, dessa forma, o espinhel ser instalado em qualquer lugar ao longo desse trecho do baixo rio Solimões.

5.8. Lagos de terra firme: apropriação familiar das águas

5.8.1. A pesca de lanço de apropriação e uso familiar

A técnica de pesca de lanço de apropriação e uso individual/familiar foi introduzida pelos proprietários de barcos de pesca, provenientes da cidade de Manaus, no início da década de 60 do século XX. Esse período coincide, como já foi visto, com o crescimento da demanda por pescado para a capital do estado do Amazonas, a cidade de Manaus, pois a cidade de Manacapuru não recebia barcos de pesca.

Naquele tempo não vendia em Manacapuru, passava direto pra Manaus, se parasse um motor de pesca pra vender peixe aí em Manacapuru é capaz de ficarem admirado por que não tinha saída nenhuma aí. (Senhor Joaquim Cruz, 82 anos, camponês-ribeirinho).

O primeiro lanço preparado e executado no lago São Lourenço, baixo rio Manacapuru foi denominado de “quebra mão” e está localizado atualmente na propriedade do Sr. Gonçalo. O dono desse lanço, não da terra, ou seja, da propriedade, era um proprietário de barco de pesca da cidade de Manaus, Senhor Toinho Palmeira. Este, juntamente com sua tripulação, preparava a terra na vazante/seca para a atividade da pesca durante a enchente/cheia¹⁸⁹. Em seguida, entraram outros proprietários de barcos de pesca, todos de Manaus, com o objetivo de executar a pesca de lanço no período das águas altas. Os camponeses-ribeirinhos que já habitavam o lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru, nesse momento, não executavam ainda a pesca de lanço.

¹⁸⁹ A prática da pesca de lanço no lago São Lourenço no baixo rio Manacapuru será descrita no item seguinte.

Alguns proprietários de barcos de pesca adquiriram propriedades e realizavam esse tipo de pescaria na frente das mesmas. Outros, porém, instalavam os lanços na frente das propriedades dos camponeses-ribeirinhos e se apropriavam de porção das águas e terras destes. Executavam a pesca de lanço e o que é mais sintomático, não deixavam nada em troca para os moradores, todo pescado capturado era direcionado para o comércio em Manaus.

Agora depois desse primeiro lanço entrou outro proprietário o Senhor Manuel Colote, esse terreno era dele, aí entrou só os proprietários de Manaus, o Senhor Salazar, aí foram fazendo os lanços, os moradores eram tolos, aí eles pegavam o produto todinho e não davam nada naquela época. Depois, que eu me casei, que o povo foi assim criando uma ambição, pensar um termo de trabalhar, pensar que os outros leva o produto todinho e a gente ficava só olhando. E agora a maior parte desses moradores todo é pescador. Quando eles viam de fora eles mesmo faziam o lanço, aí depois que nós começamos a fazer. Aí nesse rio Manacapuru tá tipo um terreiro, tem muito lanço. (Senhor Gonçalo, 56 anos, camponês-ribeirinho).

A partir dos meados da década de 70 do século XX, os camponeses-ribeirinhos do lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru começaram a impedir esse tipo de pescaria por parte dos proprietários dos barcos de pesca na frente de suas propriedades. Como os moradores já dominavam a técnica de preparar o lanço, eles assumiram essa atividade. Assim, o controle dessas porções de água, passou das mãos dos proprietários de barcos de pesca de Manaus para as dos camponeses-ribeirinhos.

Dessa forma, os proprietários dos barcos de pesca, ao serem impedidos de ter acesso às áreas de pesca, não reagiram de forma violenta; esse processo ocorreu sem incidentes, no qual nenhum tipo de conflito foi registrado nesse espaço aquático. Dessa maneira, os proprietários mudaram de estratégia e se retiraram do processo de produção e comercialização do pescado, decidiram apenas pelo fornecimento das redes de pesca para os camponeses-ribeirinhos, os quais assumiram a preparação e a armação dos lanços. Além disso, assumiram também todo processo de comercialização do pescado. A demanda por pescado, nesse período, teve um aumento significativo na cidade de Manacapuru em decorrência do crescimento da população urbana, como resultado da intensa migração da zona rural para a sede desse município na década de 1970.

Por outro lado, como os camponeses-ribeirinhos não dispunham de capital suficiente para adquirir as redes de pesca, tiveram que se sujeitar aos proprietários de barcos de pesca de Manaus e Manacapuru, que começaram a fornecer esses utensílios para a realização da pesca de lanço.

Olha, essa rede é cara. Eu acho que é uma faixa de dez a doze mil reais. Eu fui perguntar aí em Manacapuru um pano estava custando mil e cem reais. Aí, eu tenho trabalhado, mas não deu pra mim conseguir essa rede. Só uma comunidade tem rede aqui dentro do lago, foi cedida pelo estado. (Senhor Chiquinho, 52 anos, camponês-ribeirinho).

O depoimento acima revela que a rede de pesca, denominada localmente de “tralha”, tem um custo considerado alto para os camponeses-ribeirinhos, pois para executar a pesca em apenas um lanço precisa-se de pelo menos 10 panos. Como cada pano custa o equivalente a R\$ 1.100,00, uma rede sairá pelo preço de R\$ 11.000,00. Como a maioria dos camponeses-ribeirinhos no lago São Lourenço e baixo rio Manacapuru possui mais de um lanço, em geral três, torna-se extremamente oneroso adquirir, com capital próprio, essas redes, também chamadas de “arrastadeiras”. Por isso, os camponeses-ribeirinhos, sem alternativas, tiveram que se sujeitar aos proprietários dos barcos de pesca.

Olha, a rede é do proprietário do Senhor Val. Eu trabalho mais com o Val; ele tem um barco grande de pesca, é ele que cede a rede e nós divide no meio. Eu acho que ele é um dos melhores proprietários para fazer negócio melhor comigo. Ele é amigo, amigo assim de negócio, de negócio direito comigo. Agora tem outros e outros que oferecem a rede mais, trabalhei dois anos com outros, mas não deu certo com outros porque era uma exigência, já o Senhor Val comigo não é exigente, só que ele quer os 50 % dele. Ele mora aqui em Manacapuru, ele é dono daquele flutuante da boca, na Terra Preta, ele também é dono do barco de pesca Almirante Benilson. (Senhor Gonçalo, 56 anos, camponês-ribeirinho)

O camponês-ribeirinho na sua fala afirma que o proprietário que fornece as redes não é exigente, ao contrário de outros, entretanto, ele quer somente os 50 % do resultado da pescaria, não importando, portanto, em que condições foram realizadas essa atividade. Todo o processo de preparação da terra durante a vazante/seca para a realização da técnica da pesca de lanço durante a enchente/cheia, como será visto com mais detalhes na seção seguinte, exige um

trabalho árduo, o qual é assumido inteiramente pelos camponeses-ribeirinhos, juntamente com seus familiares.

Não, eu tiro a despesa, se ele arrumar a rede e se eu fretar um motor aí eu tiro a despesa, só a despesa mesmo daqui pra Manacapuru. Aí fica só o totalzinho, aí nós racha no meio, daí do meu que eu divido com pessoal, esse rapaz aqui já trabalhou dois anos comigo, Hoje ele está começando, é o primeiro dia, ele vai trabalhar comigo, esse aqui entende bem de rede. Para vender em Manacapuru, eu levo no meu barco, nesse pequeno, naquele maior, eu mesmo vendo quando chego lá, ele só faz pegar o dinheiro lá, às vezes ele nem pega eu trago e depois de passar dois, três, oito dias ele passa aqui e nós vamos fazer conta. Todos fazem assim aqui no lago. (Senhor Gonçalo, 56 anos, camponês-ribeirinho).

Portanto, os proprietários de barcos de pesca ao se retirarem da produção e comercialização desse tipo de pescaria, passaram a subordinar os camponeses-ribeirinhos por meio do fornecimento das redes para que os mesmos efetuem a pesca de lanço no período das águas altas. Além disso, quaisquer despesas, como ficou evidente no depoimento acima, são de inteira responsabilidade dos camponeses-ribeirinhos. Assim, a participação dos proprietários ficou restrita apenas ao apurado da venda do peixe no mercado de Manacapuru, o qual é dividido, conforme a fala acima, em partes iguais, ou seja, 50% para os camponeses-ribeirinhos, donos dos lanços, os outros 50% para os proprietários dos barcos de pesca, donos das redes. Portanto, observa-se uma extração da renda da terra e da água que vai parar nas mãos desses capitalistas da pesca.

5.8.2. A preparação da terra para a pesca: o lanço

O camponês-ribeirinho, morador do ambiente de terra firme, exerce uma combinação de atividades na qual efetua trabalho na terra, na água e na floresta. Ora é agricultor, ora é pescador, ora é extrator etc. (Fig. nº. 66).

Fig. nº. 66 – Formas de utilização da terra, da água e da floresta no Lago São Lourenço – Manacapuru-AM

Fonte: trabalho de campo, 2005
 Desenho: Marcos Castro/2006
 Org. Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006

A Atividade denominada como pesca de lança pelos camponeses-ribeirinhos consiste na preparação da terra no período de águas baixas (vazante/seca) para a prática pesqueira durante o período das águas altas (enchente/cheia) nos lagos e rios de terra firme na Amazônia. A escolha exata da área para a preparação da terra é o resultado das observações realizadas pelos moradores que, no momento das enchentes/cheias anuais, perceberam que o local faz parte da rota dos cardumes de peixes de diferentes espécies, os quais migram no interior do lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru. Assim, no período de vazante/seca, tem início a preparação da terra para a pesca. É realizada a derrubada dos componentes arbóreos ou arbustivos nos casos em que pela primeira vez se instala o lança. A roçagem apenas é feita nos casos em que aqueles componentes estão ausentes ou somente para refazer um lança já existente.

Fig. nº. 67 Camponês-ribeirinho preparando o lanço na sua propriedade no período de águas baixas. Lago São Lourenço, em 13 de janeiro de 2005, estando as águas a 21,44 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Fig. nº. 68 - Lanço já preparado para a atividade pesqueira em frente a casa de um camponês-ribeirinho, o qual aguarda somente a subida do nível da água. Lago São Lourenço, baixo rio Manacapuru, em 06 de março de 2005, estando as águas a 24,09 m acima do nível do ma. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Em seguida, é necessário fazer a limpeza, na qual todos os restos de galhos, troncos e raízes são retirados para que a área fique sem nenhum obstáculo, a fim de evitar que a rede de pesca engate no fundo do lago no momento da pesca. (Fig. n°. 67, 68 e 69). Durante o período de enchente/cheia, quando essas áreas, preparadas no período da vazante/seca, ficam completamente submersas pelas águas, os camponeses-ribeirinhos, com suas redes de pesca e canoas, começam a preparar a armação do lanço. A técnica consiste em amarrar na margem, normalmente em uma árvore, um dos lados de uma longa rede, denominada localmente de “tralheira” ou “tralha”. A sua outra ponta é esticada por uma canoa, na qual é mantida ancorada para permanecer fixa. A tralheira contém chumbo na parte inferior e bóias na parte superior para lhe dar sustentação. (Fig. n°. 70). No lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru, geralmente, são utilizadas três canoas para a realização da pesca de lanço: a canoa de rede, na qual ficam os camponeses-ribeirinhos; a canoa de peixe, acoplada à canoa de rede e à canoa do comboiador. O comboiador é um camponês-ribeirinho astuto que tem a tarefa de observar o momento da aproximação do cardume e, ao mesmo tempo, com uma sutileza invejável, conduzi-lo para o interior do lanço. Nesse momento, a canoa de rede, na qual está amarrada uma das pontas da rede se direciona para a margem, formando na rede um arco e consequentemente prendendo o cardume entre a rede e a margem¹⁹⁰. (Fig. n°. 71 e 72).

Para a retirada do cardume capturado e o recolhimento da tralha, é necessário que um dos camponeses-ribeirinhos entre na água, enquanto os outros permanecem na canoa. Em seguida, o pescado aprisionado é depositado na canoa de peixe. Os peixes pequenos são devolvidos ao lago. Esse fato mostra que a técnica de lanço, com a utilização de instrumento fixo, próximo à margem, diferentemente do arrastão, por exemplo, não tem um grande poder de depredação dos recursos pesqueiros.

Petrere Jr. (1978) faz o seguinte comentário sobre essas áreas de pesca:

O lanço é um local estratégico onde o peixe deverá passar fatalmente nas épocas de migração, quando formam grandes cardumes. Assim, nesse local, os pescadores eliminam a vegetação para facilitar o emprego do aparelho

¹⁹⁰ BARBOSA, A.G. A. et. al., 2003, p. 08.

em épocas que precedem a migração, preparando o sítio para a pesca¹⁹¹.

Em seguida, esse autor descreve detalhadamente uma pescaria de lanço presenciada por ele:

Vou descrever como se processou uma pescaria de jaraqui da qual participei no dia 19 de agosto de 1976 nas proximidades do Igarapé do Tupé, em um lanço arrendado ao proprietário do barco Reinaldinho III. No dia anterior um “vigia” situado nas Lajes, um local do rio Amazonas, situado abaixo do encontro das águas, enviou um recado de que um cardume de jaraquis havia passado por ali, subindo o rio Negro. No dia seguinte um “comboiador” localizou o cardume e, à distância, montado numa canoa a remo, começou a acompanhá-lo rio acima. Nesse ínterim, os pescadores já estavam no lanço com a arrastadeira montada, esperando. À medida que o cardume ia subindo o rio acompanhado pelo comboiador, esse dava as informações para os outros pescadores que as levavam para o pessoal do lanço, dizendo se o cardume continuava subindo ou se havia entrado num igarapé, etc., e, assim calcularam com bastante precisão a que horas o cardume iria passar pelo lanço (15:00 h.). Cerca de 15 minutos antes da hora prevista, o cardume começou a passar. O aparelho já tinha uma de suas extremidades presa à praia, enquanto que a outra estava ligada a uma canoa com dois pescadores, formando um semicírculo a partir da margem. O mestre do barco, estava na praia e nenhum pescador fazia um ruído sequer, evitando até pisar no solo pesadamente, para não espantar o peixe, segundo eles. Quando achou que era chegada a hora, o mestre gritou: fecha! Aí os dois pescadores da canoa trouxeram a outra extremidade da rede até a margem e o cardume foi fechado e arrastado para a praia (...). Segundo os pescadores, foram capturados 60.000 jaraquis, dos quais escolheram os maiores colocando-os na geladeira do barco, soltando os menores¹⁹².

A relação do camponês-ribeirinho com a água (o lago/rio) se dá no sentido ao qual se refere Woortmann (1990)¹⁹³ com relação à terra, ou seja, corresponde uma relação de troca recíproca, na qual o trabalho fecunda à água e produz vida. Essa fecundação ocorre efetivamente a partir do momento do início da preparação da terra para a pesca. Em seguida, é necessário esperar a próxima enchente/cheia para que a água possa nas palavras dos moradores “ajudar a

¹⁹¹ PETRERE Jr. Miguel. “Pesca e esforço de pesca no Estado do Amazonas. II. Locais, aparelhos de captura e estatísticas de desembarque”. In: **Acta Amazônica**, ano VIII, nº. 3. Manaus, INPA, 1978. p. 10-11.

¹⁹² Idem, p. 11-12.

preparar a terra”. Na seqüência, quando ocorre o recuo das águas, os caboclos-ribeirinhos terminam de preparar a terra para prática pesqueira. Portanto, somente no segundo ano, que corresponde à segunda enchente/cheia, é que os caboclos-ribeirinhos irão praticar a pesca de lanço. Assim, podem-se considerar essas áreas apropriadas como águas de trabalho¹⁹⁴, pois o uso dessa territorialidade de pesca apropriada, assim como o uso da terra de trabalho¹⁹⁵, garante a reprodução da família camponesa dos lagos de terra firme na Amazônia, uma vez que é desse espaço aquático que o camponês-ribeirinho retira o peixe para sua alimentação, bem como comercializa o excedente da produção. Além do mais, e isso é importante, com essa prática costumeira não se produz uma pesca predatória, garantindo, por sua vez, a sustentabilidade desse ambiente.

Fonte: trabalho de campo/2005
Desenho: Marcos Castro/2006
Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006

Fig. nº. 69 - Preparação da terra na vazante/seca para a pesca de lanço na enchente/cheia.

¹⁹³ WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral” In: **Anuário Antropológico - 87**. Brasília / Rio de Janeiro, Edunb / Tempo brasileiro, 1990, p. 62.

¹⁹⁴ WITKOSKI, Antônio Carlos, op. cit., p. 263.

¹⁹⁵ GARCIA Jr., Afrânio. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Fonte: trabalho de campo/2005
Desenho: Marcos Castro/2006
Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006

Fig. .nº. 70 - Armação do lanço. Observe-se que essa técnica de pesca é realizada próxima da margem, um prolongamento do direito de uso do espaço terrestre.

Os camponeses-riberinhos, geralmente, permanecem, nessa jornada, durante o dia inteiro. A armação do lanço tem início às 6 horas e seu término ocorre por voltas das 18 horas, quando é efetuada a retirada do lanço. Assim, nessa atividade, não se pratica a pesca noturna, além de ser uma tarefa exclusivamente masculina. O papel das mulheres é de cuidar dos afazeres domésticos, e fundamentalmente preparar a comida que, em diversos casos, é levada por elas, em canoas, para a equipe de pescadores.

Isso não significa que o papel das mulheres na unidade doméstica camponesa seja considerado secundário. Muito pelo contrário, o trabalho feminino tem uma importância fundamental para a permanência da família ribeirinha camponesa no lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru. Embora não participem da pesca de lanço, elas executam outras atividades, como, por exemplo, a pequena criação, a horta e, em momentos de necessidades, participam de tarefas na roça. Shanin (s/d) ressalta que em algumas situações “esses ninchos de prerrogativa feminina no mundo dominado pelo homem pode

desenvolver-se em importantes ‘comércios femininos’ independentes”¹⁹⁶. Godoi (1999) também destaca a importância do trabalho da mulher:

O seu trabalho é indispensável à complementação do trabalho agrícola na esfera produtiva, mais ainda na esfera do consumo e nas tarefas domésticas – é ela que organiza o consumo interno da unidade familiar e é impossível produzir-se a independência econômica de uma nova unidade doméstica sem o seu trabalho¹⁹⁷.

Cardoso (2001), no seu trabalho de doutorado, observou a existência de territorialidade pesqueira em vários lugares do Brasil, tanto para a pesca litorânea como para a pesca interior. Dentre estas, o autor identificou na região nordeste, no rio São Francisco, uma prática de pesca semelhante à descrita anteriormente:

No rio São Francisco o lanço é uma unidade territorial de pesca. Em acampamentos às margens do rio, ou em áreas próximas as moradias ribeirinhas, grupos de pescadores limpam um trecho do fundo do rio por onde será lançada a rede, impedindo que, por exemplo, galhadas de árvores submersas obstruam o correr do lanço na rede. Este lanço é utilizado por uma temporada de pesca pelo grupo que o construiu¹⁹⁸.

¹⁹⁶ SHANIN, Teodor. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: editora Anagrama, s/d. p.21.

¹⁹⁷ GODOI, Emília P. **O trabalho da memória; cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999. p.71.

¹⁹⁸ CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese de doutorado, USP, 2001. p. 75.

Fonte: trabalho de campo/2005
Desenho: Marcos Castro/2006
Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006

Fig.. nº. 71 - Momento em que o comboiador conduz o cardume para o interior do lanço.

Fonte: trabalho de campo/2005
Desenho: Marcos Castro/2006
Org.: Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006

Fig.. nº. 72 - Momento em que a canoa de rede direciona-se para a margem, aprisionando o cardume.

5.8.3. A pesca de lanço: parcelização e controle do direito de pescar em porções das águas

A técnica da pesca de lanço efetuada no lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru, descrita acima, ocorre durante o período de águas altas (enchente/cheia), quando as águas transbordam em grandes trechos. Esse período coincide com a época de escassez dos recursos haliêuticos, uma vez que as águas, durante a alagação, invadem as áreas de várzea, igapós e trechos de restinga, e os peixes, na busca de alimentação, espalham-se por essas áreas, tornando mais difícil, nesse momento, a sua captura. Nesse sentido, a apropriação de porção de água usada para a pesca, é uma das estratégias encontradas pelos camponeses-ribeirinhos para gerir e garantir a sua permanência nesse ambiente.

Com efeito, deve ser entendido que essa estratégia, como aponta Bourdieu (1990), não ocorre mecanicamente e intencionalmente como uma prática produzida automaticamente pelo *habitus*, muito pelo contrário, pois este “está no princípio de encadeamento das ações que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser de modo algum o produto de uma verdadeira intenção estratégica (o que suporia, por exemplo, que elas fossem apreendidas como uma estratégia entre outras possíveis)”¹⁹⁹.

O camponês-ribeirinho do ponto de vista legal²⁰⁰ não pode, em hipótese alguma, ser considerado dono de porção das águas, no entanto, por meio de uma prática costumeira ele consegue incorporar, com trabalho efetuado na terra e na água, uma área delimitada na frente de sua propriedade, na qual extrai parte significativa de seus meios de existência.

O lanço, portanto, é uma porção de água apropriada pelos camponeses-ribeirinhos, que ao preparar a terra para a pesca, como foi visto anteriormente, reivindica para si o direito de uso territorial exclusivo, pois essa territorialidade reivindicada é um prolongamento dos direitos de usos dos espaços terrestres. Na maioria das vezes, o lanço é realizado na frente de uma propriedade. Por esse motivo, “o dono do terreno” torna-se automaticamente “o dono do lanço”. (Fig. nº. 73). Mesmo para os casos em que o lanço esteja localizado fora de qualquer

¹⁹⁹ BOURDIEU, Pierre, op. cit. p.61.

propriedade, em terras públicas, por exemplo, há um respeito geral pelos membros da comunidade e de outros pescadores vindos de fora, para o uso exclusivo dessa porção de território de pesca apropriado.

Fig. nº. 71 – Pesca de lanço no Lago São Lourenço – Manacapuru-AM

Fonte: trabalho de campo, 2005
Desenho: Marcos Castro/2006
Org. Manuel de Jesus Masulo da Cruz/2006

Tanto em um caso como no outro, pode ser observada claramente a presença de uma ordem moral pautada por meio de uma ética camponesa²⁰¹, assumida pelos moradores do lago, os quais respeitam a área delimitada para a prática da pesca. O mesmo procedimento ocorre com os pescadores profissionais vindos de outras localidades, inclusive pescadores embarcados que não invadem essas porções de águas apropriadas.

²⁰⁰ De acordo com o Código das Águas, decreto nº. 24.643 de 10 de julho de 1934, ainda vigente, “para que as águas ostentem a condição jurídica de águas públicas é indispensável que as mesmas sejam perenes”. Assim, os lagos, lagoas, rios etc., são considerados águas públicas de uso comum.

²⁰¹ WOORTMANN, Klass, op. cit.

Só ele, eu e os pescadores aqui de dentro que pesca nesse pedaço aqui, outros barcos aparecem, de vez em quando amarra ali na ponta, ficam olhando, aí nós vamos lá, nós pede e aí vão embora. Eles querem entrar mas respeitam o lanço. Aqui nessa área de terra eles respeitam, agora tem lugar aí que não respeita não, eles mete a rede, porque o pescador [profissional], o pescador é o seguinte, o pescador não é amigo de ninguém, ele vê o produto, ele mete a rede mesmo. Aí, às vezes dá até confusão, mas aqui graças a Deus não, eles tem respeitado.
(Senhor chiquinho, 56 anos, camponês-ribeirinho).

Esse “respeito”, em não invadir o lanço para a prática pesqueira, se deve ao reconhecimento do trabalho efetuado pela família, sob o comando do pai, na preparação da terra para a pesca. Nesse sentido, como aponta Woortamann (1990), a terra, [a água], a família e o trabalho não poderiam ser pensados separadamente, pois “nas culturas camponesas, não se pensa a terra [e a água] sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra [a água] e a família” ²⁰².

Outro fator importante a ser considerado neste aspecto é com relação à questão da figura do dono, o qual expressa uma categoria moral completamente diferente da categoria proprietário, pois o lanço representa para os moradores do lago São Lourenço um componente fundamental na produção de suas vidas, como a casa/quintal e a roça, sendo, portanto, considerado pelas comunidades do lago São Lourenço como patrimônio²⁰³. Por isso, essa área apropriada na frente da propriedade é transmitida de uma geração à outra, assim como pode ser transmitida dentro de uma mesma geração por meio dos costumes sucessórios (trataremos dessa questão mais adiante). É considerado dono não por ter comprado o lanço, mas por ter efetuado trabalho na sua preparação, isso independe da questão legal da água, pois do ponto de vista jurídico ninguém pode ser considerado proprietário de água corrente, como é o caso do lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru.

É importante ressaltar que não se observaram casos de conflitos, tanto por parte dos moradores do lago como dos de fora, em função do desrespeito dessa norma costumeira de gerir os espaços haliêuticos no lago São Lourenço, baixo rio Manacapuru, no período de águas altas.

²⁰² Idem, p. 23.

²⁰³ Idem, p. 28 e 29.

Um outro aspecto a acentuar com relação à técnica da pesca de lanço, em função dos direitos exclusivos da exploração, é a proteção dos recursos pesqueiros, pois os pescadores embarcados e/ou canoas motorizadas vindas de outras localidades, não têm acesso livre a essas porções do território de pesca apropriadas. Assim, nesse período de escassez dos recursos haliêuticos, os camponeses-ribeirinhos garantem recursos necessários para sua alimentação, como também podem negociar o resultado da sua pescaria diretamente no mercado de Manacapuru. O que é mais importante na utilização dessa técnica costumeira é a capacidade de garantir, com a venda do excedente da pescaria, um complemento de renda para a família ribeirinha em um período considerado por todos como difícil, como esse das águas altas.

No estudo realizado no ambiente de várzea do complexo Solimões-Amazonas, Fraxe (2000), ao se referir sobre os lagos interiores, localizados atrás da restinga frontal, denominados de “despensa”, identificou um aspecto diferente do direito de uso do espaço aquático observado no lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru. Para essa autora, ocorre não uma apropriação de porção de água usada para pesca individualmente, mas uma apropriação coletiva. Nesse sentido, afirma que os lagos de várzea “são passíveis de apropriação coletiva”²⁰⁴, pois

... se diversas propriedades têm seus limites (fundos) em um mesmo lago, e o conjunto dessas propriedades circunscrevem todo corpo aquático, essas famílias reivindicam não a posse em si, mas o direito de uso exclusivo dos recursos aquáticos, principalmente no âmbito interno da comunidade. Isto funciona como uma contraposição à invasão de agentes externos (pescadores profissionais e moradores de outras comunidades)²⁰⁵.

Witkoski (2006), no trabalho realizado no rio Solimões-Amazonas, observou a mesma situação para os lagos de várzea:

... na visão de mundo dos camponeses que habitam a calha do rio Solimões/Amazonas e áreas contíguas (paranás, igarapés, furos etc.), os ambiente aquáticos amazônicos dividem-se em duas grandes unidades: os rios são concebidos como território aquático público; os lagos são

²⁰⁴ FRAXE, Therezinha de J.P. op. cit., p. 105.

²⁰⁵ Idem, p. 105 e 106.

compreendidos quase sempre, como território aquático coletivo”²⁰⁶.

Há casos de lanços que são preparados pelos proprietários dos terrenos, juntamente com sua família, porém não executam efetivamente essa técnica no período da enchente/cheia, preferem, por diversos motivos, arrendar para outros membros da comunidade ou para os barcos de pesca e/ou canoas motorizadas. O pagamento pelo direito de uso de porção das águas ao dono do lanço pode ser tanto por produção, na qual parte do resultado da pescaria é destinada para família ribeirinha, como pode ser pelo pagamento em dinheiro, após a venda do pescado no mercado de Manacapuru e/ou Manaus.

Cumpra-se, porém, que não se observou caso de venda ou compra dessas áreas delimitadas para a pesca de lanço no interior do lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru. Isso pode ser explicado pelo fato de que essas áreas não se constituem enquanto propriedade, sendo apenas um prolongamento do direito de usos dos espaços terrestres, nas quais aquelas estão estabelecidas. Portanto, o que ocorre somente é a cessão dos direitos de uso dessas águas e não sua venda.

Não, ninguém vende lanço aqui, só vende se for com o terreno todinho. Se eu vender esse terreno aqui eu vendo com tudo, com lanço, com o campo, mas só o lanço ninguém vende não, agora a gente aluga. Teve uns anos que eu trabalhei, eu aluguei um numa base de 12 anos para um proprietário lá de Manaus, dono daquele Onze de Maio I, II e III, quem pescava era ele mesmo, ele vinha de lá, ele me pagava 10 % depois da produção vendida, o apurado. (Senhor. Gonçalo, 56 anos, camponês-ribeirinho).

Observe-se na fala do camponês-ribeirinho que ele não vende o lanço. Isso somente ocorre se for negociado todo o terreno, na qual essa porção de água apropriada de forma individual/familiar está inclusa, entretanto, ele pode alugar, ou seja, arrendar para outros, extraíndo, portanto, renda da terra e da água.

O que é mais interessante é que no lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru, os donos de lanço arrendam não somente para outros camponeses-ribeirinhos, mas também para os proprietários de barcos de pesca, vindos de Manaus e da cidade de Manacapuru. No segundo caso, fica evidente a

²⁰⁶ WITKOSKI, Antônio Carlos, op. cit., p. 233.

especificidade das relações de produção que são estabelecidos nesse tipo de pescaria, demonstrando, mais uma vez, o caráter contraditório da expansão do capitalismo no campo. O que ocorre, na realidade, é que os camponeses-ribeirinhos arrendam os lanços, preparados por eles, juntamente com seus familiares, para os capitalistas, representados pelos proprietários dos barcos de pesca, os quais pagam renda em dinheiro como foi mencionado pelo depoimento do camponês-ribeirinho. Neste caso, ele afirma que o pagamento correspondia a 10% do total comercializado no mercado de Manaus. Isso mostra que uma renda da terra e da água é extraída do arrendamento dessa porção de água apropriada que vai parar nas mãos do dono do lanço, o qual não é nenhum proprietário rentista que vive exclusivamente desse tipo de renda, mas um camponês-ribeirinho que pratica um conjunto de atividades combinadas: agricultura, criação, pesca, extração e etc.

O capitalismo engendra relações de produção não-capitalista como recursos para garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações camponesas²⁰⁷.

Portanto, o capital, nessa situação, criou uma renda antes não existente nessa localidade da Amazônia. Em outras palavras, a água usada enquanto recurso haliêutico não tinha nenhum valor do ponto de vista comercial, isto somente ocorreu a partir do momento em que o peixe é valorizado enquanto mercadoria, ou seja, quando um bem, no caso o pescado, está sujeito à comercialização²⁰⁸.

A forma de organização da pesca de lanço no lago São Lourenço pode ser caracterizada como pequena produção mercantil simples. Segundo Diegues (1983), a “principal característica dessa forma de organização é a produção de valor de troca em maior ou menor intensidade, isto é, o produto final, o pescado, é realizado tendo-se em vista a sua venda”²⁰⁹. Em outro trabalho esse autor complementa: “A unidade de produção é em geral o grupo familiar ou vizinhança, sendo a apropriação do produto regida pelo sistema de partilha ou quinhão”²¹⁰.

²⁰⁷ MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986. p. 21

²⁰⁸ Idem, p. 21.

²⁰⁹ DIEGUES, Antônio Carlos S., op. cit., p.149.

Fig. nº. 74 - Camponeses-ribeirinhos preparando a armação do lanço. Observe-se no primeiro plano uma área limpa, sem vegetação, a qual foi preparada durante a vazante/seca, onde o lanço será armado. Lago São Lourenço, em 5 de junho de 2003, estando as águas a 28,16 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Fig. nº. 75 - Lanço armado em plena cheia. Esse local foi escolhido para a esse tipo de pescaria por ser considerada rota dos cardumes. Lago São Lourenço, em 5 de junho de 2003, estando as águas a 28,16 m acima do nível do mar. (Fotografia de Carlos Alberto Dias).

²¹⁰ DIEGUES, Antônio Carlos S. **Povos e mares**. São Paulo: NUBAUB-USP, 1995. p. 57.

Essa porção de água, apropriada pelos camponeses-ribeirinhos no período de enchente/cheia e preparada no período de águas baixas, que corresponde ao lanço, é, na verdade, entendida pelos moradores do lago São Lourenço e baixo rio Manacapuru como benfeitoria, semelhante à preparação de uma roça, na qual executam a derrubada, a queimada, o encoivramento e a limpeza. Essa área apropriada pode ser transmitida em uma mesma geração por meio de sucessão de direitos de uso, sem contudo ocorrer o mesmo com outras benfeitorias na propriedade em terra. Nesse sentido, a sucessão de direitos de exploração do lanço, como observou Godoi (1999) para o caso de terra de conjunto no sertão do Piauí, “prescinde da morte de um dos cônjuges e não implica na repartição do patrimônio familiar” ²¹¹.

No Lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru, é comum a família ribeirinha possuir mais de um lanço, inclusive, em muitos casos, fora da área de influência direta de uma propriedade. Assim, à medida que os filhos adquirem maturidade, ou quando se casam, o pai, o chefe da família, concede àqueles os direitos de uso dessa porção de água apropriada, tornando-os, portanto, os novos “donos de lanço”. Este fato, nas comunidades do lago, tem uma importância fundamental para os filhos do sexo masculino, pois ser dono de lanço representa independência e responsabilidade.

A sucessão dos direitos de exploração do lanço concedida aos filhos é estendida, também, aos genros, quando estes se casam com as filhas e, por um motivo ou outro, se estabelecem na propriedade do pai. Desta forma, o chefe da família camponesa ribeirinha concede-lhe um lanço seu ou ajuda o genro a preparar um novo lanço, seja na sua propriedade como em outras localidades. A fala de uma filha recém-casada que mora com o pai demonstra essa situação: “Nós casamos há pouco tempo, mas o meu marido já é dono de um lanço, que meu pai deu pra ele, e aonde ele pesca com outros companheiros”. Observe que na fala da mulher (esposa) ela procura enfatizar que seu marido “já é dono de lanço”, isso tem um significado importante para um casal no início de matrimônio.

Um outro aspecto observado com referência ao lanço no lago São Lourenço, identificado por Godoi (1999) com relação à terra para os camponeses

²¹¹ GODOI, Emília P., op. cit., p. 69.

do Piauí²¹², é a autorização dessa porção de água para parentes (irmãos do pai, por exemplo) ou para outros moradores da comunidade para que estes efetuem trabalho, pois é reconhecido por todos o trabalho efetuado pelo chefe de família, juntamente com outros membros, para a preparação do lanço. Assim, é respeitado tanto por parte dos moradores do lago, como pelo que vem de fora, como já foi visto antes, o direito à terra e à água trabalhada.

Os camponeses-ribeirinhos moradores do lago São Lourenço, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, apresentam um relativo grau de liberdade. Esta, porém, está ancorada numa ordem hierárquica, na qual o pai de família representa o sustentáculo dessa hierarquia. Assim, a figura do dono do lanço está associada ao pai, considerado na Amazônia o chefe da família. Isso é tão significativo que qualquer pedido de autorização para a utilização dessas águas apropriadas é levado ao pai.

O trabalho efetivado na terra e na água, realizado pelos homens, sob o comando do chefe de família, tem um valor significativo, pois, como já foi visto, há o respeito e o reconhecimento por essa árdua tarefa de preparar o lanço. Isso ocorre tanto no interior da família como entre as comunidades do lago.

²¹² Idem, p. 71.

CAPÍTULO 6 - AS TERRITORIALIDADES FLORESTAIS: USO DA FLORESTA NA VÁRZEA DA AMAZÔNIA

6.1. Apropriação e uso familiar da floresta

Os camponeses-ribeirinhos da área de estudo também fazem uso da floresta de várzea, a qual está dividida em floresta de restinga, floresta de igapó, em que estão incluídos os chavascais e os aningais. A primeira, particularmente a localizada na restinga frontal, ou seja, aquela que faz frente para o rio principal, no caso o rio Solimões e canais laterais, foi a que sofreu maior depredação. Na Costa do Pesqueiro e Costa do Arapapá, no rio Solimões, estas áreas de floresta de restinga foram derrubadas primeiramente para a construção da casa de moradia, em seguida, para a instalação das culturas tanto de ciclo curto como as perenes, quando esses camponeses-ribeirinhos começaram a se estabelecer nessas localidades por volta de meados do século XIX.

Como já foi visto no capítulo anterior referente às terras de cultivo, as derrubadas de parte significativa dessa floresta de restinga frontal ocorreu, principalmente, nas últimas décadas do século XIX para o plantio de duas culturas consideradas importante para aquele momento: o consórcio de seringueira e cacaueteiro. O plantio desse consórcio ocupou significativo trecho da restinga frontal. Além disso, os camponeses-ribeirinhos já utilizavam um trecho mais para o interior da restinga para a organização das suas roças. Em ambas as situações, foi necessário o sacrifício de inúmeras espécies da floresta de restinga por meio das inevitáveis derrubadas.

Além da floresta de restinga frontal, em vários trechos das áreas de várzea, existem outras florestas de restinga, geralmente três. Essas últimas são de uso comum e estão mais preservadas, servindo como territórios de caça, de coleta e do extrativismo.

Assim, pode-se considerar que as áreas de florestas da restinga frontal foram, à medida que os camponeses-ribeirinhos se estabeleceram na várzea do rio Solimões, sendo paulatinamente apropriadas de forma individual/familiar.

Uma outra situação de apropriação individual/familiar constatada na várzea de Manacapuru foi a derrubada de trechos da floresta de restinga para o plantio de

pasto. Normalmente essas áreas derrubadas estavam localizadas mais para o interior da restinga frontal. Os camponeses-ribeirinhos tinham a preocupação de preservar seus sítios e plantio de culturas de ciclo curto. Quando decidiam criar gado, instalavam o pasto por meio do plantio por detrás dessas terras de cultivos, logo após as derrubadas de trechos da floresta de restinga.

Se eu fosse meter boi no sítio acaba com o sítio né, aí eu digo vou só fazer campo daqui pra trás. Eu não acabei com o sítio, porque com o sítio você tira uma renda boa. No meu sítio tem cupuaçu, banana, limão, coco, cacau, o limão dá inverno e verão lá em casa. Eu não derrubei o sítio, porque eu não vou viver só do boi, porque eu tenho poucas cabeças. O sítio quando eu estou aperreado querendo uma forra né, aí eu tiro duas latas de limão, um centro de cacau, dois cacho de banana e vendo em Manacapuru, goiaba também, o limão chegou, vende na hora. Por isso que eu deixei o sítio, ou seja, não derrubei, quando eu decidi criar boi. (Senhor Tander, 40 anos, camponês-ribeirinho).

6.2. Floresta de uso comum e de apropriação familiar

Em diversos trechos da várzea de Manacapuru vamos encontrar na área mais baixa da restinga frontal, próxima aos lagos, a floresta de igapó. Esta área, ao contrário do que muita gente imagina, é periodicamente inundada pelas águas dos lagos; quando a restinga frontal é transbordada recebe influência também das águas do rio Solimões. Por ser uma área mais baixa do que o topo da restinga, elas estão relativamente preservadas, pois os camponeses-ribeirinhos não têm utilizado essas florestas de igapó para a instalação de seus cultivos e pasto. Na verdade, eles reconhecem a importância dessas áreas de floresta para sua manutenção, principalmente durante o período de enchente/cheia, quando esse ambiente é freqüentado por inúmeras espécies de peixes, muitos dos quais se alimentam das flores, frutas e sementes que caem na água.

Essas áreas de floresta de igapó apesar de considerada como um prolongamento das propriedades, é de uso comum, podendo ser utilizada no período de vazante/seca pelos camponeses-ribeirinhos para atender a algumas necessidades: extrações de varas para amarrar canoas e/ou malhadeiras; para lenhas; para caça. Portanto, esse território florestal é não cercado e usado em qualquer hora e lugar.

Já no período da enchente/cheia, quando as águas invadem essas áreas florestais, os camponeses-ribeirinhos utilizam para a pesca, geralmente de forma comum. Entretanto, nessa atividade, percebe-se uma apropriação dessa floresta inundada nesse momento das águas altas, reivindicadas como um prolongamento dos direitos de uso dos espaços terrestre. Os camponeses-ribeirinhos procuram usar essas áreas de acordo com o marco divisório das propriedades. O tipo de utensílio mais utilizado neste tipo de pescaria é a malhadeira, como já foi visto, pela facilidade de seu uso nesse ambiente. Em alguns casos, os moradores para “colocar a malhadeira” fazem uma limpeza antes da invasão das águas para evitar que a mesma engate no fundo. Eles preparam a terra para a pesca, criando, assim, porções de territórios de pesca apropriados. Em geral, os outros moradores não invadem essas áreas apropriadas, a não ser que peçam permissão de uso aos seus donos.

É importante considerar que a mesma territorialidade florestal torna-se territorialidade da caça, da extração, da coleta, da pesca, tendo, como foi visto, formas diferentes de uso: uso comum no período das águas baixas, apropriação individual/familiar no período das águas altas.

Mais distante dessas florestas de igapó, em alguns casos depois dos lagos, aparecem outras áreas de floresta de restinga e floresta de igapó, todas usadas pelos camponeses-ribeirinhos de forma comum para a extração, para a coleta, para a atividade pesqueira no período das águas altas.

Fig nº. 76- Aspecto da floresta de igapó durante a enchente. Nesse período ela é usada pelos camponeses-ribeirinhos para a atividade haliêutica, tanto de forma comum como individual/familiar. É importante ressaltar que o utensílio de pesca mais utilizada nesse ambiente é a malhadeira pela facilidade de seu uso. Costa do Pesqueiro I, baixo rio Solimões, em 13 de maio de 2005, estando as águas a 27,79 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Fig. nº. 77 - Aspecto da floresta de igapó durante a vazante. Nesse momento de águas baixas, ela é utilizada de forma comum pelos camponeses-ribeirinhos para as atividades do extrativismo, da caça e da coleta. Costa do Pesqueiro I, baixo rio Solimões, em 28 de outubro de 2004, estando as águas a 19,74 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

6.2.1. Territorialidades extrativas

Os camponeses-ribeirinhos na várzea amazônica também utilizam a floresta de várzea e de terra firme para extração da madeira e da lenha. A primeira é retirada para as construções das casas de moradias, para construções de chiqueiro, galinheiro, latada de maracujá e estruturas para desenvolver técnicas agrícolas diversas. Na Costa do Arapapá, por exemplo, a maioria das casas tem madeira retirada da própria região. Há locais nessa localidade, como o centro da comunidade de São Raimundo, onde estão instalados a igreja, o centro social e a escola, em que 70 % da madeira utilizada nessas construções é oriunda da floresta de várzea e terra firme localizadas nas suas proximidades.

A retirada da madeira na várzea de Manacapuru se dá basicamente com uso do machado e da canoa movida a motor, tipo rabeta; raramente se usa o barco a motor a diesel e motosserra. O uso da canoa, muitas vezes é necessário devido às condições naturais em que as árvores estão localizadas na floresta. Após a derrubada da árvore e da preparação da tora de madeira durante a vazante/seca, os camponeses-ribeirinhos deixam esse material no local, não executam o transporte imediatamente, seja por meio do jericó, um pequeno trator e/ou de cavalo, pois é preciso passar por área pantanosa, de charco, tornando-se inviável. Daí, eles aguardam o período da enchente/cheia, quando a planície inunda, então eles vão se dirigem ao local onde a peça de madeira se encontra, amarram a mesma ao lado da canoa e ligam o motor, às vezes é necessário fazer um pique na mata, ou seja, abrir um caminho para facilitar a locomoção. Em seguida, conduzem a tora até a restinga, próxima à casa de moradia; quando ocorre o recuo das águas ela fica no ponto de ser beneficiada. A madeira pode ser cortada em qualquer período, mas ela somente é transportada durante a enchente/cheia, portanto, o transporte é aquático. Os camponeses-ribeirinhos não mexem na tora de madeira, quando essa permanece aguardando o período das águas altas para ser transportada. Isto mostra o reconhecimento do trabalho efetuado por outro camponês-ribeirinho.

A extração da lenha pelos camponeses-ribeirinhos, na várzea de Manacapuru, ocorre para atender diversos fins: usado no forno durante a produção de farinha de mandioca; no fogão para cozinhar; para assar peixes no

terreiro, dentre outros. Dentre os usos citados desse combustível merece destaque, na atualidade, o primeiro, em virtude do grande volume consumido. Quando começa a se aproximar o período da farinhada, a partir de março, muitos camponeses-ribeirinhos começam a armazenar lenha na casa de farinha. Parte dessa lenha armazenada é oriunda da floresta de várzea e terra firme, a outra parte é madeira já utilizada em outras propriedades, mas que são aproveitadas para lenha durante a safra da farinha, como ilustra o depoimento a seguir:

Essa lenha que esta aqui, por exemplo, ela está sendo armazenada visando à farinhada, provavelmente nós vamos produzir 60 sacas de farinha no fabrico desse ano. 60 sacas dá 100 alqueire; nós vamos produzir 5 mil litros de farinha, vamos assim dizer, dá 3 toneladas, 3,5 toneladas por aí. Então, produzindo 3, 5 toneladas de farinha essa lenha que está aí não é suficiente. A gente vai ter que conseguir mais um pouco. Mais é fácil, quer dizer, tem muita madeira aí que serviu pra latada que hoje já não serve mais já está em estado de decomposição que só serve pra lenha e que já nos foi inclusive oferecida: olha, essa madeira não me serve mais quando começar a farinhada vem pegar. As pessoas não vendem essa madeira, eles oferecem de graça em troca de alguns litrinhos de farinha, eles querem que a gente limpe o terreno deles, ou seja, eles querem plantar de novo e a madeira velha, que agora não serve mais, está atrapalhando. Entretanto, pra gente ela serve pra lenha, a gente vai lá, pega e reutiliza. (Lúcio Souza, 38 anos, camponês-ribeirinho).

A madeira e a lenha retiradas pelos camponeses-ribeirinhos, na área da pesquisa, são utilizadas somente para o autoconsumo. Portanto, não ocorre a comercialização desses produtos extraídos da floresta. Além disso, a maioria dos moradores tem consciência de que é preciso preservar para as gerações futuras, por isso, não há risco de desmatamento dessa cobertura florestal, em larga escala, na várzea de Manacapuru.

Mas se pode pensar, o perigo é desmatar, há um risco de desmatamento? Não por que a várzea assim tem muita madeira ainda, o pessoal tem essa consciência que é preciso manter a floresta pra próximas gerações, então eles tiram só pro uso pessoal, ninguém comercializa madeira aqui, só pro uso pessoal. Então é atribuição da floresta tirar madeira para nossas construções, como nossas casas, por exemplo, outra é tirar madeira pra lenha, uma outra é tirar madeira pra latada maracujá. Pra latada tira madeira um pouco mais fina, mais verde, politicamente aquilo é incorreto porque aquela árvore não vai crescer, mas como se reproduz rápido, ou seja, aquele manejo é sustentado,

porque de tempo às pessoas param pra ela se recuperar, mas nem sempre foi assim, teve uma época que estava demais e a gente teve de orientar nesse sentido. (Senhor Américo, 34 anos, camponês-ribeirinho).

Fig. n°. 78 – lenha armazenada em uma casa de farinha, aguardando o início do período da farinhada. Costa do Arapapá II, em 2 de março de 2007, estando as águas a 23, 46 m acima do nível do mar. (Fotografia de Manuel de Jesus Masulo da Cruz).

Na região os camponeses-ribeirinhos exploram duas espécies de açaí: o açaí-do-pará e o açaí-do-mato ou de terra firme. O primeiro é típica da região oriental da Amazônia, por ser uma palmeira muticaule, permite, além da retirada dos frutos, a extração do palmito, pois possui uma alta capacidade de brotação a partir do pé principal. O segundo ocorre com maior frequência na parte central da Amazônia, sendo uma palmeira monocaule. Por isso, a sua exploração se restringe aos frutos, uma vez que se for aniquilada para a extração do palmito a planta dessa espécie acaba morrendo.

Na área de estudo, a espécie dominante é a do açaí-do-mato, que aparece em grande número nas florestas de várzea e de terra firme. A extração do açaí, sobretudo a do o açaí do mato, era até o início da década de 1980, voltada basicamente para o autoconsumo familiar na várzea de Manacapuru. Não eram muitos os camponeses-ribeirinhos que se dedicavam à exploração dessa cultura.

Os moradores e suas famílias delimitavam e se apropriavam de trechos de floresta, principalmente das cabeceiras dos lagos de terra firme, como por exemplo, as do lago do Matias na Costa do Arapapá, usadas para a retirada do açaí, do tucumã, assim como de madeira, da castanha, para a pesca. Nesse período, essas áreas delimitadas e apropriadas eram de uso exclusivo dos que as reivindicavam, havia o respeito dos outros camponeses-ribeirinhos em não invadir essa porção de floresta apropriada.

A partir da década de 1980 com o aumento da demanda do fruto do açaí, em nível regional e nacional, houve um crescimento significativo de camponeses-ribeirinhos que passaram a se dedicar a essa atividade extrativa. Ao mesmo tempo houve um aumento dos compradores desse produto na várzea de Manacapuru, denominados localmente de “atravessadores”. Vale ressaltar que estes são camponeses-ribeirinhos, moradores da própria comunidade/localidade que se tornaram além de produtores compradores de açaí. Esses atravessadores começaram a fornecer sacas de 50 k e outras vantagens para que determinados números de apanhadores retirassem o açaí e vendesse para eles, constituindo, portanto, as turmas de apanhadores de açaí. Com o aumento da procura dessa cultura na várzea e terra firme do município de Manacapuru, muitos apanhadores, incentivados de certa forma pelos atravessadores, começaram a invadir as territorialidades extrativas, retirando açaí dessas áreas reivindicadas.

Com esse crescimento aumentou mais de 130% e muita gente entrou no negócio e começou a explorar o açaí. E aconteceu, nos anos 80, com essa explosão do açaí e tudo, então muitas pessoas começaram a fazer, na maioria orientada pelos atravessadores, a tirar o açaí da região do outro, então a pessoa, ele, o atravessador dizia: vai lá tirar, se não tivessem ninguém por perto, eles tiravam escondido açaí da área que estava demarcado de outra pessoa. Isso aconteceu dos anos 80 pra cá e ainda acontece. Conflito não houve não, somente advertência verbal: como é que tu fizeste isso, não faz isso, eu vivo disso também e nos somos vizinhos não podemos roubar um do outro. (Senhor Lúcio Souza, 38 anos, camponês-ribeirinho).

É importante considerar que essa invasão nas territorialidades extrativas ocorre, principalmente nos casos em que os atravessadores acompanham os apanhadores no processo de extração do açaí, isso mostra que estes últimos sozinhos tendem a respeitar essa porção de floresta demarcada e apropriada. Na

Costa do Arapapá, por exemplo, são poucos atravessadores que acompanham os camponeses-ribeirinhos nessa jornada.

Geralmente os que vão juntos são pouco éticos, ou seja, a gente percebeu isso, por acaso de propósito os que têm menos ética que invadem, são os que vão junto com o apanhador. Isso confirma uma impressão que nós temos que é o seguinte: eles vão juntos porque o apanhador sozinho não teria coragem de invadir por causa do respeito, a mando deles o apanhador faz, ou seja, retira açai em território alheio. (Senhor Lúcio Souza, 38 anos, caponês-ribeirinho).

O processo de retirada do fruto do açai, na floresta, requer um esforço enorme, pois é preciso que os apanhadores subam nos pés dessa cultura, que chegam a atingir até 18 m de altura. Para facilitar essa operação, eles usam a “peconha”, que é um cordão de tecido usado nos pés para dar sustentação no momento em que se sobe no tronco do açazeiro. Para efetuar o corte do cacho do açai, os apanhadores utilizam o terçado. A safra do açai na várzea e terra firme de Manacapuru tem início em abril e vai até agosto.

A caça é uma atividade complementar importante exercida por muitos camponeses-ribeirinhos na várzea e terra firme na Amazônia. A caça na área da pesquisa está voltada na atualidade basicamente para o consumo, raramente é comercializado algum produto dessa atividade extrativa. Ao contrário do que comumente se imagina, essa atividade não é somente executada em área de floresta, porém, ocorre em outras áreas: capoeira, campos naturais, lago, poço etc. Os camponeses-ribeirinhos utilizam essas áreas em qualquer hora e lugar de forma comum, não havendo, portanto, para essa atividade, a apropriação individual/familiar como ocorre com a extração do açai.

Nas localidades mais distantes da terra firme, como a Costa do Pesqueiro, principalmente no Pesqueiro I e II, os animais mais caçados pelos camponeses-ribeirinhos são as aves: pato do mato, mutum, marreco, garça e outras. Destas merece destaque a caça do pato do mato. Essa ave, segundo os moradores, já foi mais abundante nas áreas de várzea do que atualmente, entretanto, devido a sua grande captura, nas últimas décadas, houve uma redução considerável da população desse animal. Isso é comprovado pelo aumento no esforço de caça

empreendido para a captura dessa ave, como relata o camponês-ribeirinho abaixo:

Antigamente tinha muito mais pato do mato do que hoje em dia, mas eles foram muito perseguidos e agora quase não se encontra mais. Chegava na beira do lago espiava aquelas árvores grandes com espingarda, quando dava seis horas matava quanto quisesse. Matava pato do mato, uma vez nós matamos 14, matava só pra comer; é muito gostoso, é melhor do que o pato de quintal. Essa caça era só pra comer, a gente não vendia não. Tem pato do mato que é maior do que esse de quintal, às vezes dá cinco, seis quilos, ele voa alto e come arroz. Além do pato do mato, a gente caça também marreco e mutum. Depois de caçar, chegava aqui ia tratar e salgar, porque naquele tempo não tinha gelo, as mulheres iam fazer a bóia naquele dia ou ficava pro outro dia. (Senhor Milton Ferreira, 74 anos, camponês-ribeirinho).

A captura dessas aves ocorre com maior frequência no período de águas baixas, quando as mesmas são atraídas para os campos naturais em busca das sementes de gramíneas, sobretudo arroz do mato.

Os camponeses-ribeirinhos na área de estudo caçam outros animais, principalmente os mamíferos terrestres, dentre os quais se pode destacar-se: a capivara, a cutia, o tatu, o macacão-prego, a anta e o veado. Esses animais já foram muito abundantes nas áreas de várzea, porém, assim como ocorreu com as aves, a intensa captura desses mamíferos ocasionou a redução ou seu desaparecimento desse ambiente.

E outra coisa que é interessante nessa época [década de 1950] todas as caças em terra firme eram comuns na várzea: paca, tatu, cotia, capivara, anta e até o veado, o veado tá praticamente extinto. A anta também, por razões óbvias, ou seja, a ação predatória cresceu muito porque a carne é nobre, enfim, é um animal mais nobre, a anta e o veado respectivamente. Portanto, a capivara, a cotia, a paca e o tatu, estes são mais procurados hoje na terra firme, na várzea também aparece, mas é esporadicamente. (Senhor Altacir Souza, 80 anos, camponês-ribeirinho).

Como se vê no depoimento acima, é fato constatado que a maior quantidade de mamíferos terrestres na atualidade são encontrados na terra firme, principalmente nas áreas de floresta. Por isso, esses animais são mais capturados na Costa do Arapapá, principalmente o Arapapá I, áreas de estudo em que a terra firme está próxima, em alguns trechos contígua às várzeas.

Pereira et.al (2007) aponta quatro tipos de técnica de caça utilizada pelos camponeses-ribeirinhos na Amazônia: técnica da tocaia, do encurralamento com uso do cachorro, com a armadilha e caça com uso da canoa. Destas as duas primeiras são mais utilizadas na área da pesquisa. A técnica da tocaia consiste primeiramente no caçador localizar onde o animal costuma se alimentar e dormir. Isso é percebido pelos alimentos deixados nas proximidades onde é realizada a caça, como frutas, sementes, folhas e/ou restos de fezes no chão. Este segundo caso é mais comum entre as aves, sobretudo o pato do mato, como mostra o depoimento a seguir:

Eles [os patos] gostam daquele pau que tem aquele galho direito, reto, eles vêm e sentam, aí o cara vai espiar pra ver se eles dormem lá mesmo, a gente conhece que eles dormem, pela merda deles no chão, aí o cara já sabe que eles dormem ali, eles já têm os poleiros certos, aí o cara fica na posição, quando eles chegam a gente atira e mata. (Senhor Eros Andrade, 47 anos. Camponês-ribeirinho).

A segunda técnica utilizada se dá principalmente para a captura dos mamíferos terrestres. O uso dessa técnica foi observado na Costa do Arapapá, quando um grupo de camponeses-ribeirinhos saíram para caçar nos extensos campos de naturais, nas proximidades do lago do Batata, acompanhados por cachorros. O alvo dessa caçada foi a capivara e se deu na subida das águas. Os animais são perseguidos pelos cachorros e à medida que são encurralados os caçadores se aproximam e efetuam a captura por meio do uso da espingarda.

É importante considerar que a atividade da caça na várzea de Manacapuru é realizada durante o período das águas altas e baixas, rompendo com a idéia de que essa atividade é efetivada somente no período das enchentes/cheias. Apesar disso, é durante as alagações que essa atividade é intensificada, uma vez que os animais estão concentrados em pequenas parcelas de terras, “rebolados de terras” como eles as denominam, facilitando sua captura. Por outro lado, é nesse período que se dá a diminuição da atividade pesca, pois ocorre a dispersão dos peixes ocasionada pela invasão das águas. Witkoski (2006) menciona, no seu estudo, essa questão:

É verdade, no entanto, que, no período da cheia, no ambiente em que habitam os camponeses amazônicos, dois

fenômenos distintos se combinam: em primeiro lugar, há profundas dispersão das populações de peixes (pelos rios, paranás, igapós e lagos), o que aumenta significativamente o 'esforço de pesca', expressão referente a um conjunto de atividades à pesca – energia gasta na confecção dos apetrechos, tempo de deslocamento para os ambientes aquáticos, tempo gasto na captura dos peixes e tempo despendido para voltar a casa; assim, gasta-se muito mais tempo (pescando ou deslocando-se para os espaços aquáticos) e captura-se menos peixes; em segundo lugar, observa-se a concentração da caça, também decorrente da cheia – criam-se pequenas ilhas de terra onde se abrigam os animais, apreciados pelos camponeses, encurralados pela enchente, o que facilita muito a caça²¹³.

Atualmente, na várzea amazônica, a captura do jacaré não é mais realizada. Aliás, desde a aprovação da lei de proteção a fauna, em 1967, que os camponeses-ribeirinhos da várzea amazônica em geral e da várzea de Manacapuru em particular, deixaram de capturar esse réptil aquático. É importante ressaltar que esse animal é considerado pelos moradores como pesca e não caça, entretanto, nesse estudo, pelas circunstâncias em que é efetivada sua captura, como se terá oportunidade de verificar, optou-se em inclui-lo nesse item sobre caça.

Duas espécies eram capturadas na várzea de Manacapuru pelos camponeses-ribeirinhos: o jacaré Açu e o jacaré tinga. O primeiro, dado o seu tamanho, que chega a atingir mais de 2,5 m de comprimento, era o mais capturado. O local considerado ideal para apanhar esses animais é o lago/igapó. Durante o período de elevação do nível das águas, a captura era efetuada por meio do "curumim", uma corda grossa com um grande anzol na ponta. Não é um espinhel, pois nesse são colocados vários anzóis em uma corda esticada, o curumin é apenas um anzol. Utilizava-se como isca bucho de tambaqui, que era colocado em cima de um capim e a corda era amarrado em um galho forte, na beira do lago e/ou no igapó.

A finalidade da captura desse réptil aquático pelos camponeses-ribeirinhos na várzea amazônica era para a retirada do couro e sua posterior venda, a carne não era consumida, sendo deixada na beira do lago. Para a captura desses animais os camponeses-ribeirinhos costumavam utilizar duas canoas, uma destinada para os instrumentos de pesca e o sal e a outra para armazenar o couro

²¹³ Witkoski, Antonio Carlos, op. cit., p. 254.

do jacaré. Em alguns casos, esse local de captura ficava distante da casa de moradia, geralmente se passava vários dias nessa pescaria, por isso, era importante salgar o couro, para que não apodrecesse, visto que ao ser retirado, sempre ficava um resto de carne no mesmo.

A gente matava pra vender o couro, era o ganho da rapaziada, era um ganho certo. A gente matava jacaré em todos esses lagos aqui: lago Preto, Marajá, Grande, quando estava secando a gente ia pro lago Grande matar jacaré. Às vezes passava a noite com a lanterna, matava, às vezes levava até sal pra salgar o couro, nós que ia passar dois, três dias por lá, tinha que levar o sal pra salgar o couro. Se fosse perto e pudesse voltar logo, não precisava levar o sal, porque a gente ia logo vender no comércio. Tem que salgar o couro bem salgado, se não salgar nesse período que nos ia pro lago, o couro apodrece, apodrece aquela carnizinha que fica. Se a canoa fosse grande a gente passava até uma semana, às vezes a gente ia matar jacaré no lago piranha que fica muito longe daqui. (Senhor Milton Ferreira, 74 anos, camponês-ribeirinho).

Após retirar e efetuar o processo de salga do couro, os camponeses-ribeirinhos iam vender o mesmo no comércio na cidade de Manacapuru. Segundo os moradores, nesse período existiam vários compradores de couro de jacaré. Este era negociado por metro e não pela qualidade do couro: se desse 1,5 m era um preço, se desse 2, 5 m era outro. O pagamento era efetuado no ato da negociação com uso de moeda corrente da época.

Considerações finais

O caboclo [ribeirinho] não pode querer viver só da água, só do extrativismo, ele tem que plantar também, plantar uma variedade de plantas, pra ajudar a terra, ajudar ele mesmo a se defender dos atravessadores, ajudar a natureza a se desenvolver o meio onde ele vive, por que se ele só explorar o que a natureza oferece aí ele vai fazer valer o que dizem os antigos: de onde se tira e não se repõe vai esgotar os recursos que a natureza sempre ofereceu pra todos nós que vivemos aqui na várzea. (Senhor Sebastião Oliveira, 56 anos, camponês-ribeirinho).

A expansão das relações de produção capitalista na Amazônia, nas últimas décadas, tem provocado profundas transformações territoriais na produção camponesa nas áreas de várzea, marcadas por mudanças significativas nas relações dos camponeses-ribeirinhos com as diferentes territorialidades que compõem seu modo de vida: territorialidades agropastoris, territorialidades aquáticas e territorialidades florestais. Em outras palavras, essas alterações estão refletidas nas relações desses atores sociais com a natureza na várzea amazônica.

Antes de analisarmos essas mudanças, é necessário destacar que o modo de produção capitalista ocorre nas áreas de várzea do rio Solimões de forma contraditória, ou seja, a lógica da produção do capital é a drenagem da renda da terra gerada pelo trabalho familiar, a qual está contida nos produtos que os camponeses-ribeirinhos enviam para serem comercializados. Portanto, nessa forma de produzir no campo, não ocorre a expropriação dos camponeses, mas a sujeição da renda da terra ao capital. Nesse sentido, Paulino (2006) expõe que é:

Por essa razão, ao se falar em produção do capital, é necessário ter clareza que a mesma pressupõe a sujeição da renda da terra gerada pelo trabalho camponês. Não se trata, portanto, de sujeição do trabalho ao capital, mas de uma relação em que a troca envolve a produção já concretizada. (...). A metamorfose da renda da terra em taxa de lucro (mais-valia, portanto) para a indústria deriva exclusivamente da quantia de trabalho não pago contido nas matérias-primas a serem processadas²¹⁴

²¹⁴ PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 110.

É importante destacar, como nos aponta Paulino (2006), que o processo de monopolização do território pelo capital não ocorre de forma hegemônica no interior das comunidades rurais ou interior das unidades camponesas na várzea amazônica, porém, é na combinação de diferentes atividades, caracterizadas na diversificação da produção, que se definem os níveis em que se dá a drenagem da renda da terra ao capital. Por isso, mas do que nunca, é necessário que os camponeses-ribeirinhos mantenham essa diversificação da produção nas suas propriedades/posses, pois somente assim é possível evitar que se tornem vulneráveis perante o capital, como mostra o depoimento de um camponês-ribeirinho na epígrafe desta seção.

Uma outra questão ainda para esclarecer a especificidade do processo de monopolização do território pelo capital na várzea amazônica, é que, ao contrário de outras situações existentes no país, não ocorre a forma de intervenção do capital no interior das unidades camponesas-ribeirinhas, evidenciadas por meio do sistema de integração, em que as empresas impõe aos camponeses uma série de regras e recomendações a serem seguidas, inclusive, ditam os preços, o que pressupõe o acompanhamento de técnicos para a produção das matérias-primas, uma vez que está em jogo o nível da taxa de lucro dessas indústrias. Nesse sentido, é fundamental manter a qualidade do produto a ser adquirida pelas empresas, para tanto, é necessário efetuar um contrato junto aos camponeses para que os mesmos se sintam na obrigação de assumir esse compromisso. São exemplos dessa forma de produzir no campo, ou seja, agricultores integrados as indústrias, a produção de fumo, frango e cera.

Esclarecida essa questão, passamos para analisar as transformações ocorridas na várzea amazônica, nas últimas décadas, decorrente da expansão capitalista para a região. Na década de 1950, um moderno parque industrial de fiação e tecelagem foi implantado na Amazônia, facilitado pelo governo federal e estadual por meio de isenção de impostos e outras vantagens, com a finalidade de adquirir a custo baixíssimo os fardos de juta produzidos pelos camponeses-ribeirinhos, que nesse período já tinham assimilado a produção dessa fibra na várzea amazônica. Essas empresas processadoras de fibras e outras que se instalaram no estado do Amazonas, principalmente depois da criação da Zona

Franca de Manaus, não investiram na produção de juta e mais tarde da malva, que implica necessariamente imobilizar capital na aquisição de terras e de mão-de-obra, decidiram apenas comprar a produção dos camponese-ribeirinhos, ou seja, passaram a subordinar e se apropriar da renda da terra gerada pelo trabalho familiar na várzea amazônica, a qual está contida nos fardos de juta negociada. Para essas empresas, portanto, não interessa a forma nem as condições em que essa matéria-prima é produzida, o importante é adquirir uma fibra de qualidade para ser processada.

Por outro lado, para instalar essa nova cultura foi necessária a derrubada de trechos significativos de floresta de restinga e de igapó, no fundo da propriedade, próximo aos lagos de várzea, visto que essa planta é cortada (colhida) com a chegada da água, durante a enchente/cheia. Isso contribuiu para a redução dos estoques de peixes nesse espaço aquático, uma vez que muitas espécies se alimentam de flores, sementes e folhas que caem na água no momento de elevação de seu nível. Além disso, a produção da juta, assim como da malva, que foi introduzida no início da década de 1970 no estado do Amazonas, é extremamente árdua, principalmente durante o processo de lavagem dessas fibras, pois os camponeses-ribeirinhos têm que permanecer o tempo inteiro dentro da água, sujeitos a ferradas de arraias, picadas de cobras e contrair reumatismo.

O consórcio de seringueiras e cacaueiros, resultado de plantio realizado pelos camponeses-ribeirinhos e incentivado pelo governo local no final do século XIX e início do século XX, no momento em que essas culturas apresentam um alto valor no mercado internacional, passou a ocupar uma parte significativa das propriedades/posses na várzea amazônica. Entretanto, com a queda nos preços dessas duas culturas, a partir da década de 1970, muitos camponeses-ribeirinhos decidiram enriquecer os antigos sítios ou eliminar esses componentes arbóreos por meio das derrubadas e introduzir culturas mais rentáveis, como o cupuaçu, o mamão, o maracujá e outros. Outros optaram em manter esses sítios intactos, plantando essas novas culturas na parte vaga das propriedades/posses, pois acreditam na retomada da exploração das seringueiras e dos cacaueiros em um futuro próximo.

A implantação de inúmeros frigoríficos na sede do município de Manacapuru e outros municípios no estado do Amazonas a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, somada aos incentivos fiscais e liberação de linhas de financiamento para o setor, assim como a criação de um mercado exclusivo para os bagres, ocasionaram uma mudança significativa no uso dos espaços aquáticos pelos camponeses-ribeirinhos na várzea amazônica. Essas empresas de pesca, como foi visto, não atuam no processo de captura, pois isso implicaria numa série de investimentos que certamente aumentaria muito o custo de produção, decidiram assim, adquirir o pescado já capturado, realizado pelos camponeses-ribeirinhos.

Essa expansão da demanda pelos peixes lisos gerados pelos frigoríficos na várzea amazônica, impulsionou os camponeses-ribeirinhos, acostumados até então a utilizar basicamente os lagos de várzea nas suas pescarias, a frequentar intensamente o ambiente rio na busca da captura das inúmeras espécies de bagres. Isso implicou uma série de mudanças na sua relação com esse ambiente: pesca noturna, introdução do motor nas canoas e das bóias nas pescarias, delimitação das territorialidades de pesca, a árdua tarefa de limpar o leito do rio Solimões, introdução do direito a vez, dentre outras. Além disso, apareceram muitos conflitos pelo uso desse espaço aquático. Todas essas mudanças, que requerem mais dedicação a essa atividade em detrimento das demais, ou seja, mais tempo de trabalho dedicado à captura dos peixes lisos, é drenada na forma da renda da terra pelas empresas de pesca, à medida que os camponeses-ribeirinhos negociam o resultado das pescarias – o pescado capturado junto aos atravessadores/frigoríficos.

Apesar disso, muitos camponeses-ribeirinhos alegam que essa atividade de pesca executada atualmente no rio Solimões para a captura dos bagres é extremamente vantajosa do ponto de vista financeiro, comparado com a atividade da agricultura ou até mesmo da pesca dos cariciformes, espécies que formam grandes cardumes, como o jaraqui, o pacu, a sardinha e outras. A explicação para isso é que enquanto os preços do bagre têm pequena oscilação ao longo do ano, isto é, entre o período da safra e entressafra, os outros produtos agrícolas e as outras espécies de peixes apresentam uma oscilação considerável, daí de certa

forma a corrida para a pesca dos peixes lisos na várzea amazônica pelos camponeses-ribeirinhos, como aponta esse depoimento:

O preço do peixe liso hoje estão pagando de 4,50 o quilo de primeira e 3,30 de segunda, esse preço na época da safra vai cair pra na base de 2,50 de primeira e 1,80 de segunda. Cai, porque é época de safra, como se fosse o tempo de piracema do peixe miúdo, mas não cai tanto como o peixe miúdo, é mais estabilizado, não é como o peixe miúdo, que você chega hoje está de 30 o centro, amanhã quando você chega está de 5 ou 8 reais o centro. Então pra nós é mais vantagem ficar na pesca do peixe liso, dá mais dinheiro. (Senhor Branco, 40 anos, camponês-ribeirinho).

Cumpre salientar que os fatores de ordem econômica e natural também impulsionaram os camponeses-ribeirinhos a se lançarem na pesca dos bagres, a partir da década de 1970, como alternativa econômica para sua permanência na várzea amazônica, pois esse período é de declínio na produção da juta/malva, borracha e cacau na Amazônia. Além disso, não se pode deixar de considerar as grandes e excepcionais enchentes/cheias e vazantes/secas dessa década, ou seja, todos os anos o nível da água transbordou a maior parte da restinga na várzea amazônica afetando as terras de plantio e de pastagens. Por outro lado, o nível da água na vazante/seca não atingiu a cota média esperada, em outras palavras, o nível da água não baixou como em outras décadas, prejudicando as terras de cultivos e de pastagens, principalmente o plantio da juta/malva e o pasto natural de uso comum, pois essas áreas estão localizadas, como foi visto, na parte mais baixa dessas terras inundáveis.

Vale ressaltar que a forma com que esse processo de limpeza do leito do rio Solimões, inclusive no talvegue, vem se dando é preocupante, uma vez que não se conhece ainda o real impacto que esse procedimento de retirada desses obstáculos depositados, principalmente grandes troncos, é realizado, nem o papel que os mesmos desempenham na dinâmica do rio, como menciona um camponês-ribeirinho preocupado com essa questão: “Estão varrendo o fundo do rio Solimões, ninguém sabe se isso é bom ou ruim pra natureza e pra todos nós no futuro” (Senhor Lucio Souza, 38 anos, camponês-ribeirinho).

Uma outra mudança observada na área de estudo é com relação à apropriação e uso familiar de porção das águas realizadas pelos camponeses-

ribeirinhos no lago São Lourenço. Os camponeses-ribeirinhos eram inicialmente explorados pelo capital comercial, representado pelos proprietários dos barcos de pesca vindos de fora, estes executavam a pesca de lanço e o resultado dessa pescaria era direcionado para a comercialização em Manaus, nada ficava para os camponeses-ribeirinhos, os moradores do lago São Lourenço. Como se vê, toda a renda da terra/água era drenada pelo capital comercial. A partir de meados da década de 1970, os camponeses-ribeirinhos impediram a invasão dos barcos de pesca nas suas propriedades e assumiram o controle desse tipo de pescaria, passando, dessa forma, a exercer um maior poder de barganha para negociar com esses capitalistas da pesca. Como o camponês-ribeirinho não dispõe de capital suficiente para adquirir as redes, tem que se sujeitar aos proprietários dos barcos de pesca que passam a fornecer-lhes, entretanto, o resultado da pescaria é dividido ao meio, ou seja, 50% para os camponeses-ribeirinhos, donos dos lanços, 50% para os proprietários dos barcos, os donos das redes. Em outras situações, os camponeses-ribeirinhos arrendam esses lanços, preparados por eles e familiares, para os barcos de pesca, os quais assumem essa pescaria, porém, tem que pagar um valor pelo uso dessa porção de água apropriada. Num caso como no outro, uma parte da renda da terra, antes drenada na sua totalidade pelo capital comercial, passa agora a ser retida pelos camponeses-ribeirinhos, quando estes assumem o controle desses lanços, em que está contido o trabalho efetuado na preparação dos mesmos na frente da sua propriedade.

As questões discutidas nesse capítulo nos ajudaram a compreender melhor a dinâmica do processo de territorialização nos lagos e rios de terra firme da Amazônia, particularmente o lago São Lourenço, no baixo rio Manacapuru, pois essa técnica de pesca de lanço, que aparentemente parece simples, na verdade, tem uma importância fundamental, uma vez que diz respeito às percepções que os moradores têm com um ambiente em constantes transformações ao longo do ano. A idéia de que os recursos pesqueiros dos lagos e rios de terra firme são de acesso livre ou de uso comum pela comunidade ribeirinha é completamente errônea, o exemplo da pesca de lanço, como foi visto, mostra que existe uma apropriação de porção das águas, uma forma de controle individual/familiar dos recursos haliêuticos, na qual há o respeito geral de todos pelo uso dessa territorialidade exclusiva de pesca.

Na realidade, pode-se verificar claramente uma relação íntima entre camponeses-ribeirinhos terra e lago ou terra e água. O lanço é, na verdade, uma área apropriada na frente da propriedade, um prolongamento do direito de uso do espaço terrestre, completamente diferente da pesca praticada no restante do lago não apropriado ou mesmo no rio, no caso o rio Manacapuru. O lanço é uma área reivindicada, apropriada, fechada, limitada, de uso exclusivo do seu dono. Por outro lado, a pesca efetuada fora do lanço é de acesso livre, não apropriada, aberta, praticada pela comunidade ou por barcos de pesca vindos de outras localidades, como a cidade de Manacapuru e Manaus.

E necessário que esteja clara a distinção entre pesca de lanço, técnica já considerada costumeira, praticada nos lagos de terra firme na Amazônia, e a pesca de uso comum e acesso livre. Qualquer política pública de gestão pesqueira a ser implementada no futuro para os lagos e rios de terra firme na Amazônia tem que levar em consideração essas diferenças de uso dos espaços aquáticos interiores para que não se incorra em equívocos que certamente prejudicarão os camponeses-ribeirinhos há muito tempo estabelecido na região.

Com relação ao uso da floresta pelos camponeses-ribeirinhos na várzea amazônica, constatou-se que houve uma mudança significativa com a valorização do açaí no mercado regional/nacional a partir da década de 1980. Assim, dos produtos extraídos da floresta, como foi visto, a territorialidade da extração do açaí é a única das mencionadas, nesse estudo, que tem uma delimitação definida na floresta para sua extração, ou seja, são áreas demarcadas pelos camponeses-ribeirinhos, apropriadas e usadas de forma individual/familiar. Os demais produtos extraídos, como a madeira, a lenha, a caça são territorialidades de uso comum usada em qualquer hora e lugar pelos camponeses-ribeirinhos, os moradores das comunidades localizadas próximas a essas áreas florestais.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito”. In: HÉBETTE, Jean & CASTRO, Edna. **Na trilha dos grandes projetos**. Cadernos NAEA, nº. 10. Belém, UFPA/NAEA, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia. **A terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

AUCLAIR, Laurent. “L’appropriation communautaire dès forêts dans le Haut Atlas marocain”. **Cah. Sci. Hum.** 32 (1) 1996: 177-194.

BAHRI, Sylvia. **L’agroforestie, une alternative pour le développement de la plaine alluviale de l’ Amazone – l’exemple de île de Careiro**. Université de Montpellier II – Sciences et techniques du Languedoc, Montpellier Thèse de Doctorat, 1992.

BAHRI, Sylvia. “Do extrativismo aos sistemas agroflorestais”. In: EMPERAIRE, Laure. **A floresta em Jogo: o extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: Editora da UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BARBOSA, Ana Goreth A. et al. **Relatório de campo** – lago São Lourenço. Manaus: mimeo, 2003.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BATISTA, Vandick da Silva. “Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia”. In: RUFFINO, Mauro Luís (Coord.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVarzea, 2004.

BERNARDO, Rosimeire da Silva. **Ribeirinhos e o movimento de preservação dos lagos**. Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma teoria da prática”. In: ORTIZ, R. (org.) Bourdieu. São Paulo, **Ática (coleção grandes cientistas sociais)**, 1990.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

CAMPOS, Nazareno José. **Terras de uso comum no Brasil**. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2000.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2001.

CARVAJAL, Gaspar. **Descobrimento do rio Amazonas**. São Paulo: Ed. Nacional – Col. Brasileira, 1941.

CASTRO, Edna. “Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais”. In: CASTRO, E & PINTON, F. **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

CASTRO, Aline. “O extrativismo do açaí na Amazônia centra”. In: EMPERAIRE, Laure. **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia**. São Paulo: Editora da UNESP, Imprensa Oficial do Estado, 2000.

CERECEDA, Luz & BARRIA, LÍlian. **Comportamento econômico y racionalidad del campesino**. Santiago de Chile: ICECOOP, 1984.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – AM/RR. Ribeirinhos: preservação dos lagos, defesa do meio ambiente e a pesca comercial. **Documento**. Manaus: Mimeo, 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no campo** – Brasil. Manaus: Mimeo, 1992.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – AM/RR. **Relatórios dos encontros de ribeirinhos de 1983 a 1999.**

CORDELL, John. “Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia”. In: DIEGUES, A.C. & MOREIRA, A.C.C. **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

CORMIER-SALEM M.C. “Paysans-pêcheurs du terroir e marins-pêcheurs du parcours. Les géographes et l’espace aquatique”. **L’espace Géographique**, 1995, n°. 01, 46-59.

COSTA, Wanderley M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.

CRUZ, M.J.M. **Caboclos-ribeirinhos da Amazônia: um estudo da organização da produção camponesa no município do Careiro da Várzea-AM.** Dissertação de mestrado, USP, São Paulo, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Povos e mares.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **A pesca construindo sociedades.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DIÉGUES Jr., Manuel. **Etnias e culturas no Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

EGAS, Maria Genis S. et. al. **Relatório de campo – lago São Lourenço.** Manaus: mimeo, 2003.

FABRÉ, N. N. & BORGES, R. (Orgs.). **O manejo da pesca dos grandes bagres migradores: piramutaba e dourada no eixo Solimões-Amazonas.** Manaus: Ibama; Pro Várzea, 2005.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios: uma etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2000.

FRÉMONT, Armand. **Região: espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GARCIA Jr., Afrânio. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODOI, Emília P. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

GOULDING, Michael. **Ecologia da pesca do rio Madeira**. Manaus: INPA, 1979.

HAESBAERT, Rogério. **Blocos internacionais de poder**. São Paulo: Contexto, 1990.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HÉBETTE, Jean. “O grande Carajás: um novo momento da História moderna da Amazônia paraense”. In: CASTRO, E. M. R. & HÉBETTE, J. **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Cadernos NAEA 10, UFPA, Belém, 1989.

HOMMA, Alfredo K. Oyama (editor). **Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília: Embrapa - SPI; Belém: Embrapa – CPATU, 1998.

KANT DE LIMA, Roberto & PEREIRA, Luciana F. **Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural – Os Economistas, 1982.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LIMA, Vivaldo. **A juta como riqueza econômica da Amazônia**. Manaus: Imprensa Pública, 1938.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo rio Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha-GO**. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MCGRATH, David G. et. al. Varzeiros, geleiros, e o manejo dos recursos naturais na várzea do baixo Amazonas. In: **Cadernos do NAEA**, nº. 11, novembro – 1993.

McGRATH, David G. et. al. Manejo comunitário de lagos de varzea e o desenvolvimento da pesca na Amazônia. Belém: **Paper do NAEA** – 58, junho – 1996.

McGRATH, David G. & GAMA, Antônia S. A situação Fundiária da várzea do rio Amazonas e experimentos de regularização fundiária nos estados do Pará e do Amazonas. In: BENATTI, José Heder (Org.). **A questão Fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Edições Ibama/ProVárzea, 2005.

MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MELLO, Alex Fiúza de. **A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação**. Belém: UFPA, 1985.

NERY, Barão de Santa-anna. **O país das Amazonas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

NETO, Miranda. **O dilema da Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

NISBET, Robert A. "Comunidade". In: FORRACCHI, M.M. & MARTINS, J.S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LCT, 1994.

NODA, Sandra do N. **As relações de trabalho na produção amazonense de juta e malva**. Dissertação de mestrado, ESALQ/USP, 1985.

NODA, Sandra do N. et al. "Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas". In: DIEGUES, A.C. e MOREIRA, A.C.C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

NOGUEIRA, Ricardo J.B. **Amazonas: um estado ribeirinho**. Manaus: Edua, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática – Série Princípios, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas-SP: Papyrus, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas-SP: Papyrus, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. "A mundialização do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX". In: ROSS, Jurandyr L. S. **Geografia do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. "A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro". In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Bernadete A.C. Castro. "Camponês". In: **Orientação**, nº. 08, IG-USP, São Paulo, 1990.

OLIVEIRA Jr., Paulo Henrique Borges. **Ribeirinhos e roceiros: gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá-Pa**. Dissertação de mestrado, USP, São Paulo, 1991.

PANDOLFO, Clara. **Ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.

PANTOJA, Mariana C. "A várzea do médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida". In: LIMA, D. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**. Manaus: Ibama; Pro Várzea, 2005.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PEREIRA, Cloves Farias et. al. "Análise da caça nas comunidades da área de atuação do PIATAM". In: FRAXE, T. J. P. et. al. (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: Edua, 2007.

PEREIRA, Henrique dos Santos. **Dialogando com a paisagem: uma análise ecológica da agricultura familiar da várzea do rio Solimões-Amazonas**. Manaus: Mimeo, 1994.

PETRERE Jr., M. "Pesca e esforço de pesca no Estado do Amazonas. II. Locais aparelhos de captura e estatísticas de desembarque". In: **Acta Amazônica**, ano VIII, nº. 3. Manaus, INPA, 1978.

PINTO, Ernesto Renan M.F. **Os trabalhadores da juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Amazonas**. Dissertação de mestrado, UFRS, Porto Alegre, 1982.

PORRO, Antonio. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Petrópolis: Vozes; Edusp, 1996.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira. “Bairros rurais paulistas”. In: **Revista do Museu Paulista**, volume XVII, São Paulo, 1967.

RAFFESTEIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RUFFINO, Mauro Luís (Coord.) **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: Ibama/ProVarzea, 2004.

SALATI, Enéas et. al. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1983.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SHANIN, Theodor. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações”. **Estudos CEBRAP**, nº. 26, editora Vozes, 1980.

SHANIN, Teodor. **La clase icomónda**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, Teodor. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Editora Anagrama, s/d.

SHANIN, Theodor. “**Chayanov e a questão do campesinato**”. In: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural da UFRS, textos de estudos, nº. 7, Porto Alegre-RS, 1989.

SILVA, Marilene Corrêa. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Edua, 1996.

SMITH, Nigel J.H. **A pesca no rio Amazonas**. Manaus: CNPq/INPA, 1979.

SOARES, Lúcio de Castro. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1963.

SOUZA, Luís Antônio Nascimento. **Proposta de reforma aquática do movimento dos ribeirinhos do Amazonas em face às modificações das práticas pesqueiras**. Dissertação de mestrado, UFV, 2000.

SPÍNOLA, Henriqueta Barbosa. **O ribeirinho: ontem e hoje na defesa do peixe no Amazonas**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1977.

SPIX, Joahann B. Von e MARTIUS, Carl F. P. Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

STERNBERG, Hilgard O' Reilly. **A água e o homem na várzea do Careiro**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

SUGUIO, Kenetiro e Bigarella, João. **Ambientes fluviais**. Florianópolis. Editora da UFSC – Editora da UFPR, 1990.

SURGIK, Ana C. Santos. “Estudo Jurídico para a várzea amazônica”. In: BENATTI, José Heder. **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: Análise para a elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Edições Ibama/PróVárzea, 2005.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1972.

VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terra, floresta e água: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Edua, 2006.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral" In: **Antropológico – 87**. Brasília / Rio de Janeiro: Edunb / Tempo Brasileiro, 1990.